

Geografia Regional do Brasil

Aristotelina Pereira Barreto Rocha
Márcia Silva de Oliveira



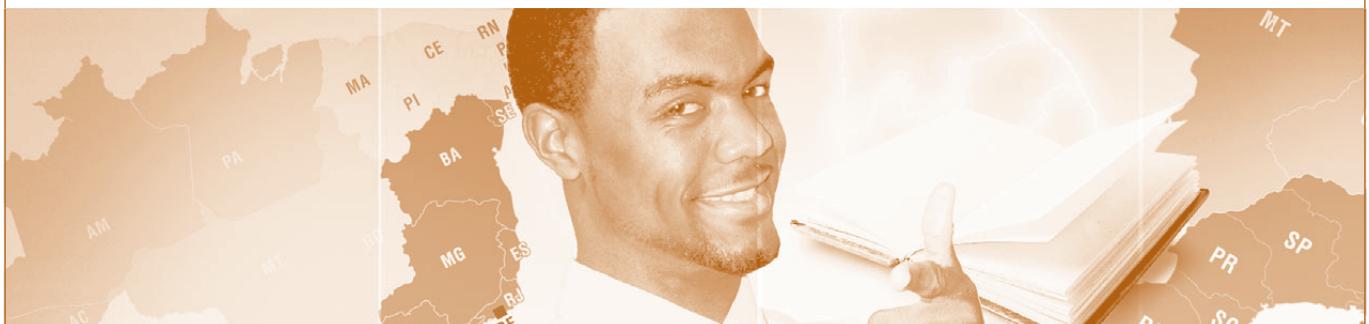
Geografia Regional do Brasil

Aristotelina Pereira Barreto Rocha
Márcia Silva de Oliveira

Geografia

Geografia Regional do Brasil

2^a Edição



Natal – RN, 2011

Governo Federal**Presidenta da República**

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN**Reitora**

Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitora

Maria de Fátima Freire Melo Ximenes

Secretaria de Educação a Distância (SEDIS)**Secretaria de Educação a Distância**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretaria Adjunta de Educação a Distância

Eugênia Maria Dantas

FICHA TÉCNICA**COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS**

Marcos Aurélio Felipe

EDITORAÇÃO DE MATERIAIS**Criação e edição de imagens**

Adauto Harley

Anderson Gomes do Nascimento

Carolina Costa de Oliveira

Dickson de Oliveira Tavares

Heinkel Hugenin

Leonardo dos Santos Feitoza

Roberto Luiz Batista de Lima

Rommel Figueiredo

GESTÃO DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS

Luciana Melo de Lacerda

Rosilene Alves de Paiva

PROJETO GRÁFICO

Ivana Lima

Diagramação

Ana Paula Resende

Carolina Aires Mayer

Davi Jose di Giacomo Koshiyama

Elizabeth da Silva Ferreira

Ivana Lima

José Antonio Bezerra Junior

Rafael Marques Garcia

REVISÃO DE MATERIAIS**Revisão de Estrutura e Linguagem**

Eugenio Tavares Borges

Janio Gustavo Barbosa

Jeremias Alves de Araújo

José Correia Torres Neto

Kaline Sampaio de Araújo

Luciane Almeida Mascarenhas de Andrade

Thalyta Mabel Nobre Barbosa

Módulo matemático

Joacy Guilherme de A. F. Filho

Revisão de Língua Portuguesa

Camila Maria Gomes

Cristinara Ferreira dos Santos

Emanuelle Pereira de Lima Diniz

Janaina Tomaz Capistrano

Priscila Xavier de Macedo

Rhena Raize Peixoto de Lima

IMAGENS UTILIZADAS

Acervo da UFRN

www.depositphotos.comwww.morguefile.comwww.sxc.hu

Encyclopædia Britannica, Inc.

Revisão das Normas da ABNT

Verônica Pinheiro da Silva

Catalogação da publicação na fonte. Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva.

Rocha, Aristotelina Pereira Barreto.

Geografia Regional do Brasil / Aristotelina Pereira Barreto Rocha, Márcia Silva de Oliveira. – 2. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2011.

312 p.: il.

ISBN 978-85-7273-836-1

Conteúdo: Aula 01 – Primeiras propostas; Aula 02 – Delgado de Carvalho e o Estado; Aula 03 – IBGE: Macrorregiões ou Grandes Regiões; Aula 04 – IBGE: Mesorregiões e Microrregiões; Aula 05 – IBGE: Regiões Funcionais Urbanas e Regiões Metropolitanas; Aula 06 – Regionalizar ainda é preciso; Aula 07 – Nordeste; Aula 08 – Nordestes; Aula 09 – Norte; Aula 10 – Centro- Oeste; Aula 11 – Sudeste; Aula 12 – Sul.

1. Geografia regional. 2. Regionalização do território brasileiro. 3. Contrastes regionais. 4. Política ambiental. I. Oliveira, Márcia Silva de. II. Título.

CDU 913
R672g

Sumário

Apresentação Institucional	5
Aula 1 Primeiras propostas	7
Aula 2 Delgado de Carvalho e o Estado	25
Aula 3 IBGE: Macrorregiões ou Grandes Regiões	47
Aula 4 IBGE: Mesorregiões e Microrregiões	69
Aula 5 IBGE: Regiões Funcionais Urbanas e Regiões Metropolitanas	91
Aula 6 Regionalizar ainda é preciso	115
Aula 7 Nordeste	141
Aula 8 Nordestes	163
Aula 9 Norte	181
Aula 10 Centro-Oeste	209
Aula 11 Sudeste	239
Aula 12 Sul	269

Apresentação Institucional

A Secretaria de Educação a Distância – SEDIS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, desde 2005, vem atuando como fomentadora, no âmbito local, das Políticas Nacionais de Educação a Distância em parceira com a Secretaria de Educação a Distância – SEED, o Ministério da Educação – MEC e a Universidade Aberta do Brasil – UAB/CAPES. Duas linhas de atuação têm caracterizado o esforço em EaD desta instituição: a primeira está voltada para a Formação Continuada de Professores do Ensino Básico, sendo implementados cursos de licenciatura e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*; a segunda volta-se para a Formação de Gestores Públicos, através da oferta de bacharelados e especializações em Administração Pública e Administração Pública Municipal.

Para dar suporte à oferta dos cursos de EaD, a Sedis tem disponibilizado um conjunto de meios didáticos e pedagógicos, dentre os quais se destacam os materiais impressos que são elaborados por disciplinas, utilizando linguagem e projeto gráfico para atender às necessidades de um aluno que aprende a distância. O conteúdo é elaborado por profissionais qualificados e que têm experiência relevante na área, com o apoio de uma equipe multidisciplinar. O material impresso é a referência primária para o aluno, sendo indicadas outras mídias, como videoaulas, livros, textos, filmes, videoconferências, materiais digitais e interativos e webconferências, que possibilitam ampliar os conteúdos e a interação entre os sujeitos do processo de aprendizagem.

Assim, a UFRN através da SEDIS se integra o grupo de instituições que assumiram o desafio de contribuir com a formação desse “capital” humano e incorporou a EaD como modalidade capaz de superar as barreiras espaciais e políticas que tornaram cada vez mais seletivo o acesso à graduação e à pós-graduação no Brasil. No Rio Grande do Norte, a UFRN está presente em polos presenciais de apoio localizados nas mais diferentes regiões, ofertando cursos de graduação, aperfeiçoamento, especialização e mestrado, interiorizando e tornando o Ensino Superior uma realidade que contribui para diminuir as diferenças regionais e o conhecimento uma possibilidade concreta para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, este material que você recebe é resultado de um investimento intelectual e econômico assumido por diversas instituições que se comprometeram com a Educação e com a reversão da seletividade do espaço quanto ao acesso e ao consumo do saber E REFLETE O COMPROMISSO DA SEDIS/UFRN COM A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA como modalidade estratégica para a melhoria dos indicadores educacionais no RN e no Brasil.

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
SEDIS/UFRN**

Primeiras propostas



Apresentação

Esta é a primeira aula da disciplina Geografia Regional do Brasil. Você já ouviu comentários em relação a essa disciplina? Quais são suas expectativas de aprendizagem? Na sua opinião, qual a importância dessa disciplina para sua formação como professor(a) de Geografia? Pois bem, nela você compreenderá os processos de regionalização do espaço brasileiro e discutirá, através dos textos e das atividades, que as diferentes propostas de divisão regional do Brasil são resultantes de um longo trabalho de muitos estudiosos, constituindo, ainda, importante tema de análise da produção do espaço brasileiro. Além disso, você entenderá que a diversidade de regionalizações apresentadas expressa diferentes momentos históricos de desenvolvimento do país e da ciência geográfica.

Nas primeiras aulas dessa disciplina, convidamos você a discutir diferentes propostas de divisões regionais do Brasil, sendo estas ora oficiais, pois propostas pelo IBGE, ora não-oficiais, pois elaboradas por diferentes estudiosos e pesquisadores da realidade nacional. Logo após, analisaremos a atual realidade de cada macro-região estabelecida pelo IBGE. Para que você alcance maior êxito nessa aula, propomos que tenha em mãos as Aulas 10 (Região e a Geografia tradicional) e 11 (Região no contexto da renovação da Geografia) da disciplina Organização do Espaço, pois recorreremos frequentemente aos conteúdos ali trabalhados.

Nesta aula, cujo título é **Primeiras propostas**, nosso foco de análise consiste em discutir o contexto histórico e conceitual do processo de regionalização do espaço brasileiro, tendo como recorte temporal o final do século XIX e o início do século XX. Para tanto, discutiremos, nesta aula, os temas região e regionalização, divisão regional do Brasil e, por último, as divisões regionais do Brasil no período de 1889 a 1937.

Objetivos

- 
- 1 Compreender o processo de regionalização do espaço brasileiro.
 - 2 Analisar as primeiras propostas de divisão regional do Brasil no período de 1889 a 1937.
 - 3 Reconhecer aspectos naturais e processos sociais e econômicos a elas associados.

A regionalização do espaço brasileiro: iniciando nossa discussão

Entendemos que, para você, a discussão sobre o processo de regionalização do espaço brasileiro não é totalmente nova, já que você já viu esse tema no curso de Geografia e provavelmente vivenciou essa temática enquanto professor(a), pesquisador(a), leitor(a) ou simplesmente observador(a) de notícias e reportagens que relatam alguma particularidade inerente ao debate das questões regionais.

Sendo assim, propomos inicialmente que observe a Figura 1 a seguir e reflita a partir das questões sugeridas.



Figura 1 – Mapa do Brasil



Atividade 1

1

Você conhece a figura anterior? Você sabe o que ela representa? Sabe em que ano ela foi elaborada e qual o órgão responsável pela sua construção?

2

Quando propomos uma discussão acerca da realidade do nosso país, fazemos isso amparados em delimitações e caracterizações regionais, ou seja, pressupondo que temos uma diferenciação entre as variadas áreas que compõem nosso território. Na sua opinião, existem mesmo diferenças entre essas áreas? Em que elas consistem?

3

O que você acha que significa regionalizar?

4

Quais principais critérios foram levados em consideração no processo de regionalização do Brasil na Figura 1?

Ficou confuso com tantos questionamentos? Conseguiu respondê-los? Se afirmativo, ótimo! Caso contrário, não desanime! Iremos juntos compreender essas e outras questões pertinentes ao processo de regionalização do espaço brasileiro. Essa é a nossa proposta de discussão e o desafio que temos pela frente!

Região e regionalização: uma conceituação necessária

Pensem juntos! Lembra quando estudamos, na disciplina Organização do Espaço, o conceito de região e sua trajetória ao longo da evolução do pensamento geográfico?

Pois bem, a partir desta aula nos reportaremos novamente ao conceito de região por meio de discussões e debates sobre a dinâmica de regionalização do espaço nacional.

Nas Aulas 10 e 11 da disciplina Organização do Espaço, você aprendeu o conceito de região e sua evolução conceitual a partir do desenvolvimento do pensamento geográfico. Releia, então, essas aulas para que possamos juntos compreender melhor o processo de regionalização do Brasil.

Vale ressaltar, porém, que nosso propósito nesse momento não se traduz em analisar o conceito de região. Consiste em, através de suas premissas principais, suscitar discussões sobre o processo de divisão regional do Brasil decorrentes da produção histórica do espaço, identificando e decifrando quais processos e agentes estão (re)criando novos recortes espaciais.



Afinal, sabemos que, apesar do conceito de região apresentar inúmeros significados, ele nos reporta principalmente à ideia de diferenciação de áreas, sejam as diferenças de caráter natural ou socioeconômico. Essas ideias refletem, através de consensos de análise atual, a enorme influência e definição regional estabelecida pelo processo histórico de produção do espaço.

Sendo assim, entendemos que a análise proposta deve estar fundamentada no processo de reprodução capitalista, que se dá de forma desigual, pois alguns países e regiões estão mais integrados que outros. Assim, essa reprodução capitalista se expressa e se explica em diferentes escalas de análise, entrelaçadas entre o global e o nacional, em um contínuo e acelerado processo de globalização e fragmentação dos espaços.

Assim, em um processo de individualização e regionalização do espaço mundial, podemos afirmar que o local, aqui traduzido em nossos recortes espaciais, corporifica as condições territoriais da **Divisão Internacional do Trabalho**, apresentando eventos, relações e estruturas que se traduzem em importante cenário de análise geográfica. Afinal, como afirma Santos (1999, p. 196), “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”. Para melhor aprofundamento do tema em questão, você pode consultar os conceitos de divisão do trabalho na Aula 1 (Bases teórico-conceituais da agricultura) da disciplina Geografia Agrária.

Divisão Internacional do Trabalho

Expressa o processo mundial de reprodução capitalista através da organização da produção, do comércio e da circulação de bens e capitais entre os diferentes países. Reflete os diferentes níveis de desenvolvimento através do predomínio dos interesses econômicos dos países centrais (GIOVANNETTI; LACERDA, 1996, p. 61).

A região é a escala de operação produtiva do capitalismo, seja para consolidar e proteger seus próprios mercados domésticos, seja para ampliar os limites dos seus territórios econômicos. Nesse sentido, as regiões constituem espaço privilegiado da produção capitalista e, como tal, a instância correta para analisar as transformações que estão se processando no sistema produtivo (EGLER, 1996, p. 187-188).

Nesse sentido, ao estudarmos que a noção de região está associada a uma fração de espaço diferenciada pelo seu caráter de **individualidade** e **singularidade**, seja natural, social, econômico ou político, percebemos que o processo contínuo e desigual de diferenciação de áreas pode ser denominado regionalização ou constituição de regiões.

Por exemplo, quando se faz referência à região Amazônica, está explícito que é uma porção do território brasileiro, mas que se diferencia do mesmo por possuir aspectos que, embora se manifestem em outros espaços do Brasil, apresentam-se de forma bem particular na referida região, o que a torna singular (LOBATO, 2007). Lembramos, ainda, que se áreas apresentam semelhanças entre si, devemos uni-las, e assim teremos uma região. Mas, qual o critério que as une para formar uma região? Vamos refletir sobre essa questão?



Atividade 2

A partir dos conhecimentos adquiridos em sua formação escolar sobre a região Amazônica, responda: quais critérios foram considerados na caracterização e delimitação histórica dessa região?

No âmbito dessa discussão, podemos, então, afirmar que cada proposta de regionalização é sustentada por finalidades e critérios. Se a finalidade é fazer um estudo das paisagens naturais do território brasileiro, os critérios adotados tomam como referência os componentes físicos do espaço – clima, vegetação, geomorfologia, hidrografia, solo etc. De outra forma, se o objetivo for o entendimento quanto à distribuição de atividades econômicas no território, os critérios adotados serão os tipos de atividades econômicas (indústria, agricultura, comércio), o nível tecnológico das atividades, o volume de produção e uma infinidade de outros detalhes que se queria destacar.

Dividir o Brasil em regiões é tarefa empreendida por estudiosos para atender a diferentes necessidades, mas também é ato administrativo-político do poder público no sentido de ordenar a aplicação de programas econômicos e sociais e de coletar informações. Assim, podemos ter acesso a vários tipos de regionalização. Vamos parar e pensar um pouco mais nessas questões?



Atividade 3

Reflita e dê sua opinião a respeito da seguinte questão: se os estados de uma região brasileira têm inúmeras características naturais, sociais, econômicas e culturais em comum, o que é mais útil à análise desse espaço, estudá-los separadamente ou em conjunto? Por quê?

Divisão regional do Brasil: porque regionalizar é preciso...

Sabemos que o Brasil é um país com dimensões continentais. Por isso, seu território apresenta uma grande variedade de características, em termos de paisagens naturais ou mesmo culturais. Nesse sentido, o processo de divisão do Brasil em regiões pode evidenciar as diferenças existentes nessas paisagens.

Ora, nosso país é o maior da América do Sul. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua área é de 8.514.876,599 km². E apenas quatro países no mundo inteiro – Rússia, Canadá, China e Estados Unidos – têm território maior do que o brasileiro. Nesse contexto, agrupar áreas como estados e assim denominá-las de regiões, ou seja, dividir o Brasil em regiões, facilita o ensino de Geografia, a pesquisa, a coleta e organização de dados sobre o país. A razão é simples: os estados que formam uma grande região não são escolhidos ao acaso; eles têm características semelhantes.

É interessante notar que as primeiras divisões regionais propostas para o país eram baseadas apenas nos aspectos físicos, ou seja, ligados à natureza, como clima, vegetação e relevo. Mas, logo se começou a levar em conta também as características humanas – isto é, as que resultam da ação do homem, como atividades econômicas e o modo de vida da população – para definir quais estados fariam parte de cada região.

A partir de tais pressupostos, podemos inferir que ao lidarmos com a dimensão territorial do Brasil e, assim, com a enorme diferenciação regional do nosso país, fazemos isso embasados no entendimento de que nossos recortes espaciais são o resultado histórico e geográfico do entrelaçamento entre as relações sociais vivenciadas e os cenários naturais existentes.

Nesse sentido, se o espaço geográfico é produzido através das relações dos homens entre si, e destes com a natureza, também a região expressará esse processo de produção do espaço, sendo recorte de análise importante à elucidação das relações capitalistas contemporâneas.

Do mesmo modo, consideramos imprescindível a tarefa de focalizarmos os principais agentes envolvidos nesse processo de regionalização, seja na forma condicionante, como o Estado em suas diferentes escalas, seja como atores sociais, que em suas práticas cotidianas dão vida e sentido à própria existência da região.

Isso sem perder de vista a complexidade de um país de dimensões continentais, com um intrincado e desigual processo espacial e temporal de desenvolvimento, que vivencia diferentes momentos e trajetórias econômicas, mescladas permanentemente entre o novo e o velho, o moderno e o tradicional, o incluído e o excluído.

Ao produzir o espaço, esse processo de regionalização recria novas formas de uso do território, modificando historicamente a **Divisão Territorial do Trabalho**, e, ao mesmo tempo, integrando e diferenciando o espaço nacional. É por isso que podemos, então, concordar com Santos (2002, p. 31) quando, ao analisar o processo histórico de produção espacial em nosso país, afirma que

Podemos falar do território brasileiro como um arquipélago, contendo um subsistema que seria o arquipélago mecanizado, isto é, o conjunto de manchas ou pontos do território onde se realiza uma produção mecanizada. Depois, a própria circulação se mecaniza e a industrialização se manifesta. É somente num terceiro momento que esses pontos e manchas são ligados pelas extensões das ferrovias e pela implantação de rodovias nacionais, criando-se as bases para uma integração do mercado e do território. Essa integração revela a heterogeneidade do espaço nacional e de certo modo a agrava, já que as disparidades regionais tendem, assim, a tornar-se estruturais.



Divisão Territorial do Trabalho

A Divisão Territorial do Trabalho refere-se à distribuição espacial do trabalho a partir dos interesses e das estratégias de reprodução do capital, principalmente no que diz respeito à busca por melhores condições de acumulação e ampliação do uso do território. Evidencia-se historicamente na divisão cidade-campo.

A partir dessa discussão, você percebe o caráter histórico e espacial da produção do nosso espaço? Concorda que o entendimento da nossa realidade passa pela compreensão dos enormes contrastes regionais e discussão dos fixos e fluxos estruturantes da integração e diferenciação dos lugares? De certa forma, você já estudou essas questões na disciplina Organização do Espaço. O que estamos fazendo agora é a espacialização para o estudo do espaço regional brasileiro. Assim, que tal refletirmos um pouco mais sobre essas questões?



Atividade 4

1

Releia o seu material da disciplina Organização do Espaço referente às Aulas 10 e 11 e explique as principais inter-relações entre a trajetória da ciência geográfica e o conceito de região.

2

Explique a importância dos estudos regionais para a compreensão do processo de produção do espaço nacional.

As divisões regionais do Brasil de 1889 a 1937: uma breve discussão

Após a releitura de Organização do Espaço, vamos avançar mais um pouco na discussão sobre a regionalização, agora apresentando as propostas de divisões regionais.

De meados do século XIX até o início do século XX, tivemos uma variedade de divisões regionais propostas por diversos autores e instituições em nosso país. E essa variedade de divisões está relacionada a um elenco diferenciado de critérios, resultando, portanto, numa diversidade de número e extensão das regiões.

Contudo, o critério regionalizador que predominou, principalmente nas primeiras divisões regionais do Brasil, foi o elemento natural, que resultou na definição da região natural. Essa regionalização foi ora caracterizada por um conjunto de fenômenos correlacionados, dotando de unidade a região, ora por um único fenômeno, ou seja, o mais significativo, em torno do qual todos os demais se agrupavam, fornecendo à região um cunho particular. Por exemplo, a região amazônica denomina-se pelo elemento natural predominante – a floresta equatorial amazônica.

Observe o quadro a seguir. Ele apresenta as propostas de divisões regionais do Brasil no período de 1889 a 1937 e os respectivos critérios adotados para classificá-las.

Quadro 1 – Principais propostas de divisão regional do Brasil de 1889 a 1937

AUTOR	ANO	CRITÉRIO	Nº REGIÕES	REGIÕES E ESTADOS (POR SIGLAS)
André Rebouças	1889	Zona agrícola	10	01. Zona Amazônica (AM, PA) 02. Zona do Parnaíba (MA, PI) 03. Zona do Ceará (CE) 04. Zona do Paraíba do Norte (RN, PB, PE, AL) 05. Zona do São Francisco (SE, BA) 06. Zona do Paraíba do Sul (ES, RJ, SP, DF) 07. Zona do Paraná (PR, SC) 08. Zona do Uruguai (RS) 09. Zona Auro-Ferrífera (MG) 10. Zona Central (GO, MT)
Élisée Reclus	1893	Elementos naturais	08	01. Amazônia (AM e PA) 02. Vertente do Tocantins (GO) 03. Costa Equatorial (Estados nordestinos do MA a AL) 04. Bacia do São Francisco e Vertente Oriental dos Planaltos (SE, BA, ES e MG) 05. Bacia do Paraíba (RJ e DF) 06. Vertente do Paraná e contravertente Oceânica (SP, PR, e SC) 07. Vertente do Uruguai e Litoral adjacente (RS) 08. Mato Grosso
Said Ali	1905	Econômico	05	01. Brasil Setentrional (AC, AM, PA) 02. Brasil Norte-Oriental (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL) 03. Brasil Oriental (SE, BA, ES, MG, RJ, SP, DF) 04. Brasil Meridional (PR, SC, RS) 05. Brasil Central (GO, MT)
Delgado de Carvalho	1913	Elementos naturais e humanos	05	01. Brasil Setentrional (AC, AM, PA) 02. Brasil Norte-Oriental (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL) 03. Brasil Oriental (SE, BA, ES, MG, RJ, DF) 04. Brasil Meridional (SP, PR, SC, RS) 05. Brasil Central (GO, MT)
Pe. Geraldo Pauwels	1926	Elementos naturais	06	01. Amazônia (AC, AM, PA, parte dos estados do MA, GO e MT) 02. Região das caatingas (CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG) 03. Planalto meridional (abrange parte dos estados de MT e GO, MG, SP, PR, SC) 04. Litoral (todo litoral do RN a RS) 05. Região uruguaio-brasileira (parte do RS e estendendo ao Uruguai) 06. Planície do Alto Paraguai ou Grão Chaco Brasileiro (parte do MT estendendo até Bolívia)
Pierre Denis	1927	Elementos naturais	06	01. Amazônia (AC, AM, PA) 02. Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, nordeste e recôncavo da BA) 03. Planalto Oriental (MG, maior parte da BA) 04. Planalto Meridional (SP, PR, SC, RS) 05. Planalto Central (GO, MT) 06. Costa Atlântica (RJ, DF, ES, sul da BA)
Betim Pais Leme	1937	Elementos naturais	07	01. Zona de sedimentação (AC, AM, PA) 02. Zona intermediária (MA e PI) 03. Zona estabilizada por peneplanização (CE, RN, PB, PE e AL) 04. Zona intermediária (SE e BA) 05. Zona de reajuste isostático atual (MG, ES, RJ e DF) 06. Zona estabilizada (SP, PR, SC e RS) 07. Zona de erosão (GO e MT)

Fonte: Pesquisa das autoras em março de 2009.

Ao nos determos na discussão das propostas apresentadas no quadro de Divisões Regionais do Brasil no período citado, percebemos que elas se basearam em determinados aspectos isolados, sendo ora consideradas as regiões naturais, com características orográficas, climáticas, hidrográficas ou botânicas, ora consideradas regiões econômicas, como no caso da escolha do critério das áreas agrícolas realizada por André Rebouças, refletindo o contexto do país na época – uma colônia agrícola. Dessa forma, a divisão de Rebouças não foi feita por critérios naturais, mas elaborada com base em regiões humanas, tendo o critério econômico prevalecido. Com Said Ali, a divisão regional apresentou-se com menor número de agrupamentos, porém, mais extensas; nessa regionalização, também foi dada grande importância às atividades econômicas, conciliando, quando possível, as condições geográficas.

Já a divisão de Elisée Reclus apresentou forte apego aos critérios naturais, tendo as bacias fluviais como delimitadora das oito regiões propostas. A divisão de Pierre Denis consiste na caracterização regional pelas estruturas geológicas predominantes na área; além disso, ele não as denominou de região, mas sim de zonas estruturais. O Pe. Geraldo Pauwels estabeleceu uma divisão em “regiões naturais”, baseada na Geografia Física, e, por conseguinte, abstraindo as divisas das unidades políticas.

Percebemos, nesse contexto, que o mais influente critério de diferenciação (e assim de regionalização nacional) foi o quadro natural. Afinal, esse foi o critério vigente na divisão regional nas primeiras décadas do século XX, momento em que o país apresentava pouca ou nenhuma articulação entre as áreas, constituindo o território um aglomerado que evidenciava diferenças de paisagens naturais e culturais de Norte a Sul ou de Leste a Oeste no país.

Ora, já conhecemos o perfil arquipélago da economia nacional no período em foco, graças à ausência de um mercado econômico interno que promovesse a integração capitalista do território via desenvolvimento da divisão territorial do trabalho. Tal cenário sofre modificações a partir do momento em que o estado de São Paulo impulsiona o processo de industrialização nacional e o país passa por um processo de integração via formação de infraestrutura em importantes setores, como de transportes e comunicações.

Que tal agora refletirmos um pouco mais sobre esses temas? Para isso, responda a atividade a seguir.



Atividade 5

Descreva o contexto histórico e econômico que marcou o momento da formulação das primeiras propostas de regionalização do país, ainda nas primeiras décadas do século XX.

Resumo

Nesta aula, você compreendeu o processo de regionalização do espaço brasileiro por meio da discussão que realizamos acerca das propostas de divisão regional do Brasil formuladas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Para isso, você viu os diferentes critérios e possibilidades de divisões regionais através do trabalho e as propostas de variados autores e pesquisadores. Você também refletiu a respeito de como a ciência geográfica, através dos estudos regionais, interpreta e cria ferramentas importantes à análise da dinâmica espacial brasileira.

Autoavaliação

1

Apresente as principais semelhanças e diferenças entre as divisões regionais brasileiras.

2

Após realizar a Atividade 5, reflita: em sua opinião, que principais elementos naturais ou econômicos nortearam a delimitação dessas propostas de regionalização? Por quê?

3

Contextualize o momento histórico nacional das divisões regionais estudadas. Para tanto, consulte livros de História e Geografia do Brasil e aprofunde seu conhecimento sobre a realidade nacional do período das diversas divisões regionais apresentadas nesta aula.

4

Agora, espacialize, nos mapas a seguir, as divisões regionais apresentadas no Quadro 1. Para isso, pinte ou faça hachuras nos mapas com base na caracterização apresentada no quadro. Não se esqueça de colocar o nome do autor da regionalização e a legenda.





Referências

- BEZZI, Maria Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas. 1996. 377 fl. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 1996.
- CARVALHO, Carlos M. Delgado de. **Methodologia do ensino geográfico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.
- GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. **Dicionário de Geografia**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1996.
- GUIMARÃES, Fábio. M. S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 318-371, abr./jun. 1941.
- LOBATO, Roberto Lobato. **Região e organização e espacial**. São Paulo: Editora Ática. 2007.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton; Maria Laura Silveira. **O Brasil**: território e sociedade no inicio do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SILVA, Jeane Medeiros. O pensamento geográfico e a formação de uma bibliografia didática no Brasil: antecedentes à década de 1930. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 2008, Uberlândia. **Anais**... Uberlândia, 2008.
- VIDAL, Francisco Baqueiro. Um caso clássico de subdesenvolvimento regional revisitado: notas sobre a formação social e econômica do nordeste brasileiro. In: SEI. **Desenvolvimento regional**: análises do nordeste e da Bahia. Salvador: SEI, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 73).

Anotações

Anotações

Anotações

Delgado de Carvalho e o Estado

Aula

2



Apresentação

Bem-vindo à Aula 2 da disciplina Geografia Regional do Brasil. Prosseguindo em nossos estudos, conheceremos outras propostas de divisões regionais do espaço brasileiro. Perceberemos que há mudanças na definição de critérios de regionalização, pois se na aula anterior estes estavam prioritariamente alicerçados nos elementos naturais, a partir de agora a evolução dos estudos e análises de outros autores, bem como o planejamento e as ações que o Estado assumirá frente às propostas de divisão regional, levarão à definição de outros critérios e novas propostas. Sendo assim, veremos primeiramente a proposta de divisão regional formulada por Delgado de Carvalho; logo após, discutiremos o contexto econômico e político que delineou e justificou as ações do Estado através da proposta de divisão regional formulada por órgãos como o Conselho Nacional de Estatística, Conselho Técnico de Economia e Finanças e Conselho Nacional de Geografia.

Objetivos

1

Compreender a proposta de regionalização formulada por Delgado de Carvalho e sua importância para o conhecimento da realidade nacional e para o ensino da Geografia.

2

Discutir o contexto socioeconômico e político das propostas de divisão regional formuladas pelo Estado entre as décadas de 30 e 40 do século XX.

3

Analizar os diferentes critérios e propostas da divisão regional elaborada por órgãos de ação e planejamento do Estado no período em questão.



Ainda nas divisões regionais do Brasil no início do século XX: o caso de Delgado de Carvalho

Iniciando nossa segunda aula, encaminhamos uma reflexão sobre a proposta de regionalização de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, elaborada em 1913 e considerada de suma importância na compreensão da Geografia Regional do Brasil, na medida em que impulsionou, também, uma nova etapa da evolução do ensino de Geografia no país. Para encaminharmos melhor nossa discussão, veja no mapa a seguir a proposta de regionalização de Delgado de Carvalho, vista por você no início da aula passada, depois reflita sobre as questões propostas.

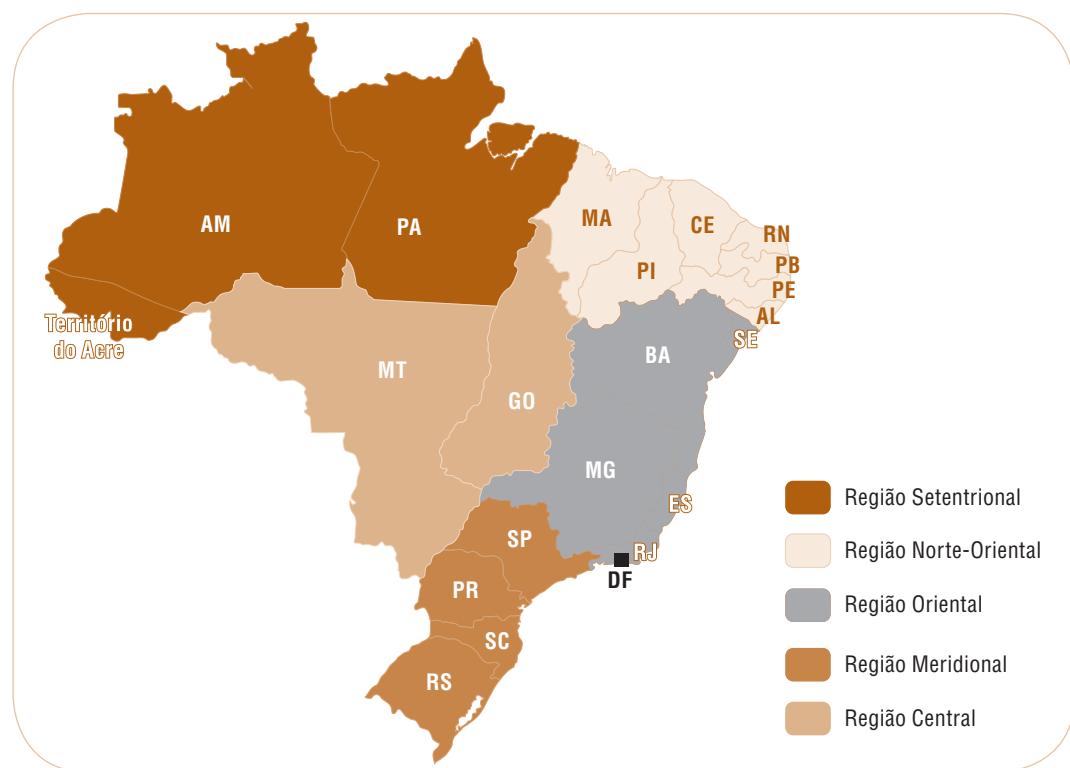


Figura 1 – Regiões do Brasil: Delgado de Carvalho, 1913

Fonte: Carvalho (1925).



Atividade 1

Quais unidades da federação compõem cada região proposta por Delgado de Carvalho? Compare com o número de unidades presentes na atualidade. Na sua opinião, quais principais elementos ele deve ter levado em consideração na elaboração dessa proposta?

As ideias e discussões de Delgado de Carvalho estavam amparadas no trabalho de outro geógrafo, Manuel Said Ali Ida, que propôs uma regionalização do espaço nacional a partir da realidade econômica espacializada nos diversos recortes regionais, como você viu na Aula 1 desta disciplina (Primeiras propostas). Delgado de Carvalho também sofreu forte influência francesa e o resultado disso é que sua proposta de regionalização esteve baseada nos princípios da Geografia Possibilista. Lembra-se do Possibilismo e do conceito de região humana ou geográfica, caracterizada principalmente pela síntese entre relações humanas com o meio natural, estudada anteriormente na disciplina Organização do Espaço?

De fato, Delgado de Carvalho enfatiza a adoção de metodologias de investigação que ultrapassassem a mera descrição dos aspectos administrativos e naturais do território. Porém, sem romper totalmente com essa proposta, abre possibilidades de estudos que também levem em consideração a influência das relações humanas na constituição do espaço geográfico. Nesse sentido, Silva (2008, p. 5) afirma que

Delgado de Carvalho, por sua vez, representou, de fato, uma ruptura com a Geografia nomenclato-administrativa que, inclusive, do ponto de vista pedagógico, moldava uma aprendizagem mnemônica e funcional ao fracionar, metodologicamente, o estudo do espaço, conotando, assim, um espaço “morto”, estático, deserto de sentidos reais e de interesse para os estudantes – no máximo, mero pano de fundo para outras expressões e atividades.

Chamamos ainda sua atenção para um interessante detalhe: o nosso autor dividiu o território nacional em cinco “Brasis”, e, em parte, ele aceitou a divisão de Said Ali. Essa divisão em “grandes regiões”, proposta em 1913 por Delgado de Carvalho, marcou uma nova fase na evolução do ensino da Geografia em nosso país, já que pela primeira vez surgia um livro didático em que a Geografia Regional do Brasil recebia destaque e os programas do então Ensino Secundário consagraram e adotaram a divisão regional proposta pelo professor Delgado (veja a Figura 2 a seguir).



Figura 2 – Livro didático escrito por Delgado de Carvalho (1943)

No entanto, não fugindo totalmente ao conceito de região natural, Delgado de Carvalho admitia que esta era a “base para a divisão geográfica racional” do país, permitindo, assim, o estudo dos grupos humanos e a compreensão das principais características locais.

Para ele, as regiões naturais caracterizavam-se pela topografia, por suas condições climáticas, mas também pelas condições de vida e de trabalho que possuíam e pelos recursos naturais que ofereciam. Segundo Carvalho, cada região formaria um tipo social humano característico, moldado pelas exigências naturais da área. Ainda tendo como base uma visão empírica da realidade, Delgado de Carvalho entendia que:

A região natural é uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a observação e investigação permitem criar numa área geográfica estudada, no intuito de salientar a importância respectiva das diferentes influências fisiográficas, respeitando o mais possível jogo natural das forças em presença e colocando a síntese assim esboçada sob o ponto de vista especial do fator humano nela representado. (CARVALHO, 1925, p. 82).

Nesse contexto, a região natural seria para ele o resultado concreto da ação das forças do mundo físico, aproximando a Geografia do domínio das Ciências Naturais. Cabe observar que a ênfase na região natural também estaria remetendo Delgado de Carvalho ao debate sobre a questão nacional, colocada em evidência nos anos 20 e 30.

Nesse caso, a diversidade representada pelas regiões naturais só adquire sentido se elas estão submetidas a um todo, reforçando a ideia de uma unidade nacional que deve se sobrepor às configurações espaciais construídas social e historicamente. Estas, no contexto

que caracteriza o período considerado, não deixavam de ser vistas como desagregadoras da unidade pretendida. Na perspectiva proposta por Delgado, porém, as diferenças regionais se “naturalizam” e se “objetivam”, adquirindo uma positividade de caráter político.

A noção de região natural atende, portanto, a duas importantes exigências que recaem sobre o discurso geográfico naquele momento. Dotada de um “conteúdo patrio”, afinava-se inteiramente com o viés nacionalista que permeia esse discurso. Como construção conceitual que confere à Geografia uma aura de científicidade e uma identidade própria, aparece como componente chave no campo didático. Por tudo isso, Guimarães (1941, p. 42), ao analisar a regionalização de Delgado de Carvalho, observa que

a divisão do professor Delgado de Carvalho satisfaz perfeitamente ao estudo da Geografia Física e explica também de modo adequado a diferenciação regional que se observa em muitos fatos humanos, naqueles mais fortemente ligados ao determinismo geográfico, mais estáveis e normais. Baseada em ‘regiões naturais’ e, por conseguinte, sobretudo nos fatos da Geografia Física, não pode, contudo, evidentemente, acompanhar a variação dos ciclos econômicos que tão rapidamente se sucedem em nosso país.

Ora, em um país de grandes dimensões territoriais, havia a necessidade proeminente de se discutir seus principais contrastes naturais, mas também de se enfatizar estudos e análises socioeconômicas a respeito dos diferentes recortes espaciais nacionais, fato esse carente de maiores aprofundamentos na proposta de Delgado de Carvalho. Outra constatação sobre a divisão regional de Delgado de Carvalho para os estudos geográficos refere-se ao fato de que esse autor, ao ressaltar que o “natural” servia para explicar o “humano”, admitia que as regiões naturais não deviam se restringir só aos fatos da natureza, devendo considerar-se também as tradições históricas, os hábitos de vida, os fatores econômicos, entre outros. Sendo assim, essa divisão regional marcou profundamente o ensino da Geografia brasileira, pois durante um longo período de tempo as regiões brasileiras eram estudadas considerando-se três itens básicos: os aspectos naturais, os aspectos humanos e os aspectos econômicos.

Mas, não esqueçamos também o momento histórico e político da época, em que o Estado Republicano recém-formado necessitava de parâmetros de investigação e operacionalização do poder, sendo imprescindível o estabelecimento de documentos – didáticos ou não – que motivassem a evolução do sentimento de nação unida e legítima. Assim, os estudos e as propostas de regionalização de Delgado de Carvalho foram aceitos e institucionalizados pelo Estado brasileiro, que os assumiu como divisão oficial para vários setores da administração e gestão pública, influenciando e determinando a gestão do território.

Vamos refletir um pouco mais sobre esses temas? Então, façamos a Atividade 2.



Atividade 2

1

Explique a importância da proposta de regionalização de Delgado de Carvalho para o conhecimento e os estudos da realidade brasileira na primeira metade do século XX.

2

A partir da regionalização criada por Delgado de Carvalho, deduzimos que os elementos naturais que compunham as paisagens e suas respectivas regiões apresentavam-se em extensas áreas do Brasil. É possível, na atualidade, que os critérios naturais como vegetação, geomorfologia, solo e hidrografia existam em áreas extensas e contíguas? Por quê?

E já que estamos discutindo o processo de regionalização no Brasil nas primeiras décadas do século XX, que tal agora fazermos um exercício de diferenciação entre duas importantes propostas: aquela de Delgado de Carvalho e a atual do IBGE? Para isso, observe os mapas a seguir e responda o que está sendo solicitado.

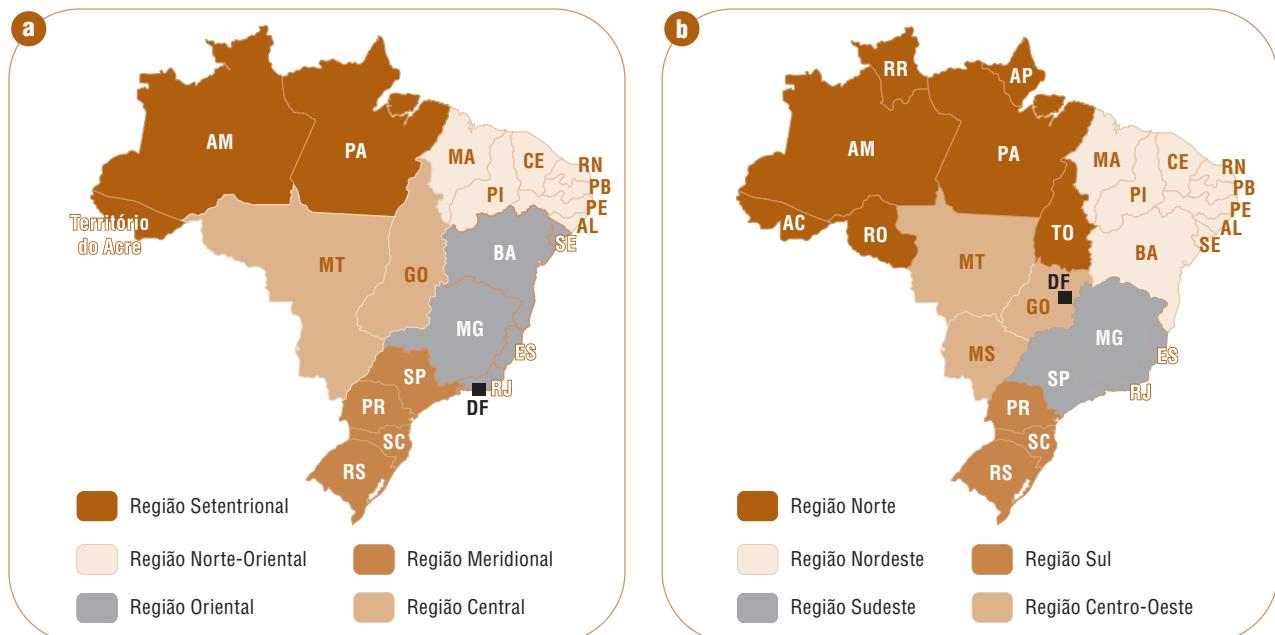


Figura 3 – Mapa das regiões do Brasil: (a) Delgado de Carvalho, 1925; (b) IBGE, 2002



Atividade 3

1

A partir da observação dos mapas, elenque as principais diferenças entre a proposta de regionalização apresentada pelo IBGE e a apresentada por Delgado de Carvalho no início do século XX.

2

Em que áreas dos mapas podemos perceber significativas mudanças em termos de fragmentação do território e criação de novas unidades políticas? Na sua opinião, que motivos impulsionaram tais fragmentações?

É perceptível, então, que a divisão regional de Delgado de Carvalho difere da proposta atual, e que tais diferenças vão desde mudanças no número de unidades políticas até o tamanho das áreas dessas unidades, bem como a delimitação e organização das regiões. Fato esse que passou por grandes mudanças a partir das inúmeras e diferenciadas propostas de regionalizações elaboradas.

Por fim, refletindo a respeito das divisões regionais pensadas para o Brasil até a proposta de Delgado de Carvalho, Guimarães (1941, p. 93) concluiu que:

[...] Nota-se uma interessante evolução, num período de meio século; nos primeiros vinte e cinco anos há uma tendência à concentração (Rebouças, 10 regiões; Réclus, 8; Said Ali, 5; e Delgado de Carvalho, 5; na segunda metade do período, a tendência é para a sub-divisão (Denis, 6 regiões; Betin, 7; [...]). Ao nosso ver, há conveniência em refrear-se um pouco esta última tendência de poucos quadros regionais, bastante amplos. Com o progresso desses estudos, com o melhor conhecimento do território, talvez ainda surja um imperativo de novas sub-divisões [...].

O professor Fábio Guimarães acertou na sua reflexão e outras divisões regionais vieram. As propostas formuladas pelo Estado por meio de ações e planejamentos de órgãos como o IBGE são exemplos dessa trajetória de mudanças em relação ao processo de regionalização do nosso país, conforme veremos a partir do próximo tema em discussão.

A divisão regional do Brasil pós Delgado de Carvalho

Prosseguindo em nossos estudos, observe a Figura 4 a seguir e responda as questões que seguem.



Figura 4 – Ilustração do desenhista Percy Lau (1956)



Atividade 4

1

Que impressões você tem ao observar a Figura 4 mostrada anteriormente? O que ela representa?

2

Quais critérios foram selecionados por Percy Lau para representar o país?

3

Na sua opinião, ela representa aspectos da realidade pretérita ou contemporânea do nosso país?



Percy Lau

Percy Lau nasceu no Peru em 1903, mas passou a maior parte de sua vida no Brasil. Ingressou no IBGE em 1939, onde fez carreira como desenhista e ilustrador. Viajou pelo Brasil a serviço do instituto e retratou as paisagens do país e a sociedade. Seus desenhos a bico de pena ilustraram as publicações do IBGE e diversos livros didáticos.

A ilustração de **Percy Lau** reproduzida na Figura 4 apresenta um Brasil sem os limites das unidades da federação – aparecem tipos e aspectos do país em suas posições geográficas correspondentes, como se fossem próximos, como se ali estivesse sintetizada e integrada toda a nação. A leitura que também se faz desse desenho é de que o tipo humano é representado em plena ação, no seu “*habitat natural*”. É também comum encontrar nos textos da época de sua elaboração analogias entre os tipos humanos de diferentes regiões, como se cada uma tivesse um representante correspondente para cada papel desempenhado na sociedade, um nicho ecológico. Mas todos em um Brasil único – integrado.

Ana Daou (2001) interpreta ainda essa ilustração como um produto da política cultural do Estado Novo, observando que o mapa figurado sem definições regionais aparece como exemplo simbólico de uma política cada vez mais centralizadora após 1937. Ela lembra no seu estudo que se queimam as bandeiras de cada estado e proclama-se a bandeira nacional como o único emblema do país.

Estado Novo – Período que vai de 1937 a 1945, quando Getúlio Vargas, presidente do país, implementou uma rígida política nacionalista e ditatorial para fazer frente ao comunismo emergente. Para isso, ele determinou o fechamento do Congresso Nacional e a extinção dos partidos políticos. Outorgou uma nova constituição, que lhe conferia o controle total do poder executivo e lhe permitia nomear intelectores nos estados, e promoveu a reestruturação e profissionalização do serviço público, criando o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ora, a proposta de um Brasil único, integrado, fazia parte das ideias e do aparato institucional do período denominado Estado Novo. Nesse período, o Estado promoveu reformas que, através de seus aparelhos institucionais, agia por meio de controles administrativos, possibilitando envolver os vários segmentos da sociedade em um novo sistema de relações, num processo de mobilização econômica e desmobilização política. Ao mesmo tempo em que agia para garantir o equilíbrio das forças sociais, o Estado atuava sobre o processo de produção econômica com vistas a propiciar uma acumulação capitalista.

Não esqueçamos ainda que o sistema capitalista também vivenciava uma nova fase em seu desenvolvimento e, assumindo metas e diretrizes de uma dinâmica industrial e monopolista, incentivava elites e governos autoritários a se moldarem a seus interesses. Afinal, como bem afirma Vidal (2006, p. 10),

Foi somente a partir do final dos anos 30, com a expansão do capitalismo industrial no Brasil ditando novas regras e implicando uma crescente integração da economia e do território nacionais — com a consequente e progressiva dissolução das relativamente autárquicas economias estaduais, historicamente vinculadas ao modelo primário-exportador — que a preocupação governamental com a divisão do país em grandes regiões ganha vulto. A expansão do centralismo político-administrativo, bem como da intervenção estatal na economia, condições fundamentais para a sustentação da nova dinâmica capitalista no território brasileiro, acarretaram certo enfraquecimento das oligarquias regionais e estaduais. Essa nova dinâmica capitalista pode, portanto, representar a chave para a compreensão das ações do governo federal no sentido de estabelecer, pela primeira vez no país, uma divisão regional oficial. Tratar-se-ia, desse modo, de um arcabouço institucional não apenas para maximizar a eficiência da ação estatal, peça do discurso oficial, mas que estava a serviço de um projeto, ora mais ora menos consciente, de mercado nacional unificado, comandado pelo capitalismo industrial.

As ações com objetivo industrializante do Estado vinham através de planos de ação promovidos por uma série de órgãos, conselhos e comissões técnicas criadas ou reestruturadas, sendo estas incumbidas de realizar estudos, elaborar e executar projetos em matéria econômica, especialmente quando relacionados à exportação e importação, infraestrutura e produção agrícola e industrial.

Nesse contexto, as novas realidades nacionais, que se acentuaram na década de 30, ajudam a entender as preocupações do Governo Federal em estabelecer pela primeira vez no Brasil uma divisão regional oficial. Seria uma divisão regional que não estaria simplesmente a serviço de uma melhor gestão dos serviços públicos, como acentuava o discurso oficial, mas que estaria também a serviço da implantação de um projeto nacional unificado.

Dentre essas estruturas criadas para favorecer o desenvolvimento econômico, podemos destacar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas, outros órgãos antecedem a formação deste, como o Instituto Nacional de Estatística, em 1934, e sua respectiva instalação, em 1936, com o nome Conselho Nacional de Estatística (CNE), no intuito de organizar os dados censitários, assim como coordenar as futuras atividades voltadas para a captação de dados no Brasil. Em 1937, surgiu o Conselho Nacional de Geografia (CNG), que junto ao CNE gerou o IBGE em 1938, com a função de fornecer informações estatísticas constantes e padronizadas e atender a necessidade de se conhecer melhor o território nacional do ponto de vista geográfico e cartográfico. Porém, em 1967, o IBGE seria transformado em Fundação, no intuito de obter maior autonomia para suas atividades, sendo a partir de então designado FIBGE.

Você certamente está pensando... mas o que esse resgate histórico tem a ver com a divisão do Brasil em regiões? Atente para o quadro a seguir. Para dispor de informações confiáveis e conhecer melhor o território nacional do ponto de vista geográfico – demandas centrais para o projeto modernizador do governo que Getúlio Vargas instalou no país após a Revolução de 1930 –, os órgãos descritos anteriormente também definiram regiões para, portanto, alcançar os objetivos que o Estado se propunha naquele momento.

AUTOR	ANO	CRITÉRIO	Nº REGIÕES	REGIÕES E ESTADOS (POR SIGLAS)
Conselho Nacional de Estatística	1938	Posição Geográfica	5	01. Norte (AC, AM, PA, MA, PI) 02. Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL) 03. Leste (SE, BA, ES) 04. Sul (RJ, DF, SP, PR, SC, RS) 05. Centro-Oeste (MG, GO, MT)
Conselho Técnico de Economia e Finanças	1939	Elementos econômicos	5	01. Norte (AC, AM, PA, MA, PI) 02. Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA) 03. Sudeste (ES, RJ, DF, SP, MG) 04. Sul (PR, SC, RS) 05. Centro-Oeste (GO, MT)
Conselho Nacional de Geografia	1941	Elementos naturais	5	01. Norte (AC, AM, PA) 02. Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL) 03. Leste (SE, BA, MG, ES, RJ, DF) 04. Sul (SP, PR, SC, RS) 05. Centro-Oeste (GO, MT)

Quadro 1 – Divisão regional por Conselhos Nacionais

Fonte: Pesquisa das autoras em março de 2009.

A divisão regional segundo o Conselho Nacional de Estatística, em 1938, objetivou fixar normas para a elaboração do Anuário Estatístico Brasileiro. Desse modo, esse Conselho estabeleceu o modo pelo qual deveria ser feita a regionalização, adotando, para esse fim, a divisão em uso no Ministério da Agricultura. Segundo Guimarães (1941), as razões que o referido Ministério se orientou para estabelecer tal divisão não encontram base suficiente, quer na Geografia Física, quer na Geografia Humana. Segundo ele, parece ter dominado o critério da posição geográfica.

Já as Zonas Geoeconômicas foram a referência para a divisão regional criada pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), em 1939, pois os critérios basearam-se nos fatos econômicos. Mas, a primeira divisão regional do país para fins práticos foi fixada pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1941. Segundo Galvão e Faissol (1969, p. 81), essa divisão representou o primeiro esforço organizado da sistematização de uma divisão regional do Brasil, e teve como premissas básicas:

- I) A de que havia uma consciência de diferenciações regionais no país [...] para que fossem feitos estudos dos problemas brasileiros por região e para que se divulgassem estatísticas, segundo estas mesmas unidades regionais; II) A de que uma divisão regional deveria ser estável e permanente [...] pois tal divisão permitiria a comparabilidade dos dados estatísticos em diferentes épocas; III) A de que devendo ser estável, o melhor critério a adotar seria o das regiões naturais, cuja evolução não sofreu alterações bruscas, fornecendo base conveniente para comparação no tempo; IV) E a de que, como sistema em que se apoiaram as Divisões Regionais daquela época era o baseado no princípio da divisão, ela deveria partir de um todo – o Brasil – subdividindo-o, sucessivamente, em unidades menores que iam desde as grandes regiões (unidades intermediárias) até as zonas fisiográficas (unidades menores), estas definidas por características socioeconômicas, porém, circunscritas à área da unidade imediatamente superior, definida pelas condições naturais.

Chamamos ainda sua atenção para esta divisão regional elaborada pelo Conselho Nacional de Geografia em 1941. Ela tornou-se um marco, uma vez que foi definida como divisão regional do território brasileiro, passando a ser a única oficialmente adotada pelo governo central para ser utilizada pelos diferentes setores da administração pública. Nela foram definidas as cinco “grandes regiões” brasileiras que, posteriormente, foram substituídas pela divisão proposta pelo IBGE – autor da divisão regional do Brasil na contemporaneidade e tema da nossa próxima aula.





Atividade 5

1

Reflita e responda: por que houve um interesse do Estado em criar órgãos como o Conselho Nacional de Estatística (CNE), Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG)?

2

Espacialize, nos mapas a seguir, as divisões regionais apresentadas no Quadro 1. Pinte ou faça hachuras nos mapas com base na caracterização apresentada no quadro. Não se esqueça de colocar o autor da regionalização e a legenda.





Resumo

Nesta aula, você entendeu a importância e as contribuições da proposta de regionalização de Delgado de Carvalho para o conhecimento da realidade nacional e o ensino da Geografia. Compreendeu, também, a relevância, as repercussões e o contexto histórico, econômico e político das propostas de divisão regional formulada por órgãos de ação e planejamento criados pelo Estado com o intuito de conhecer, coordenar e justificar a gestão do território durante o período conhecido como Estado Novo.

Autoavaliação

1

Justifique a importância da proposta de divisão regional formulada por Delgado de Carvalho.

2

Quais principais critérios nortearam as propostas de divisão regional destacadas no Quadro 1? Por quê?

3

Para aprofundar seu conhecimento sobre a temática em discussão, faça uma pesquisa em livros de Geografia e História sobre a relação entre as propostas de regionalização apresentadas no Quadro 1 e o momento histórico e político vivenciado pelo país na época de sua formulação. Registre aqui suas impressões.

Referências

BEZZI, Maria Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas. 1996. 377 fl. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 1996.

CARVALHO, Carlos M. Delgado de. **Methodologia do ensino geográfico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

DAOU, Ana. M. Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: ROSENDALH, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, Speridião. A divisão regional da década de 1940: suas características e fundamento. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 181 – 218, out./dez. 1969.

GUIMARÃES, Fábio. M. S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 318 - 371, abr./jun. 1941.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**: excertos da Revista Brasileira de Geografia. Ilustrações de Percy Lau. 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1956.

LIMA, Maria Helena Palmer (Org.). **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

VIDAL, Francisco Baqueiro. Um caso clássico de subdesenvolvimento regional revisitado: notas sobre a formação social e econômica do nordeste brasileiro. In: SEI. **Desenvolvimento regional**: análises do nordeste e da Bahia. Salvador: SEI, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 73).

Anotações

Anotações

Anotações

IBGE: Macrorregiões ou Grandes Regiões



Apresentação

Bem-vindo à nossa terceira aula sobre o processo de regionalização do Brasil. Prosseguindo nossos estudos, teremos como tema central de análise diversas regionalizações elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, da década de 40 do século XX até a atualidade, bem como o processo de revisão dessas propostas pelo próprio instituto. Para isso, versaremos sobre o contexto histórico da época de criação desse órgão e discutiremos as principais implicações políticas e territoriais relacionadas à divisão regional proposta pelo IBGE via ações e planejamentos do Estado.

Objetivos

- 1** Analisar a importância da criação e das ações do IBGE para o planejamento e a gestão do Estado nacional.
- 2** Identificar as principais mudanças na divisão regional do Brasil elaborada pelo IBGE da década de 1940 até os dias atuais.



O IBGE e as regiões

Em nossas aulas anteriores, você deve ter compreendido o significado do processo de regionalização e, após as discussões que realizamos acerca de propostas de divisão regional elaboradas por inúmeros autores, como Delgado de Carvalho, chegou o momento de focalizarmos o trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Salientamos desde já a importância dessa proposta, visto que consiste em uma divisão regional oficial, adotada pelo Estado brasileiro e discutida por grande parte dos nossos livros didáticos e professores em sala de aula. Iniciando esta aula, propomos a você uma reflexão a partir dos questionamentos seguintes.



Atividade 1

- 1** Que principais atribuições você acha que tem um órgão federal como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE?

- 2** Pesquise e responda: sabendo que 1938 foi o ano da fundação do IBGE, em que contexto histórico e econômico ele foi criado?

- 3** Que relações poderíamos estabelecer entre a fundação e consolidação desse órgão e a Geografia Quantitativa?

Pois bem, caso você não tenha conseguido dar respostas a todas as perguntas, não se preocupe. Esses e outros questionamentos irão motivar nossas discussões nesta terceira aula. Afinal, os entendimentos das próximas propostas de regionalização somente ficarão claros para você se forem acompanhadas do conhecimento do seu contexto histórico, econômico e geográfico de análise. Pois é a partir desses princípios que as propostas de regionalização apresentadas terão sentido, sendo passíveis de compreensão/discussão e não apenas de memorização.

Sendo assim, após você refletir sobre as questões levantadas anteriormente, observe o gráfico da Figura 1 a seguir. Ele apresenta um conjunto de dados estatísticos acerca de uma temática interessante à nossa discussão.

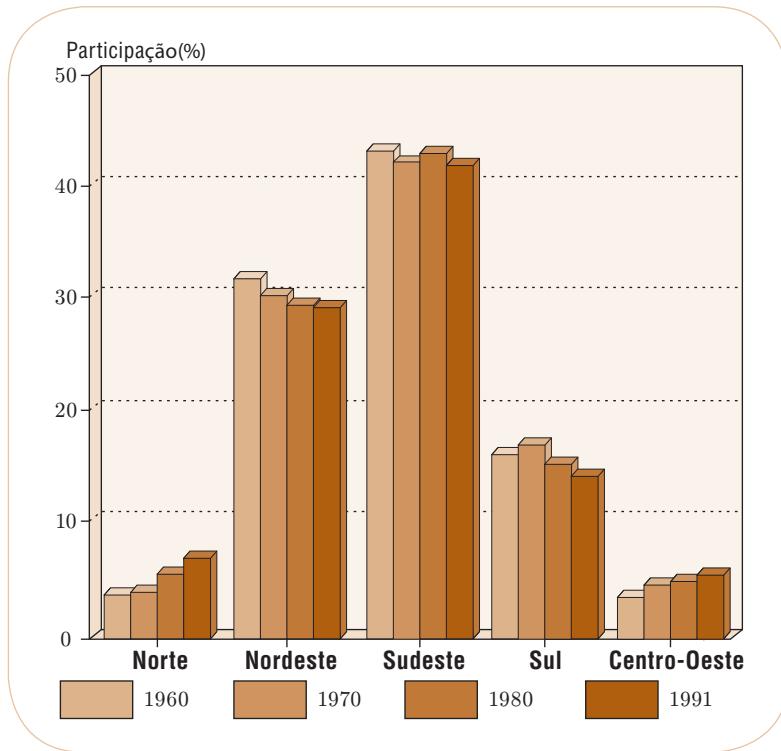


Figura 1 – Gráfico: Brasil e regiões. Participação relativa da população nas regiões no total do país (1960-1991)

Fonte dos dados: IBGE (apud SCARLATO, 1998, p. 394).



Atividade 2

Analise o gráfico da Figura 1 e responda:

- a)** Você poderia caracterizar a qualidade de vida ou a taxa de fecundidade da população da região Nordeste somente a partir das informações apresentadas na Figura 1?
- b)** Em sua opinião, somente a partir da leitura do gráfico teríamos condições de analisar essa dinâmica da população nordestina? Por quê?
- c)** Poderíamos afirmar que a região Norte apresenta a menor área, e, por conseguinte, o menor contingente populacional do país comparando com as demais regiões?

Que considerações poderíamos fazer após responder a Atividade 2? Inicialmente, você deve ter notado que os dados trabalhados refletem aspectos pertinentes à realidade nacional na atualidade, ao mesmo tempo em que, de forma interessante, tais dados apontam também para a realidade regional. Ou seja: nossa realidade está sendo apresentada a partir de dados estatísticos representativos da proposta de divisão regional adotada pelo IBGE. Ao analisar as informações expressas no gráfico, você deve ter obtido uma série de subsídios que possibilitam riquíssimas análises da dinâmica regional em nosso país. Por outro lado, você também deve ter compreendido que os números não explicam por eles mesmos a realidade apresentada nas referidas regiões; então, para compreender a dinâmica posta em discussão, você precisa ainda de muitas outras leituras e informações que subsidiarão sua análise. Concorda conosco?

Números absolutos, relativos, percentuais. Enumerar, quantificar. Tabelas, gráficos, projeções gráficas. Que Geografia é essa? É a Geografia Quantitativa! Você se lembra de tê-la estudado na disciplina Organização do Espaço, na Aula 11 – Região no contexto da renovação da Geografia? Então, retome esse conteúdo e aprofunde as nossas análises!

Ora, além de enriquecer os estudos acerca da realidade do nosso país, tais constatações também nos fazem refletir sobre as mudanças ocorridas no próprio rumo do pensamento geográfico no século XX, permitindo que venham à tona os princípios e os fundamentos da corrente geográfica denominada Geografia Quantitativa. Essa corrente geográfica, em linhas gerais, aponta para o fato de que a Matemática e a Estatística foram então introduzidas nos estudos regionais como instrumentos para análise, testes e inferências, mas também sofreram severas críticas, pois o dado estatístico não expressa sozinho a realidade, como você deve ter percebido na atividade anterior.

Chamamos a sua atenção para o fato de que, sintonizada com as grandes transformações ocorridas após II Guerra Mundial (1939-1945), essa corrente teórica emergente atribuiu um maior rigor científico ao conceito de região, dando-lhe um sentido operativo, buscando valorizar os sistemas lógico-quantitativos, eliminar a subjetividade, impor unicidade nos critérios de classificação e construir modelos para então abrir possibilidades de espacialização da realidade apreendida em mapas e gráficos.

Moraes (1999, p. 103), ao exemplificar como a Geografia Quantitativa orientaria o estudo da região, diz que

[...] a análise deveria começar pela contagem dos elementos presentes (nº de estabelecimentos agrícolas, população, extensão, número e tamanho das vilas e cidades etc.); ao final, surgiriam resultados numéricos cuja interpretação daria explicação da área estudada.”

Retornando ainda nossa análise do gráfico da Figura 1, é fato interessante em nossa discussão atentarmos à fonte desse conjunto de informações. Pois veja, tais dados são resultantes de um levantamento estatístico efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão federal criado em 1936 e estabelecido em 1938, com o intuito de, principalmente, levantar e divulgar dados estatísticos sobre o nosso país, além de promover ações como “elaboração de políticas públicas; subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subsidiar o planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais” (IBGE, 2009, extraído da Internet).

Segundo Helio de Araujo Evangelista, o IBGE recebeu esse nome em 26/01/1938, formado pela junção do Conselho Nacional de Estatística (criado em 17/12/1936) e do Conselho Brasileiro de Geografia (criado em 24/03/1937). A estes se juntou também o Serviço Nacional de Recenseamento. A data oficial da criação do Instituto, no entanto, é 29 de maio de 1936, quando foram regulamentadas as atividades do Instituto Nacional de Estatística.

Os princípios citados anteriormente apontam ainda para outra determinação dada pelo Estado a esse órgão: a regionalização do espaço nacional. Pois se entendia que o levantamento e a divulgação dos dados ocorreriam de maneira mais eficiente se recortes espaciais fossem traçados em nosso país. Dessa forma, se discutimos na aula anterior a importância e as repercussões da proposta de regionalização de Delgado de Carvalho e das primeiras regionalizações propostas por órgãos públicos, agora precisamos nos deter na forma como o Estado, por meio das ações de um único órgão – o IBGE – planeja a gestão do território.

E você sabe quais são esses recortes – as partes desse território? São as regiões! Mas, qual o objetivo de se dividir o espaço territorial de um país em regiões? O objetivo é facilitar a administração e o planejamento governamental. É mais fácil administrar e planejar o desenvolvimento de um espaço menor (uma região) do que um espaço maior (um país, por exemplo). Com o país dividido em regiões, é mais fácil adotar os procedimentos mais adequados para resolver problemas, tais como a falta de estradas, de incentivos ao estabelecimento de indústrias e muitos outros elementos.

É importante também você compreender que o IBGE surgiu num período histórico, em que o crescimento econômico passava cada vez mais a ter o Estado como agente regulador e planejador da atividade industrial. Bezzi (2004, p. 118), ao refletir a respeito das ações do IBGE frente ao planejamento e gestão do território, afirma que nesse período

o Estado passou a desenvolver pesquisas e estudos em campo, aplicando-lhes métodos estatísticos de análise e classificação ou regionalização. Assim, passaram a ser definidos espaços delimitados pela natureza, em cada um dos quais os traços físicos comuns

direcionavam as atividades econômicas do lugar, havendo, portanto, um estreito imbricamento entre características físicas e econômicas. Desse modo, ao se classificar ou regionalizar um território, já havia, de parte do Estado, a preocupação de subsidiar o planejamento regional.

Prosseguindo em nossos estudos, chamamos a atenção para a Aula 2 – Delgado de Carvalho e o Estado. Lembra que nesta aula você conheceu as divisões regionais elaboradas pelo Conselho Nacional de Estatística (CNE), em 1938; pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), em 1939; e, por fim, a divisão regional criada pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG), em 1941?



Todos esses Conselhos antecederam o IBGE e contribuíram para sua formação. Por conseguinte, as diferentes divisões regionais elaboradas por todos esses Conselhos influenciaram a divisão regional criada pelo IBGE. Nesse contexto de controvertidas “divisões” do espaço brasileiro, segundo critérios muito diversificados, em 1938 o IBGE precisou escolher uma divisão regional para elaborar o Anuário Estatístico do Brasil, um documento que contém informações sobre a população, o território e o desenvolvimento da economia, que é atualizado todos os anos. Então, a divisão regional utilizada pelo Ministério da Agricultura foi a escolhida para sua elaboração.

Os estudos para uma divisão regional propriamente do IBGE tiveram início em 1941, através de seu órgão especializado – o CNG – sob a coordenação do Engenheiro Fábio Macedo Soares Guimarães. O objetivo principal de seu trabalho foi de sistematizar as várias “divisões regionais” que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para fins práticos e sobretudo estatísticos da realidade brasileira.

Com o prosseguimento desses estudos, foi aprovada, em 1942, a primeira divisão regional oficial do Brasil, composta por 5 grandes regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Foi considerada como empírica sob o ponto de vista da abordagem metodológica, visto ter sido o conhecimento do real, do objeto (no caso, o território nacional) a base para a referida divisão (Magnano, 1995, p.69).

A partir de agora, leia e acompanhe a espacialização das mudanças relativas à divisão regional do IBGE a partir de 1942. Muitas delas aconteceram em decorrência da criação de Estados e Territórios. Por meio da leitura e interpretação de mapas e textos, esta sequência didática apresenta alguns aspectos do processo de regionalização do Brasil, oferecendo novos quadros de análise para que você reflita sobre a realidade nacional. Antes, porém, não deixe de responder a Atividade 3 a seguir.



Atividade 3

1

A missão do IBGE na atualidade é “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”. Na sua opinião, essa missão é a mesma do período de sua criação? Em que se assemelha ou diferencia?

2

Testando os seus conhecimentos, responda rapidamente, sem olhar para o material desta aula: o estado de São Paulo pertence à região Sul, Sudeste ou Centro-Oeste? E os estados de Goiás, Paraná e Mato Grosso?

3

A divisão político-administrativa brasileira é uma das mais dinâmicas dos países ocidentais, principalmente no que se refere à criação de municípios e à alteração de suas divisas. Essa dinâmica dos últimos 68 anos (1940 – 2008) é comprovada no quadro a seguir. Realize, então, uma pesquisa, usando como fonte o próprio IBGE, e complete o quadro. Em seguida, reflita: por que tem havido em nosso país, nas últimas décadas, um grande crescimento do número de municípios? Quais motivos justificam, em sua opinião, essa fragmentação do território em unidades políticas?

Quadro 1 – Brasil - número de municípios - 1940 a 2008

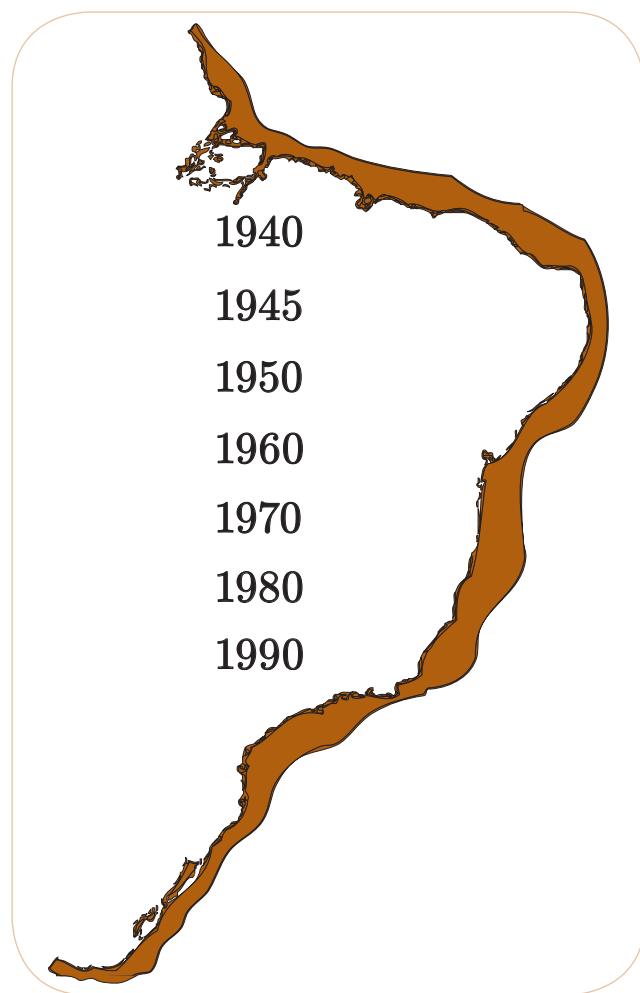
Ano	Nº de municípios existentes
1940	1.574
1960	
1980	
2008	5.564

Embora não abandonando totalmente o modelo determinista/possibilista de região, Guimarães (apud MAGNAGO, 1995, p. 73) propunha conceitos diferentes dos adotados na década de 1940:

[...] as regiões não são objetos concretos, encontrados na face da terra; de fato, não passam de “construções mentais” de esquemas delineados pelos geógrafos para ajudar a compreender a realidade. Portanto, os quadros regionais são construções subjetivas... não têm caráter absoluto e variarão com os critérios seguidos e com os objetivos que têm em vista.

Assim, conheçamos, a seguir, essas variações pós 1938.

Evolução da divisão regional e das unidades político-administrativas do Brasil



República dos Estados do Brasil - 1938



No Anuário Estatístico do Brasil de 1938, o IBGE adotou e publicou a divisão então em uso no Ministério da Agricultura, estabelecendo 5 grandes regiões em que, além dos aspectos físicos, também eram levados em consideração os aspectos socioeconômicos.

República dos Estados do Brasil - 1945



Já em 1942 e 1943, com a criação de novos territórios federais, a divisão anterior sofreu revisões. A regionalização então proposta em 1945 é de 7 regiões. O Território Federal de Fernando de Noronha foi criado em 1942 e incluído na região Nordeste Oriental. Em 1943, foram

criados os Territórios Federais de Guaporé, Rio Branco e Amapá, compondo a região Norte; o Território Federal de Iguaçu, incluído na região Sul, e o de Ponta Porã, na região Centro-Oeste.



Em 1946, foram extintos os territórios de Ponta Porã e Iguaçu, e em 1950 uma nova regionalização é instituída pelo IBGE – agora passando de 7 regiões para apenas 5 regiões. Esse número reduzido de regiões permanece até a atualidade.



Nessa década, não é criada uma nova regionalização, mas é bom lembrar que a divisão em grandes regiões tinha de acompanhar as transformações que estavam ocorrendo na divisão em estados e territórios do país. Assim, a regionalização instituída em 1950 muda bastante na década de 60. Vejamos: mudança da denominação do Território Federal de Guaporé para Território Federal de Rondônia (1956); inauguração do Distrito Federal – Brasília, com a consequente transferência da capital do país da região Leste para Centro-Oeste, e a criação do Estado da Guanabara (1960).



Essa regionalização foi instituída pelo IBGE em 1967, revista em 1969 e oficializada em 1970. O país ganha o desenho regional atual, abandona-se o termo Leste e nasce o Sudeste. O Território Federal do Acre eleva-se para a categoria de Estado e ocorre a mudança de denominação do Território Federal de Rio Branco para Território Federal de Roraima (1962).



Nessa década, há a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, com a transferência da capital de Niterói pra o Rio de Janeiro (1974); além disso, é criado o Estado de Mato Grosso do Sul (1977).



Essa divisão regional é criada em 1989, mas publicada apenas em 1990. Com a Constituição de 1988, ficam definidas mudanças na divisão do país em regiões que perduram até hoje. Quanto às Unidades territoriais, temos a elevação do Território de Rondônia à categoria de Estado (1981); a criação do Estado de Tocantins; a extinção do Território de Fernando de Noronha e anexação da sua área ao Estado de Pernambuco (1988), passando a ser Distrito do Estado de Pernambuco (1989).



Atividade 4

1

Quais foram as mudanças mais acentuadas ou mais visíveis propostas pelo IBGE desde a década de 1940?

2

Que principais mudanças ocorreram em nível de região Nordeste no período em questão? O que, em sua opinião, justifica tais mudanças?

Discussindo com mais cuidado essas questões, podemos afirmar que após analisar a evolução da divisão regional do Brasil definida pelo IBGE é importante que você compreenda o caráter intrínseco das revisões feitas a essa divisão. Elas se referem a um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas que dizem respeito à totalidade da organização do espaço nacional, referendado, no caso brasileiro, pela forma desigual como vem se processando o desenvolvimento das forças produtivas em suas interações com o quadro natural.

Sem deixar de lado as partes constitutivas da referida totalidade, a divisão regional em macrorregiões a partir de uma perspectiva histórico-espacial enfatiza a divisão inter-regional da produção no país, a par da internacionalização do capital pós-60, buscando as raízes desse

processo na forma como o Estado ora tende a intervir, ora a se contrair em face da evolução do processo de acumulação e de valorização do capital, que pode ser traduzido nos sucessivos e variados Planos de Governo.

Assim, concluímos que a regionalização proposta ao país pelo IBGE na década de 1940 não permaneceu até os dias atuais, pois diversas alterações na configuração das divisões regionais propostas surgiram ao longo das décadas até o presente. Vale lembrar, também, que hoje as regiões devem ser vistas de modo dinâmico. Elas já não mais se constituem em relativo isolamento geográfico – independentes umas das outras, tal como ocorria no passado –, mas articuladas a processos econômicos e sociais verificados em outras partes do país e do mundo.

Além do mais, a regionalização atual do IBGE trata-se de uma divisão então elaborada com base na homogeneidade física, humana e econômica das regiões. Como seus limites coincidem com os limites dos estados, essa divisão se apresenta bastante prática para fins estatísticos e de planejamento. Contudo, o critério de homogeneidade adotado pelo IBGE tem sido questionado, pois na atualidade há diversas diferenças no interior de uma mesma região e, por essa razão, surgiram outras regionalizações para o espaço brasileiro – proporcionando outras leituras e compreensões do nosso imenso Brasil.

Resumo

Ao término da terceira aula dessa disciplina, esperamos que você tenha ampliado sua compreensão sobre o processo de regionalização do espaço brasileiro através da discussão que realizamos sobre a dinâmica de regionalização proposta e colocada em prática pelo IBGE. Para isso, discutimos a importância, os princípios e as alterações da divisão regional oficial implementada no país da década de 40 do século passado até os dias atuais. Nossas trilhas de análise também levaram você a refletir sobre inter-relações entre a Geografia Quantitativa e a divisão regional em pauta, demonstrando a importância dessas inter-relações via uso, por exemplo, de dados estatísticos e gráficos para o planejamento e a gestão do território, via ações e estudos do Estado brasileiro.

Autoavaliação

1

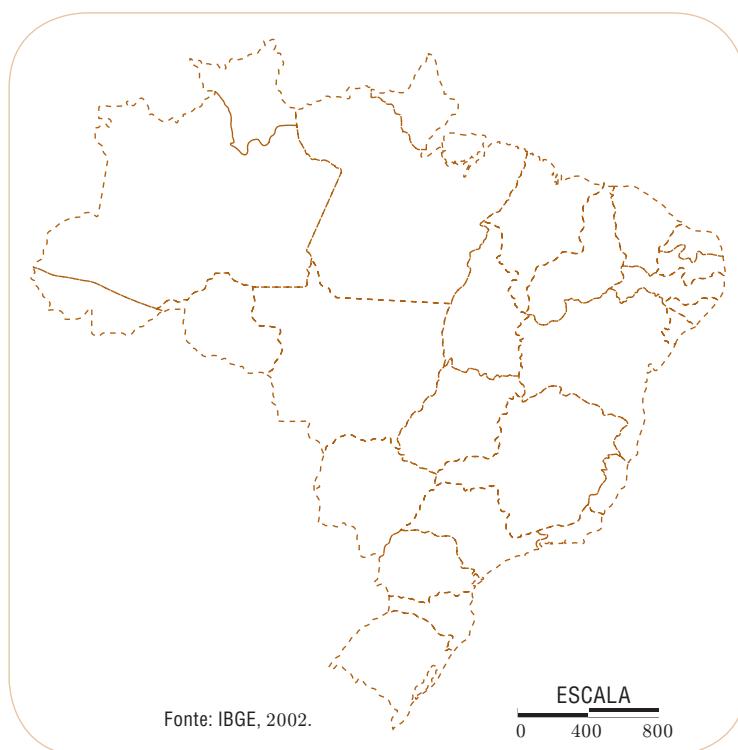
Pesquise na biblioteca do seu polo e na internet e contextualize o momento histórico nacional referente à criação do IBGE e à elaboração de suas propostas de divisões regionais.

2

Os limites regionais determinados pelo IBGE coincidem totalmente com os limites entre os estados? Por que esse órgão adota esse procedimento?

3

Você concorda com a Divisão do Brasil em Regiões na atualidade definida pelo IBGE? Por quê? Caso contrário, espacialize abaixo uma divisão regional para o país. Justifique-a, apresentando o(s) critério(s) selecionado(s) para tal divisão.



Referências

BEZZI, Maria Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas. 1996. 377f. Tese (Doutorado em Geografia). — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 1996.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. Onde está a Geografia na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística? **Revista geo-paisagem**: (on line), ano 4, n. 7, jan./jun. 2005. ISSN Nº 1677-650 X..

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 318-371, abr./jun. 1941.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Aplicabilidade**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em: 10 jul. 2009.

LIMA, Maria Helena Palmer (Org.). **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica**. 17. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

PENHA, Eli Alves - **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993. (Documentos para disseminação. Memória institucional, n. 4).

SCARLATO, Francisco Capuano. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. cap. 7.

Anotações

Anotações

IBGE: Mesorregiões e Microrregiões

Aula

4

Oceano Atlântico



Apresentação

Bem-vindo a mais uma aula da disciplina Geografia Regional do Brasil. Você já sabe que o processo de regionalização estudado até então partiu das diferenças e semelhanças no interior do espaço brasileiro. As regiões ora pensadas, construídas e implementadas por diversos autores e órgãos de governo ou representantes de classes, como os Conselhos Nacionais, foram para uma grande região – a Macrorregião. Porém, nesta aula, além da análise regional em escala nacional, também veremos a regionalização no âmbito dos estados. Esta divisão regional, denominada Mesorregiões e Microrregiões geográficas, também foi elaborada pelo IBGE, e por isso consiste em proposta oficial de regionalização.

Objetivos

- 1 Entender diferentes propostas de regionalização elaboradas pelo IBGE, as Mesorregiões e Microrregiões geográficas.
- 2 Compreender a espacialização das Mesorregiões e Microrregiões geográficas.
- 3 Relacionar sua realidade local, no âmbito do seu estado ou do seu município, às propostas de divisão regional em questão.



Macro, Meso e Microrregião – diferentes escalas geográficas para conhecer o Brasil

Em nossa aula anterior, intitulada IBGE: Macrorregiões ou Grandes Regiões, estudamos a divisão regional tendo como parâmetros de análise grandes recortes espaciais definidos pelo IBGE e revisados em diferentes momentos históricos. Vimos como o Estado, em prol de maior conhecimento e planejamento, utiliza os dados referentes à realidade regional do país, definindo, assim, planos e ações governamentais.

Observe, também, que a divisão regional oficial do Brasil em Grandes Regiões, produzida pelo IBGE nos anos 40 (vista na aula anterior) era getulista: a região era pensada no âmbito e contexto do país. As diferenciações de áreas que conceberiam a divisão regional do Brasil estavam voltadas para o planejamento e gestão do Estado-nação.

No governo militar é que se institucionaliza um sistema específico de órgãos de planejamento urbano e regional; para atender a esse sistema, outras divisões regionais se apresentaram com possibilidade de fornecer análises mais próximas das realidades dos estados, dos municípios e das cidades. Dentre estas divisões regionais, é criada a regionalização do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas, a divisão regional para os estados da federação que estudaremos nesta aula. Mas antes de darmos continuidade a nossa disciplina, reflita e responda a Atividade 1 a seguir.



Atividade 1

1

Em sua opinião, o que significa Mesorregião e Microrregião?

2

Pesquise e responda: em que contexto histórico foram elaboradas as propostas de regionalização do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões?

Mesorregiões e Microrregiões Geográficas

As propostas de regionalização do país em Mesorregiões e Microrregiões inserem-se no quadro de propostas de divisão regional formuladas inicialmente na década de 70, através da discussão e do uso de um conjunto de técnicas quantitativas de análise regional. Essas técnicas foram pensadas por estudiosos como Speridião Faissol, professor universitário e pesquisador do IBGE. O referido autor fundamentou-se na **Teoria Geral dos Sistemas**, e criou modelos espaciais de análise. Para ele, **região** pode ser definida como “um conjunto de lugares caracterizados por um elevado grau de similaridade ou homogeneidade, homogeneidade esta definida em termos de um critério específico” (FAISOL apud MAGNAGO, 1995, p. 82). Tendo essa base conceitual de discussão, Faissol definiu, em 1976, as Mesorregiões homogêneas, afirmando que

tais unidades espaciais, em escala intermediária entre as Micro e as Macrorregiões, visavam a aprimorar a divulgação de dados censitários, sem perigo de individualização de informações, como forma de subsidiar as políticas de planejamento então em vigor (FAISOL, 1976 apud MAGNAGO, 1995, p. 83).

Agregando, então, as chamadas Microrregiões, as Mesorregiões foram pensadas a partir do critério de homogeneidade intragrupos, tendo como parâmetro conceitual os setores básicos das atividades econômicas e os indicadores de desenvolvimento urbano e rural. Inicialmente, tais estudos geraram 87 unidades espaciais em nível mesorregional.



Teoria Geral dos Sistemas

A **Teoria Geral dos Sistemas** influenciou a Geografia Quantitativa. Surgida nas décadas de 1950 e 1960, essa teoria afirma ser necessário avaliar a realidade como um todo, e não somente em áreas ou setores. O mais importante é a identificação do maior número de variáveis possíveis que, de alguma forma, influenciam toda essa realidade.

No final da década de 80, porém, nosso país apresentava uma realidade econômica e espacial bastante diferenciada em relação à década de 70, pois

partia-se da premissa que o desenvolvimento capitalista de produção teria afetado de maneira diferenciada o Território Nacional, com alguma áreas sofrendo mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, enquanto outras se manteriam estáveis ou apresentariam problemas acentuados. Reconhecia-se o papel das condições naturais na orientação das formas de ocupação e produção agrárias, bem como identificavam-se os processos de metropolização e industrialização como elementos estruturadores do espaço. (MAGNAGO, 1995, p. 85).

Analisava-se agora o espaço a partir da fundamentação teórica da Geografia Crítica, entendendo-se o espaço como reflexo de uma totalidade, explicada por conceitos como o materialismo histórico. Nessa ótica de análise, relaciona-se o processo de regionalização à totalidade social, sendo a região um reflexo espacial dessa totalidade (MAGNAGO, 1995, p. 84).

O **materialismo histórico**, pensamento desenvolvido no século XIX por estudiosos como Karl Marx, estuda a sociedade a partir da investigação das mudanças históricas, sociais, políticas e econômicas dadas pelas transformações nos modos de produção. Defende que a evolução histórica, desde as mais remotas sociedades, dá-se pelos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da “exploração do homem pelo homem”.

Esse quadro de análise e a constatação da nova realidade nacional produziram inquietações e dúvidas em relação às propostas de regionalização em Macrorregiões, a regionalização então vigente. Isso levou, então, o IBGE a repensar as divisões dos espaços considerados intermediários, como as Mesorregiões e as Microrregiões homogêneas. Estas, entendidas como parte de uma totalidade dialeticamente construída, passaram a ser denominadas de geográficas, e não de homogêneas, como anteriormente tinham sido designadas. Esses recortes espaciais visam traduzir, para o IBGE, ainda que de maneira sintética, as diferenças na organização do território nacional quanto às questões sociais e políticas (MAGNAGO, 1995, p.85).

Além disso, devemos compreender que a divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões partiu das necessidades e determinações mais amplas em nível conjuntural, para planejar e pensar os Estados integrantes de cada Grande Região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Nestas subdivisões, ou melhor, nesta nova regionalização, o IBGE buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomando como um dos critérios no universo de análise a sua localização geográfica.

Espacializando nossa discussão, conheça, a seguir, os mapas atuais das Mesorregiões e das Microrregiões propostos pelo IBGE no final da década de 80 e início da década de 90 para todo o território nacional. Você já os conhecia?



Figura 1 – Brasil: Mesorregiões geográficas

Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/mesorregiao.html>>.
Acesso em: 18 jun. 2009.



Figura 2 – Brasil: Microrregiões geográficas

Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/microrregiao.html>>.
Acesso em: 18 jun. 2009.

Atente para as Figuras 1 e 2. Você percebeu nos mapas as inúmeras subdivisões efetuadas nos estados? Pois bem, segundo o IBGE, as Mesorregiões geográficas foram definidas como áreas individualizadas em cada uma das unidades da federação, tendo como base as seguintes dimensões: “o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial” (IBGE apud MAGNAGO, 1995, p.85).-

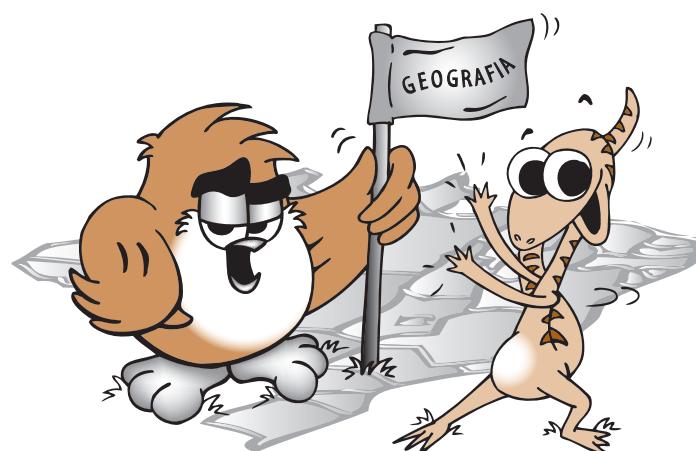
Já as Microrregiões geográficas são consideradas partes das Mesorregiões, e foram definidas

por suas especificidades quanto à estrutura da produção agropecuária, industrial, extractiva mineral e pesqueira. Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva utilizaram-se, também, informações sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares, compondo a vida de relações locais (MAGNAGO, 1995, p. 85-86).

Além disso, as Microrregiões geográficas são agrupamentos de municípios que podem também ser definidos por lei estadual, cuja finalidade é a sua integração para facilitar os interesses comuns quanto à organização, ao planejamento e às funções públicas dos estados para os seus municípios. Segundo a Constituição Federal, no Capítulo III (Dos Estados Federados), Art. 25, § 3º:

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Sendo assim, as Mesorregiões e as Microrregiões também são referências importantes para a definição de estratégias e prioridades para o desenvolvimento do país, levando em consideração a realidade e as potencialidades das diferentes regiões brasileiras. E não esqueçamos que a maioria dos estados, por meio de suas secretarias de planejamento, também pode definir localmente suas Mesorregiões. São outras denominações utilizadas nas análises realizadas por estas secretarias. Vamos refletir sobre essas questões? Para isso, responda a atividade a seguir.





Atividade 2

1

Conceitue Mesorregião e Microrregião geográfica.

2

Pesquise, na biblioteca do seu polo e na internet, as Mesorregiões e as Microrregiões geográficas. Sugerimos acessar o site <<http://www.ibge.gov.br>>. Nele, localize o mapa que apresenta as divisões regionais de todos os Estados da Federação em Meso e Microrregiões, e atente para os estados da região Nordeste.

3

Dê continuidade à sua pesquisa e descubra quais são as Mesorregiões e as Microrregiões definidas pelo IBGE para o estado em que você reside. Procure em livros didáticos, na biblioteca do seu polo e na internet as suas principais características naturais e humanas.

A fim de enriquecer mais sua pesquisa, veja a seguir as Mesorregiões definidas pelo IBGE para os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Se você reside em um desses estados, vai ficar bem fácil localizar a Mesorregião que você vive.

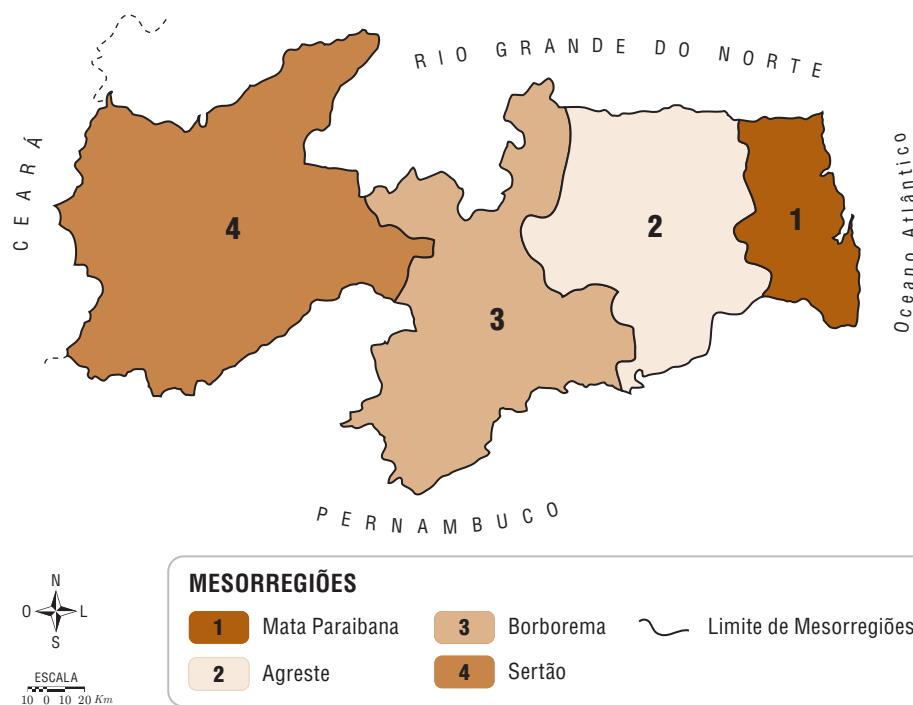


Figura 3 – Paraíba – Mesorregiões geográficas.

Dados do IBGE.

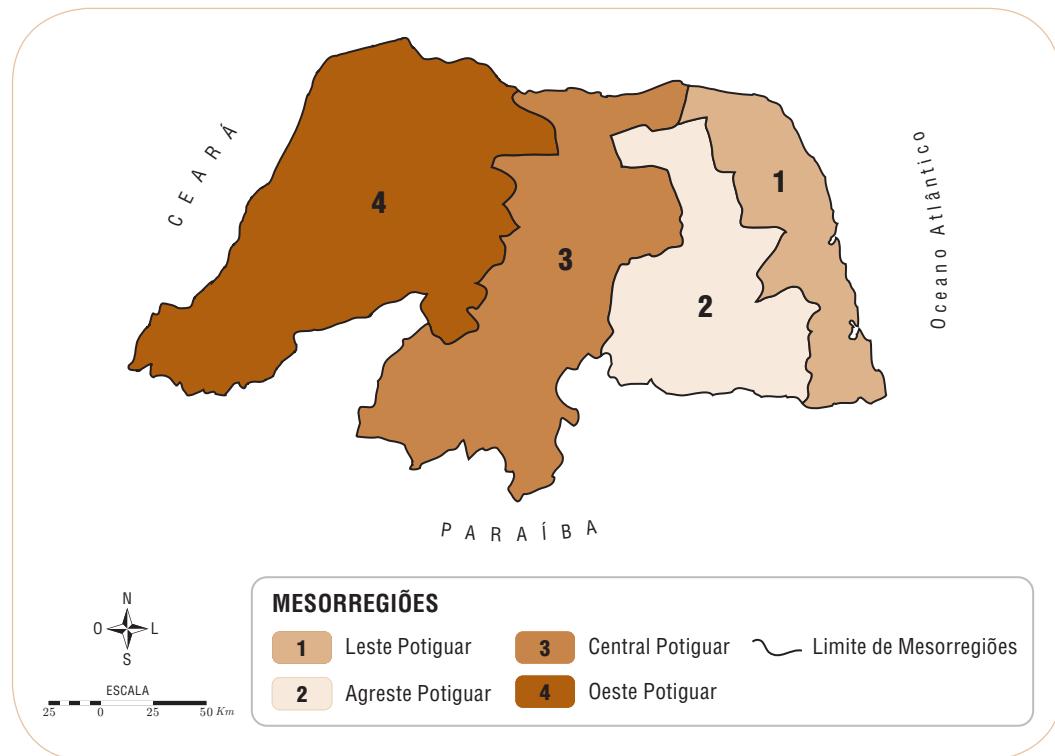


Figura 4 – Rio Grande do Norte – Mesorregiões Geográficas.

Dados do IBGE.

Para entender melhor as Mesorregiões e Microrregiões

Agora que você já conhece os conceitos de Mesorregiões e Microrregiões geográficas, observe com atenção a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Transformações na Divisão Municipal entre 1989 e 2007

Unidades da Federação	Número de Municípios		Variação entre 89/07	
	1989	2007	Absoluta	Relativa
Rondônia	23	52	29	126,1
Acre	12	22	10	83,3
Amazonas	62	62	-	-
Roraima	08	15	7	87,5
Pará	105	143	38	36,2
Amapá	09	16	7	77,8
Tocantins	62	139	77	124,2
Maranhão	136	217	81	59,6
Piauí	118	223	105	89,0
Ceará	178	184	6	3,4
Rio Grande do Norte	151	167	16	10,6
Paraíba	171	223	52	30,4
Pernambuco	168	185	17	10,1
Alagoas	97	102	5	5,2
Sergipe	74	75	1	1,4
Bahia	367	417	50	13,6
Minas Gerais	723	853	130	18,0
Espírito Santo	66	78	12	18,2
Rio de Janeiro	68	92	24	35,3
São Paulo	572	645	73	12,8
Paraná	318	399	81	25,5
Santa Catarina	199	293	94	47,2
Rio Grande do Sul	332	496	164	49,4
Mato Grosso do Sul	72	78	5	6,9
Mato Grosso	94	141	47	50,0
Goiás	194	246	52	26,8
Distrito Federal	1	1	-	-

Fonte: IBGE

Você deve ter notado que a Tabela 1 apresenta o número de municípios existentes nos estados brasileiros nos anos de 1989 e 2007. Perceba que alguns estados tiveram um grande aumento no seu número de municípios! O que você acha, então, do governo do estado de Minas Gerais, por exemplo, planejar orçamentos, programas, projetos e todos os elementos que integram a gestão pública para **723** municípios? E, então, num espaço temporal de 10 anos, o gestor possuir agora **853** municípios para administrar? O que fazer diante desta densa e complexa divisão estadual? Um caminho a seguir pelo gestor seria agrupar estes municípios?

Resumindo, para facilitar a administração, os órgãos públicos definem regionalizações, cada uma obedecendo a critérios diversos e baseando-se em interesses específicos. Ao Governo Federal cabe a tarefa de propor e gerir projetos para as Macrorregiões; aos estados, para as Meso e Microrregiões. Assim, ambos produzem informações que contribuem para o conhecimento da realidade e para o planejamento na busca da solução dos seus problemas. Um outro exemplo de recurso regionalizador para administração dos estados é feito pelas secretarias de educação, saúde ou segurança pública, que estabelecem sua própria divisão regional. Por exemplo, as secretarias de educação de vários estados do país criaram a Diretoria Regional de Educação, Cultura e Desportos (DIRED).

Lembra dos mapas das Mesorregiões dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte vistos na Atividade 2? Pois é, já sabemos que cada Mesorregião ali apresentada contém uma outra divisão regional! São as Microrregiões. Portanto, tais unidades regionais – Mesorregiões e Microrregiões – podem auxiliar gestores públicos e sociedade em geral a planejar ações e projetos para seus estados. Afinal, em termos de divisão regional de caráter oficial, para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos, as Mesorregiões e as Microrregiões geográficas constituem um modelo, estando em vigor até os dias de hoje.

Conheça, a seguir, o conjunto das Microrregiões para dois estados brasileiros: 19 no Rio Grande do Norte e 23 no estado da Paraíba. E ainda desta vez, caso resida em um destes estados, localize qual a Microrregião que você reside. Depois de analisar os mapas, não se esqueça de responder a atividade a seguir.

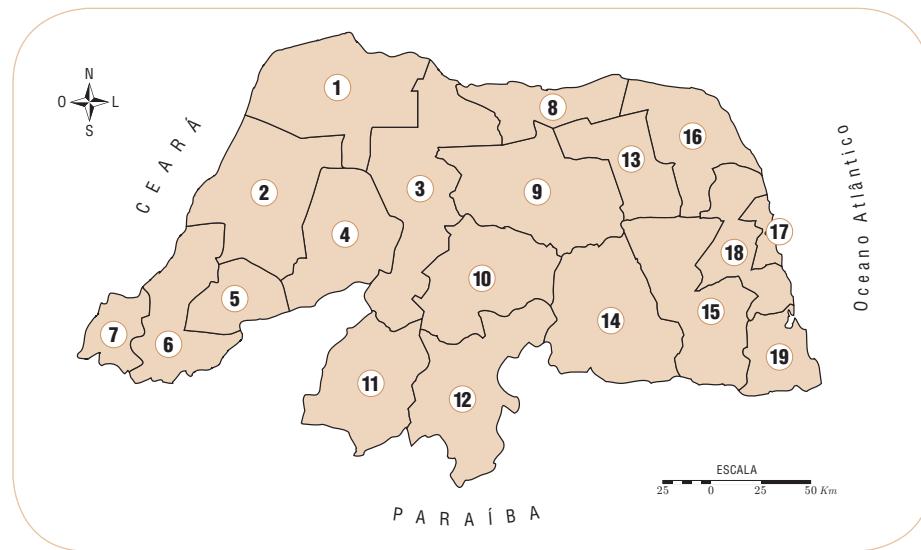


Figura 5 – Microrregiões do Rio Grande do Norte

Dados do IBGE.

As Microrregiões do Rio Grande do Norte são:

- 1** – Mossoró, **2** – Chapada do Apodi, **3** – Vale do Açu, **4** – Médio Oeste, **5** – Umarizal, **6** – Pau dos Ferros, **7** – Serra de São Miguel, **8** - Macau, **9** – Angicos, **10** – Serra de Santana, **11** – Seridó Ocidental, **12** – Seridó Oriental, **13** – Baixa Verde, **14** – Borborema, **15** - Agreste Potiguar, **16** – Litoral Nordeste, **17** – Natal, **18** – Macaíba, **19** – Litoral Sul.

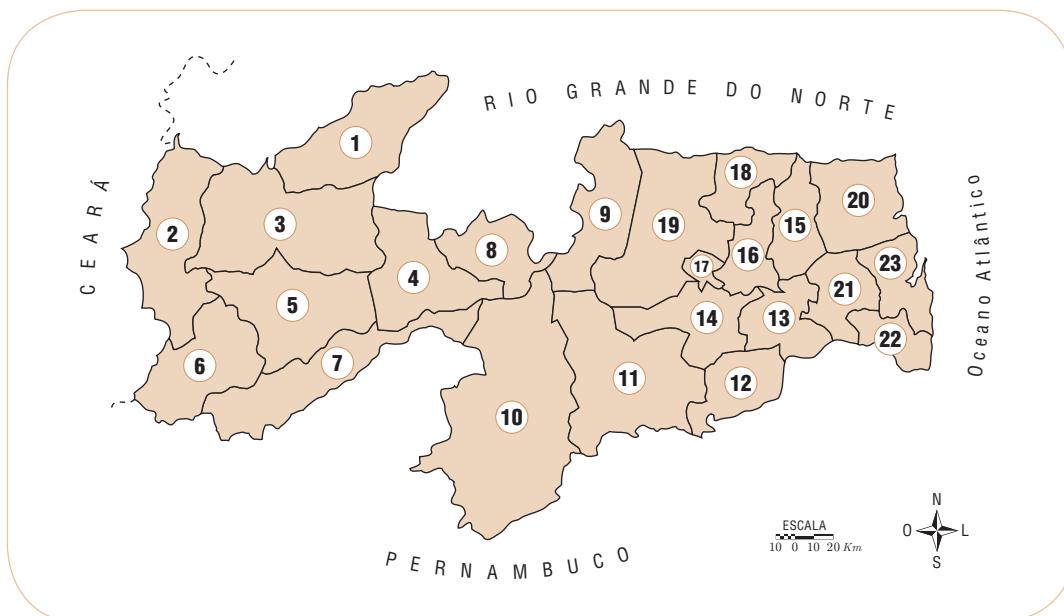


Figura 6 – Microrregiões da Paraíba.

Dados do IBGE.

As Microrregiões da Paraíba são:

- 1** – Catolé do Rocha, **2** – Cajazeiras, **3** – Sousa, **4** – Patos, **5** – Piancó, **6** – Itaporanga, **7** – Serra do Teixeira, **8** – Seridó Ocidental Paraibano, **9** – Seridó Oriental Paraibano, **10** – Cariri Ocidental, **11** – Cariri Oriental, **12** – Umbuzeiro, **13** – Itabaiana, **14** – Campina Grande, **15** -Guarabira, **16** – Brejo Paraibano, **17** – Esperança, **18** – Curimataú Oriental, **19** – Curimataú Ocidental, **20** – Litoral Norte, **21** – Sapé, **22** – Litoral Sul, **23** – João Pessoa.



Atividade 3

1

Observe atentamente a Tabela 1 sobre as transformações na divisão municipal entre 1989 e 2007. Localize o seu estado e faça uma pesquisa na biblioteca do seu polo e na internet. Liste quais novos municípios surgiram em tal período.

2

Agora que você já conhece as Mesorregiões e as Microrregiões dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, pesquise na biblioteca do seu polo e na internet outro estado da federação e elenque as suas Microrregiões e Mesorregiões geográficas.

Para melhor entendimento das nossas reflexões, propomos a você mais um exercício de análise.



Atividade 4

Observe atentamente a Tabela 2 e responda: quais principais análises poderíamos realizar a partir da leitura dos seus dados?

Tabela 2 – Microrregiões com maior crescimento demográfico na região Nordeste (1980-1991)

MICRORREGIÃO COM CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	
Entre 3% e 4% a.a.	Igual ou maior que 4% a.a.
Gerais de Balsa (MA)	Gurapi (MA)
Teresina (PI)	São Luiz (MA)
Fortaleza (CE)	Imperatriz (MA)
Natal (RN)	Pacajus (CE)
Mossoró (RN)	Petrolina (PE)
João Pessoa (PB)	Sertão do São Francisco (AL)
Maceió (AL)	Aracaju (SE)
Jeremoabo (BA)	Barreiras (BA)
Salvador (BA)	
Senhor do Bonfim (BA)	

Fonte: IPEA (2002, p. 100).

Você deve ter notado que a tabela apresenta as Microrregiões nordestinas que obtiverem considerável crescimento demográfico no período entre 1980 e 1991. Ou seja, a dinâmica demográfica em pauta apresenta um processo verificado em um conjunto de municípios agrupados em Microrregiões. Coincidemente, nomina-se a Microrregião utilizando o município mais importante dentre aqueles que formam essa Microrregião.

O contexto assinalado nos indica as variáveis de entendimento da criação e delimitação de uma unidade regional denominada de Microrregião. Afinal, sabemos que um conjunto de características naturais, econômicas e sociais agrupou nessa Microrregião municípios de realidades semelhantes e desafios comuns. Assim, os dados representam uma realidade que pode ser levada em consideração por gestores públicos, prefeitos e vereadores, e, portanto, pensar o desenvolvimento local de um conjunto de municípios.

Mas não podemos apenas verificar ou constatar tais dados. Precisamos aprofundar nossos conhecimentos, pois essa dinâmica está relacionada a outras questões que ainda vamos discutir em nossa disciplina. Um exemplo é o fato de que algumas Microrregiões representam uma dinâmica econômica com repercussões nas suas características urbanas locais, o que consequentemente levará à formação de regiões metropolitanas na região (assunto abordado na nossa próxima aula). Portanto, vamos pesquisar as variáveis que motivaram a dinâmica dessas Microrregiões realizando a Atividade 5 a seguir:



Atividade 5

1

No mapa a seguir, espacialize as Microrregiões tratadas na Tabela 2. Para isso, localize os municípios que denominam cada uma das Microrregiões nordestinas.



2

Você já sabe que um conjunto de variáveis econômicas também é responsável pela dinâmica demográfica verificada nas Microrregiões nordestinas da Tabela 2. Mas que variáveis são essas? Pesquise da internet do seu polo, assim como em livros e revistas. Para lhe auxiliar nessa pesquisa, informamos que o turismo e as atividades agrícolas, como o cultivo de soja e a fruticultura irrigada, podem nos fornecer pistas para explicar a dinâmica populacional das referidas Microrregiões.

Sua pesquisa deve ter lhe levado a constatar que a atual região Nordeste apresenta áreas de dinamismo econômico, motivado pela implantação e desenvolvimento de novas atividades, como o turismo no litoral leste ou oriental, o cultivo de soja no interior de estados do Piauí e da Bahia, ou ainda, a expansão da fruticultura irrigada no sertão de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte. Esse dinamismo econômico atrai expressivos contingentes populacionais, promovendo um maior desenvolvimento urbano e destacando as Microrregiões em que estas atividades estão inseridas.

Entendeu, a partir dessas reflexões, os objetivos que nortearam o processo de formulação e regulamentação, pelo IBGE, das chamadas Mesorregiões e Microrregiões geográficas? Ora, as propostas em pauta tornaram-se parâmetros de reflexão, principalmente para se discutir no Brasil a realidade das unidades regionais intermediárias, ou seja, daquelas situadas entre as Macrorregiões e os municípios, com o propósito de se pensar os problemas e as potencialidades de um conjunto de municípios com características semelhantes entre si.

Na próxima aula, estudaremos ainda outras propostas com objetivos semelhantes, ou seja, pensar a diversidade e ao mesmo tempo a homogeneidade das diferentes áreas e realidades nacionais. Ressaltamos que essas propostas foram também elaboradas e regulamentadas pelo IBGE, e são as **redes funcionais urbanas** e as **regiões metropolitanas**.

Resumo

Nesta aula, você compreendeu o contexto histórico que justificou a formulação e a regulamentação das chamadas Mesorregiões e Microrregiões pelo IBGE. Você viu que estas unidades regionais têm sua importância ligada às necessidades de conhecimento e gestão do espaço nacional, a partir de reflexões sobre os chamados espaços intermediários, e não àquelas Macrorregionais, como anteriormente havia acontecido. Sendo assim, você refletiu sobre sua própria realidade local, identificando e analisando o contexto do seu município a partir da sua inserção em Mesorregiões e Microrregiões.

Autoavaliação

1

Por que foram criadas as Mesorregiões e as Microrregiões no âmbito dos estados brasileiros?

2

Relacione a proposta de divisão regional em Mesorregiões e Microrregiões geográficas à chamada Geografia Quantitativa.

3

Observe os mapas anteriores sobre as Mesorregiões e as Microrregiões dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Localize a capital desses estados e destaque a Mesorregião em que está inserida, bem como as Microrregiões da Mesorregião citada.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Projeto divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Entrevista concedida pela Direção de Goeciências. Out. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: IPEA, 2002. v 4.

LIMA, Maria Helena Palmer (Org.). **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. 1995.

OLIC, Nelson Bacic. As novas regiões metropolitanas do Brasil. **Revista Pangea**, 27 jan. 2003. Disponível em: <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=175&ed=4>. Acesso em: 13 jul. 2009.

SILVA, Simone Affonso de. **Divisão regional brasileira**: considerações acerca de seus fundamentos. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area02/2002_Affonso_da_Silva_Simone.doc>. Acesso em: 13 jul. 2009.

Anotações

Anotações

Anotações

IBGE: Regiões Funcionais Urbanas e Regiões Metropolitanas

Aula

5



Apresentação

Continuando os estudos sobre o processo de regionalização proposto pelo IBGE para o nosso país, convidamos você a refletir sobre a elaboração e a regulamentação das Regiões Funcionais Urbanas e das Regiões Metropolitanas – RMs. Salientamos que estas regionalizações foram pensadas e planejadas pelo Estado a partir das eminentes necessidades de conhecimento, planejamento e intervenção sobre um espaço nacional em constantes transformações econômicas e sociais, e todas estas necessidades relacionadas ao desenvolvimento e consolidação da sociedade **urbana** e **industrial** brasileira.

Objetivos

- 1 Analisar diferentes propostas de regionalização elaboradas pelo IBGE, as Regiões Funcionais Urbanas e as Regiões Metropolitanas.
- 2 Espacializar estas propostas de divisão regional.
- 3 Relacionar sua realidade local, no âmbito de seu estado, município e da sua cidade, às propostas de divisão regional em questão.

Região em outra escala de análise: as cidades

Quando discutimos a proposta de divisão regional do país em Mesorregiões e Microrregiões, percebemos a preocupação do Estado nacional em obter subsídios que permitissem a montagem de estratégias de planejamento e intervenções na realidade brasileira. Além disso, estudamos o contexto socioeconômico que embasou e orientou as novas propostas de regionalização do espaço nacional. Ressaltamos que, nesse contexto, também emergiram as discussões acerca das transformações as quais o **espaço urbano** do país estava vivenciando e, consequentemente, propostas de análise regional que levaram em consideração a funcionalidade e as relações entre as cidades-regiões.

Espaço urbano é um conjunto representativo da “concentração espacial do fenômeno urbano, e definido pela continuidade e extensão do espaço construído.” (CASTELLO BRANCO, 2003, p. 6-7).

Destacando uma divisão social e territorial do trabalho diferente de momentos anteriores da história do país, a realidade pós década de 60 e 70 ficou marcada por novas estratégicas capitalistas de reprodução do capital. Isso gerou e consolidou uma sociedade urbana e industrial, em que relações espaciais contemporâneas traduziram os papéis inovadores dos centros urbanos com poder de polarização através da influência e da importância do setor terciário.

O IBGE, movido pela necessidade urgente de obter dados que permitissem a análise e gestão dessa nova realidade, propõe outros recortes de estudos espaciais através de um processo de regionalização voltado para o entendimento do espaço urbano regional. Para isso, define as **Regiões Funcionais Urbanas** a partir de estudos de centralidade e de áreas de influência dos núcleos urbanos, numa alusão aos fenômenos de interação e de relações econômicas, sociais e culturais. Com o desenvolvimento e o crescimento da complexidade do espaço urbano, são formuladas e regulamentadas por esse órgão as **Regiões Metropolitanas – RM's**. As duas regionalizações são o tema central de nossa aula. Mas antes de continuarmos esse diálogo, reflita um pouco mais sobre a temática em questão e responda a Atividade 1 a seguir:



Atividade 1

1

A partir dos seus conhecimentos prévios, defina o que seriam Regiões Funcionais Urbanas e Regiões Metropolitanas.

2

Em sua opinião, por que o IBGE formulou e regulamentou estas divisões regionais?

3

Você reside em uma Região Metropolitana? Quais municípios formam essa Região Metropolitana?

Regiões Funcionais Urbanas

As Regiões Funcionais Urbanas foram propostas pelo IBGE no mesmo contexto em que foram formuladas as Mesorregiões e Microrregiões, tema da nossa aula anterior, lembrase? Seguindo parâmetros de análise embasados também pela Geografia Quantitativa, tendo variados modelos estatísticos criados e difundidos por geógrafos como Speridião Faissol, dentre outros, o IBGE dá continuidade à sua linha de pesquisa sobre a rede urbana brasileira, cujo marco fundamental remete ao estudo *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, realizado em 1966 através de pesquisa de campo. Esse estudo teve o objetivo de conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras com base na análise dos fluxos de bens e serviços, e define as regiões funcionais urbanas como

Um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que podem servir de modelo tanto para uma política regionalizada de desenvolvimento, como para orientar a racionalização no suprimento de serviços de infra-estrutura urbana através da distribuição mais adequada. No campo administrativo, pode servir de modelo para aperfeiçoar a máquina administrativa, eliminando a excessiva centralização executiva e introduzindo critérios racionais de localização dos investimentos e das atividades setoriais dos governos estaduais e federal. Poderá contribuir, assim, para que a atividade da administração pública aumente sua racionalidade através de uma organização territorial, tanto na programação das atividades correntes como na programação dos investimentos necessários à ampliação dessas atividades. (IBGE, 1972, p. 9).



Figura 1 – Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1966)

Ora, você poderá estar se questionando: o IBGE estuda e reflete sobre as questões pertinentes ao desenvolvimento das cidades? O que isso tem a ver com o planejamento e direcionamento das ações políticas para o país? DEGEO (1969), realizando estudos regionais no âmbito das cidades, responde que, no caso brasileiro, por exemplo, não se pode compreender o processo econômico nacional sem uma boa concepção do papel histórico

desempenhado por São Paulo e Rio de Janeiro. Igualmente, não se pode compreender bem o mecanismo da economia nordestina sem uma compreensão clara da importância de cidades como Recife e Salvador.

Portanto, do ponto de vista do planejamento, a função das cidades é importante, pois elas comandam todo o sistema econômico nacional e é através delas que se pode inferir o efeito de uma política de intervenção que leve à maior concentração ou à desconcentração, à maior eficiência do sistema ou à maior equidade inter ou intrarregional.

A proposta da criação das Regiões Funcionais Urbanas partiu, nesse contexto, do entendimento de que mudanças no processo de desenvolvimento nacional levavam à reafirmação da importância e dos papéis a serem desempenhados pelas principais cidades do país, em um momento em que se consolida a sociedade urbana nacional. A cidade passa a ser o centro local do poder que dita os rumos do desenvolvimento e subordina as áreas periféricas. Isto porque, como afirma Bezzi (2004, p. 288),

A região funcional ou polarizada é aquela que necessita, essencialmente, de um pólo (nó) que preside a teia de relações que dá substância à região. Nessa perspectiva, a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas pelas múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. Valoriza-se o papel da cidade como centro de organização espacial. As cidades com uma função determinada passam a ser um pólo de atração, ou seja, um centro irradiador de toda a dinâmica da região. Dessa forma, as cidades organizam sua hinterlândia e também dinamizam outros centros urbanos de menor porte, em um verdadeiro sistema espacial.

Procurava-se medir e entender os principais vínculos estabelecidos entre sistemas de centros urbanos através do movimento estabelecido entre os diferentes setores econômicos e sociais. Constituía-se de fundamental importância, ainda, verificar a dinâmica do setor agrícola e de bens e serviços, tendo como indicadores a rede viária e os locais de distribuição de bens e serviços (MAGNAGO, 1995, p. 82).

Como metodologia de investigação, foram distribuídos aos municípios questionários formulados pelo IBGE. Tais questionários, de caráter qualitativo, indagavam à população, por exemplo, onde ela buscava bens e serviços quando seus municípios não os ofereciam. A resposta a esses e outros questionamentos possibilitou e resultou em redes de relações que permitiam construir um mapa da área de influência de cada centro urbano, apresentando, assim, as manchas, ou melhor, as áreas de hierarquia urbana, o que – vale salientar – auxiliou a política de descentralização administrativa e forneceu subsídios às práticas de desenvolvimento local/urbano, regional e nacional (SILVA, 2002). Foram hierarquizados 718 centros urbanos, identificados da seguinte forma: 10 centros metropolitanos, englobando as metrópoles nacionais, os centros metropolitanos regionais e os centros macrorregionais; 66 centros regionais; 172 centros sub-regionais e 470 centros locais.

Vamos tentar entender espacialmente essa dinâmica? Quais seriam, a partir dessa proposta, os 10 principais centros urbanos do país em 1972? As 10 Regiões Urbanas eram: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia.

Essa divisão regional do país em Regiões Funcionais Urbanas, em 1972, refere-se a um contexto econômico, a uma sociedade e a uma divisão territorial brasileira, e este padrão não foi e nem é permanente. Entre 1970 e 1990, expressivas mudanças se deram em nosso país. Diante dessas mudanças, esta divisão de 1972 foi reavaliada e revisada: primeiro em 1978 e depois em 1993. Dentre as novas mudanças engendradas no país que requisitaram estas revisões destacamos uma série de inovações na realidade urbana e rural nacional que resultaram dos novos ditames do desenvolvimento econômico do país.

Exemplificando essa nova realidade: tínhamos, até a década de 70, mais pessoas vivendo nas áreas rurais; contudo, a partir da década de 80, a nossa sociedade tornou-se majoritariamente urbana. Verificou-se, no Brasil, uma intensificação da divisão territorial do trabalho e, ao mesmo tempo, uma crescente integração nacional. Segundo Correia (2000), diversos processos articulados foram responsáveis por essas mudanças, tais como: industrialização, urbanização, maior diferenciação social, ampliação da circulação em geral, industrialização do campo, incorporação de novas áreas e modernização de outras, mudanças na organização das empresas e do comércio e maior inserção na economia global.

Essas mudanças afetaram profundamente a rede urbana brasileira, que se tornou mais articulada, com centros urbanos mais diferenciados segundo diversas especializações produtivas e com interações em diferentes escalas espaciais. Assim, já era mais do que necessário que as Regiões Funcionais Urbanas passassem por mais uma atualização. Esta se deu no ano de 2007, e a partir de então passaram a se chamar **Regiões de Influência das Cidades**, a saber:

- Região de Influência de Manaus,
- Região de Influência de Belém,
- Região de Influência de Fortaleza,
- Região de Influência de Recife,
- Região de Influência de Salvador,
- Região de Influência de Belo Horizonte,
- Região de Influência de Rio de Janeiro,
- Região de Influência de São Paulo,

- Região de Influência de Curitiba,
- Região de Influência de Goiânia,
- Região de Influência de Porto Alegre.

Segundo o IBGE, nesta revisão buscou-se definir a hierarquia dos centros urbanos e delimitar as regiões de influência a eles associadas a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. Para tal, foram utilizados dados de pesquisa específica e, secundariamente, dados de outros levantamentos também efetuados pelo IBGE, bem como registros provenientes de órgãos públicos e de empresas privadas. Para refletirmos um pouco mais sobre essa regionalização proposta e termos a compreensão de sua espacialização, façamos a atividade a seguir:



Atividade 2

1

Agora que você já viu os conceitos definidos pelo IBGE, explique o que são Regiões Funcionais Urbanas.

2

Por que tais regiões foram propostas?

3

Espacialize, nos mapas a seguir, os diferentes momentos de publicação, pelo IBGE, das Regiões Funcionais Urbanas. Localize, no primeiro mapa, os 10 principais centros urbanos do país, propostos em 1972, e no segundo mapa, as 11 Regiões Urbanas propostas em 1983.



Atualmente, podemos visualizar e estudar as Regiões Funcionais Urbanas consultando diversos atlas que apresentam a realidade geográfica nacional, inclusive aqueles produzidos e publicados pelo IBGE. Mas lembre-se: precisamos apenas atentar para o fato de que agora estas regiões são denominadas de **Regiões de Influência das Cidades**. Esclarecidas e entendidas tais questões, realize a atividade proposta e logo após iremos estudar as Regiões Metropolitanas.



Atividade 3

1

Aprofunde seus conhecimentos pesquisando na Internet do seu polo o mapa do IBGE que trata das Regiões de Influência das Cidades. Em seguida, elabore um resumo da espacialização dessa divisão regional. Para tanto, visite o site do IBGE, mais precisamente o seguinte endereço eletrônico:

<ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/mapas_murais/Mapao_REGIC_2007_d.pdf>.

2

Tendo como base o mapa pesquisado, comente a inserção do seu estado e da sua cidade na realidade retratada.

Regiões Metropolitanas

Você já deve ter estudado ou simplesmente ouvido falar nas Regiões Metropolitanas do nosso país. Pensemos juntos: a que se referem realmente essas regiões? Qual órgão é responsável por sua delimitação? Quais critérios a definem? Qual a finalidade dessa proposta de criação de regiões? Tantos questionamentos! Mas certamente você responderá a todos.

Segundo Lima (2002), as Regiões Metropolitanas são constituídas por conjuntos de municípios de uma mesma Unidade da Federação, reunidos por legislação estadual segundo critérios estabelecidos pelo próprio Estado. A Constituição Federal de 1988 outorgou aos estados o direito de alterar as Regiões Metropolitanas então existentes, além de criar outras.

Mas a proposta de formulação e implementação das chamadas Regiões Metropolitanas não é nova: data da década de 70, como as propostas anteriormente discutidas nessa aula. Ora, já em 1973 a Lei Complementar Federal nº. 14, de 8 de junho desse ano, imprimiu às nove principais aglomerações urbanas do nosso país o caráter de região metropolitana: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro aguardou a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara, e só foi criada em 1 de julho de 1974 pela Lei Complementar Federal nº 20. Para melhor entender essa proposta, que tal espacializarmos essas Regiões Metropolitanas? Para isso, veja a atividade a seguir:



Atividade 4

1

Espacialize, no mapa a seguir, as nove Regiões Metropolitanas formuladas e implementadas pela Lei Complementar Federal nº. 14, de 8 de junho de 1973.



2

Dirija-se ao seu polo de ensino, utilize a internet e acesse no site do IBGE, no seguinte endereço eletrônico: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/Organizacao/Municipios_por_Regioes_Metropolitanas/>. Nele, você conhecerá o mapa desse órgão que localiza parte das RM's do país.

Percebeu a distribuição das Regiões Metropolitanas pelo país? Entendeu que elas estão concentradas em determinadas áreas? Pois bem, inicialmente essas regiões concentraram-se nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul; a região Norte apresentava apenas uma região metropolitana e o Centro-Oeste nenhuma. Tal fato aponta o modelo de desenvolvimento adotado no país, em que a dinâmica das estruturas produtivas concentrou-se inicialmente em alguns centros urbanos, que a partir de um processo de industrialização e de crescimento do setor terciário, marcaram a urbanização do país.

Em geral, os processos de urbanização acelerada e de metropolização no Brasil ocorreram simultaneamente à concentração das atividades industriais, por força das oportunidades de mercado e das óbvias vantagens oferecidas pela existência de significativos contingentes humanos migrando para os grandes centros.

Mas essa realidade mudaria a partir da década de 80, com a desconcentração da atividade industrial, que migra para as cidades médias e do interior – principalmente do estado de São Paulo – e também para as capitais de estados de outras regiões que não sejam a Sudeste. Ora, esse processo faz crescer o poder de atração de centros urbanos regionais fora do eixo Rio-São Paulo, dinamizando a economia local e aumentando a população urbana. Como resultado dessa dinâmica, novas Regiões Metropolitanas são criadas em nosso país fora da região Sudeste.

Prosseguindo em nossos estudos, deve ficar claro que as leis anteriormente citadas definiram as Regiões Metropolitanas como áreas administrativas formadas pelos maiores municípios do país e os municípios a eles conurbados. E você, já conhece o conceito de conurbação? Segundo Giovannetti e Lacerda (1996, p. 45-46), conurbação é a “união de duas ou mais cidades pré-existentes, formando uma área urbana contínua, um único aglomerado urbano, porém, mantendo suas autonomias político-administrativas”.

É por isso que ao viajarmos para Regiões Metropolitanas, principalmente aquelas como São Paulo ou Rio de Janeiro, não conseguimos identificar em qual município estamos, pois os que formam a Região Metropolitana estão tão interligados horizontalmente que não percebemos onde termina um município e começa o outro!

Mas que principais fatores explicam a formação das Regiões Metropolitanas? O dinâmico processo de urbanização do país nas últimas décadas, com o acelerado crescimento de determinados centros urbanos nacionais. Sendo assim, a criação e a regulamentação das aglomerações metropolitanas surgiram da constatação de que um conjunto de problemas ligados, por exemplo, ao saneamento básico e transportes, é inerente à totalidade dos municípios da Região Metropolitana, devendo, portanto, ser alvo de preocupação das esferas de poder municipais locais.

Ora, isoladamente, as prefeituras dos municípios de uma Região Metropolitana têm dificuldades de planejar e fomentar o desenvolvimento de meios de transporte, infraestrutura viária, serviços de saneamento e abastecimento de água que englobam os limites dos vários municípios da área, cada vez mais interligados ao núcleo urbano principal. Nesse contexto, a criação das Regiões Metropolitanas objetiva, desde a sua criação, na década de 70, formar um quadro administrativo capaz de responder às novas realidades surgidas pelo intenso e rápido processo de urbanização do Brasil.

Agora, pense na realidade urbana do seu estado. Você consegue enxergar, em relação a uma ou mais cidades, uma dinâmica econômica que confere a esses centros urbanos uma capacidade de polarização em relação a municípios vizinhos? Pois bem, a capital do seu estado pode ser o centro de uma Região Metropolitana, formando uma grande área polarizadora em

relação às áreas vizinhas. Sendo assim, observe o quadro a seguir: ele apresenta 31 Regiões Metropolitanas propostas pelo IBGE em nosso país, localizadas em 15 Unidades da Federação, num total de 436 municípios.

Tabela 1 – Regiões Metropolitanas do Brasil

Regiões Metropolitanas	Data de Criação	Nº de Municípios	Município-sede
Maceió (AL)	19/11/1998	11	Maceió
Macapá (AP)	26/2/2003	2	Macapá
Salvador (BA)	8/6/1973	10	Salvador
Fortaleza (CE)	8/6/1973	13	Fortaleza
Grande Vitória (ES)	21/2/1995	7	Vitória
Goiânia (GO)	30/12/1999	11	Goiânia
Grande São Luís (MA)	12/1/1998	4	São Luís
Belo Horizonte (MG)	8/6/1973	34	Belo Horizonte
Vale do Aço (MG)	30/12/1998	4	Ipatinga
Belém (PA)	8/6/1973	5	Belém
João Pessoa (PB)	30/12/2003	9	João Pessoa
Curitiba (PR)	8/6/1973	26	Curitiba
Londrina (PR)	17/6/1998	8	Londrina
Maringá (PR)	17/7/1998	13	Maringá
Recife (PE)	8/6/1973	14	Recife
Rio de Janeiro (RJ)	1/7/1974	17	Rio de Janeiro
Natal (RN)	16/1/1997	9	Natal
Porto Alegre (RS)	8/6/1973	31	Porto Alegre
Aracaju (SE)	29/12/1995	4	Aracaju
Florianópolis (SC)	6/1/1998	21	Florianópolis
Vale do Itajaí (SC)	6/1/1998	16	Blumenau
Norte / Nordeste Catarinense (SC)	6/1/1998	20	Joinville
Foz do Rio Itajaí (SC)	6/1/1998	9	Itajaí
Carbonífera (SC)	9/1/2002	10	Criciúma
Tubarão (SC)	9/1/2002	18	Tubarão
São Paulo (SP)	8/6/1973	39	São Paulo
Baixada Santista (SP)	30/7/1996	9	Santos
Campinas (SP)	19/6/2000	19	Campinas
Ribe do Distrito Federal e Entorno (DF)	19/2/1998	22	Não apresenta
Ribe do Polo Petrolina e Juazeiro (PE / BA)	19/9/2001	8	Não apresenta
Ribe de Grande Teresina (PI / MA)	19/9/2001	13	Teresina
Total de Regiões: 31		Total de municípios: 436	

Fonte: IBGE, Emplasa (atualizado pelas autoras).

Percebeu que muitas são as Regiões Metropolitanas do nosso país? Para melhor compreender o conjunto de informações apresentadas no quadro, façamos, então, a atividade a seguir:



Atividade 5

1

Defina Região Metropolitana.

2

A fim de conhecer quais estados da federação possuem RM's, observe a Tabela 1, escolha um estado de cada Macrorregião do IBGE e espacialize, no mapa a seguir, as RM's desses estados.



3

Ainda observando a Tabela 1, classifique por Macrorregião do IBGE as RM's apresentadas e responda: qual destas Macrorregiões apresenta o maior número de RM's? Em sua opinião, quais motivos justificam o fato dessa região possuir o maior número de Regiões Metropolitanas?

4

Qual(is) estado(s) do país não apresenta(m) RM's?

5

O seu estado possui Região Metropolitana? Quantos municípios a compõem? E qual o município-sede dessa Região Metropolitana?

Analisando os dados do quadro anterior, podemos perceber que há Regiões Metropolitanas presentes em todas as Macrorregiões do país, mas que elas diferem bastante quando observamos o número de municípios agregados a cada região. Também podemos observar que o quadro aponta para as Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDE, instituídas por leis federais, que congregam municípios de diferentes Unidades Federadas. O Índice de Dados Básicos – IDB considera as RIDE como Regiões Metropolitanas.

Vale salientar que as RIDE estão previstas nos artigos 21, inciso IX, art. 43 e art. 48, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, e sua existência baseia-se no princípio de cooperação entre os diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal. No Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 1998 foi publicada a Lei Complementar nº. 94, de 19 de fevereiro, autorizando a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e a instituição do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Outras duas Regiões Integradas foram criadas em 19 de setembro de 2001: a da Grande Teresina e a do Polo Petrolina e Juazeiro. A Lei Complementar nº. 112, regulamentada pelo Decreto 4.367 de 9 de setembro de 2002, cria a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina; e a Lei Complementar nº. 113, regulamentada pelo Decreto 4.366 de 9 de setembro de 2002 cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

Esse conjunto de Regiões Metropolitanas concentra cerca de 40% da população brasileira, sendo que aquelas localizadas no Sudeste reúnem cerca de metade da população de todo o conjunto das áreas metropolitanas do país. Ainda sobre as Regiões Metropolitanas, podemos distinguir aquelas onde o processo de metropolização já se verificou de forma plena e outras áreas onde esse processo se encontra em diferentes estágios de evolução. Do ponto de vista quantitativo, considera-se como uma área de metropolização plena aquela em que o principal município tenha pelo menos 800 mil habitantes, já que um núcleo urbano desse porte apresenta funções urbanas diversificadas e especializadas, características típicas de uma grande metrópole.

Porém, algumas Regiões Metropolitanas ainda estão em fase de crescimento, sendo denominadas de “emergentes”, pois apresentam população inferior a 800 mil habitantes. Assim, algumas Regiões Metropolitanas apresentam um núcleo central que ainda não atingiu uma metropolização plena, mas os municípios ao seu redor podem apresentar características suficientes para serem considerados como aglomerações urbanas integradas. A primeira exigência, nesses casos, é que esses municípios tenham densidade demográfica igual ou superior a 60 hab/km², e a segunda é a de que apresentem uma participação da população economicamente ativa (PEA) em atividades urbanas iguais ou superiores a 65% do total de pessoas empregadas.

Dessa forma, podemos afirmar que as regiões metropolitanas de São Luís, Natal, Londrina, Baixada Santista, Norte-Nordeste Catarinense, Florianópolis, Maringá, Vitória, Vale do Itajaí e Vale do Aço apresentam uma metropolização emergente, enquanto as demais já possuem uma metropolização plena.



Você já percebeu que
alguns municípios integrantes das áreas
metropolitanas no Brasil não têm um perfil bem
definido nem caracterização própria e, muito
menos, identidade metropolitana?

Desse modo, vazios urbanos consideráveis são identificados entre municípios de RM's, bem como a ausência de elementos comuns. Isso demonstra o fato de haver sérios problemas socioeconômicos nessas áreas, como atividades ligadas ao setor terciário desarticuladas em termos de ausência de um mercado interno e vulneráveis por apresentar, em muitos casos, um caráter de informalidade. Além disso, problemas sociais e de infraestrutura, ligados aos setores de educação e transporte, por exemplo, não são encarados no conjunto da Região Metropolitana, carecendo, portanto, de discussões e encaminhamentos comuns.

Entendidas essas questões, vamos observar as imagens a seguir, que apresentam as Regiões Metropolitanas do Rio Grande do Norte e da Paraíba.



Figura 2 – Região Metropolitana de Natal/RN: Natal, Parnamirim, Macaíba, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ceará-Mirim.

Fonte: IBGE.

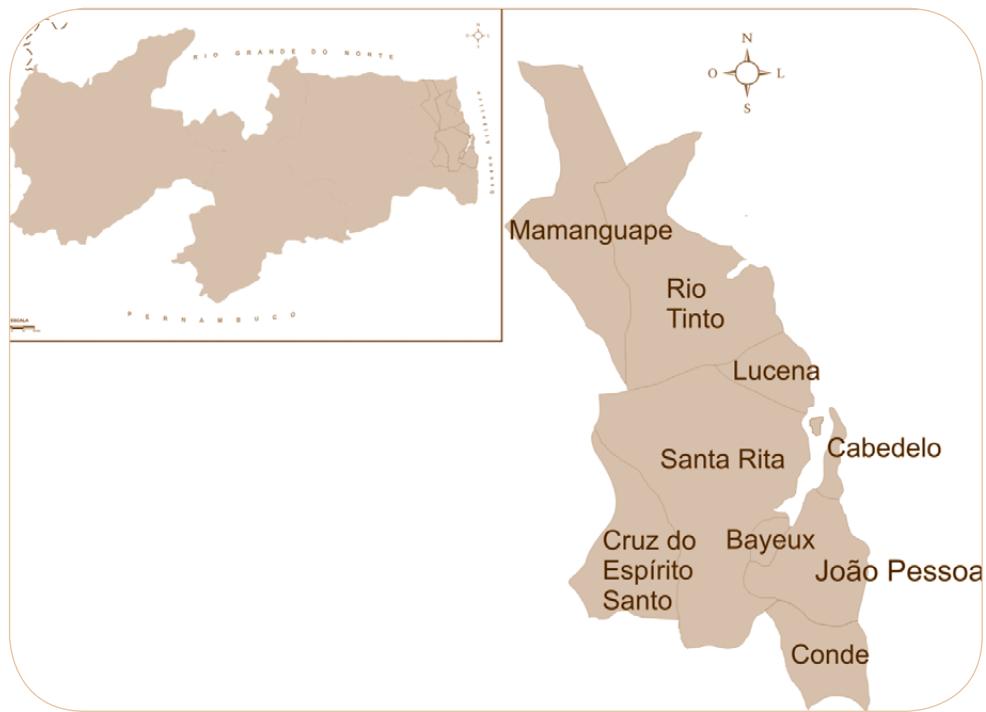


Figura 3 – Região Metropolitana de João Pessoa/PB: João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Santa Rita, Lucena, Rio Tinto e Mamanguape.

Fonte: IBGE.

Agora que você já sabe o que são as Regiões Metropolitanas e já conhece as de Natal e João Pessoa, faça a seguinte atividade:



Atividade 6

1

Quais municípios compõem as Regiões Metropolitanas de Natal e João Pessoa?

2

Na sua opinião, todos os municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal ou de João Pessoa possuem o mesmo dinamismo econômico, urbano e regional entre eles?

3

Os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba não possuem outra Região Metropolitana que não seja as que estamos estudando. Em sua opinião, o que justifica esta realidade?

Nesta aula, você deve ter compreendido a importância e os objetivos do IBGE em elaborar diferentes propostas de regionalização para o país, no intuito de principalmente estudar as redes urbanas nacionais, sua infraestrutura, sua capacidade de influência e polarização. A partir daí, dinamizar o planejamento e a administração pública em prol do desenvolvimento nacional. Daí a elaboração de propostas de divisão regional fundamentadas em escalas de análise que levam em consideração a realidade urbana do país, culminando nas Regiões de Influência das Cidades e nas Regiões Metropolitanas.

E mais... outras regionalizações não oficiais surgiram, proporcionando outras leituras e compreensões do nosso imenso Brasil. Assim, regionalizar ainda é preciso na nossa próxima aula.

Resumo

Nesta aula, você entendeu a importância e a justificativa de formulação e regulamentação das Regiões de Influência das Cidades e das Regiões Metropolitanas pelo IBGE. Compreendeu que estas unidades regionais traduzem a realidade urbana que se descontina no país a partir da segunda metade do século XX, refletindo o acentuado processo de urbanização e industrialização, bem como o aumento da capacidade de polarização e influência de determinados centros urbanos através do conjunto de serviços e de atividades que consegue oferecer. Além disso, você refletiu sobre sua realidade local, identificando e analisando a situação do seu município ou da sua cidade a partir da sua inserção nas diferentes propostas de regionalização em discussão.

Autoavaliação

1

Diferencie as Regiões de Influência das Cidades das chamadas Regiões Metropolitanas.

2

Justifique, segundo os parâmetros de estudo do IBGE, a elaboração e a regulamentação das divisões regionais em pauta.

3

Reflita e responda: de que forma a formação e regulamentação das Regiões Metropolitanas pode melhorar a qualidade de vida da população local?

Referências

BEZZI, Maria Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas. 1996. 377f. Tese (Doutorado em Geografia). — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 1996.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. **Espaços urbanos**: uma proposta para o Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SOUZA, Maria Ângela de Almeida (Org.). **Como andam Natal e Recife**. Rio de Janeiro: Letra capital/Observatório das Metrópoles, 2009. (Série Conjuntura urbana, 6).

CORREIA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. **Melhoramentos**: dicionário de geografia; termos, expressões, conceitos. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.

GRUPO DE TRABALHO DO DEGEO – IBGE. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 31, n. 4, p. 53-128, out./dez. 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Departamento de Geografia. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: IPEA, 2002. v 4.

LIMA, Maria Helena Palmer (Org.). **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. 1995.

SILVA, Simone Affonso de. **Divisão regional brasileira**: considerações acerca de seus fundamentos. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area02/2002_Affonso_da_Silva_Simone.doc>. Acesso em: 13 jul. 2009.

VASCONCELOS, CRHISTIAN Lira; CÂMARA, George Luiz Rocha. **Gestão metropolitana de Natal, situação atual e desafios**: uma contribuição ao debate de um novo Sistema Gestor. Natal: SEPLAN, 2006.

Anotações

Anotações

Anotações

Regionalizar ainda é preciso

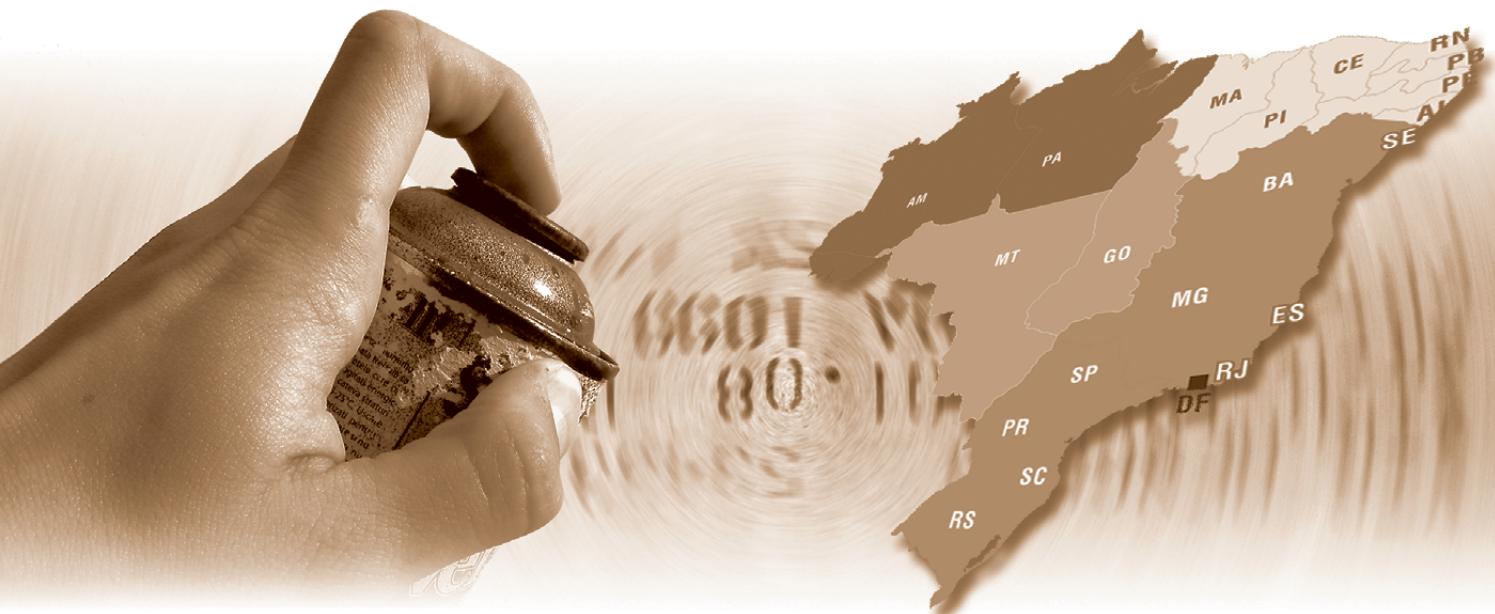


Apresentação

Continuando os estudos sobre a Geografia Regional do Brasil, nesta aula você refletirá sobre quatro divisões regionais definidas para o país: os Domínios Morfoclimáticos, as Regiões Literárias, as Regiões Geoeconômicas, também chamadas de os Três Grandes Complexos Regionais, e a divisão regional denominada de Quatro Brasis. Diferente das demais divisões regionais estudadas nas aulas anteriores, nem todas estas regionalizações foram elaboradas pelo IBGE e tampouco foram adotadas pelos demais órgãos de Estado, mas foram definidas por geógrafos e estudiosos da Geografia brasileira e das suas especificidades e diferenças regionais. Cada um definiu, para estas regionalizações, critérios regionalizadores diferentes – ora os aspectos naturais, ora os aspectos econômicos.

Objetivos

- 1 Analisar diferentes propostas de regionalização por meio dos aspectos naturais e/ou econômicos: Domínios Morfoclimáticos, Regiões Literárias, Regiões Geoeconômicas e a Região Concentrada.
- 2 Espacializar as citadas propostas de divisão regional.
- 3 Relacionar sua realidade local às regionalizações em questão.



Discutindo diferentes propostas de regionalização

Caro aluno, nas aulas anteriores nós discutimos o processo de regionalização proposto e adotado oficialmente no Brasil pelo IBGE. Nesta aula, vamos colocar em nossa pauta de discussão quatro propostas de regionalização distintas que, embora não sejam adotadas pelos principais órgãos de planejamento e gestão do nosso país, como as regionalizações estudadas nas aulas anteriores, compreendem uma importante ferramenta de investigação da realidade nacional. As divisões regionais para o país a serem analisadas nesta aula são reconhecidas pela sua importância nos estudos e análises do espaço brasileiro e ainda merecem destaque por promoverem interessantes e instigantes debates sobre a realidade geográfica do Brasil na atualidade.

Para início de conversa, gostaríamos que você respondesse a atividade a seguir, pois ela vai sinalizar as discussões que pretendemos encaminhar nessa aula e vai ajudar você a refletir de forma preliminar sobre o tema, demonstrando, assim, o seu conhecimento prévio sobre a temática em questão.



Atividade 1

Observe o quadro a seguir. Ele apresenta quatro diferentes propostas de divisão regional do Brasil elaboradas nas últimas décadas. Você saberia preencher o quadro com as informações que não estão postas? Tente responder a partir do que você já estudou sobre o tema.

DIVISÃO REGIONAL	AUTOR	CRITÉRIOS DE REGIONALIZAÇÃO
Domínios Morfoclimáticos		
As Regiões Literárias		
Três Grandes Complexos Regionais ou Regiões Geoeconômicas		
Quatro Brasis ou Região Concentrada		

Consegui responder a atividade proposta? Ótimo, se afirmativo. A partir de agora, você aprofundará seu conhecimento sobre o tema. Caso negativo, não se preocupe, pois esse é o momento de ampliar seus conhecimentos sobre o tema.

Inicialmente precisamos ter a clareza que estamos nos reportando a um novo momento histórico, relacionado tanto à realidade do nosso país quanto às discussões referentes ao pensamento geográfico. Nesse contexto, se a regionalização do território brasileiro, a partir da divisão estabelecida há décadas pelo IBGE, definindo 5 regiões (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), é até hoje adotada e discutida por órgãos oficiais, livros didáticos e pela própria mídia, traduzindo o pensamento da Geografia Quantitativa e, em essência, de um Estado nacionalista e centralizador, a partir de agora as novas propostas apresentadas não negam ou deixam de estar embasadas na Nova Geografia, mas também são delimitadas e influenciadas a partir de um enfoque conceitual pertinente à Geografia Crítica, em um momento caracterizado principalmente pelo caráter técnico, científico e informacional que marca a produção do espaço da complexa realidade territorial do Brasil na atualidade.

Nesse sentido, os diferentes cenários econômicos, políticos e sociais apontam para a diferenciação do desenvolvimento econômico, tecnológico e social em nosso país, acentuando a grande diversidade regional e apontando, assim, para a necessidade imediata de repensarmos a leitura do processo de regionalização nacional. Ora, tal fato fica evidente em diferentes propostas de divisão regional, baseadas em critérios que vão dos elementos naturais à dinâmica econômica e histórica de diferentes recortes espaciais delimitados e analisados por estudiosos como Pedro Pinchas Geiger, Aziz Nacib Ab'Sáber e Milton Almeida dos Santos. Assim, em diferentes momentos históricos, estes autores, a partir da leitura que realizaram da realidade nacional, elaboraram e defenderam outras propostas de regionalização para o nosso país. Vamos, então, ao estudo dessas propostas de divisão regional? Mas antes responda a atividade a seguir.



Atividade 2

Na busca de uma melhor compreensão do tema em discussão, consulte a Aula 11 da disciplina Organização do Espaço (Região no contexto da renovação da Geografia) e elabore um resumo sobre o enfoque regional estabelecido pela Geografia Quantitativa e Crítica.

Os Domínios Morfoclimáticos

Observe atentamente as paisagens a seguir e veja se alguma delas é parecida com o lugar que você vive:

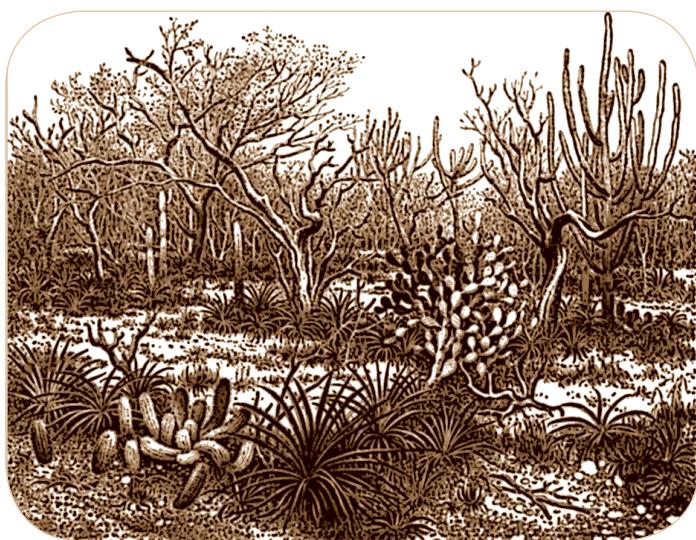


Figura 1 – Domínio da caatinga

Fonte: Desenho de Percy Lau (IBGE, 1963, p. 83).



Figura 2 – Domínio amazônico

Fonte: Desenho de Percy Lau (IBGE, 1963, p. 40).

E pensar que estas duas paisagens são integrantes de um mesmo território! Isso mesmo, o Brasil! Comparando as paisagens, percebemos que elas são bastante diferentes uma da outra. Cada uma delas apresenta uma fisionomia e possui uma determinada homogeneidade paisagística, compondo, assim, **Domínios** ou Regiões naturais. O conceito de Domínio engloba as relações entre as formas de relevo, o clima, a vegetação e a hidrografia de uma determinada **Região**.

No Brasil, o geógrafo Aziz Nacib Ab'Sáber definiu uma divisão regional com base nas regiões naturais, tendo como parâmetro de análise as paisagens. Segundo ele, as paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente.

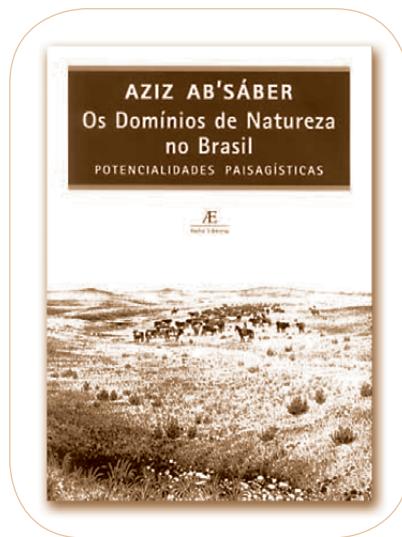


Figura 3 – Livro de Aziz Nacib Ab'Sáber sobre os Domínios Morfoclimáticos brasileiros (2003).

Nesse contexto, Ab'Sáber delimitou seis grandes domínios naturais, os quais denominou **Domínios Morfoclimáticos**: domínio das Pradarias, domínio das Araucárias, domínio dos Mares de Morros, domínio da Caatinga, domínio do Cerrado e domínio Amazônico. Entre esses domínios existem faixas de transição, ou seja, áreas intermediárias que possuem características ambientais de dois ou mais Domínios Morfoclimáticos, como é o caso do Pantanal, que apresenta formações de Caatinga, de Cerrado e de Mata Atlântica. A seguir, conheça a espacialização dessa proposta de divisão regional.

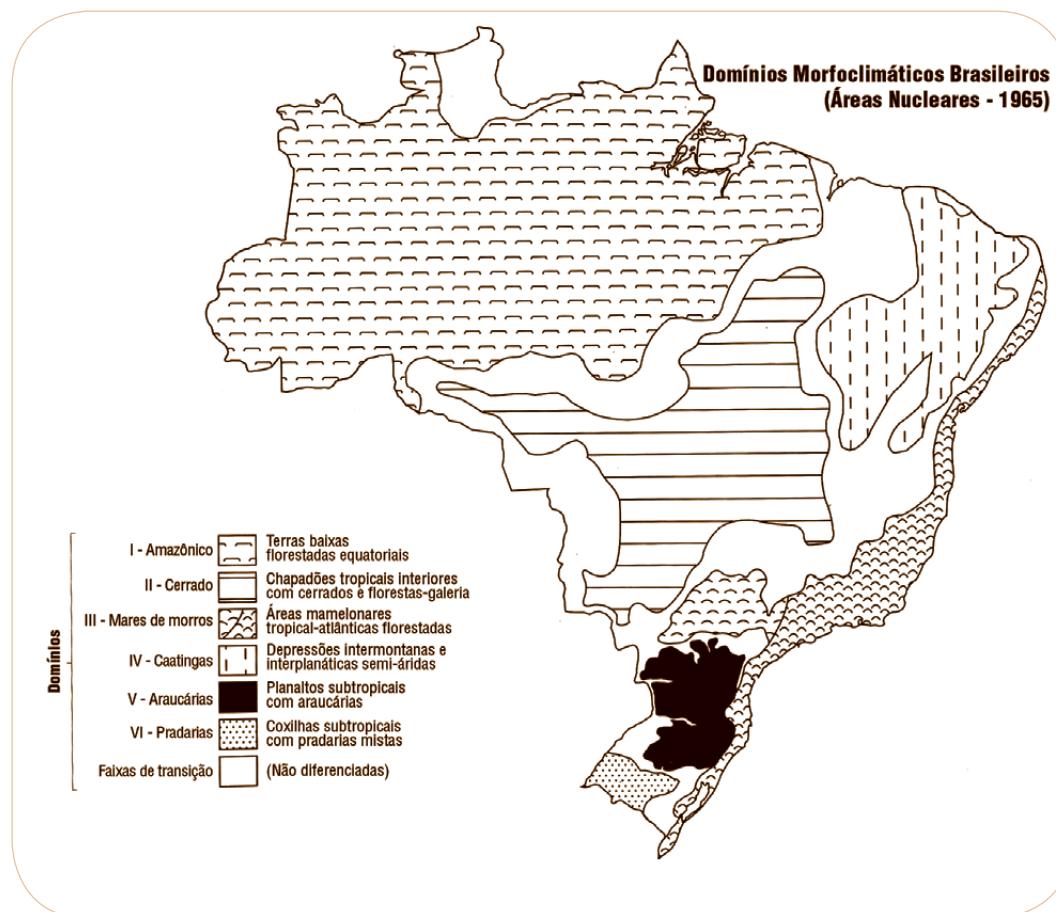


Figura 4 – Domínios Morfoclimáticos do Brasil

Fonte: Dados de Aziz Nacib Ab'Sáber

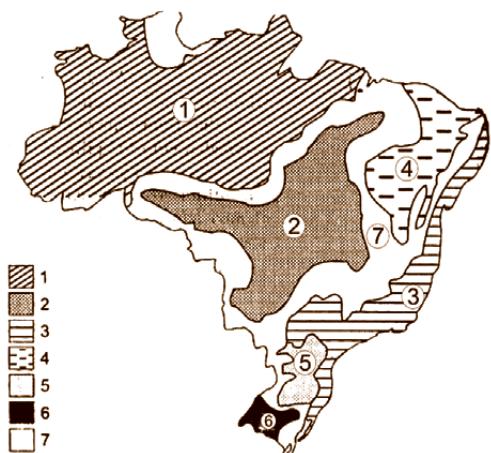
Vale ressaltar que a proposta de divisão regional de Ab'Sáber não leva em consideração os limites dos estados, nem tampouco a delimitação das Macrorregiões do IBGE. Sua importância reside no fato de que seus estudos permitiram maiores esclarecimentos acerca das características naturais do nosso território, fomentando análises aprofundadas da paisagem enquanto síntese da inter-relação entre fatores naturais diversos, como o clima, o relevo, a vegetação e a hidrografia. Entendidas essas questões, responda a atividade a seguir e, logo após, continue sua leitura sobre as demais propostas de regionalização.



Atividade 3

1

Observe a figura a seguir e complete a legenda com os Domínios Morfoclimáticos correspondentes.



2

Pesquise e elabore um resumo caracterizando os 6 Domínios Morfoclimáticos e as faixas de transição.

3

Em qual ou em quais Domínios Morfoclimáticos está o Estado onde você mora?

4

Em sua opinião, esta divisão regional poderia ser a divisão regional adotada oficialmente pelo país? Por quê?

Regiões Literárias

Continuando a nossa reflexão sobre o processo de regionalização do espaço nacional, atente para os seguintes questionamentos: você saberia localizar a região da Campanha Gaúcha? A Zona do Cacau? E a do Sertão do Cariri? Mas certamente já ouviu falar sobre elas. Ao ler a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, você lembra qual paisagem e qual região são retratadas na obra?

Pois bem, as regiões citadas (Campanha Gaúcha, Zona do Cacau, Sertão do Cariri, além de Gerais, Sertão dos Confins e Sertão de Goiás) são referências na literatura regional do nosso imenso país, ou seja, Regiões Literárias e reconhecidas pelo IBGE. Apresentam identidade fortemente constituída, seja em função de um quadro natural contrastante, seja pela especificidade do processo de apropriação do território ou pela combinação de vários elementos históricos e naturais que viabilizaram uma ocupação econômica de longa duração que, assim sendo, imprimiu marcas profundas e duradouras na paisagem, definidas por Santos (1992) como rugosidades espaciais.

Presente em grandes obras da Literatura brasileira, sem restringir-se aos limites convencionais político-administrativos, esta regionalização associa o conhecimento específico da Geografia à percepção espacial. Esta associação refere-se à paisagem natural e à paisagem humana/cultural. O Quadro 1 e a Figura 5 a seguir expressam esta abordagem e nos levam à compreensão da regionalização literária nacional.

Quadro 1 – Brasil - Regionalização Literária

Região Geográfica	Obra literária - Autor
Sertão do Cariri	“Romance d’A Pedra do Reino” - Ariano Suassuna
Zona do Cacau	“Terras do Sem-Fim”, “Cacau” e “São Jorge dos Ilhéus” - Jorge Amado
Gerais	“Grande Sertão: Veredas” – João Guimarães Rosa
Sertão dos Confins	“Vila dos Confins” e “Chapadão do Bugre” – Mário Palmério
Sertão de Goiás	“O tronco”, “Ermos e Gerais” e “A terra e as carabinas” – Bernardo Lins
Campanha Gaúcha	“O Tempo e o Vento” – Érico Veríssimo

Fonte: (IBGE, 2007, p. 153).



Figura 5 – Regiões Literárias

Fonte: IBGE

É preciso perceber e identificar sempre o geral e o específico, dinâmicas que envolveram vastas porções do território durante décadas e até séculos, e processos locais que deram feições diferenciadas a essas mesmas dinâmicas e geraram, assim, regiões cujas identidades marcaram época e permaneceram no imaginário nacional (IBGE, 2009, p. 9).

Localizou, então, as regiões literárias? Notou o quanto são importantes? Elas retratam a realidade em uma obra literária e apresentam aspectos naturais e culturais delimitados espacialmente, constituindo, portanto, uma região que se diferencia de outras áreas. Entendida essa questão, realize a atividade a seguir e, logo após, continue sua leitura das propostas de regionalização em discussão.



Atividade 4

- 1** Explique a importância das Regiões Literárias.
- 2** Quais são as Regiões Literárias? Em quais estados nacionais estão inseridas?
- 3** Escolha uma das Regiões Literárias e, a partir do seu conhecimento prévio, descreva a paisagem desta região.

Os Três Complexos Regionais ou Regiões Geoeconômicas

Os Três Complexos Regionais ou Regiões Geoeconômicas compreendem uma proposta de divisão regional elaborada em 1964 por Pedro Pinchas Geiger, geógrafo então atuante nos estudos e nas atividades do IBGE, e atualizada por Roberto Lobato Corrêa, em estudos na década de 80. Por isso, embora essa não seja uma proposta oficial do Estado brasileiro, foi formulada por Geiger a partir de inquietações metodológicas de trabalho que representaram um novo pensamento sobre propostas de regionalização para o país.

Mas antes de estudarmos com mais detalhes essa proposta de regionalização, façamos inicialmente um exercício a partir da leitura, em um mapa, da espacialização dessa proposta de divisão regional. Para isso, atente, então, para a atividade solicitada.



Figura 6 – Grandes Complexos Regionais ou Regiões Geoeconômicas: 1-Amazônia; 2-Centro-Sul; 3-Nordeste

Fonte: <<http://www.brasilescola.com/brasil/regioes-brasileiras.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.



Atividade 5

1

Que principais estados da federação compõem cada Complexo Regional?

2

Observando os Três Complexos Regionais, percebemos que as referidas regiões não são delimitadas pelos limites dos estados nacionais. Em sua opinião, por que isso acontece?

3

Estando ciente da visualização espacial dessa proposta de regionalização, pense e responda com muita atenção: em sua opinião, quais critérios devem ter sido levados em consideração na elaboração dessa proposta?

De fato, podemos notar que essa proposta de divisão regional não delimita suas unidades espaciais a partir dos limites estaduais, mas leva em consideração as condições naturais e humanas, como os aspectos econômicos, históricos e sociais referentes à realidade do nosso país. O critério regionalizador definido por Geiger é, dessa forma, o socioeconômico, e não considera os limites estaduais, pois cada Complexo Regional tem características relevantes em comum que ultrapassam as divisões político-administrativas dos estados.

A proposta de Geiger representou, nas décadas de 60 e 70, um novo discurso em relação às propostas de regionalização, pois como pesquisador do IBGE, traduzia as inquietações e os novos parâmetros de investigação desse órgão. Segundo Geiger (2009), esta discussão também se dava em outros países. Levava em consideração, nesse contexto, conceitos bastante difundidos na década de 60, como a homogeneidade de elementos ou fatores do espaço. Geiger (1967 apud MAGNAGO, 1995, p. 75) afirma que

ao se realizar uma divisão regional do país, caberá verificar, para cada região, qual o elemento mais dinâmico no sentido da organização da vida regional, e o que mais interfere na evolução de outros fenômenos geográficos.

Entendendo que a organização do espaço se dá de forma diferenciada, Geiger aponta para os variados tipos de região, propondo que os estudos de divisão regional partissem de critérios como os de homogeneidade e os de polaridade. Geiger (1969 apud MAGNAGO, 1995, p. 75) afirma que uma região “[...] é uma forma geográfica que surge apenas em determinada fase histórica de um território”, ultrapassou modelos de divisão regional anteriores, calcados principalmente em critérios naturais, e firmou o desenvolvimento econômico como critério regionalizador. Ora, a partir de tal escolha, o referido autor entendeu que o desenvolvimento capitalista implementaria uma divisão territorial do trabalho, e que regiões se firmariam a partir de um processo de especialização produtiva.

Que análises poderíamos fazer desse fato? O geógrafo Pedro Geiger propôs associar os espaços de acordo com suas semelhanças naturais e humanas, propondo uma análise que levasse em consideração principalmente o desenvolvimento econômico do país a partir do pós-guerra. Nesse sentido, propôs uma discussão regional a partir das mudanças verificadas na divisão territorial do trabalho, com o incremento das atividades terciárias e secundárias e a consolidação de São Paulo como centro irradiador das inovações e decisões econômicas e tecnológicas. Sobre essas questões assinaladas, Bezzi (2004, p. 154) afirma que

Essa nova proposta de divisão regional para o Brasil é decorrente do processo veloz de divisão territorial do trabalho. Devido à crescente internacionalização da economia capitalista, os espaços tornam-se cada vez mais vulneráveis às influências exógenas, permitindo que os espaços apresentem suas especificidades e cada vez mais definam suas posições hierárquicas globais e/ou nacionais. Visualiza-se, assim, para cada região, tanto sua posição interna quanto mundial no conjunto do sistema capitalista.

Tendo como base esses entendimentos, Geiger propôs uma divisão regional em três grandes unidades espaciais ou Macrorregiões: a Amazônia, o Centro-Sul e o Nordeste. Veja, na Figura 7 a seguir, a espacialização da sua proposta.

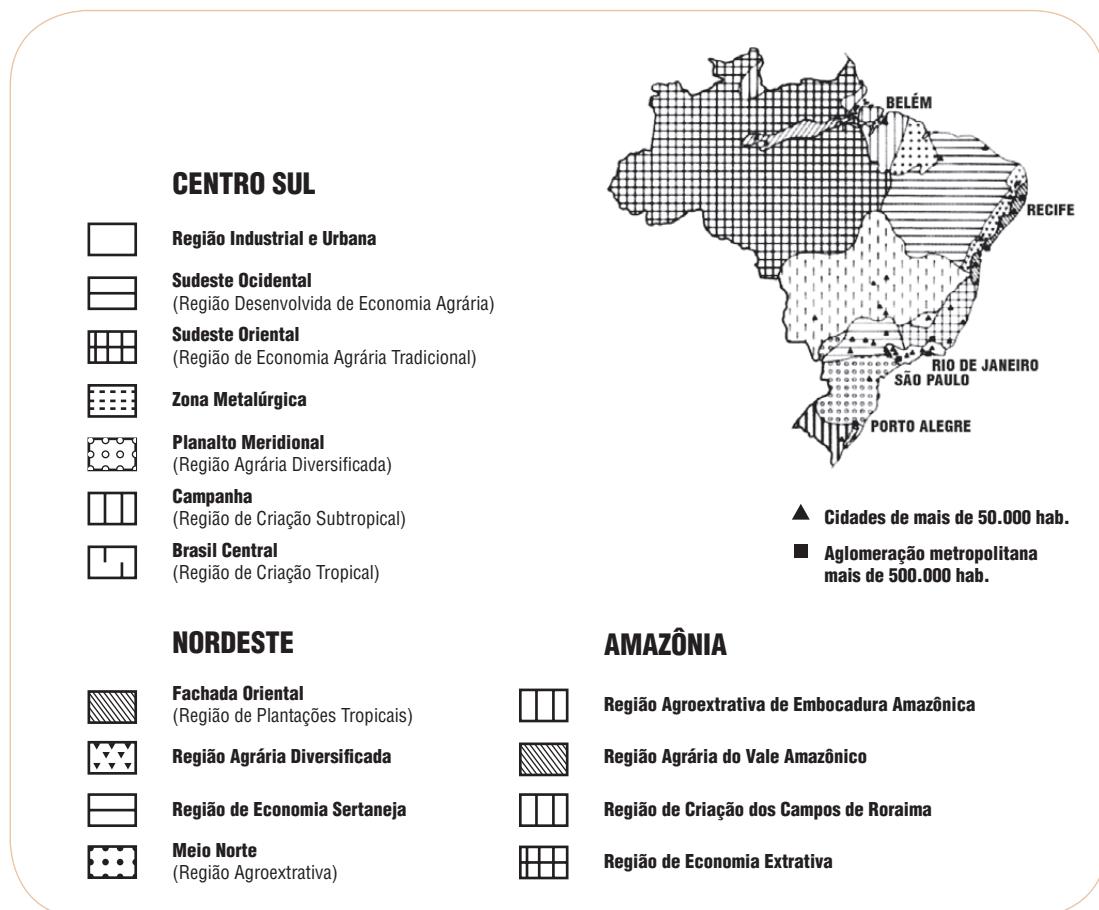


Figura 7 – Regiões Geoeconômicas propostas por Pedro Geiger em 1964

Fonte: Geiger (1964).

Observando a figura, podemos notar que Geiger estabelece três Macrorregiões para o país e, além disso, subdivide estas Macrorregiões em regiões menores, tendo como base os seguintes critérios: recursos naturais e seus usos, população, produção, trocas comerciais inter-regionais e características sociais. Nesse contexto, ele caracterizou, na década de 60, a região Amazônica como aquela marcada principalmente pela atividade extrativa; a região Nordeste pela atividade agrária e extrativa diversificada no seu território; e a região Centro-Sul pelo dinamismo como se apresentam suas atividades industriais, agrícolas e extractivas, bem como pela sua realidade urbana. Tendo como base esse entendimento, Geiger e outros autores contemporâneos a sua época passaram a analisar a região como um espaço produzido pela sociedade, privilegiando, portanto, a “evolução das estruturas econômicas e sociais e a análise dos fluxos (mercadorias, pessoas ou capital) regionais” (MAGNAGO, 1995, p. 76).

Ora, tais posturas em relação ao processo de regionalização refletiam a nova realidade nacional pós década de 50 e 60, quando o país saía de um modelo econômico agrário-rural para industrial-urbano, em que novas relações produziam o espaço nacional, levando a processos

de homogeneização e, ao mesmo tempo, de diferenciação entre as áreas. Mas precisamos atentar para um ponto: a realidade analisada por Geiger modificou-se bastante nas últimas décadas, redefinindo a divisão territorial do trabalho e incrementando as relações e as trocas sociais e econômicas entre as diversas áreas do país.

A proposta de regionalização de Geiger continuou a auxiliar as análises sobre a realidade nacional. Posteriormente, autores como Roberto Lobato Corrêa atualizaram a divisão regional das três grandes Regiões Geoeconômicas do país com base no contexto contemporâneo. Na obra *Trajetórias Geográficas*, Corrêa discute a realidade destas regiões no final da década de 80 e início dos anos 90, elencando para as Regiões Geoeconômicas as seguintes características:

Quadro 2 – Os Três Complexos Regionais e suas principais características

COMPLEXOS REGIONAIS	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
AMAZÔNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Região com presença ainda marcante dos elementos naturais, mas também com apropriação indevida dos recursos naturais, como a terra, os recursos minerais e a madeira, sendo considerada, então, a fronteira do capital na atualidade; - Tem ocupação humana escassa, concentrada em áreas do litoral e de certos rios, e ao mesmo tempo apresenta forte processo de dizimação física e cultural de elementos humanos, como o índio, e parte da população local, como os seringueiros, além de diferentes tipos de conflitos sociais ligados, por exemplo, à terra; - Região que recebe variadas correntes migratórias oriundas, por exemplo, do Centro-Sul, através da chamada 'modernização dolorosa' e excludente vivenciada nessa região, e do Nordeste, principalmente a partir dos graves problemas sociais do seu meio rural; - Recebe investimentos pontuais de capital e uma política de integração ao mercado do Centro-Sul, principalmente através da construção de rodovias; - Na economia predominam o extrativismo animal, vegetal e mineral. Destacam-se, também, o polo petroquímico da Petrobras e a Zona Franca de Manaus, que fabrica a maior parte dos produtos eletrônicos brasileiros.
NORDESTE	<ul style="list-style-type: none"> - Região subordinada economicamente ao Centro-Sul, inclusive no que diz respeito ao controle externo de suas atividades mais dinâmicas, e à incipiente articulação interna, visto que suas principais vias a ligam à região Centro-Sul; - O setor agropecuário tem perdido gradativamente seu destaque em nível nacional; como exemplo está a menor importância no mercado nacional de produtos como a cana-de-açúcar, o algodão e o cacau; - Constitui região de perda demográfica, em um primeiro momento para o Centro-Sul, e pós-1970 para a Amazônia. Acentuam-se, no entanto, mais recentemente, os fluxos migratórios intra-regionais em direção às capitais estaduais; - Graves contrastes sociais, com baixos níveis de escolaridade e qualidade de vida, mas, ao mesmo tempo, destaque de um pequeno e influente grupo de elevada renda; - Menor variedade e densidade das formas espaciais, e, por outro lado, destaque no plano político nacional através da influência de grupos dominantes no poder.
CENTRO-SUL	<ul style="list-style-type: none"> - Região econômica e politicamente mais dinâmica do país, concentra os principais centros de gestão econômica e política, sendo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília os três mais importantes; - Concentra as sedes sociais das grandes corporações privadas vinculadas à produção, distribuição e circulação, bem como a sede das empresas estatais; - Concentra a produção industrial do país, sendo as principais áreas aquelas do entorno de São Paulo, Belo Horizonte, Joinville e Porto Alegre; - Região mais urbanizada do país, guardando o embrião de uma promissora megalópole entre São Paulo e Rio de Janeiro; - Possui densa rede de circulação, com a localização dos principais portos e aeroportos, bem como uma ampla rede rodoviária e modernos meios de comunicação, como o Telex e o sistema Transdata; - Principal área agropecuária do país, é também a mais afetada pela modernização da agricultura; - Principal área de mobilidade demográfica, intra e inter-regional; - Área de grandes contrastes sociais, com profundos desniveis de renda, de consumo e de qualidade de vida; - Sua população representa 70% da população nacional.

Fonte: Corrêa (2001).

Conseguiu apreender a realidade vivenciada em cada Complexo Regional? Notou que, traçando um perfil de cada uma dessas regiões, estamos também realizando uma leitura da própria realidade nacional? Afinal, como bem afirma Corrêa (2001, p. 199),

as três grandes regiões podem ser reconhecidas como expressão de uma nova divisão territorial do trabalho, vinculada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe. Ambos, por sua vez, impactaram sobre a natureza e a organização espacial prévia que já se caracterizava por enorme desigualdade.

Agora que você já conhece a proposta de regionalização dos Três Complexos Regionais, aprofunde seus conhecimentos sobre o tema, pesquisando e refletindo a partir das atividades propostas.



Atividade 6

1

Delimite, no mapa a seguir, cada um dos Três Complexos Regionais.



2

Faça uma pesquisa sobre os principais portos e aeroportos do país e localize-os no mesmo mapa.

3

Em seguida, relacione a espacialização desses portos e aeroportos à realidade de cada um dos Complexos Regionais. Lembre-se: essa atividade ajudará você a refletir sobre a dinâmica de produção do espaço nacional na atualidade, pois os espaços mais dinâmicos são aqueles que permitem maior incidência dos fluxos estruturantes do desenvolvimento capitalista na atualidade.

4

O geógrafo Pedro Pinchas Geiger, com base nos critérios socioeconômicos da época, regionalizou o país, definindo 3 Complexos Regionais. Com base nos seus conhecimentos sobre a realidade socioeconômica atual, elabore sua própria regionalização para o país. Espacialize sua proposta e responda: quantos Complexos Regionais você definiu? Justifique sua proposta.



Os Quatro Brasis

Os Quatro Brasis e a Região Concentrada compreendem uma proposta de divisão regional elaborada pelos geógrafos Milton Santos e María Laura Silveira, e foi publicada pelos referidos geógrafos em 2002, na obra *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*.



Figura 8 – Livro de Milton Santos e María Laura Silveira que contém a proposta dos Quatro Brasis e a Região Concentrada (2002)

Tal proposta de divisão regional tem como principais critérios elementos pertinentes às heranças do passado e à difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 268), expressando, assim, o posicionamento crítico dos autores em relação à produção do espaço nacional e à análise da categoria ‘território utilizado’ ou ‘território em uso’ como ponto de partida das discussões empreendidas. Para Santos e Silveira (2002, p. 21), tais expressões significam que

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Tais premissas de análise anunciam que os autores citados, ao propor um modelo de regionalização, fizeram-no baseados em critérios econômicos e tecnológicos, ou seja, no aparato tecnológico e nas atividades modernas ligadas às áreas financeiras, comercial, de serviços, industrial e agropecuária. Assim, propunham uma análise de caracterização do território brasileiro e de entendimento dos principais vínculos – de dependência / independência / subordinação / controle – entre as diferentes áreas/regiões nacionais. Para melhor entendimento da proposta, observe com atenção a espacialização dessa proposta.

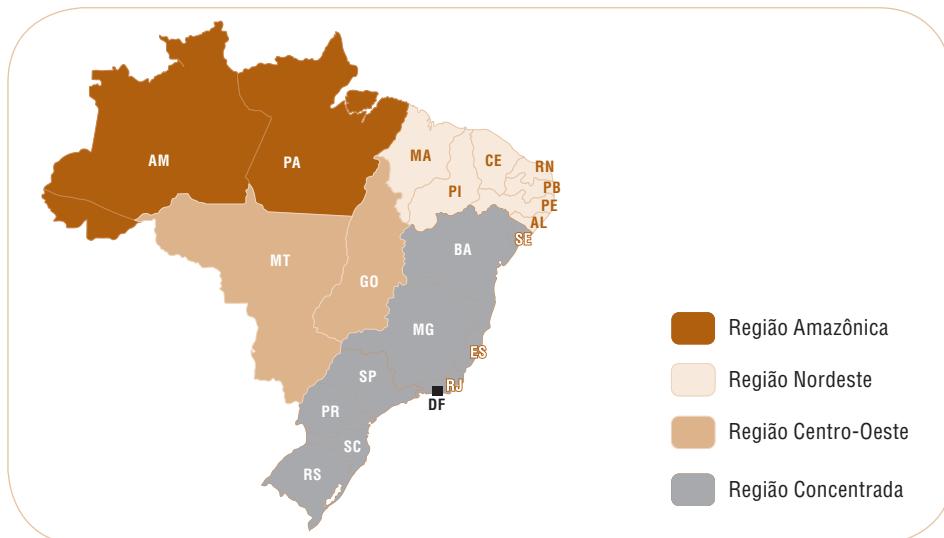


Figura 9 – Os Quatro Brasis

Fonte: Santos (2002).

E quais são as características de cada uma dessas regiões? Em linhas gerais, podemos afirmar que as unidades espaciais em estudo se definem a partir das seguintes considerações:

- A Região Concentrada abriga São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e essa região se caracteriza principalmente pelo dinamismo dos elementos da ciência, da técnica e da informação. Destaca-se seu grau elevado de urbanização, de consumo das empresas e das famílias, do setor de serviços, dos grandes contrastes sociais e da agropecuária moderna. São Paulo se destaca como centro de decisões econômicas e financeiras, mas também no processo de involução metropolitana, ou seja, de emigração das atividades industriais que, saindo de São Paulo, buscam outros pontos da região metropolitana do interior do estado paulistano e até de outros estados, como os da região Sul.
- A região Centro-Oeste é constituída por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. É uma área de ocupação periférica, em que uma nova realidade técnica-científica-informacional assenta-se sobre uma rede de cidades, articulada sobre uma produção agrícola extremamente moderna, com destaque para a soja, o milho, o algodão e o arroz, e suas necessidades estruturais.
- A região Nordeste inclui Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, sendo uma área de povoamento antigo, de precária densidade técnica, de agricultura com baixos índices de mecanização em relação às regiões Concentrada e Centro-Oeste, com grande número de núcleos urbanos, mas baixa taxa de urbanização regional, apresentando manchas de dinamismo econômico, principalmente ligado às áreas irrigadas.
- Por fim, a região Amazônica é constituída pelos estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia e Acre, sendo esta uma região de baixa densidade demográfica e técnica, que, devido à ampliação crescente de sua base econômica, tem ampliado os serviços ligados à circulação viária, fluvial e terrestre, com destaque para as novas

hidrovias, como a Madeira-Amazonas, devido à necessidade de escoamento da soja produzida em Mato Grosso e Rondônia. Além disso, tem sua ocupação vistoriada por modernos satélites e radares, e uma rica biodiversidade que não foi ainda inventariada.

Tais cenários de análise geográfica nos remetem – não podemos deixar de destacar – à influência da Geografia Crítica, pois sabemos que esta compreende um conjunto de propostas que, a partir da década de 70, renovaram os estudos e a análise geográfica da realidade. A Geografia Crítica é fortemente marcada pelo caráter de contestação à Geografia Tradicional e Quantitativa, bem como à própria ordem social, econômica e política contemporânea. Ora, como bem afirma Moraes (1990, p. 112), estudiosos e autores dessa vertente da Geografia

se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

Dessa forma, a Geografia Crítica alimenta e respalda a divisão regional em discussão, pois se as discussões geográficas ganham uma postura crítica em relação à realidade vigente, também o conceito de região é renovado, e inserido em nossas perspectivas conceituais de análise. Sendo assim, numa discussão acerca da organização espacial, privilegiam-se os estudos sobre a realidade social, a internacionalização do capital e a divisão internacional e territorial do trabalho, ficando evidente que

a região continua a existir e a desafiar os geógrafos na busca de um conceito mais atual. É necessário deixar claro que, com as constantes mudanças, devido à globalização, o mundo não é o mesmo. Portanto, entender a região hoje é vê-la como um ‘produto’ de articulações que são engendradas, constantemente, no espaço. Essas conexões são resultantes dos fatores hegemônicos e do Estado, que se manifestam com mais força em uma determinada porção da superfície terrestre. Essa ‘força’ é resultante da presença da técnica, da informática, das comunicações, dos transportes, da indústria, entre outros fatores, que se articulam e organizam e/ou desorganizam as distintas parcelas na superfície da Terra (BEZZI, 2004, p. 192).

Entendidas essas questões, vamos responder a atividade a seguir:



Atividade 7

1

Quais unidades da federação compõem cada uma das regiões propostas por Milton Santos?

2

Quais as principais características de cada uma das unidades regionais apresentadas? Para responder, amplie seus conhecimentos, pesquisando e consultando outras bibliografias sobre o tema.

Resumo

Nesta aula, você compreendeu por que regionalizar ainda é preciso, já que as propostas de regionalização discutidas são ferramentas importantes de análise da realidade nacional, mesmo que não sejam consideradas oficiais ou assumidas por órgãos representantes do Estado. Dessa forma, você entendeu que inúmeros pesquisadores elencaram diferentes critérios, ora naturais, ora humanos, que levaram à delimitação dos chamados Domínios Morfoclimáticos, das Regiões Literárias, Geoeconômicas e dos Quatro Brasis, bem como o processo de espacialização e caracterização de cada uma destas unidades espaciais.

Autoavaliação

1

Diferencie as propostas de regionalização apresentadas nesta aula a partir dos critérios utilizados por seus autores.

2

Com base na presente aula sobre as regionalizações do território brasileiro, explique a frase a seguir: “Os processos sociais e econômicos que a partir da década de 1950 passaram a atuar sobre a organização espacial brasileira geraram, entre outras consequências, uma nova regionalização, caracterizada por três grandes regiões: o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia”. (CORRÊA, 2001).

3

Tendo como base as divisões regionais estudadas nessa aula e as atividades realizadas, apresente as principais semelhanças e diferenças entre estas divisões e a atual regionalização oficial do país em grandes regiões, criada pelo IBGE.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BEZZI, Maria Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas. 1996. 377 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GEIGER, Pedro Pinchas. Organização regional do Brasil. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro, n. 61, p. 51, jul./dez. 1964.

_____. **Esclarecimentos** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <aristotelina@ufrnet.br> em 27 abr. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**: excertos da Revista Brasileira de Geografia. Ilustrações de Percy Lau. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963. Edição comemorativa da I Semana da Geografia.

_____. **Atlas Geográfico Escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Sertões Brasileiros I. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. p. 9. v 2.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

SANTOS, Milton; Maria Laura Silveira. **O Brasil**: território e sociedade no inicio do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Anotações

Nordeste

Aula

7

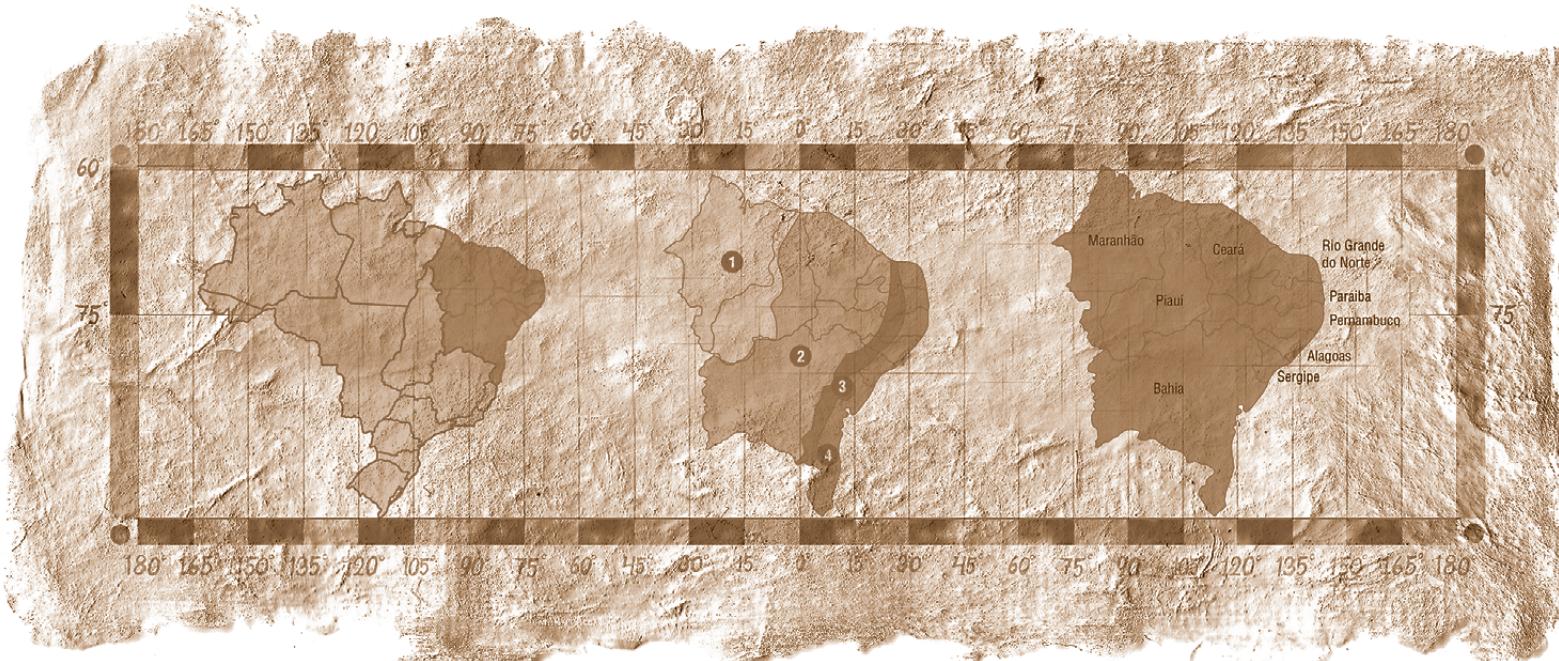


Apresentação

Bem-vindo, caro(a) aluno(a), à Aula 7 da disciplina Geografia Regional do Brasil. A partir desta aula, iniciaremos nossos estudos acerca da realidade regional brasileira, tendo como parâmetro central de discussão as Macrorregiões definidas e regulamentadas pelo IBGE nas últimas décadas. Comecemos, então, pela região Nordeste (NE), uma das cinco Macrorregiões definidas pelo IBGE e utilizada como unidade regional oficial pelos órgãos oficiais do país. Definida primeiramente em 1938, passou por inúmeras reformulações desde então a partir das mudanças econômicas, políticas e sociais pelas quais passou o próprio país nas últimas décadas. Mas, quais suas principais características naturais e humanas? Suas principais potencialidades? Seus principais problemas? Por que dividimos essa região em sub-regiões? Pois bem, muitos são os questionamentos necessários ao conhecimento da realidade contemporânea da região Nordeste. Tais questionamentos nortearão nossa discussão, nesta e na próxima aula, orientando os estudos que iniciaremos agora.

Objetivos

- 1** Caracterizar a região Nordeste em seus aspectos geo-históricos, naturais, sociais e econômicos.
- 2** Identificar a diversidade e os contrastes dos aspectos humanos e físicos das sub-regiões nordestinas.





Apresentando a região Nordeste

Inúmeras são, na contemporaneidade, as formas e as fontes de conhecimento da realidade nordestina. Afinal, muitas são, por exemplo, as imagens produzidas e veiculadas pelos principais canais de comunicação acerca das características dessa região. Da mesma forma, saltam aos nossos olhos as possibilidades de leitura de obras literárias que, em prosa e verso, retratam as feições históricas, econômicas, naturais, culturais e sociais nordestinas. Observemos, então, a obra a seguir. Ela pertence a um importante romancista nordestino: João Cabral de Melo Neto. Você já ouviu algo a seu respeito? Conhece as suas obras? O trecho a seguir compreende um fragmento de um dos mais conhecidos dos seus trabalhos: o Auto de Natal Morte e Vida Severina. Leia com atenção o fragmento e logo após responda a atividade proposta.

**O RETIRANTE CHEGA À ZONA DA MATA,
QUE O FAZ PENSAR, OUTRA VEZ, EM
INTERROMPER A VIAGEM.**

— Bem me diziam que a terra
se faz mais branda e macia
quando mais do litoral
a viagem se aproxima.
Agora afinal cheguei
nesta terra que diziam.
Como ela é uma terra doce
para os pés e para a vista.
Os rios que correm aqui
têm água vitalícia.
Cacimbas por todo lado
cavando o chão, água mina.
Vejo agora que é verdade
o que pensei ser mentira
Quem sabe se nesta terra
não plantarei minha sina?
Não tenho medo de terra
(cavei pedra toda a vida),
e para quem lutou a braço
contra a piçarra da Caatinga
será fácil amansar
esta aqui, tão feminina.
Mas não avisto ninguém,
só folhas de cana fina
somente ali à distância
aquele bueiro de usina
somente naquela várzea
um bangüê velho em ruína.
Por onde andará a gente
que tantas canas cultiva?
Feriando: que nesta terra
tão fácil, tão doce e rica,
não é preciso trabalhar
todas as horas do dia,
os dias todos do mês,
os meses todos da vida.
Decerto a gente daqui
jamais envelhece aos trinta
nem sabe da morte em vida,
vida em morte, severina
e aquele cemitério ali,
branco de verde colina,
decerto pouco funciona
e poucas covas aninha.

Fonte: Melo Neto (2000).

**O RETIRANTE APROXIMA-SE DE
UM DOS CAIS DO CAPIBARIBE.**

— Nunca esperei muita coisa,
é preciso que eu repita.
Sabia que no rosário
de cidade e de vilas,
e mesmo aqui no Recife
ao acabar minha descida,
não seria diferente
a vida de cada dia:
que sempre pás e enxadas
foices de corte e capina,
ferros de cova, estrovengas
o meu braço esperariam.
Mas que se este não mudasse
seu uso de toda vida,
esperei, devo dizer,
que ao menos aumentaria
na quartinha, a água pouca,
dentro da cuia, a farinha,
o algodãozinho da camisa,
ao meu aluguel com a vida.
E chegando, aprendo que,
nessa viagem que eu fazia,
sem saber desde o Sertão,
meu próprio enterro eu seguia.
Só que devo ter chegado
adiantado de uns dias
o enterro espera na porta:
o morto ainda está com vida
A solução é apressar
a morte a que se decida
e pedir a este rio,
que vem também lá de cima,
que me faça aquele enterro
que o coveiro descrevia:
caixão macio de lama,
mortalha macia e líquida,
coroas de baronesa
junto com flores de aninga,
e aquele acompanhamento
de água que sempre desfila
(que o rio, aqui no Recife,
não seca, vai toda a vida).



Atividade 1

- 1** Quais as ideias principais do poema de João Cabral de Melo Neto?
- 2** Os versos retratam aspectos da realidade da região Nordeste (NE). Que principais características naturais, econômicas ou sociais são, então, apresentadas no poema?
- 3** Você já conhecia o poema Morte e Vida Severina? Pois bem, ele comprehende um interessante material de estudo sobre a região. Por isso, pesquise todo o poema no endereço eletrônico <http://www.releituras.com/joacabral_morte.asp>, leia-o e elabore um resumo da obra.
- 4** Além de João Cabral de Melo Neto, quem mais escreveu ou cantou a respeito da região NE? Elenque autores, compositores e cantores que já retrataram a nossa região.

Você deve ter percebido que o poema relata a migração de um nordestino, do interior do sertão da região para o litoral e, como geralmente acontece nos processos migratórios, fala em seu lamento e sua esperança em encontrar um lugar que lhe dê condições de viver. Aspectos naturais, econômicos e sociais contrastantes do litoral e do interior do NE são destacados, como os rios que nunca secam do litoral em contraste com aqueles temporários do interior do migrante; a vegetação verde e exuberante próxima ao litoral e o solo pedregoso, piçarrento da caatinga; as folhas da cana dando uma pista de uma importante e histórica atividade econômica presente na região; ou, ainda, as mazelas sociais de um trabalhador em busca de emprego e de dignidade. Esses são alguns dos cenários importantes da região nordestina, e levantam detalhes que acompanharão nossas discussões durante toda esta aula.

Retratos e cenários de uma região

Primeiramente, indagamos a você: quais unidades políticas compõem essa região? Qual a área e a população desses estados? E em quantas unidades municipais eles estão divididos? Observe o mapa a seguir e veja a espacialização dessa região.



Figura 1 – Região Nordeste e suas unidades políticas

Fonte: IBGE

Você deve ter notado que nove estados compõem a região Nordeste. Todos são banhados pelo oceano Atlântico e também todas as capitais, com exceção de Teresina, estão localizadas na área de costa. Os estados apresentam inúmeros contrastes, que vão desde a diferença da área territorial até o número de habitantes de cada unidade política. Além disso, não esqueçamos que também fazem parte da região as ilhas oceânicas do distrito estadual de Fernando de Noronha e os penedos de São Pedro e São Paulo, ambos pertencentes ao estado de Pernambuco, além da Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas, como área do Rio Grande do Norte.

Não esqueçamos que estamos nos referindo ao NE enquanto uma das Macrorregiões definidas pelo IBGE. Contudo, poderíamos ainda nos reportar às três Regiões Geoeconômicas estipuladas por Pedro Geiger e falar na região nordestina que se alastra até o norte de Minas Gerais, e que perde a área localizada ao oeste do Maranhão. Ou poderíamos ainda nos reportar aos Quatro Brasis de Milton Santos e comparar, por exemplo, a região NE à Região Concentrada. Não que tais análises sejam descartadas; pelo contrário, elas poderão ser citadas em nossas discussões e levantar questões importantes ao estudo da realidade da região em pauta.

E, para melhor conhecer o NE, atente também para o quadro a seguir, pois ele destaca importantes informações sobre essa região:

Quadro 1 – Informações gerais sobre a região Nordeste

ESTADO	CAPITAL	ÁREA (km^2)	Número de Municípios	População Estimada 2007
MARANHÃO (MA)	SÃO LUIZ	331.983,293	217	6.118.995
PIAUÍ (PI)	TERESINA	251.529,186	223	3.032.421
CEARÁ (CE)	FORTALEZA	148.825,602	184	8.185.286
RIO GRANDE DO NORTE (RN)	NATAL	52.796,791	167	3.013.740
PARAÍBA (PB)	JOÃO PESSOA	56.439,838	223	3.641.395
PERNAMBUCO (PE)	RECIFE	98.311,616	185	8.485.386
ALAGOAS (AL)	MACEIÓ	27.767,661	102	3.037.103
SERGIPE (SE)	ARACAJU	21.910,348	75	1.939.426
BAHIA (BA)	SALVADOR	564.692,669	417	14.080.654
TOTAL		1.554.257,00	1793	51.534.406
REGIÃO NORDESTE				
Crescimento demográfico ¹	Mortalidade infantil ²	Analfabetismo ³	IDH	Participação no PIB
1,2%	36,9	21,9%	0,608	14,1%

Nota: ¹(2000-2007); ² por mil nascidos vivos (2006); ³(2006).

Fonte: IBGE

Observe que o Quadro 1 apresenta informações importantes relativas aos estados nordestinos, como a área territorial, o número de municípios e a população local, além de destacar índices qualitativos gerais, como a mortalidade infantil, o IDH e a participação da região no PIB nacional.

IDH significa Índice de Desenvolvimento Humano. Compreende um índice de avaliação do desenvolvimento humano, levando em consideração três aspectos: expectativa de vida, escolaridade e PIB *per capita*. Vem sendo utilizado desde a década de 90 pela ONU, países e estados em seus relatórios de desenvolvimento humano. PIB significa Produto Interno Bruto, apresenta a soma dos bens e serviços gerados num país, estado ou cidade durante um determinado tempo, que pode ser um ano, mês, trimestre ou ano.

Levando ainda em consideração a Figura 1, que nos remete às unidades políticas da região Nordeste, acenamos para o fato de praticamente todas as capitais nordestinas serem cidades litorâneas. Isso acontece devido ao processo histórico de formação territorial do nosso país, em que o modelo colonizador, baseado em uma economia e em uma sociedade agrária exportadora, com mão-de-obra escrava e voltada aos interesses da metrópole e depois de centros econômicos e políticos mais influentes, levou a uma dinâmica territorial que privilegiou as áreas litorâneas, propícias ao escoamento da produção e a uma maior possibilidade de ligação com o exterior.

A produção do espaço do NE nos remete ao processo de formação territorial nacional em que estruturas produtivas, ditadas pelos interesses do colonizador e das elites locais, estiveram baseadas em atividades econômicas definidoras da dinâmica de produção do espaço. Em linhas gerais, podemos afirmar que no NE o modelo de ocupação baseou-se na atividade canavieira no litoral leste ou oriental, na policultura de subsistência nas áreas de agreste, na pecuária extensiva e no algodão, no interior, e na extração do babaçu nas áreas de fronteiras com a Amazônia.

Ressaltamos a precária base técnica e as estruturas econômicas e sociais tradicionais e excludentes desse processo, o que nos leva a concordar com Santos (2002, p. 271-272) quando afirma que

O Nordeste [...] é uma área de povoamento antigo, onde a constituição do meio mecanizado se deu de forma pontual e pouco densa e onde a respectiva circulação de pessoas, produtos, informações, ordens e dinheiro era precária, tanto em razão do tipo e da natureza das atividades (sobretudo uma agricultura pouco intensiva) como em virtude da estrutura da propriedade.

Tal contexto traduz-se em uma herança econômica e social problemática em termos de impasses e desafios frente ao desenvolvimento da região, conforme nos mostra o próprio poema Morte e Vida Severina. Esclarecendo essa questão, Castro (1996, p. 286) afirma que a

Região Nordeste é a parte do território nacional que mais desafios tem colocado à compreensão da inter-relação dinâmica dos fatores econômicos, políticos, sociais e territoriais do processo de desenvolvimento. Sendo esse o espaço de colonização, de importância econômica e de formação de uma elite política mais antiga do país, é também o território mais consolidado em termos de ocupação populacional e de maior durabilidade de sua estrutura produtiva.

Ressaltamos que, comungando com esse contexto, está o fato de que persistem na região antigas estruturas tradicionais e excludentes, como a concentração da renda, da terra e do poder político, o que ganha forma e dinâmica através do latifúndio, das péssimas condições de vida de parte da população e da perpetuação de grupos políticos ligados ao poder na região. Afinal, como bem afirma Santos (2002, p. 268), “cada região instala aquilo que, a cada momento, vem a constituir rugosidades diferentes. Essas rugosidades estão ligadas, de um lado, à tecnicidade dos objetos de trabalho e, de outro, ao arranjo desses objetos e às relações daí resultantes”.

Mas, com uma região de enormes desafios destacam-se, também, em nível regional, as potencialidades naturais e econômicas envolvendo atividades modernas, como o turismo, o processo de industrialização, a fruticultura irrigada ou a extração de minérios como o petróleo e o gás natural. São as novas bases técnicas, científicas, informacionais da região, criando manchas de modernidade e ditando modernos cenários de desenvolvimento. Resta saber se em consonância com esse quadro haverá a diminuição das mazelas sociais e históricas da região.

Que tal agora refletirmos um pouco mais acerca das ideias apresentadas? Para isso, responda a atividade a seguir.



Atividade 2

1

Elabore duas listas sobre a região NE. Em uma, elenque os estados nordestinos em termos de dimensão territorial, do maior para o menor; em outra lista, os estados mais populosos, também em ordem decrescente.

2

Faça uma pesquisa, na internet do seu polo ou em bibliotecas da sua cidade, sobre as principais características naturais da região NE. Tal pesquisa será importante para as nossas próximas discussões.

Contrastes de uma região: as sub-regiões nordestinas

O enorme desafio de analisar a região NE consiste, entre muitas razões, no fato de que tal região apresenta enormes contrastes naturais e econômicos, o que levou à delimitação, pelo IBGE, de quatro regiões geográficas, as chamadas sub-regiões: a **Zona da Mata**, o **Agreste**, o **Sertão** e o **Meio-Norte**. Você já ouviu falar nessas sub-regiões? Elas compreendem um material de estudo bastante utilizado nas discussões sobre a região. Inúmeros são, então, os pesquisadores que discutiram – e discutem – o NE a partir da realidade dessas sub-regiões. Manuel Correa de Andrade (1986, p. 25), geógrafo e pesquisador pernambucano, já dizia que “daí podemos, em um ensaio de síntese [...] sobre o NE, dividi-lo em quatro grandes regiões que são, a um só tempo, naturais e geográficas, dando às mesmas os nomes consagrados pela tradição: Mata, Agreste, Sertão e o Meio-Norte”. No mapa a seguir, observe a espacialização dessas sub-regiões:

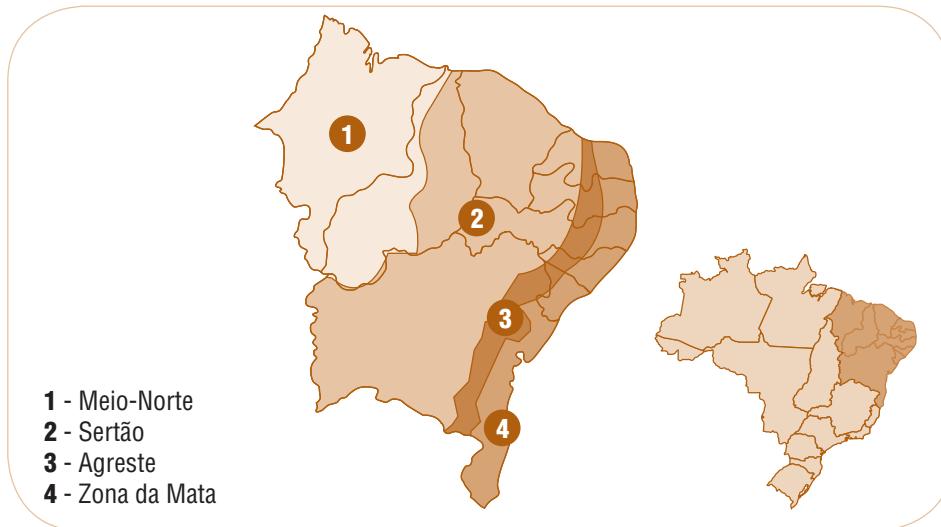


Figura 2 – Sub-regiões nordestinas

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e9/Brazil_Region_Nordeste_Subregions.svg/220px-Brazil_Region_Nordeste_Subregions.svg.png>. **Acesso em:** 11 ago. 2009.

Em razão do clima, temos um Nordeste úmido – a Zona da Mata, e um Nordeste semiárido – o Sertão. A passagem de uma zona para outra forma duas zonas de transição: o Agreste, entre a Zona da Mata e o sertão, e o Meio-Norte, entre o sertão e a Amazônia.

As sub-regiões em estudo traduzem, assim, tanto as diversificadas atividades econômicas responsáveis pelo processo de ocupação histórica como também a dinâmica sociedade-natureza, em que as características naturais combinaram-se a esse processo histórico, levando à apropriação e à transformação dos recursos naturais regionais. Assim, pelos contrastes que apresentam, podemos falar nos ‘Nordestes’ da cana-de-açúcar, do cacau, da pecuária, do babaçu, do algodão, do sal, e também do turismo, do petróleo, da fruticultura irrigada, da soja, da indústria automobilística e têxtil.

Aprofundando nossa discussão, indagamos ainda: quais são as principais características dessas sub-regiões? Que principais elementos naturais e históricos as diferenciam? Para responder a essas e outras questões, observe o fragmento a seguir. Ele retrata aspectos naturais e humanos de algumas das sub-regiões nordestinas; contudo, a sua escala de análise não compreendeu propriamente a região Nordeste, e sim o estado do Rio Grande do Norte. Leia-o atentamente e responda a atividade a seguir.

“Faz de conta que você está espiando o mapa do Rio Grande do Norte muito lá de cima. E quando a gente dá as costas para o mar e se interna de terra adentro, vai deixando pra trás o chão arenoso do litoral e passa a pisar o terreno mais barrento do agreste. Adiante, no rumo Leste-Oeste, os caminhos principiam a se enladeirar. São os contrafortes da Chapada da Borborema, mais conhecida como Serra do Doutor. Depois do Riacho do Maxixe, nas quebradas da serra, a estrada vai descendo no rumo do Seridó. Ali os invernos são escassos e irregulares.”

Oswaldo Lamartine de Faria (2004, p. 1).



Atividade 3

1

Observe o mapa do Rio Grande do Norte da Figura 3 a seguir. Vamos, então, traçar o roteiro descrito por Oswaldo Lamartine? Para isso, localize na figura as seguintes cidades: Natal, Bom Jesus, Santa Cruz, Acari e Caicó.



Figura 3 – Mapa político do Rio Grande do Norte

2

Observe a Figura 2, que espacializa as sub-regiões nordestinas, e responda: quais dessas sub-regiões são retratadas no texto de Oswaldo Lamartine?

Fonte: <<http://www.idema.rn.gov.br/governo/secretarias/idema/anuario2005/mapas/POLITICO-ADMINISTRATIVO.jpg>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

3

Quais principais aspectos naturais e humanos são levantados sobre essas sub-regiões?

Para caracterizar melhor as sub-regiões em estudo, observe o texto a seguir. Ele apresenta aspectos humanos e naturais importantes dessas unidades regionais. Logo após, responda a atividade proposta.

Zona da Mata

A Zona da Mata compreende a faixa litorânea que se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia. Historicamente, define-se pela região da atividade canavieira, produzida em latifúndios escravocratas que destinavam a produção para o mercado externo. Apesar das mudanças verificadas desde a época colonial, a escravidão foi substituída pelo trabalho assalariado dos boias-frias; por isso, a herança histórica dessa sub-região é marcada por fortes conflitos de terra. Os antigos engenhos deram lugar às usinas de açúcar e álcool, mas a cana-de-açúcar permaneceu como produto importante dessa faixa litorânea nordestina.

Se levarmos em conta as atividades econômicas historicamente predominantes, podemos dividir a área em: zona da mata açucareira, do RN ao norte da BA, do Recôncavo Baiano, ao longo da Baía de todos os Santos, marcada pela produção de tabaco, e a zona do cacau, ao sul da Bahia. Como atividades econômicas predominantes da área, destacamos a permanência da cana-de-açúcar, o turismo, a indústria, principalmente nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, e a extração e beneficiamento de petróleo no Recôncavo Baiano.



Drenagem exorreica

Acontece quando os rios nascem em regiões interioranas e correm em direção ao mar.

Caracteriza-se pela estrutura geológica sedimentar, com presença de planícies e tabuleiros costeiros, e solo de massapé, rico em matéria orgânica e propício à atividade canavieira. O clima é o litorâneo úmido, com médias térmicas entre 24 °C e 26 °C e índice pluviométrico entre 1000 e 2000 mm, concentrados no outono-inverno. Os rios são permanentes, com **drenagem exorreica**. A vegetação original predominante na área é a Mata Atlântica, devastada inicialmente pelo processo de ocupação da região e plantio da cana-de-açúcar. Mas também é área de manguezais, localizados ao longo dos estuários, de vegetação de praias e dunas, restingas e de tabuleiros.

Agreste

O Agreste é a faixa de transição entre a Zona da Mata úmida e o Sertão semiárido. Seu processo de ocupação esteve historicamente atrelado à expansão da atividade canavieira, que avançava da Zona da Mata e adentrava essa região. Também foi a área das primeiras fazendas de criação de gado e das culturas de subsistência em pequenas propriedades que abasteciam a Zona da Mata. Assim, enquanto a Zona da Mata destacou-se como área monocultora, o Agreste é uma área policultora, onde prevalece a pequena propriedade de culturas agrícolas diversas, como mandioca, batata, feijão e milho, e dos rebanhos de gado para a produção do leite, queijo e manteiga. Há um predomínio da agricultura de subsistência, em que impera a baixa capacidade técnica e de capital das pequenas propriedades.

Sertão

Conforme nos mostrou anteriormente a Figura 2, o Sertão compreende a área do interior da região, indo desde o litoral norte ou setentrional até o centro-sul da Bahia. Historicamente, caracteriza-se por ser a área de ocupação pela pecuária extensiva em grandes fazendas de gado, pelo algodão e pela agricultura de subsistência, dentre outras atividades econômicas.

Confundindo-se em grande parte com a área do semiárido nordestino, o sertão é definido pelo clima tropical semiárido, com médias térmicas anuais entre 23 e 27 °C, índices pluviométricos médios anuais iguais ou inferiores a 800 mm, insolação média de 2800 h/ano, sujeito à incidência das chamadas secas, que são definidas pela irregularidade espacial e temporal das chuvas, concentradas no verão-outono. A cobertura vegetal dominante é a Caatinga, palavra de origem indígena que significa ‘mata branca ou cinza’, devido ao aspecto que adquire no período das estiagens. Vale ressaltar que a Caatinga é definida principalmente pela sua capacidade de adaptação ao clima semiárido, por isso se afirma por ser uma vegetação xerófila caducifólia, com espécies adaptadas à pouca umidade, como as cactáceas e aquelas que nos períodos de estiagem perdem as folhas.

Vale ressaltar que o sertão semiárido condiz com o Polígono das Secas. O Polígono das Secas foi delimitado em 1936 e revisado em 1951. Sua área corresponde a 962.857,3 km² da região NE, abrangendo oito estados nordestinos – o Maranhão é a única exceção –, além da área de atuação da Sudene em Minas Gerais, com 121.490,9 km², e compreende as áreas sujeitas repetidamente aos efeitos das secas. Já o semiárido ocupa 841.260,9 km² de área no NE e outros 54.670,4 Km² em Minas Gerais e caracteriza-se por apresentar reservas insuficientes de água em seus mananciais. O conceito técnico de semiárido data de 1988, seguindo a Constituição, que instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A Lei N° 7.827, de setembro de 1989, define como semiárida a região inserida na área de atuação da Sudene com precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm. A seguir, o mapa do Polígono das Secas.



Figura 4 – Área do Polígono das Secas

Fonte: IBGE

As limitações pluviométricas e a baixa retenção dos solos ocasionam o regime temporário dos seus rios, enquanto o predomínio do intemperismo físico em uma área de temperaturas médias altas no ano e grande amplitude térmica diária provoca a existência, em grande parte da área, de solos rasos e pedregosos; em alguns pontos há ausência de solos, como no chamado sertão de pedras de áreas, como o Seridó do Rio Grande do Norte. Do ponto de vista geológico, a cobertura de rochas cristalinas é predominante na área, com um relevo formado por planaltos antigos e rebaixados pela erosão. Observam-se, também, áreas de depressões e chapadas sedimentares.

Meio-Norte

Conforme vimos na Figura 2, o Meio-Norte abrange os estados do Piauí e do Maranhão, compreendendo uma área de transição entre o sertão de clima semiárido e a Amazônia de clima equatorial, ou seja, entre a vegetação de Caatinga e a da Floresta Amazônica. Apresenta a Mata dos Cocais, que possui o babaçu, importante palmeira da economia e da cultura local.

Considerando tanto a paisagem quanto o processo de ocupação, nota-se que essa sub-região apresenta áreas bem distintas. O sul e o centro do Piauí, que são dominados pela Caatinga, são um retrato do sertão; o estado foi povoado pela pecuária, daí ser essa atividade econômica responsável pela fundação de Teresina. O vale do Parnaíba é extremamente recoberto pela Mata dos Cocais, sendo uma área de extrativismo vegetal do óleo do babaçu e da cera da carnaúba. Já as áreas úmidas do norte do Maranhão compreendem fazendas policultoras que, com as chuvas fortes e as áreas semialagadas das várzeas dos rios Mearim e Pindaré, cultivam o arroz como principal produto.



Atividade 4

1

Justifique a existência e a delimitação das chamadas sub-regiões nordestinas.

2

Explique o processo histórico de ocupação da Zona da Mata e do Sertão nordestino.

3

Diferencie, quanto aos aspectos naturais, as sub-regiões da Zona da Mata e do Sertão.

4

Vá à sede do seu polo de ensino, acesse a *internet* e visite o *site* a seguir: <http://www.integracao.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimentoregional/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf&nome_arquivo=cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf>. Nesse documento, localize o mapa que representa a área do semiárido brasileiro. Compare a área do Polígono das Secas com a área do Semiárido. Há diferença entre elas?

Entendeu o porquê da delimitação das quatro sub-regiões nordestinas? Notou que as diferentes características naturais e humanas da região levaram à necessidade de diferenciação de unidades regionais locais para melhor compreensão da realidade dessa Macrorregião? Mas muitas são ainda as questões a serem discutidas sobre a realidade da região Nordeste. Por isso, continuaremos na próxima aula nossos estudos sobre essa região.

Resumo

Nesta aula, você estudou as principais características naturais e humanas da região Nordeste, Macrorregião oficial definida e delimitada pelo IBGE. Compreendeu, ainda, o processo de ocupação da região, bem como as atividades econômicas responsáveis por esse processo. Além disso, você entendeu a necessidade de criação de unidades sub-regionais nordestinas para melhor compreensão da realidade local, devido à própria diferenciação dos elementos naturais, econômicos e históricos locais. Entendeu, ainda, a espacialização das unidades políticas e das sub-regiões nordestinas.

Autoavaliação



Escolha um estado da região Nordeste, preferencialmente aquele no qual você reside, e faça uma pesquisa em livros, atlas, revistas, jornais e em *sites* da internet sobre esse estado. Apresente, então, suas principais características naturais e humanas, como o relevo, a hidrografia, o clima, a cobertura vegetal, as atividades econômicas, os problemas ambientais e sociais. Como sugestão de *sites* de pesquisa, recomendamos o IBGE, mais precisamente o endereço <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlas escolar/mapas_brasil.shtml>, e a SUDENE, no endereço eletrônico <<http://www.sudene.gov.br/site/menu.php?idioma=ptbr&cod=210>>. Tais endereços abrem páginas que apresentam vários *links* importantes à pesquisa proposta.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

ARAUJO, Tânia Bacelar de. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ATLAS National Geographic. São Paulo: Abril Coleções, 2008. (Brasil, v. 2).

CASTRO, Iná Elias de. Seca versus seca. novos interesses, novos territórios, novos discursos no NE. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. O sertão de Oswaldo Lamartine. **Diário de Natal**, 25 jul. 2004. Série Leituras Potiguares, Fascículo 11, Projeto LER.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**: sertões brasileiros I. Rio de Janeiro : IBGE, 2009. v 2.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SANTOS, Milton; Maria Laura Silveira. **O Brasil**: território e sociedade no inicio do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Anotações

Anotações

Anotações

Nordestes

Aula

8



Apresentação

Bem-vindo caro(a) aluno(a) à Aula 8 da disciplina Geografia Regional do Brasil. Nesta aula, concluiremos nossos estudos sobre a região Nordeste. Os temas aqui apresentados refletem a sua realidade regional no âmbito socioambiental, econômico e político. Você saberia dizer quais as suas principais características econômicas e sociais da atualidade? Você considera a região Nordeste uma região pobre, atrasada diante das demais regiões do país? De que forma os recursos naturais estão sendo apropriados pela sociedade? Quais as suas principais potencialidades econômicas? Responder a esses questionamentos é o desafio proposto nesta aula.

Objetivos

- 1** Caracterizar a região Nordeste em seus aspectos ambientais, econômicos e sociais.
- 2** Identificar a diversidade e os contrastes dos aspectos humanos e físicos da região.
- 3** Contextualizar os aspectos geoeconômicos da região com o país.

Região Nordeste: grandes questões em debate

Iniciamos a nossa aula anterior com o lamento do retirante nordestino, deixando o seu sertão seco, pobre, onde se tem muitas mortes, em direção ao litoral rico em águas, alimento e vida. Esse era o cenário imaginado pelo retirante Severino para a nossa região Nordeste. Mas, o sertão nordestino é realmente a sub-região mais pobre, mais seca e, portanto, a menos dinâmica economicamente? O Nordeste é a região mais atrasada dentre as demais Macrorregiões do país? A região problema? Pensando em responder a essas e outras perguntas e em solucionar os problemas da região Nordeste, ao longo das décadas do século XX e XXI, foi elaborado um conjunto de políticas que objetivavam superar o atraso econômico e social da região e promover o seu desenvolvimento frente às demais regiões do país. O atraso ora atribuído às adversidades do seu quadro natural (clima semiárido de chuvas escassas e irregulares, um solo raso e pedregoso etc.), ora à sua base econômica agroexportadora, bem como os problemas, potencialidades, projetos e ações planejados e executados para a região em foco merecem nossa reflexão e investigação.

A desertificação

De acordo com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, o fenômeno da desertificação pode ser definido como a “degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas”. Por “degradação da terra”, entende-se a degradação dos solos, da fauna e flora e dos recursos hídricos, e como consequência a redução da qualidade de vida da população humana das áreas atingidas.

Estudos feitos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama, a partir de imagens de satélite, permitiram identificar inicialmente quatro núcleos de desertificação no Brasil com forte comprometimento dos recursos naturais. São eles: Gilbués (PI), Irauçuba (CE), Seridó (RN) e Cabrobó (PE), cuja área total é de cerca de 15.000 km². As principais causas da desertificação estão relacionadas ao uso inapropriado dos recursos da terra, agravado pelas secas; uso intensivo dos solos, tanto na agricultura moderna quanto na tradicional; pecuária extensiva; queimadas; desmatamento em áreas de preservação da vegetação nativa, margens de rios etc. e técnicas inapropriadas de irrigação e a mineração. A ação combinada desses fatores naturais e antrópicos resultam em prejuízos de ordem:

- **ambiental:** erosão e salinização dos solos, perda de biodiversidade, diminuição da disponibilidade e da qualidade dos recursos hídricos;
- **social:** desestruturação familiar pela necessidade de emigrar para centros urbanos devido à perda da capacidade produtiva da terra;

- econômica:** queda na produtividade e produção agrícola, redução da renda e do consumo da população, além da perda da capacidade produtiva da sociedade, o que repercute diretamente na arrecadação de impostos e na circulação de renda.



Figura 1 – Desmatamento seguido de queimadas na comunidade Cinco Cantos, no município de Tenente Laurentino Cruz (RN)

Fonte: Diagnóstico do uso da lenha nas atividades agroindustriais do território do Seridó (RN). (2008, p. 87).

Você sabia? O dia 17 de junho é o Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca.

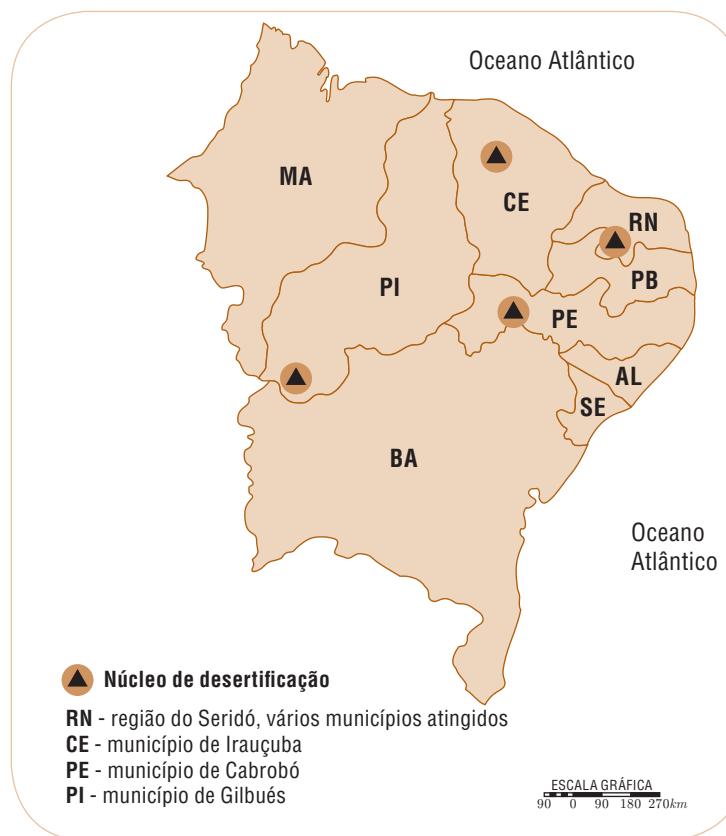


Figura 2 – Região Nordeste: áreas de desertificação

Fonte: Baseado em <http://www.asabrasil.org.br/portal/Informacoes.asp?cod_menu=1194>. Acesso em: 2 set. 2009.



Atividade 1

1

Em qual região e em quais estados do país estão os principais núcleos de desertificação?

2

Em seu estado, algumas dessas práticas humanas, descritas anteriormente, que potencializam o fenômeno da desertificação, são realizadas? Qual(is)?

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

A criação de Superintendências Regionais de Desenvolvimento foi uma das principais estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro para tentar corrigir as desigualdades regionais e intensificar a integração das diferentes regiões do país. Em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi o primeiro desses órgãos criados. A criação da Sudene visava a coordenação das ações do Governo Federal com os objetivos de implementar a industrialização na região e resolver os seus problemas agrícolas, agravados pela ocorrência de secas.

Segundo Araújo (2000), o desigual desenvolvimento do capitalismo aprofundara as distâncias econômicas e sociais entre a região Sudeste, com sua base econômica na atividade industrial, e o Nordeste, com sua então economia estagnada e baseada na produção açucareira – e ainda se destacando entre as áreas de altos índices de pobreza do mundo.

A Sudene atuou mais intensamente no setor industrial e promoveu a realização de obras de infraestrutura. Foram instaladas indústrias de diversos ramos, que atendiam aos mercados local, regional e nacional. A produção das indústrias se destinava ao próprio NE. Eram produtoras de bens de consumo, como alimentos, calçados e vestuários. A região passou a produzir basicamente o que não era fabricado na região Sudeste, tornando a economia nordestina complementar e dependente dessa região. Os investimentos foram concentrados, sobretudo, em Recife, Fortaleza e Salvador, pois possuíam melhor infraestrutura de transporte e fontes de energia. A Sudene encerrou sua atividades no ano de 2001, mas em 2003 novamente voltou a funcionar.



Atividade 2

1

Pesquise e localize em seu estado uma obra que tenha sido financiada pela Sudene.

2

Dirija-se a seu polo de ensino e acesse a internet. Visite o *site* da Sudene, o <www.sudene.gov.br>, e responda: atualmente, qual a sua área de atuação?

3

Você acha importante a Superintendência para o Desenvolvimento da Região NE? Justifique sua resposta.

A transposição do rio São Francisco

O rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, no município mineiro de São Roque de Minas, indo em direção à região Nordeste. Após cruzar três estados dessa região, ele desemboca no mar, na divisa entre os estados de Sergipe e Alagoas. Em seu percurso, banha cinco estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; no entanto, sua bacia hidrográfica de 634 mil km² alcança também o estado de Goiás e o Distrito Federal. Por isso, o rio é chamado de Rio da Integração Nacional.

Pela sua diversidade climática, extensão e características topográficas, a bacia é dividida em quatro regiões: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. Nelas, podem ser caracterizadas três zonas biogeográficas distintas: a mata, a caatinga e os cerrados. A exploração econômica da bacia hidrográfica do rio São Francisco começou no século XVI, com a plantação de cana-de-açúcar no Baixo São Francisco, a pecuária no agreste e sertão e a extração mineral no Alto São Francisco.



Figura 3 – Localização da bacia do São Francisco

Ao longo de sua extensão, o São Francisco recebe a água de 168 rios afluentes, dos quais 90 são perenes e os 78 restantes são intermitentes. Seu fluxo é interrompido por duas barragens para a geração de eletricidade: a de Sobradinho e a represa de Itaparica, ambas na divisa entre os estados da Bahia e de Pernambuco. Além de produzir energia, as águas do rio São Francisco são utilizadas na agricultura irrigada no cultivo de frutas (uva, manga e outras) e de grãos como soja, milho e arroz. Portanto, um rio gerador de riquezas em alguns estados que são receptores de suas águas.

E você, o que acha de o rio São Francisco chegar a outras áreas da região Nordeste? Essa foi a ideia motivadora do Projeto de Transposição do rio São Francisco. Você o conhece? Qual o objetivo do projeto? Veja, a seguir, uma imagem desse rio.



Figura 4 – Cidade de Juazeiro (BA), às margens do rio São Francisco

Fonte: Foto de Severino Silva e Teresa Branco.

O Projeto de Transposição do rio São Francisco objetiva desviar parte de suas águas por meio de dutos e canais para irrigar rios menores e açudes que secam durante a estiagem no semiárido nordestino. A ideia original da transposição é do final do século XIX, idealizada pelo imperador D. Pedro II e estruturada na virada do século XX para o XXI. A transposição prevê dois eixos principais: o Eixo Norte captará água em Cabrobó (PE) para levá-la ao sertão de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Eixo Leste vai colher as águas em um ponto mais abaixo, em Petrolândia (PE), beneficiando o sertão e o agreste de Pernambuco e da Paraíba. O plano é concluir toda a obra até o ano de 2017.

Mas, transportar as águas do Rio São Francisco não é uma ação consensual. A favor da realização da obra estão os estados do CE, PE, PB e RN, argumentando que o rio beneficiará a população que vive na porção semiárida de tais estados. Contra a execução da obra temos os estados de MG, SE, AL e BA, por temerem que a obra reduza a água que irriga seus municípios, prejudicando a geração de energia elétrica e afetando os produtores agrícolas da região. A revitalização do rio São Francisco, na perspectiva ambiental, tem sido colocada como condição para qualquer ação referente ao início de obras de engenharia de transposição.

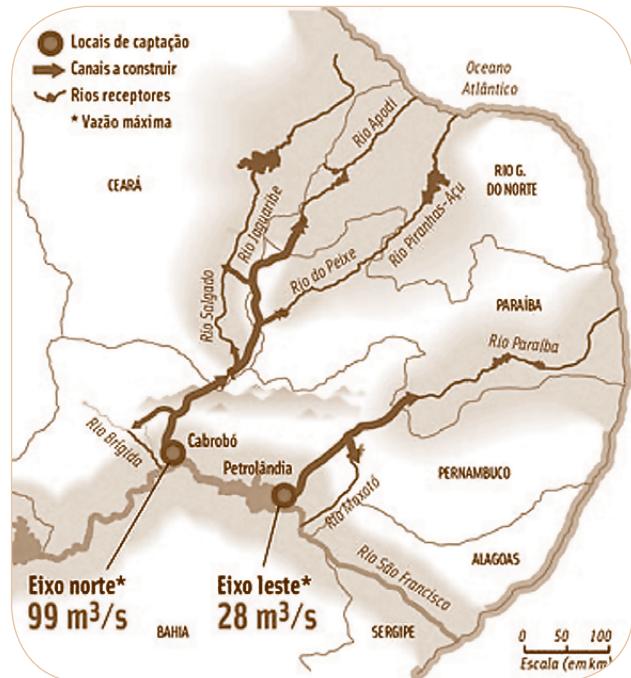


Figura 5 – Projeto de Transposição do Rio São Francisco

Fonte: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_345577.shtml>. **Acesso em:** 14 ago. 2009.



Atividade 3

1

Qual o seu posicionamento sobre a transposição do rio São Francisco? Você é a favor ou contra as ações previstas no projeto? Justifique sua resposta.

2

O Rio São Francisco é um rio importante para vários estados da região Nordeste. E para o seu estado, qual é o rio mais importante? Justifique sua resposta.

Ferrovia Transnordestina

A Ferrovia Transnordestina trata-se de uma ferrovia idealizada há mais de 100 anos, com vistas a interligar o interior dos estados nordestinos. O projeto atual, quando executado, interligará os polos de produção agrícola, mineral e industrial da região, desde o estado do Maranhão até a Bahia. Além da região NE, a ferrovia deve escoar a produção agrícola da região Norte para os portos de Pecém (CE) e Suape (PE), regiões carentes em logística de transporte. O custo do frete cobrado pelas operadoras nas ferrovias é 50% mais barato em relação ao transporte rodoviário. O transporte ferroviário oferece maior rapidez e resistência a grandes cargas, e isso é importante para operadores que lidam com os derivados de petróleo e matérias-primas como sal ou gesso, cargas que, além de perigosas, são transportadas em grandes volumes.

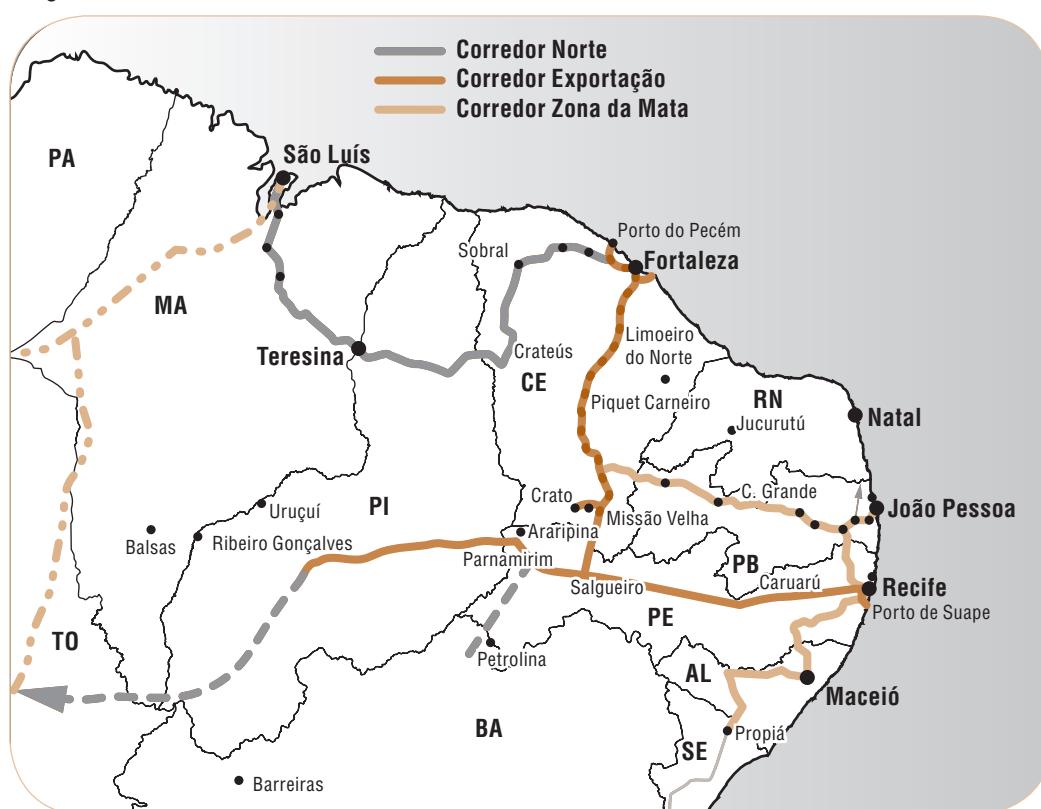


Figura 6 – Ferrovia Transnordestina

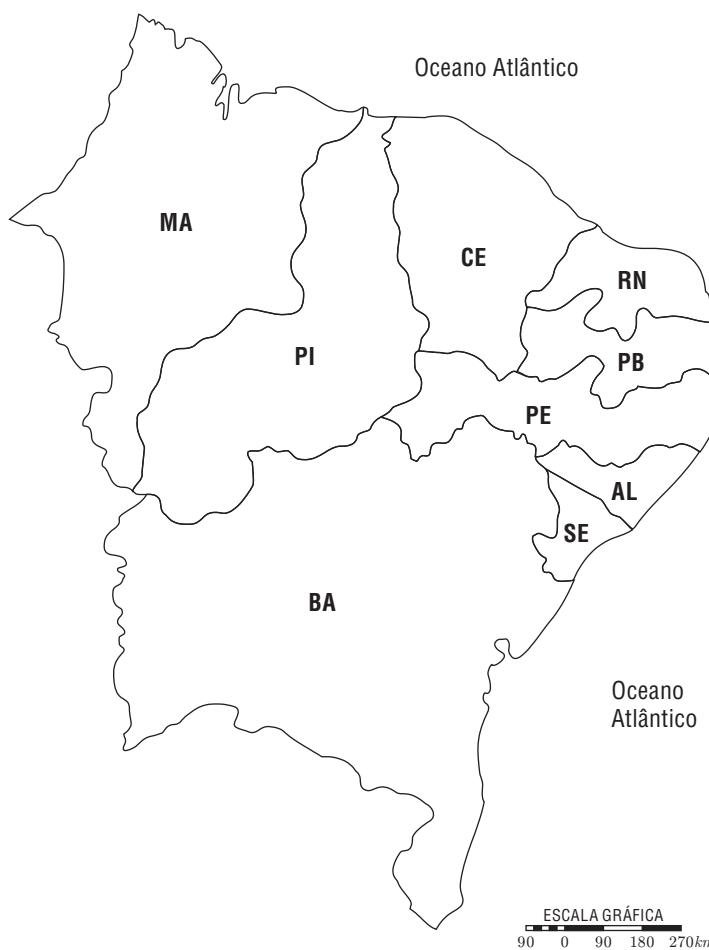


Atividade 4

1 Dirija-se ao seu polo de ensino e pesquise na internet a localização geográfica dos portos presentes nos estados do CE, RN, PB e PE.

2 Você concorda com o percurso projetado para a Ferrovia Transnordestina? Se não, trace na figura a seguir um novo percurso para ela, mas lembre-se: tenha por base a rede portuária dos estados da região. Em seguida, justifique o percurso criado.

3 O estado do Rio Grande do Norte produz diversos produtos agrícolas e minerais. Pesquise a localização dos municípios produtores e trace um roteiro para a ferrovia chegar a esses municípios produtores e de lá seguir em direção aos portos.



Cenários da modernidade

Aente para a figura a seguir. Ela espacializa algumas das áreas dinâmicas da região NE. São polos de atividades econômicas modernas e dinâmicas, classificadas pelo Banco do Nordeste (BNB). As atividades aí desenvolvidas não são economias apenas de importância regional, mas economias nacionais, regionalmente localizadas e com participação importante na economia internacional.



Figura 7 – Polos de atividades econômicas dinâmicas

Fonte: <http://www.bancodenordeste.com.br/content/aplicacao/ETENE/Artigos/docs/atividades_nao_agricolas_polo_bj.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2009.

Dentre os polos da Figura 7, escolhemos o graneleiro de soja para aprofundar nossas análises. O plantio da soja no Brasil começou por volta de 1960 e era cultivado na região Sul. Após décadas de pesquisas em sementes adaptáveis ao clima e técnicas de correção de solo, foi possível o seu plantio na região Centro-Oeste e, a partir dos anos de 1990, nas regiões Norte e Nordeste. Na região Nordeste, cidades como Balsas, no estado do Maranhão, e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, tiveram um grande crescimento demográfico e econômico em um curto período de tempo. São áreas de grandes plantios, que resultaram no desenvolvimento dos setores de comércio e serviços na cidade e no aumento no seu contingente populacional.

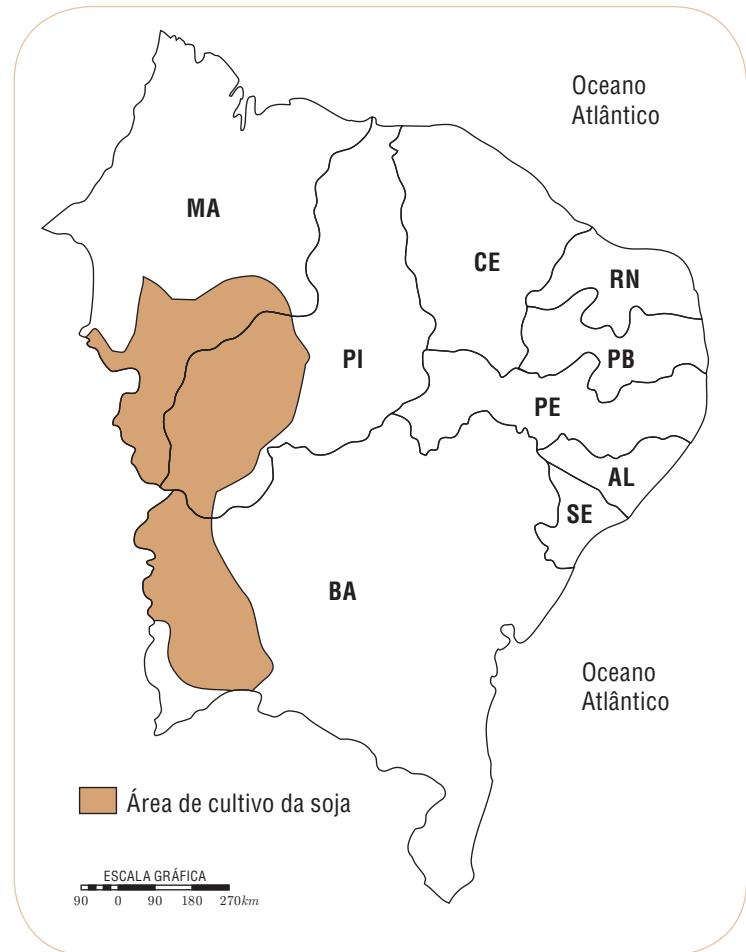


Figura 8 – Área de cultivo da soja

Fonte: Autoria própria.

Mas, o Nordeste de estruturas econômicas modernas coexiste com áreas carentes de água para a dessedentação animal e humana e carentes também de energia elétrica, com a permanência de práticas agrícolas tradicionais. Cabe destacar que o lento crescimento da região foi substituído pelo forte dinamismo de algumas atividades, que se desenvolveram recentemente. As áreas dinâmicas e modernas são, no dizer de Milton Santos (2002, p. 264), os “espaços luminosos, aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais [...]”, áreas descontínuas e especializadas. Portanto, segundo Araújo (2000, p. 194),

[...] pode-se falar de “vários Nordestes”: do Nordeste do oeste baiano e do Nordeste canavieiro do litoral do Rio Grande do Norte a Alagoas; do NE agroindustrial do submédio São Francisco e do Nordeste cacaueiro do sul baiano; do Nordeste minero-metalmúrgico e agroindustrial do Maranhão e do Nordeste agroindustrial do semiárido [...].

Além desses “Nordestes” citados por Araújo, existem outros, ora não apresentados nesta aula. Como exemplo dessa região diferenciada e complexa, temos, em um mesmo estado da região, cidades turísticas (Natal/RN e Fortaleza/CE, por exemplo), municípios voltados para a exploração e produção de petróleo e gás (Mossoró, Macau e Guamaré/RN, por exemplo), a produção de frutas tropicais para abastecimento do mercado europeu e norte-americano (Petrolina/PE, Juazeiro/BA, Açu/RN), ou ainda cidades nordestinas voltadas para a montagem de automóveis (Camaçari/BA) e cidades-polo do setor têxtil do Brasil (São Gonçalo do Amarante/RN e Toritama/PE).

E, não muito distante dessas, cidades desprovidas de indústrias ou de qualquer outra atividade dinâmica, que dependem exclusivamente dos repasses governamentais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dos recursos oriundos das aposentadorias rurais para movimentar o comércio local e dos salários do funcionalismo público, principalmente municipal e estadual. Certamente, você conhece outros “Nordestes” e poderá descobrir ainda mais e aprender acerca dessa região.



Atividade 5

1

O sertão nordestino, na sua opinião, é a sub-região mais pobre e o litoral é a mais rica e desenvolvida? Justifique sua resposta.

2

Realize uma pesquisa e responda: quais culturas ou atividades predominam nos polos 1, 2, 3 e 4 espacializados na Figura 7?

3

O estado em que você mora possui alguma atividade econômica dinâmica e moderna? Que atividade é essa e em qual(is) município(s) se concentra?

Resumo

Nesta aula, você estudou um dos problemas que afetam a região Nordeste, o fenômeno da desertificação e a sua relação com o desenvolvimento da região. Você também viu os principais estudos, projetos e ações pensados para reduzir as desigualdades regionais existentes no país e desenvolver a região Nordeste. Por fim, constatou que se trata uma região definida entre a realidade de suas potencialidades e de seus problemas, e rica e fértil em detrimento às adversidades ambientais e históricas da sua formação.

Autoavaliação

1

Produza um texto caracterizando a região Nordeste. Descreva seus aspectos físicos e humanos e comente a respeito de seus problemas e potencialidades.

2

Diante do conteúdo estudado por você, conclui-se que o processo de recuperação de uma área desertificada é complexo, pois necessita de ações capazes de controlar, prevenir e recuperar as áreas degradadas. Paralelamente a estas ações, cabe uma maior conscientização política, econômica e social no sentido de minimizar e/ou combatê-la. A partir desta consideração, apresente para o prefeito e a sociedade de um município atingido pela desertificação uma proposta de minimização ou solução deste problema.

3

Além dos projetos da Transposição do Rio São Francisco e para a construção da Ferrovia Transnordestina, muitos outros já foram pensados ao longo de décadas para a região Nordeste. Objetivando o desenvolvimento humano, a sustentabilidade ambiental e/ou crescimento econômico, apresente e simule o encaminhamento para a Sudene de um projeto para a região. Contudo, essa proposta deve ser acompanhada de uma argumentação justificando por que a sua proposta é relevante para a região Nordeste.

Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SERIDÓ - ADESE. **Diagnóstico do uso da lenha nas atividades agroindustriais do território do Seridó (RN)**. Caicó, RN: [s.n.], 2008.

ARAUJO, Tânia Bacelar de. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ATLAS National Geographic: Brasil. São Paulo: fevereiro, 2008. (Abril Coleções, v 2 – Brasil).

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves de; Rocha, ARISTOTELINA, P. B. **Atlas geo-histórico e cultural do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: Grafset, 2006.

SANTOS, Milton; Maria Laura Silveira. **O Brasil**: território e sociedade no inicio do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Anotações

Norte

Aula

9

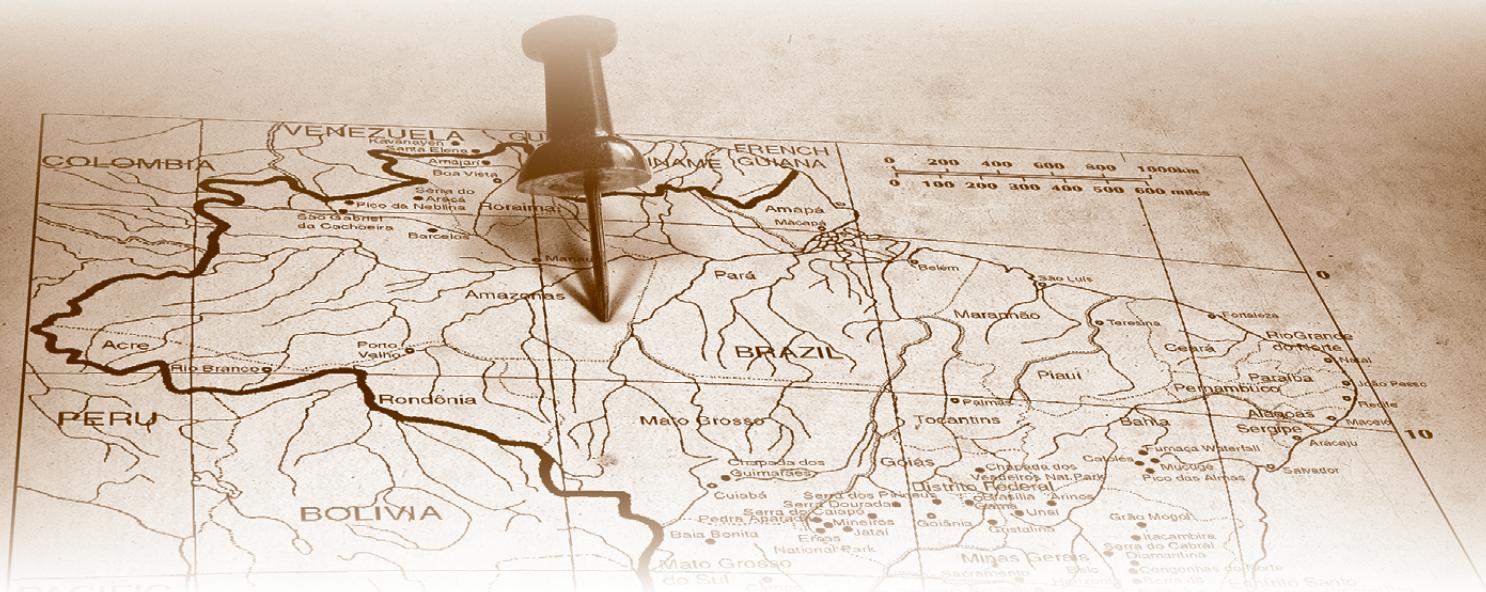


Apresentação

Bem-vindo, caro aluno, à Aula 9 da disciplina Geografia Regional do Brasil. Dando prosseguimento à análise regional brasileira, nesta aula iremos compreender os diversos aspectos que caracterizam a região Norte do país. Conheceremos juntos as suas características político-administrativas, físicas, econômicas, demográficas e sociais. Você saberia dizer qual a base econômica da região Norte? E como os recursos oriundos da sua economia são apropriados pela sua sociedade? Essa é uma região isolada ou integrada com as demais regiões do país? E de que forma se dá a sua integração ou por que ela ainda seria isolada? Será essa a região menos povoada do país? Existe uma Amazônia legal? Responder a esses e outros questionamentos é o grande desafio proposto para uma única aula.

Objetivos

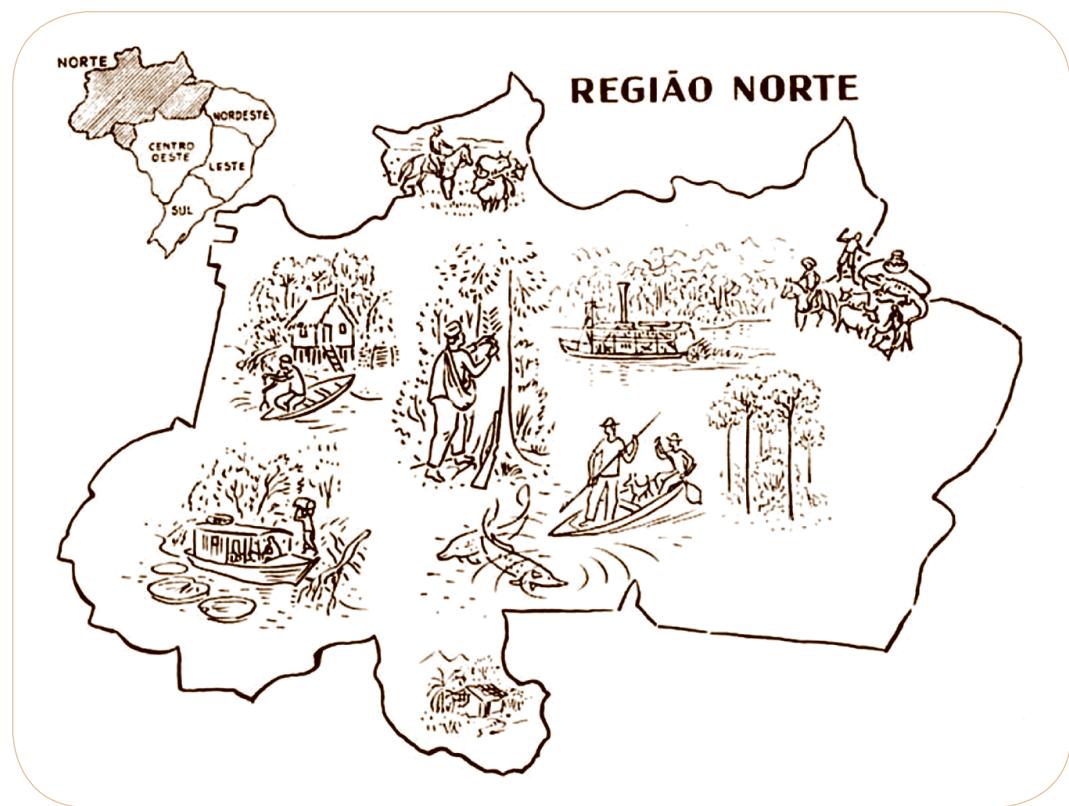
- 1** Caracterizar a região Norte em seus aspectos geo-históricos, culturais, ambientais, econômicos e sociais.
- 2** Identificar a diversidade e os contrastes dos aspectos humanos e físicos da região.
- 3** Contextualizar os aspectos geoeconômicos da região em relação ao país.



Apresentando a região Norte

Inicialmente, perguntamos a você, caro aluno: quais as primeiras imagens que lhe vêm à cabeça quando falamos em região Norte? Certamente, você se reporta ao rio Amazonas, à floresta Amazônica, às inúmeras nações indígenas que ali ainda vivem, às casas de madeira suspensas, chamadas palafitas, ou à infinidade de espécies animais e vegetais presentes nos rios e matas da região. Mas, caso você já tenha outras leituras da região, também lhe virá à cabeça que essa é uma área de riquezas minerais, como o ferro e o ouro; de produtos eletrônicos, como aqueles produzidos na Zona Franca de Manaus; e de preocupantes impasses e conflitos entre diferentes grupos, como índios e madeireiros, caboclos e fazendeiros.

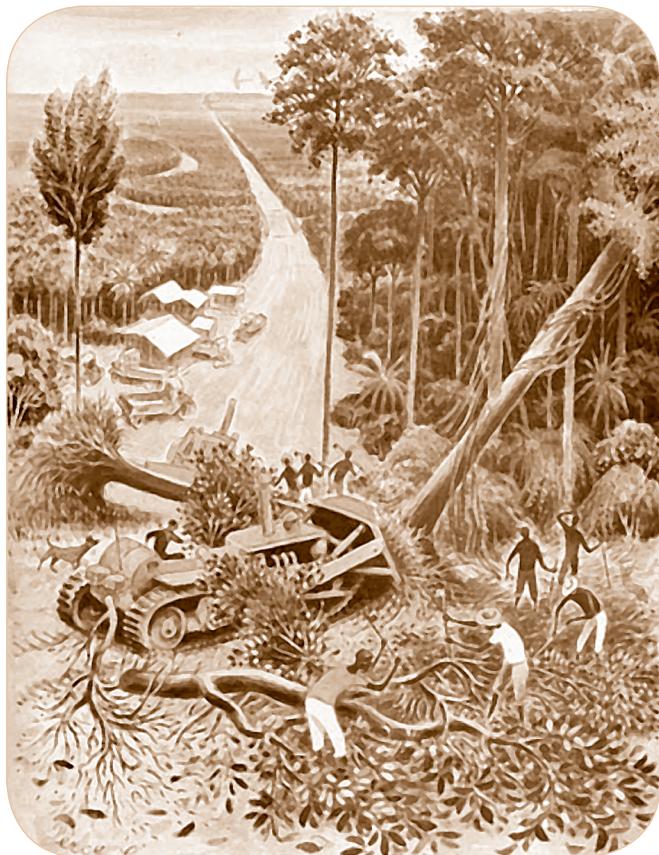
Tais imagens traduzem um pouco da realidade dessa Macrorregião brasileira, localizada na extremidade norte do país e definida em nossas conversas e leituras diárias como a Grande Região Amazônica. Mas, antes de continuarmos nosso diálogo sobre essa região, convidamos você a observar as ilustrações de Percy Lau a seguir e responder a atividade proposta.



Fonte: Percy Lau (apud IBGE, 1963, p. 1).



Fonte: Fonte: Percy Lau (apud IBGE, 1963, p. 40).



Fonte: Percy Lau (apud IBGE, 1963).



Fonte: Percy Lau (apud IBGE, 1963, p. 50).



Atividade 1

1

Quais os principais aspectos da região Norte retratados nas figuras anteriores?

2

Tais aspectos ainda estão presentes na região, ou seja, ainda fazem parte da realidade local? Por quê?

3

Que outros aspectos da realidade dessa região você destacaria?

Certamente, você deve ter destacado em sua atividade aspectos naturais, sociais, econômicos e culturais da região Norte, sempre retratada pelo superlativo de suas características. Afinal, é a região da maior floresta tropical úmida mundial (a floresta Amazônica), do maior rio do planeta em volume de água e extensão (o rio Amazonas), do maior peixe de escamas da Terra (o pirarucu), ou ainda do maior jacaré do Brasil, o jacaré-açu, dentre outros aspectos que em suas pesquisas sobre a região você poderá comprovar. Nesse momento, o que nos interessa é que você perceba a dimensão das características que compõem a região em estudo, aguçando então sua curiosidade e interesse científico acerca das discussões que vamos realizar.

Tentando entender e delimitar a região

Quais estados da federação compõem a região Norte? Quais suas principais características em termos de área e população? Na atualidade, a região Norte é compreendida por 7 estados e apresenta as seguintes características, conforme nos mostra o quadro a seguir.

ESTADO	CAPITAL	ÁREA (km ²)	Número de Municípios	População Estimada 2007
ACRE (AC)	RIO BRANCO	152.581,388	22	655 385
AMAPÁ (AP)	MACAPÁ	142.814,585	16	587 311
AMAZONAS (AM)	MANAUS	1.570.745,680	62	3 221 939
PARÁ (PA)	BELÉM	1.247.689,515	143	7 065 573
RORAIMA (RR)	BOA VISTA	224.298,980	15	395 725
RONDÔNIA (RO)	PORTO VELHO	237.576,167	52	1 453 756
TOCANTINS (TO)	PALMAS	277.620,914	139	1 243 627
TOTAL		3.853.328,229	449	14 623 316

Quadro 1 – Informações gerais sobre a região Norte

Fonte: IBGE.

Leia atenciosamente o Quadro 1. O que lhe chama mais a atenção? Seria a extensa área do estado do Amazonas? O pequeno número de municípios do estado de Roraima? O alto número de habitantes do estado do Pará? Ou ainda outra particularidade dessa região? A fim de clarear mais o significado desses dados, façamos um exercício comparativo entre essa região e a região Nordeste, estudada anteriormente.

Em termos de unidades políticas, a região Nordeste possui nove estados, em detrimento dos sete que formam a região Norte, mas comparando a área territorial das duas regiões, percebemos que enquanto a primeira (Nordeste) abrange 1.554.257,00 km², a segunda (Norte) possui 3.853.328,229 km², numa demonstração da grandiosidade das terras nortistas. E o mais interessante: enquanto no Nordeste vivem 51.534.406 pessoas, no Norte são contados 14.623.316 habitantes, demonstrando que mesmo tendo uma área territorial significativa, a região Norte apresenta uma reduzida população absoluta e relativa, com baixa densidade demográfica (número de habitantes por km²), fundamentando a ideia de que a região possui verdadeiros vazios demográficos, ou seja, áreas ainda pouco habitadas, como bem demonstra a Figura 5, que espacializa o número de habitantes do estado de Roraima.

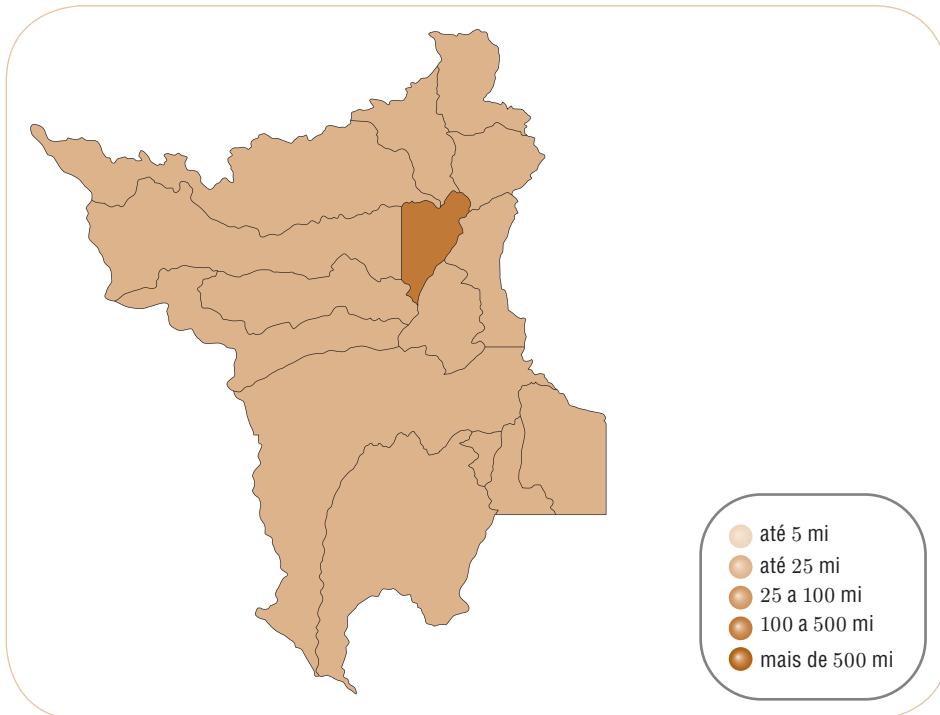


Figura 1 – Roraima: contingente populacional

Fonte: IBGE

E quanto aos aspectos qualitativos referentes à realidade econômica e social da região Norte? Observemos o quadro a seguir. Ele retrata dados relativos tanto à região Norte quanto à região Nordeste, ajudando-nos a entender e comparar a realidade das duas regiões.

REGIÃO NORDESTE				
Crescimento demográfico ¹	Mortalidade infantil ²	Analfabetismo ³	IDH	Participação no PIB
1,2%	36,9	21,9%	0,608	14,1%
REGIÃO NORTE				
Crescimento demográfico ¹	Mortalidade infantil ²	Analfabetismo ³	IDH	Participação no PIB
2,3%	25,8	11,5	0,727	5,3%

Nota: ¹ (2000-2007); ² por mil nascidos vivos (2006); ³ (2006).

Quadro 2 – Aspectos sociais e econômicos das regiões Norte e Nordeste.

Fonte: IBGE.

Em termos de crescimento populacional, notamos que apesar da região Nordeste apresentar um contingente populacional maior que a região Norte, a taxa de crescimento demográfico é maior nessa última, anunciando que novos fatores econômicos estão atraindo população para a área, apesar do Nordeste ainda possuir uma maior dinâmica de geração

de recursos em relação ao PIB. Com relação aos aspectos qualitativos, chama a atenção o fato de que apesar de uma menor expressividade econômica, a região Norte apresenta melhores indicadores sociais no que tange à mortalidade infantil e à taxa de analfabetismo, o que repercute no seu IDH, melhor posicionado que a outra região em estudo. Ainda assim, esses indicadores são preocupantes, num alerta de que encaminhamentos são necessários para minimizar ou solucionar os problemas presentes nas duas regiões.

Pensemos agora a região Norte em termos espaciais. E para isso observe a figura a seguir, que apresenta as unidades políticas que a compõem.

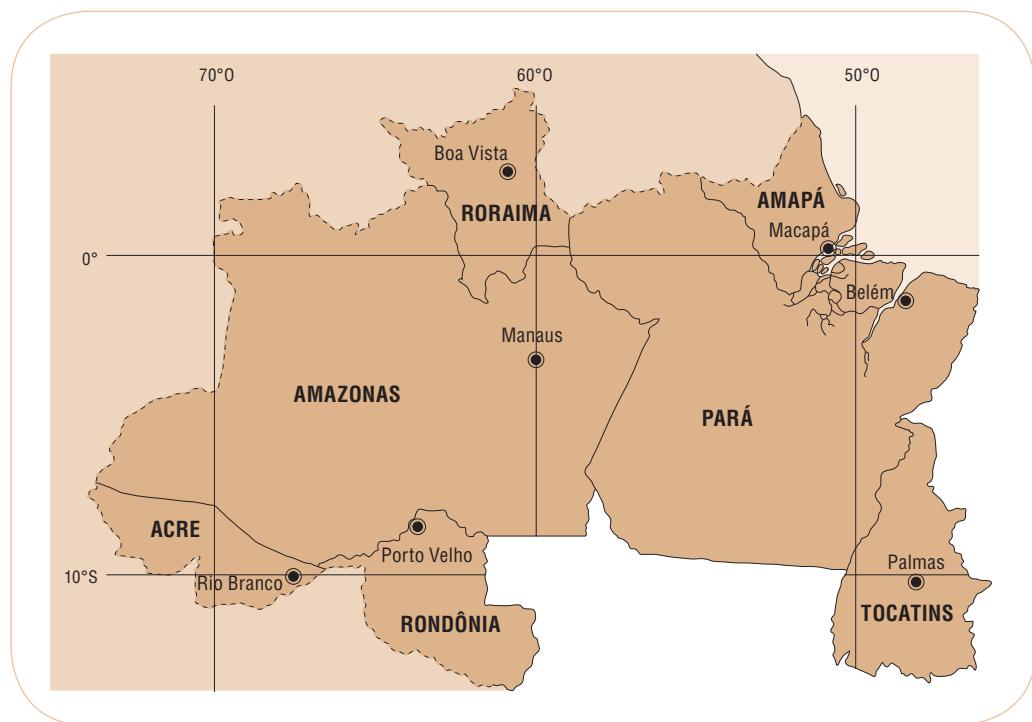


Figura 2 – Região Norte e suas unidades políticas

Fonte: IBGE

Observe a figura anterior. Em seguida, procure um mapa político da América do Sul e você verá os limites e a localização da região Norte. Atente para a extensa área de fronteira dessa região, visto que seu território é delimitado no encontro com sete países latino-americanos. Quais as principais repercussões desse fato? Poderíamos elencar várias, desde as questões geopolíticas e de segurança nacional até a problemática do uso conflituoso e disputado dos recursos naturais por diferentes grupos sociais presentes nessa parte do continente americano, como nações indígenas, fazendeiros, representantes do estado, organizações não-governamentais, grupos tradicionais como os seringueiros, dentre outros.

Combinado a esses fatores, temos a rica biodiversidade e abundante indústria extrativa mineral da área. Culminando então com os dilemas econômicos e ecológicos presentes na região, poderíamos concordar com Becker (1996, p. 223) quando afirma que:

A Amazônia é um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta e a grande reserva territorial da sociedade brasileira, mas a biodiversidade e o delicado equilíbrio ecológico regionais tornam o seu desenvolvimento uma incógnita e um desafio às ciências mundial e nacional. [...] A Amazônia é parte do Brasil, e seus problemas decorrem das contradições intrínsecas ao modo de inserção do país no sistema capitalista mundial e à acelerada reorganização da sociedade brasileira, embora com feições particulares devido às especificidades regionais.

Percebe a complexidade da atual realidade dessa Macrorregião brasileira? Notou a diversidade de interesses e desafios postos por diferentes atores na busca por um modelo de desenvolvimento para a região? Ressaltamos ainda que o desafio de compreensão dessa realidade emerge na busca por uma delimitação e caracterização da área, fato esse que vamos discutir no próximo item. Antes, porém, propomos a você a seguinte atividade:



Atividade 2

1

Quais estados compõem a região Norte e com quais países essa região faz fronteira?

2

Em termos de área territorial, quais os dois maiores estados da região em estudo?
E levando em consideração a população, quais os estados mais populosos?

3

Consulte a Aula 3 (IBGE: Macrorregiões ou Grandes Regiões) e reveja o processo da divisão territorial da região Norte. Qual estado passou a integrar a região Norte por último? A área correspondente a esse estado pertencia anteriormente a que região e estado do país?

4

Prezado aluno, dirija-se a seu polo de ensino e, na internet, acesse o *link* <http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1435&id_pagina=1>. Nesse site, o IBGE apresenta as estimativas populacionais do país no ano de 2009. Segundo a primeira tabela apresentada no referido site, qual a oitava e a décima cidade mais populosa do país?

Por uma definição: Amazônia, Amazônia Internacional, Amazônia Legal...

Certamente em suas leituras acerca da realidade da região Norte, você já se deparou com uma gama de nomenclaturas para a área: ora Amazônia Internacional, ora Amazônia Legal, ora simplesmente Amazônia. Mas, o que significam esses termos? De que Amazônia estão falando? Façamos então uma reflexão sobre essa questão.

Destacamos inicialmente que o ecossistema da floresta equatorial – associado aos climas quentes e úmidos e assentado, na sua maior parte, no interior da bacia fluvial amazônica – permite delimitar uma região natural. Essa região é a **Amazônia**. Uma área internacional, que abrange cerca de 6,5 milhões de quilômetros quadrados em terras de nove países – Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, ocupando uma área total de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais mais de 5 milhões no Brasil. Para melhor entendimento da dimensão da Amazônia enquanto região natural citada, façamos a seguinte atividade.



Atividade 3

Observe a seguir o mapa político da América do Sul e destaque os países considerados áreas da chamada Amazônia Internacional. Para isso, localize e escreva os nomes desses países no mapa e pinte de amarelo o nosso país.



Figura 3 – América do Sul – divisão política

Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/_t5dRZUatVE0/SFrA3G94_GI/AAAAAAAFAw/lwOnrpBddL0/S760/america+do+sul.gif>. **Acesso em:** 15 set. 2009.

No entanto, indo além do conceito de Amazônia enquanto região natural, precisamos de outras análises de entendimento sobre a realidade contemporânea da área. Sabemos que, do ponto de vista do Estado contemporâneo, o exercício da soberania exige a apropriação nacional do território. As áreas pouco povoadas e caracterizadas pelo predomínio de paisagens naturais, especialmente quando adjacentes às fronteiras políticas, são consideradas espaços de soberania formal, mas não efetiva.

A consolidação do poder do Estado sobre tais espaços solicita a sua “conquista”: povoamento, crescimento econômico, desenvolvimento de uma rede urbana, implantação de redes de transportes e comunicações. O empreendimento de “conquista” envolve, portanto, um conjunto de políticas territoriais. Dentre essas políticas, podemos destacar, no Brasil, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam. Tal órgão delimita, para fins de planejamento e políticas públicas, a chamada **Amazônia Legal**.

Veja como isso ocorreu. O planejamento regional na Amazônia foi deflagrado em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Com a SPVEA, foi instituída a **Amazônia Brasileira**, que correspondia à porção da **Amazônia Internacional** localizada em território brasileiro. Não era, contudo, uma região natural, mas uma região de planejamento, pois a sua delimitação decorria de um ato de vontade política do Estado.

As regiões naturais são limitadas por fronteiras zonais, ou seja, por faixas de transição entre ecossistemas contíguos. As regiões de planejamento, ao contrário, são delimitadas por fronteiras lineares, que definem rigorosamente a área de exercício das competências administrativas.

Em 1966, o SPVEA era extinto e, no seu lugar, criava-se a Sudam. Essa superintendência, por meio de lei, redefiniu a **Amazônia Brasileira**, que passava a se denominar **Amazônia Legal**. A região de planejamento perfaz uma superfície de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, ou cerca de 61% do território nacional. E essa seria a sua área de atuação compreendida por todos os estados da região Norte, o oeste do Maranhão e a porção norte do estado de Mato Grosso. Para melhor compreensão do que consiste a Amazônia Legal, façamos um exercício de espacialização da proposta conforme pede a seguinte atividade.



Atividade 4

Observe a seguir o mapa político do Brasil e destaque os estados pertencentes à chamada Amazônica Legal. Para isso, localize e escreva os nomes desses estados no mapa, destacando com uma cor qualquer essa região.



Figura 4 – Brasil: divisão política

Fonte: <http://www.estudolivre.org/img/wiki_up/brasil.png>. **Acesso em:** 15 set. 2009.

Vimos na aula anterior sobre a região Nordeste que as superintendências de desenvolvimento regional foram uma das principais estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro para tentar corrigir as desigualdades regionais e intensificar a integração das diferentes regiões do país. Para a região Norte, além de desenvolvimento e incentivos à implantação de empreendimentos, os objetivos incluíram o de ocupação e vigilância. Diante da sua extensão e localização fronteiriça com diversos países, tal objetivo se justificava.

As políticas territoriais para a Amazônia, sob o regime militar, concebiam a região como espaço de fronteira, num triplo sentido: a) na condição de fronteira política – tinha a finalidade de construir as bases para o exercício do poder nacional nas faixas de fronteiras; b) na condição de fronteira demográfica, a região deveria ser povoada por excedentes populacionais gerados nas regiões Nordeste e Centro-Sul. As rodovias de integração – a Belém-Brasília, a Transamazônica, a Brasília-Acre e a Cuiabá-Santarém – destinavam-se a orientar os fluxos migratórios para a “terra sem homens”; c) na condição de fronteira do capital, o Grande Norte deveria atrair volumosos investimentos transnacionais voltados para a agropecuária, a mineração e a indústria. Sob a coordenação da Sudam, a Amazônia Legal transformou-se em vasto cenário de investimentos incentivados por recursos públicos. Sobre essas questões, Becker (1996, p. 225) afirma que:

Enquanto mais antigas periferias do sistema capitalista, o Brasil e a América Latina foram forjados numa economia de fronteira marcada pelo crescimento econômico através da incorporação contínua de terras, recursos naturais e trabalho servil. E a Amazônia não fugiu à regra. [...] para tanto, o Estado desenvolveu uma tecnologia espacial, impondo sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político – a ‘malha programada’, constituída de um conjunto de programas e planos governamentais.

As políticas que orientaram a “conquista da Amazônia” geraram um conflito entre dois tipos de ocupação deste espaço geográfico. O povoamento tradicional, gerado pelo extrativismo, e o povoamento polarizado pelos núcleos urbanos em formação e pelos projetos florestais, agropecuários e minerais. Esse conflito expressou-se, de um lado, como tensão social envolvendo índios, posseiros e grileiros. Desde a década de 1970, as disputas pela terra configuraram em atos de violência nas franjas orientais e meridionais da Amazônia (Bico do Papagaio, Rondônia, Raposa Serra do Sol etc.). De outro lado, o conflito expressou-se pela degradação progressiva dos ecossistemas naturais. Atos de devastação, que apresentam notáveis sobreposições com os atos da violência.

Até a década de 1970, a Amazônia brasileira era uma imensa região natural, de baixa densidade demográfica, e a atividade econômica mais importante era o extrativismo vegetal: mas nas últimas décadas as atividades mais importantes são a agropecuária e a mineração e grandes levas de migrantes, oriundos da região Nordeste e do Sul do país, foram e continuam indo para a Amazônia. A Amazônia mudou consideravelmente. Deixou de ser a “floresta impenetrável” descrita nos romances e relatos de viagens, tornando-se tema central nas questões ambientais mundiais.

A Amazônia tradicional, extrativa e pouco ocupada pelo homem, tinha como personagens principais o trabalhador dos seringais expresso na figura a seguir.



Figura 5 – Seringueiro da Amazônia

Fonte: Percy Lau (apud IBGE, 1963, p.37).

E a Amazônia hoje? Que personagens a representam melhor? Seriam os posseiros? Os grileiros? Os empresários? O Governo Federal? Ela hoje é muito mais caracterizada através dos conflitos pela posse da terra, dos grandes desmatamentos e da violência que marca as relações entre velhos e novos personagens. Para melhor refletirmos sobre essas questões, façamos agora a atividade proposta a seguir.



Atividade 5

1

Explique, com suas palavras, os significados de Amazônia, Amazônia Brasileira, Amazônia Legal e Região Norte.

2

Estabeleça as principais diferenças entre a Amazônia de ontem e a de hoje.

3

Discuta do ponto de vista geopolítico as principais implicações advindas do fato de ser a região Norte uma importante área de fronteira.

4

Atente para a ilustração a seguir, publicada em uma revista de circulação nacional. Qual o seu posicionamento sobre esta informação?

AINDA DÁ TEMPO DE EVITAR O PIOR

O governo pretende asfaltar as três maiores estradas da Amazônia. As obras em duas delas, que cortam áreas populosas, vão melhorar a vida dos moradores da região. A terceira, a BR-319, só vai abrir caminho para a devastação



Fonte: Revista Veja, set. 2009. Edição especial.

Projetos e ações para a região

Dada a complexidade das questões atuais da região Norte, propomos, para finalizar nossa aula, a discussão de alguns pontos de reflexão que envolvem dilemas e conflitos dessa Macrorregião. Sendo assim, leia com atenção os textos a seguir e logo após responda a atividade proposta.

O estado do Amazonas

Certamente, você já ouviu a expressão “a parte parece ser maior ou mais importante que o todo.” Quando pesquisamos sobre a região Norte, o estado do Amazonas é o que nos chama mais atenção, não somente pela sua dimensão territorial – é o maior estado do país –, mas principalmente pelo seu conteúdo: a Floresta Amazônica, a mais rica floresta pluvial associada a um clima quente e úmido, com o seu território drenado pela maior bacia hidrográfica do mundo, o Rio Amazonas.

A comunicação na Amazônia se faz pelos rios. O ritmo de vida dos seus povoados oscila entre as grandes enchentes da estação chuvosa e a vazante do verão. Disso decorrem as peculiaridades da estrutura social que lá se desenvolveu, numa região étnica e culturalmente distinta, em que os rios serviram de estradas para a penetração na floresta. Nas margens desses rios, fixaram-se os povoados; daí surgiram as cidades da Amazônia situadas nas confluências e encontros dos cursos d’água. É no estado do Amazonas também que se encontram os pontos mais elevados do Brasil: o Pico da Neblina, com 3.014 metros de altitude, e o Pico 31 de Março, com 2.992 m de altitude.

O apogeu econômico e cultural da capital do Amazonas – Manaus – se deu com o extrativismo do látex. Apoiada na revolução financeira e econômica proporcionada pela borracha, a antiga Manaus foi a cidade mais rica do país por muito tempo, conforme relata o escritor amazonense Márcio Souza em “Uma Breve História do Amazonas”. A “metrópole da borracha” tem início em 1900. Nessa época, o crescimento e o desenvolvimento da capital acontecem com traços culturais, políticos e econômicos herdados dos portugueses, espanhóis e franceses. A riqueza do latêx proporcionou uma reviravolta estrutural, implantando serviço de transporte coletivo de bondes elétricos, sistema de telefonia, eletricidade e água encanada, além de um porto flutuante, que passou a receber navios de diversas bandeiras e tamanhos. Além disso, uma movimentada vida cultural por meio de teatro e a presença de artistas e intelectuais.

Depois do declínio da borracha, a cidade recebe a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM). A cidade ganhou um comércio de importados e depois um polo industrial, onde se concentram centenas de fábricas. Com a ZFM, a capital voltou a experimentar um súbito crescimento demográfico: a população passa de 200 mil habitantes na década de 60 para 900 mil nos anos 80 e, finalmente, 1,5 milhão em 2002, segundo dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE). O parque industrial de Manaus hoje abriga mais de 400 empresas mundialmente conhecidas, que geram mais de 50 mil empregos diretos e 350 mil indiretos somente na cidade de Manaus e outros 20 mil nos demais estados da região. Atualmente, o volume de capital gerado pela ZFM é superior a US\$ 10 bilhões.

Você já ouviu falar na Suframa?

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus – ZFM. Tem como responsabilidade construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Com quatro decênios de existência, a Suframa viabilizou a implantação dos três polos que compõem a ZFM – comercial, industrial e agropecuário – e promove a interiorização do desenvolvimento por todos os estados da área de abrangência do modelo, identificando oportunidades de negócios e atrairindo investimentos para a região, tanto para o Polo Industrial de Manaus quanto para os demais setores econômicos da sua área de atuação.

Fonte: <http://www.suframa.gov.br/suframa_o_que_e_suframa.cfm>. Acesso em: 15 set. 2009.

Ferrovia Norte-Sul

A Ferrovia Norte-Sul foi projetada para promover a integração nacional, minimizando custos de transporte de longa distância e interligando as regiões Norte e Nordeste às Sul e Sudeste do país, através das suas conexões com 5 mil quilômetros de ferrovias privadas. Segundo o governo federal, a integração ferroviária das regiões brasileiras possibilitará a ocupação econômica e social do cerrado brasileiro – com uma área de aproximadamente 1,8 milhão de km², correspondendo a 21,84% da área territorial do país, onde vivem 15,51% da população brasileira – ao oferecer uma logística adequada à concretização do potencial de desenvolvimento dessa região, fortalecendo a infraestrutura de transporte necessária ao escoamento da sua produção agropecuária e agroindustrial.

A ferrovia conta com investimento público de R\$ 6,52 bilhões. A maioria dos recursos, R\$ 5,67 bilhões, será aplicada até 2010. A expectativa é que em 2011 o primeiro trem possa cruzar toda a ferrovia.

Projeto Grande Carajás

O Projeto Grande Carajás, oficialmente conhecido como **Programa Grande Carajás**, é um projeto de exploração mineral composto de um sistema integrado que engloba mina, ferrovia e porto, colocado em prática entre 1979 e 1986 na mais rica área extrativa mineral do planeta, que compreende a maior reserva de minério de ferro do mundo. Estende-se por 900 mil km², e engloba o sudeste do Pará, o norte de Tocantins e oeste do Maranhão, sendo uma estratégia de desenvolvimento para a Amazônia Oriental (COELHO, 1996, p. 245). Esse programa foi criado pela então empresa estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce, hoje privatizada. Tal programa trouxe uma série de transformações na produção do espaço local, principalmente no que tange à instalação de obras de infraestrutura, como a Estrada de Ferro Carajás, o Porto de Itaqui, capaz de receber graneleiros de até 280 mil toneladas, em São Luís, e a Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. Todos esses empreendimentos atraíram significativos fluxos migratórios e geraram transformações urbanas significativas na área, principalmente em núcleos urbanos como Marabá, Parauapebas, Curionópolis e Eldorado de Carajás.



Você já ouviu falar na Estrada de Ferro Carajás? Ela foi inaugurada em 1985, com o propósito de ligar a Serra dos Carajás, no Sudeste do Pará, ao Porto de Itaqui, no Maranhão, com 889,34 km de extensão. Atualmente ela pertence à Vale do Rio Doce e é utilizada para o transporte de passageiros e minérios, principalmente o minério de ferro.

O projeto Grande Carajás e todas as transformações socioespaciais empreendidas provocaram, também, inúmeros impactos ambientais aos recursos naturais da área, gerando, por exemplo, desmatamento, assoreamento, poluição do ar e dos rios. Além disso, muitos são os conflitos sociais emergentes a partir dos interesses opostos de diferentes, antigos e novos atores sociais atuantes na área.



Figura 6 – Desmatamento: destruição ou desenvolvimento?

Fonte: Revista Veja, ed. 2070, ano 41, n. 29, p. 118-119, 23 jul. 2008.



Atividade 6

1

Apresentar todos os aspectos importantes que caracterizam a região Norte é tarefa impossível para uma única aula, daí a importância da realização de pesquisas para complementar o que foi possível de ser estudado. Assim, poderemos adquirir maior compreensão sobre a importância do entendimento dessa região para sua formação. Atente para os seguintes temas:

- a)** biodiversidade da Floresta Amazônica;
- b)** biopirataria;
- c)** criação de novos estados na região Norte;
- d)** internacionalização da Amazônia.

Escolha um desses temas e acesse a internet no seu polo de ensino. Realize uma pesquisa e leia várias fontes de informação sobre o tema escolhido. A seguir, produza um texto contendo os seguintes elementos: tema, definição, caracterização, situação atual e sua opinião sobre o tema escolhido.

2

Diante da implementação de grandes projetos econômicos para a região Norte, e levando em consideração a necessidade de preservação dos ecossistemas locais, torna-se de máxima importância a delimitação e a regularização das chamadas unidades de conservação nessa região. Sendo assim, pesquise o site <<http://www.socioambiental.org/uc/>> e explique a importância das unidades de conservação. Logo após, escolha, dentre os links apresentados, um estado e descreva suas principais unidades de conservação.

3

Sabemos que um ponto de conflito presente na região Norte diz respeito à questão das nações indígenas amazônicas. Sendo assim, realize uma pesquisa, em livros e sites, sobre as principais reservas indígenas da região. Organize então uma descrição dessas reservas, citando pelo menos duas por estado e enumerando suas principais características e seus principais desafios.

4

Dirija-se ao seu polo de ensino e acesse o site <<http://www.transportes.gov.br/bit/mapas/mapas-print/ferro/norte-sul/mapa-NORTE-SUL.pdf>>. Nesse endereço eletrônico, você vai conhecer todo o trajeto da Ferrovia Norte-Sul. Em seguida, acesse o endereço <<http://veja.abril.com.br/especiais/amazonia/terra-sem-lei-p-32.html>> e leia a reportagem sobre os aspectos humanos e físicos da Amazônia.

Resumo

Nesta aula, você estudou a caracterização física, territorial, ambiental, demográfica, econômica e social da região Norte do Brasil. Você identificou, a partir dessa caracterização, a sua diversidade ambiental e territorial, bem como os contrastes dos aspectos humanos e físicos da região. Entendeu a sua importância econômica e histórica para o país graças ao período áureo da borracha e à implantação da Zona Franca de Manaus. Finalmente, você compreendeu a importância econômica atual dessa região para o Brasil através dos grandes projetos e programas destinados à região, como o a Ferrovia Norte-Sul e o Programa Grande Carajás.

Autoavaliação

1

Explique a importância e os principais impasses ocasionados na região Norte pela implementação de projetos como a Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás.

2

Descreva, na forma de um texto, as principais potencialidades econômicas e naturais da região Norte, bem como os principais problemas ou contradições do desenvolvimento dessa área.

Referências

BECKER, Bertha K. Redefinindo a Amazônia: o vetor técnico-ecológico. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Ferrovia Norte-Sul será concluída em 2011. **Em questão**, Brasília, n. 867, 13 ago. 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao/EQ867a/>. Acesso em: 15 set. 2009.

COELHO, Maria Célia Nunes. A CVRD e a (re)estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

EGLER, Claudio A. G. **Uma via para a Amazônia, artigo de Bertha Becker, Carlos Nobre e Roberto Bartholo**. Rio de Janeiro: LAGET, [20-?]. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=51>. Acesso em: 21 set. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil**: excertos da Revista Brasileira de Geografia. Ilustrações de Percy Lau. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963. Edição comemorativa da I Semana da Geografia.

Anotações

Anotações

Anotações

Centro-Oeste

Aula

10

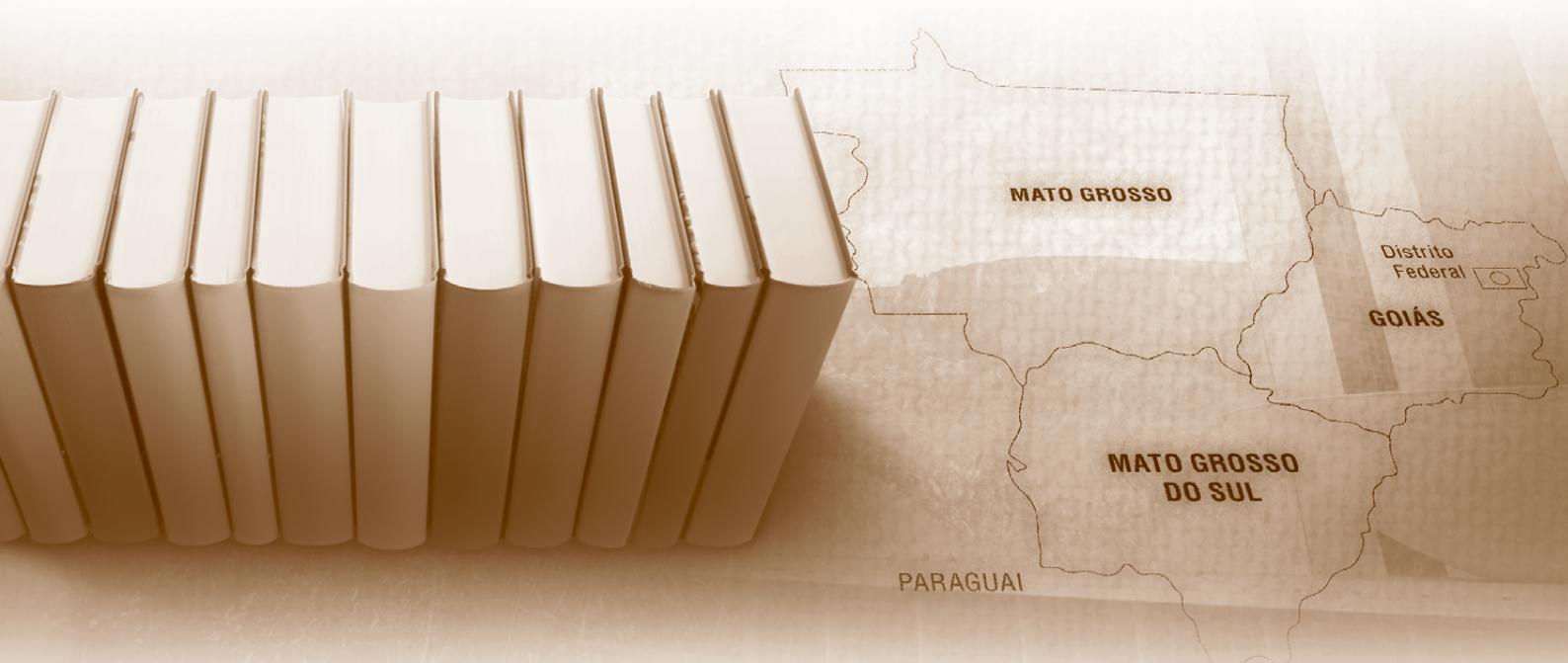


Apresentação

Bem vindo, caro aluno, à Aula 10 da disciplina Geografia Regional do Brasil. Nesta aula refletiremos acerca dos diversos aspectos que caracterizam a região Centro-Oeste. Estudaremos as suas características político-administrativas, naturais, econômicas, demográficas e sociais. Mas esta região não é fechada em si mesma, ela não se explica por si só – muitas das suas particularidades estão relacionadas com outras das demais quatro Macrorregiões do país e, por isso, vez ou outra você vai visitar a região Norte, Nordeste, Sul e Sudeste a caminho do entendimento da região Centro-Oeste.

Objetivos

- 1 Caracterizar a região Centro-Oeste em seus aspectos geohistóricos, culturais, ambientais, econômicos e sociais.
- 2 Identificar a diversidade e os contrastes dos aspectos humanos e físicos da região.
- 3 Contextualizar em nível nacional os aspectos geoeconômicos da região.



Apresentando a região Centro-Oeste

Continuando nossos estudos sobre as Macrorregiões brasileiras, abriremos uma discussão sobre a região Centro-Oeste. Você com certeza já deve ter lido ou visto, ou ainda estudado, aspectos relativos às características dessa região, tendo guardado imagens que retratam sua natureza, sua economia, sua cultura, seu povo, seus dilemas e principais problemas. Mas antes de continuarmos nosso diálogo sobre o Centro-Oeste do Brasil, indagamos-lhe: que temas ou imagens lhe vêm à cabeça quando falamos em região Centro-Oeste? Para conversarmos sobre essa questão, observe o mapa a seguir e responda a atividade proposta:



Figura 1 – Aspectos gerais da região Centro-Oeste.

Fonte: Percy Lau (apud IBGE, 1963, p. 407).



Atividade 1

1

Quais principais aspectos da região Centro-Oeste são retratados na figura anterior?

2

Tais aspectos ainda estão presentes na região, ou seja, ainda fazem parte da realidade local? Por quê?

3

Que outros aspectos da realidade dessa região você destacaria?

4

Observe o quadro a seguir. Ele apresenta um conjunto de palavras que podem representar ou não a realidade da região em estudo na nossa aula. Pois bem, leia todas as palavras e circule aquelas que representam aspectos da região Centro-Oeste.

CERRADO	CAATINGA	SOJA
FLORESTA	SAVANA	CAFÉ
CORA CORALINA	ALGODÃO	FRONTEIRAS
BRASÍLIA	PANTANAL	TIETÊ
PARANÁ	PECUÁRIA	ÁGUAS
PODER POLÍTICO	SECA	MINAS GERAIS
DESMATAMENTO	AGRONEGÓCIO	NEVE

Você acertou se em sua atividade considerou que o **Cerrado** é um tipo de vegetação da região Centro-Oeste, sendo a **soja** e o **algodão** na atualidade importantes produtos agrícolas. Também se destaca a **savana**, visto que é o tipo de vegetação que caracteriza o próprio **Cerrado**, denominado **Savana Brasileira**. Acertou, ainda, se marcou **Cora Coralina**, importante poeta; e **Brasília**, capital do país e uma das mais importantes cidades dessa região. Além disso, você deve ter destacado o **Pantanal** como um ecossistema local e, delimitando-se com outros países latino-americanos, ter percebido o fato de ser esta – a região Centro-Oeste – uma região estratégica de **fronteira** do país.

Mas vamos parar por aqui com a correção desta atividade. Analise as páginas seguintes e estude sobre esta importante região; certamente, você encontrará as demais respostas. Essas e outras questões acompanharão nossas discussões, encaminhando temas e atividades propostas.

Eu Voltarei (Cora Coralina)

Meu companheiro de vida será um homem corajoso de trabalho,
servidor do próximo,
honesto e simples, de pensamentos limpos.
Seremos padeiros e teremos padarias.
Muitos filhos à nossa volta.
Cada nascer de um filho
será marcado com o plantio de uma árvore simbólica.
A árvore de Paulo, a árvore de Manoel,
a árvore de Ruth, a árvore de Roseta.
Seremos alegres e estaremos sempre a cantar.
Nossas panificadoras terão feixes de trigo enfeitando suas portas,
teremos uma fazenda e um Horto Florestal.
Plantaremos o mogno, o jacarandá,
o pau-ferro, o pau-brasil, a aroeira, o cedro.
Plantarei árvores para as gerações futuras.
Meus filhos plantarão o trigo e o milho, e serão padeiros.
Terão moinhos e serrarias e panificadoras.
Deixarei no mundo uma vasta descendência de homens
e mulheres, ligados profundamente
ao trabalho e à terra que os ensinarei a amar.
E eu morrerei tranquilamente dentro de um campo de trigo ou
milharal, ouvindo ao longe o cântico alegre dos ceifeiros.
Eu voltarei...
A pedra do meu túmulo
será enfeitada de espigas de trigo
e cereais quebrados
minha oferta póstuma às formigas
que têm suas casinhas subterra
e aos pássaros cantores
que têm seus ninhos nas altas e floridas
frondes.
Eu voltarei...

Cora Coralina é uma importante poetisa brasileira. Nasceu Ana Lins de Guimarães Peixoto Bretas, no estado de Goiás (Goiás Velho), em 1889. Era chamada Aninha da Ponte da Lapa, tendo apenas instrução primária e sendo doceira de profissão. Publicou seu primeiro livro aos 75 anos de idade. Sua obra se caracteriza pela espontaneidade e pelo retrato que traça do povo do seu estado, Goiás, seus costumes e seus sentimentos. Faleceu em 10 de abril de 1985, em Goiânia.

Tentando entender e delimitar a região

Quais unidades da federação compõem a região Centro-Oeste? Quais suas principais características em termos de área e população? A fim de responder tais questões, ressaltamos que na atualidade a região Centro-Oeste é compreendida pelas seguintes unidades políticas: três estados – Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – e um Distrito Federal (Brasília), apresentando as seguintes características, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Informações gerais sobre a região Centro-Oeste.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CAPITAL	ÁREA (km^2)	Número de Municípios	População Estimada 2007
MATO GROSSO (MT)	CUIABÁ	903.357,908	141	2.854.642
MATO GROSSO DO SUL (MS)	CAMPO GRANDE	357.124,962	78	2.265.274
GOIÁS (GO)	GOIÂNIA	340.086,698	246	5.647.035
DISTRITO FEDERAL (DF)	BRASÍLIA	5.801,937	1	2.455.903
TOTAL		1.606.371,505	466	13.222.854

Fonte: IBGE.

Leia com atenção o Quadro 1: o que lhe chama mais a atenção? Seria a extensa área do estado do Mato Grosso? O pequeno número de municípios do estado do Mato Grosso do Sul? O alto número de habitantes do Distrito Federal, mesmo sendo essa a menor unidade política da região? Ou ainda outra particularidade dessa região? A fim de clarear mais o significado desses dados, façamos um exercício comparativo entre essa região e as regiões Nordeste e Norte, estudadas anteriormente.

Em termos de unidades políticas, a região Centro-Oeste possui apenas quatro destas unidades, sendo três estados e um Distrito Federal. Trata-se de uma região de pequena divisão territorial política, se compararmos com o Nordeste e o Norte. Comparando a área territorial das três regiões, percebemos que enquanto a região Nordeste abrange 1.554.257,00 km^2 e o Norte possui 3.853.328,229 km^2 , a Centro-Oeste apresenta 1.606.371,505 km^2 , sendo então a segunda maior região do país. E o mais interessante: enquanto no Nordeste vivem 51.534.406 pessoas, e no Norte são contados 14.623.316 habitantes, no Centro-Oeste residem 13.222.854 indivíduos, demonstrando que mesmo tendo uma área territorial significativa, a região Centro-Oeste apresenta uma população absoluta mais baixa que as duas primeiras.

Pensemos agora a região Centro-Oeste em termos espaciais. Para isso, observe a Figura 2 a seguir, que apresenta as unidades políticas que a compõem.

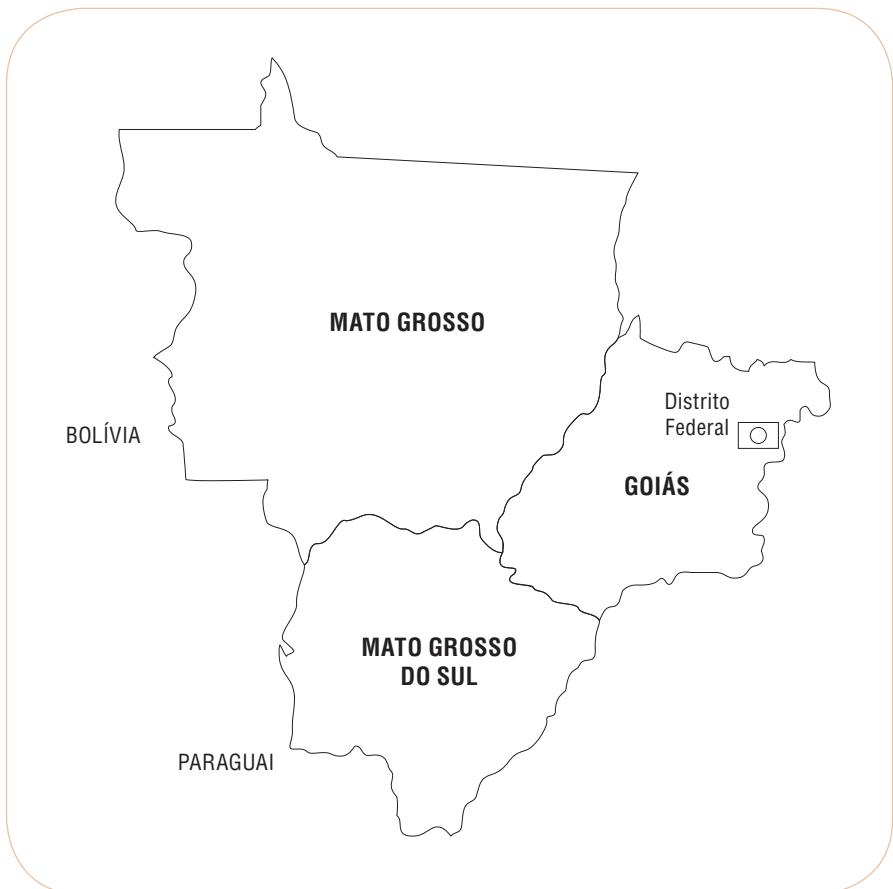


Figura 2 – Região Centro-Oeste e suas unidades políticas.

Fonte: IBGE.

Observando a figura anterior, que delimita e localiza a região Centro-Oeste, percebemos uma Macrorregião composta por apenas três estados e um Distrito Federal. Mas você atentou para o Quadro 1? Observou a grande dimensão territorial destas unidades da federação? Outra peculiaridade desta região é que ela faz fronteira com dois países sul-americanos, Bolívia e Paraguai. Como consequência, temos áreas de conflitos entre diferentes países, ocasionando questões econômicas, geopolíticas e de segurança nacional, como o uso dos recursos naturais, a possibilidade de migrações clandestinas, de escoamento e tráfico de drogas e mercadorias roubadas entre os países, o que requer, por parte dos governos locais, e não apenas do brasileiro, a vigilância e a segurança da área.

Temos, então, uma realidade complexa, pontuada por potencialidades e desafios empreendidos por diferentes atores envolvidos no processo de produção do espaço na referida região. A fim de melhor refletir sobre essas questões, responda a atividade a seguir.



Atividade 2

- 1** Quais unidades políticas compõem a região Centro-Oeste e com quais países sul-americanos essa região faz fronteira?
- 2** Organize, em ordem decrescente, as unidades políticas da região Centro-Oeste quanto à área territorial e ao contingente populacional.
- 3** Consulte a Aula 3 da nossa disciplina (IBGE: Macrorregiões ou Grandes Regiões) e reveja o processo de divisão territorial da região Centro-Oeste. Quais principais mudanças territoriais podem ser observadas na região desde a década de 50?
- 4** Justifique o processo de divisão territorial ocorrido nessa região no período em pauta, ou seja, na segunda metade do século XX e início deste século.

Dinâmica econômica e populacional

A realidade dos indicadores demográficos do país está associada ao modelo de colonização e povoamento do país nos séculos passados, que privilegiou a área litorânea e suas riquezas naturais ou produzidas, como a cana-de-açúcar no litoral leste nordestino, ocasionando, nos primeiros séculos da colonização, uma incipiente ocupação, tanto da região Norte quanto da região Centro-Oeste. A atividade econômica da extração da borracha em estados da região Norte e a mineração no Centro-Oeste marcaram momentos em que a produção econômica, em séculos passados, motivou o povoamento local, mesmo não sendo um processo intenso, nem tampouco abrangendo toda a área das duas regiões.

Daí a preocupação do estado brasileiro em fomentar estratégias que levassem à ocupação e ao povoamento das duas regiões – Norte e Centro-Oeste. No Centro-Oeste, denominado Brasil Central, são exemplos dessas medidas a organização e o estímulo às chamadas bandeiras e entradas, em séculos passados, e, na segunda metade do século XX, a própria mudança da capital do país – do estado do Rio de Janeiro para o Distrito Federal, Brasília – criada numa área do estado de Goiás. Além disso, houve a implementação de projetos agropecuários para a região, tornando-a uma referência nacional quando falamos do agronegócio ligado principalmente à produção de soja, algodão e cana-de-açúcar, com destaque ainda para a pecuária e para a produção de carne.

São vários os fatores que contribuíram para a ocupação da região Centro-Oeste. Entre tantos, podemos destacar a “Marcha para o Oeste”, com a exploração da erva-mate nas áreas que hoje correspondem ao Mato Grosso do Sul, e o cultivo do café, que se expandiu do oeste do estado de São Paulo até o sul do Mato Grosso do Sul. Outras ações surgiram: a integração regional, ampliando o mercado interno e incentivando a migração para a região; a criação da nova capital do país, Brasília, e a construção de grandes eixos rodoviários, como a BR-153 (Belém-Brasília) e a BR-364 (Cuiabá - Porto Velho).

Ora, ressaltamos que o incremento do processo de urbanização e o aumento do índice populacional verificado nessa região a partir da segunda metade do século passado estão relacionados a essa dinâmica, visto que a implantação da capital federal, o desenvolvimento da agropecuária, e, consequentemente, a construção de rodovias e de obras de infraestrutura motivou um forte processo de migração para a região, tornando-se esta uma área de forte crescimento populacional, mesmo que percebemos que continua sendo uma das regiões de menor número de habitantes do Brasil. Para melhor entendimento deste processo migratório na região e no país, acompanhe as ilustrações a seguir:

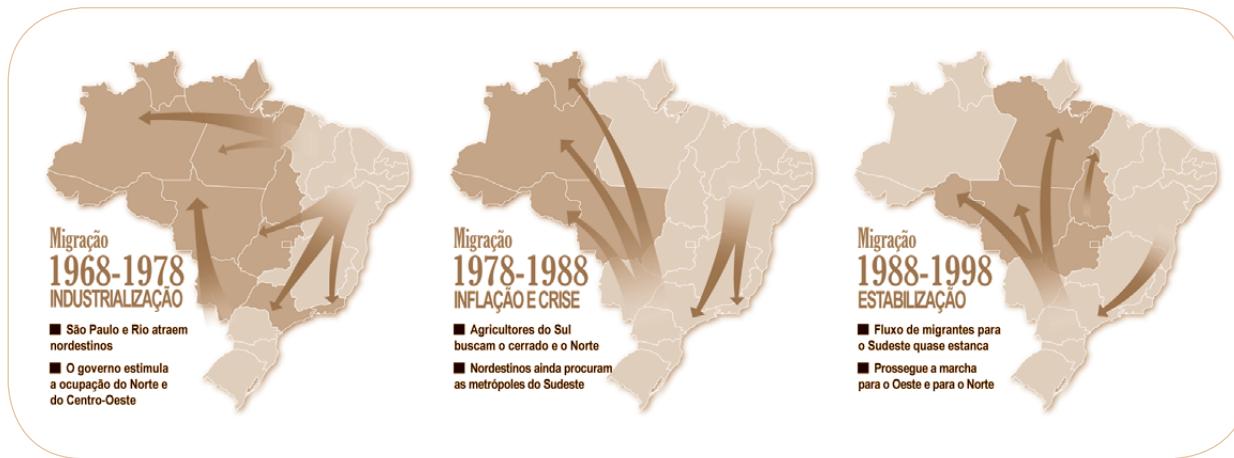


Figura 3 – Deslocamento populacional no Brasil de 1968 a 1998

Destacamos que esta dinâmica migratória espacializada na figura anterior constitui um processo fortemente impulsionado pelo Estado brasileiro, que, através de uma série de projetos econômicos e de infraestrutura, motiva a ocupação do Brasil Central. Tais ideias são destacadas por Bernades (1996, p. 327) quando afirma que:

Em países semi-industrializados como o Brasil, em regiões antes consideradas periféricas, a exemplo do Centro-Oeste, sob o impulso da técnica, há condições para atividades com alto nível de capital, tecnologia e organização, dando lugar a fenômenos de descentralização seletiva. Ainda que as atividades de comando tendam a se manter concentradas, a rede de atividades produtivas mais modernas tende a se expandir territorialmente, o que pressupõe a compreensão da atuação do Estado nos movimentos de localização/relocalização e os mecanismos desenvolvidos.

E quanto aos aspectos qualitativos referentes à realidade econômica e social da região Centro-Oeste? Observemos o quadro a seguir. Ele retrata dados relativos tanto à região Centro-Oeste quanto às regiões Nordeste e Norte, ajudando-nos a entender e comparar a realidade das referidas regiões.

Quadro 2 - Aspectos sociais e econômicos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

REGIÃO NORDESTE				
Crescimento demográfico ¹	Mortalidade infantil ²	Analfabetismo ³	IDH	Participação no PIB
1,2%	36,9	21,9%	0,608	14,1%
REGIÃO NORTE				
Crescimento demográfico ¹	Mortalidade infantil ²	Analfabetismo ³	IDH	Participação no PIB
2,3%	25,8	11,5	0,727	5,3%
REGIÃO CENTRO-OESTE				
Crescimento demográfico ¹	Mortalidade infantil ²	Analfabetismo ³	IDH	Participação no PIB
2%	19,5	8,9	0,848	7,5

Nota: ¹(2000-2007); ² por mil nascidos vivos (2006); ³(2006).

Fonte: IBGE.

Em termos de crescimento populacional, notamos que apesar de a região Centro-Oeste apresentar um contingente populacional menor que a região Nordeste e Norte, a taxa de crescimento demográfico é maior que na região Nordeste e bem próxima da do Norte, anuncianto que, como acontece nessa última região, novos fatores econômicos estão atraindo população para a área. Um conjunto de dados interessantes destacados no Quadro 2 e referentes à região em estudo nesta aula diz respeito aos índices de analfabetismo e mortalidade infantil, pois tal região aparece como destaque por apresentar condições melhores nos dois índices. Como consequência, a região também demonstra melhor posicionamento do seu IDH, pois este índice salta como aquele melhor posicionado entre as três regiões.

Acompanhe na figura a seguir a participação das regiões na composição do PIB na economia nacional nos últimos quarenta anos:

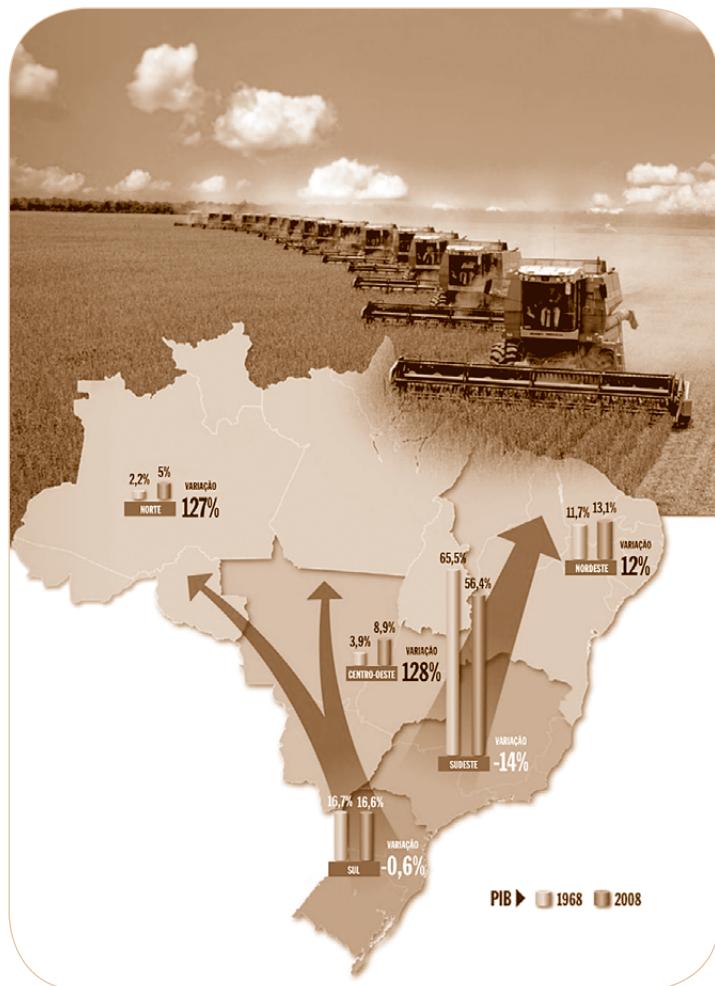


Figura 4 – Evolução do PIB regional no Brasil

Fonte: Revista Veja, ed. 2070, ano 41, n. 29, p. 73, 23 jul. 2008.



Atividade 3

1

Elabore um resumo sobre o processo de ocupação e desenvolvimento da região Centro-Oeste.

2

Tendo como base os indicadores sociais mostrados no Quadro 2, explique o posicionamento dos dados da região Centro-Oeste em relação às regiões Norte e Nordeste.

Natureza, projetos e ações no Centro-Oeste

Dando prosseguimento à nossa aula e buscando o debate acerca das principais questões que na atualidade caracterizam o Centro-Oeste, propomos a discussão de alguns pontos de reflexão que envolvem dilemas e conflitos dessa Macrorregião. Sendo assim, leia com atenção os textos a seguir e responda as atividades propostas.

A fundação de Brasília

Brasília é a capital política e administrativa do nosso país. Tal informação, amplamente disseminada em nossas escolas e em nossa mídia, evoca imagens como o desenho de sua área, o chamado plano piloto, os representantes políticos do país no Senado e na Câmara dos Deputados, ou ainda o próprio retrato do presidente em sua residência oficial. Mas esta sempre foi a capital do Brasil? Que outras cidades ganharam esse título? Que significados se associam ao fato de Brasília ser uma cidade planejada? Ora, você já deve saber que Salvador (BA) foi a primeira capital e o Rio de Janeiro (RJ) a segunda – ambas no litoral do nosso atlântico –, sendo Brasília, portanto, a terceira capital do país, inaugurada em 21 de abril de 1960 pelo Presidente Juscelino Kubitscheck no Brasil Central, Macrorregião denominada de Centro-Oeste.

A ideia de transferir a capital para o interior do país não é pertinente apenas ao século XX. Já no século XVIII o Marquês de Pombal idealizou a construção da capital nacional em área do interior do país. No Brasil Império e República, muitos foram os que defenderam a capital no Brasil Central. Quais questões motivavam e justificavam tal ideia? Principalmente a necessidade de ocupação e povoamento do interior e de proteção dos representantes do poder político, como o próprio presidente, senadores e deputados federais.

Unanimidade é o fato de que a fundação da capital nacional trouxe um conjunto de mudanças para a região, como o incremento populacional, o aumento do processo de urbanização e a criação de infraestrutura de interligação e comunicação com as demais áreas nacionais, principalmente a região Sudeste, a mais dinâmica do ponto de vista econômico. Além disso, Brasília se destaca pela capacidade de geração de renda e de contribuição à formação do PIB na região, conforme nos mostra a figura a seguir, uma vez que possui um diversificado setor de serviços impulsionado principalmente pelos salários gerados pelo funcionalismo público federal e estadual, exaltando a cidade-capital em nível nacional pelo bom empenho de seu IDH (veja a Figura 5 a seguir).

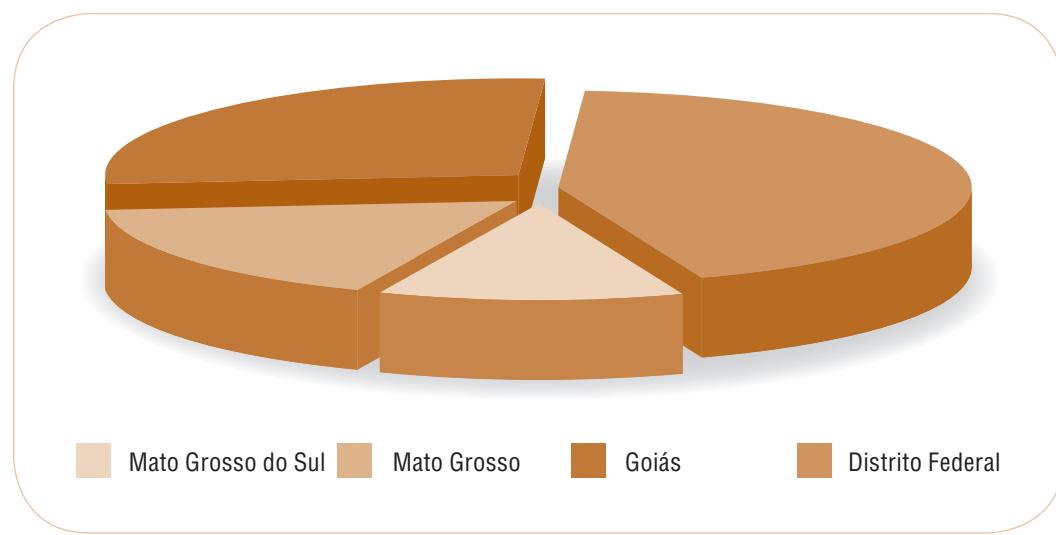


Figura 5 – Participação das unidades políticas na produção do PIB na Região Centro-Oeste – 2006

Fonte: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais (2008).

Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=1170&id_not=7>. Acesso em: 24 set. 2009.

Ainda sobre Brasília, cabe ressaltar dois pontos: primeiro, o fato de que tal cidade destacou-se pelo inovador processo de planejamento e construção de sua concepção urbanística, com o trabalho moderno de arquitetos como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Segundo, que o período de construção da cidade e depois o seu desenvolvimento urbano impulsionaram a migração para o Distrito Federal, favorecendo o crescimento das chamadas cidades satélites, como Taguatinga, Sobradinho, Paranoá e Gama. Contudo, as cidades satélite não foram planejadas como a capital, mas construídas para abrigar, primeiramente, operários migrantes e suas famílias. Atualmente, as cidades satélites circundam como uma grande periferia da capital do país, destacando-se tanto pelo seu crescimento econômico quanto pelos problemas sociais e urbanos verificados.



Figura 6 – Congresso Nacional em obras e operários – muitos deles migrantes nordestinos, os chamados Candangos – em Brasília, 1960.

Fonte: Foto de Luis Carlos Barreto.



Atividade 4

1

Em sua opinião, a construção de Brasília promoveu a integração nacional do país?
Justifique a sua resposta.

2

A construção de uma cidade representa uma intervenção de grandes proporções: desmatamento, perda de animais, desvio de cursos de rios, alteração das condições naturais da área – uma redução da biodiversidade local ou perda total. A partir dessas considerações, observe o mapa abaixo e escolha outra área para a construção de uma nova capital para o país. A esta sua escolha atribua uma argumentação geográfica para sua construção, justificando-a.



Figura 7 – Brasil – divisão política

Fonte: <http://www.estudolivre.org/img/wiki_up/brasil.png>. **Acesso em:** 24 set. 2009.

Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Vimos nas Aulas Norte e Nordeste que as Superintendências de Desenvolvimento estavam presentes – respectivamente, Sudam e Sudene – promovendo o desenvolvimento dessas regiões. Com a região Centro-Oeste o Governo Federal não agiu diferente. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) foi criada em 1968. A consolidação do poder do Estado sobre este espaço solicita a sua conquista com povoamento, crescimento econômico, desenvolvimento de uma rede urbana, implantação de redes de transportes e comunicações. O empreendimento desta conquista envolve, portanto, um conjunto de políticas territoriais, e a Sudeco estaria a serviço de cumprir esta função. Mas a Sudeco, tais como as demais superintendências, foi extinta no ano de 1990. No ano de 2003, foi recriada ou reaberta, agora com objetivos diferentes dos originais. Entre as novas competências estão: definir objetivos e metas sociais para o desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste; a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional e a formulação de programas e ações de desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos do Governo Federal.

O Cerrado e o Pantanal

A maior parte do território do Centro-Oeste é ocupada pelo cerrado – uma formação vegetal típica do clima tropical continental. São árvores de pequeno porte, de 2 a 3 metros de altura, com troncos de casca grossa retorcidos, folhas duras e raízes profundas, capazes de extrair a água do subsolo. Entre essas árvores surge uma vegetação de gramíneas, que é utilizada para pastagem. O aspecto do cerrado é semelhante ao da savana da África.

A vegetação do Centro-Oeste começou a ser alterada principalmente para dar lugar a projetos agropecuários. Na atualidade, há reduzidos agrupamentos florestais e vegetação descaracterizada pela ação humana, sobretudo pelas sucessivas queimadas.

Soja e algodão. Qual a região que os produzem em grandes quantidades para o mercado externo? A região Nordeste? Não. A região Centro-Oeste é a resposta certa. No caso do algodão, depois de ser praticamente dizimado por pragas em meados da década de 90, a cultura do algodão voltou a ser um dos principais itens na nossa pauta de exportação, seguindo a trilha da soja e da cana-de-açúcar. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento, as lavouras da fibra já ocupam um milhão de hectares e um terço terá como destino o mercado externo. E estes importantes produtos agrícolas estão ocupando grande parte da área de cerrado, levando a um processo de desmatamento e desequilíbrio ecológico na área.

Para frisarmos o problema, convém destacar que o estado do Mato Grosso é o maior produtor de algodão e soja do país e enfrenta, então, o desafio de manter a economia e, ao mesmo tempo, garantir a preservação de suas terras, que integram o cerrado e também a Floresta Amazônica (metade do estado), já que no período de 2001 a 2004 40% da área devastada na floresta estava em Mato Grosso.

Atualmente, a integração destas duas regiões é uma realidade, e se dá tanto econômica quanto ambientalmente, tanto em ganhos quanto em perdas. Por isso, a realidade das duas regiões e seus principais dilemas são hoje questões inseparáveis. Compreenda melhor o que estamos falando por meio da figura a seguir, pois ela espacializa o trajeto da BR-163, que corta duas regiões – a Centro-Oeste e a Norte.



Figura 8 – Trajeto da BR-163

Na área do Pantanal, encontra-se a vegetação do Pantanal ou Complexo do Pantanal. De aspecto variado, em alguns lugares apresenta uma mata densa; em outros, sua aparência é de campos limpos, com grande valor para a pecuária; em outros, ainda lembra o cerrado. Essa variedade está relacionada à maior ou menor umidade resultante das inundações anuais de suas áreas.

Trata-se de uma imensa planície cercada de terras mais elevadas, como as serras de Maracaju, da Bodoquema e da Amolar. As águas dessas áreas mais elevadas são drenadas para esta planície pelo rio Paraguai e seus afluentes, os rios Cuiabá, Taquari e Miranda. Quase 100.000 km² do Pantanal ficam parcialmente inundados durante o período das chuvas. Nas áreas livres de inundação são instaladas as sedes das fazendas de gado.

A exploração agrícola e pecuária também pode prejudicar esse ecossistema. As queimadas para limpar a terra e plantar o pasto para a criação de gado e o desmatamento nas cabeceiras dos rios desregulam os regimes de cheias e secas, alterando o ambiente.



Figura 9 – Pantanal no período de cheia

Fonte: <http://www.planetapantanal.com/banco_de_imagens.php?id=14>. **Acesso em:** 29 set. 2009.



Figura 10 – Paisagem do cerrado brasileiro

Fonte: <<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/img/cerrado.jpg>>. **Acesso em:** 29 set. 2009.



Atividade 5

1

Como as áreas do cerrado são utilizadas economicamente?

2

Apresente uma alternativa de uso para a área correspondente ao Pantanal que seja economicamente viável e sem prejuízos ambientais ao lugar.

3

Originalmente, a Sudeco foi criada para promover o desenvolvimento econômico e a integração regional. Na sua opinião, é necessária a permanência desta superintendência? Por quê?

Agricultura, pecuária – o agronegócio

O processo de modernização agrícola e a ocupação das terras de cerrado provocaram profundas transformações no espaço agrário da região Centro-Oeste. Essas transformações ocorreram através dos chamados pacotes tecnológicos da Revolução Verde, financiados pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, proporcionando a industrialização do campo e a capitalização da agricultura na região contextualizada.

De acordo com Bezerra e Cleps Júnior (2004, p. 30), o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste é intensificado a partir da década de 1930, com o objetivo de atender ao mercado consumidor de produtos agrícolas da região Sudeste. Assim, o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste esteve diretamente ligado ao desenvolvimento industrial do país, que se inicia na região Sudeste nesse período.

Na década de 1950, além da construção de Brasília, a interiorização do desenvolvimento ocorreu através da expansão de atividades ligadas à pecuária do oeste paulista e à instalação de frigoríficos no Mato Grosso do Sul e no sudeste de Goiás.

No entanto, foi a partir dos anos de 1970 que houve o fortalecimento de várias instituições encarregadas de regularizar a colonização e planejar os investimentos na região, como a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária, responsável pelo desenvolvimento e melhoria genética de grãos para cultivo na região.

Além disso, foram criados projetos especiais para o desenvolvimento da região, como o Prodoeste – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Pladesco – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste, e o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), criado em 1975, que teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial. O programa selecionou áreas específicas para atuação e, posteriormente, forneceu crédito altamente subsidiado a todos os produtores que desejasse investir em exploração agropecuária empresarial (GOBBI, 2004).

Mas o modelo agrícola, pecuário e industrial implantado na região possui a necessidade de elevada capitalização para o investimento inicial, o que exclui de certa maneira os pequenos produtores e provoca a expansão da agricultura em nível empresarial com utilização intensiva de agrotóxicos e forte mecanização. Tal dinâmica provocou grande êxodo rural, isto é, aqueles empregos tradicionalmente do campo deixaram de existir, além de que houve um processo de incorporação das pequenas propriedades por parte dos grandes latifúndios, ou melhor, das grandes empresas. Para que se tenha ideia do porte dessas empresas, o município de Nerópolis, no estado de Goiás, é líder em confinamento de gado no país, enquanto o maior polo de abate de gado do Brasil fica em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul.

Não esqueçamos de outros sérios problemas da região envolvendo seus recursos naturais, como a retirada ilegal de madeira (Figura 11), o que, em conjunto com as atividades

agropecuárias, compromete a biodiversidade local. Na atualidade, o avanço das pastagens e cultivo da soja e do algodão em grandes áreas – até então de mata nativa – são os maiores responsáveis pelo desmatamento.



Figura 11 – Em Querência, no nordeste de Mato Grosso, grupos de pessoas abrem clareiras em áreas de preservação situadas em propriedades legalizadas para traficar madeira ilegalmente

Foto: Fernando Cavalcanti. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/amazonia/terra-sem-lei-p-32.html>>. Acesso em: 29 set. 2009.



Atividade 6

1

Com tecnologia e investimentos em pesquisa, a Embrapa é responsável pela qualidade e bom desempenho do cultivo da soja na região Centro-Oeste. Em sua opinião, este modelo poderia ser praticado em outra região do país? Qual cultura agrícola você elegeria para esta empreitada? Você acha que a consolidação de uma cultura agrícola rentável e moderna tem a capacidade de mudar o espaço geográfico? Como?

2

As principais estratégias utilizadas para inserir o Centro-Oeste no projeto de integração nacional foram basicamente duas, intimamente interligadas: a expansão de atividades econômicas do Sudeste e planos governamentais de desenvolvimento. Explique-as.

3

Como a modernização agrícola interferiu no processo de migração na região Centro-Oeste?

4

Visite a sede do seu polo e acesse, na internet, o endereço <<http://www.embrapa.br/>>. Pesquise e responda: o que significa Revolução Verde e Fronteira Agrícola?

Águas

(Manoel de Barros)

Desde o começo dos tempos águas e chão se amam.
Eles se entram amorosamente
E se fecundam.

Nascem formas rudimentares de seres e de plantas
Filhos dessa fecundação.

Nascem peixes para habitar os rios
E nascem pássaros para habitar as árvores.

Águas ainda ajudam na formação das
Conchas e dos caranguejos.

As águas são a epifania da Natureza.
Agora penso nas águas do Pantanal
Nos nossos rios infantis
Que ainda procuram declives para correr.

Porque as águas deste lugar ainda são espraiadas
Para o alvoroço dos pássaros.

Prezo os espraiados destas águas com as suas
Beijadas garças.

Nossos rios precisam de idade ainda para formar
Os seus barrancos
Para pousar em seus leitos.

Penso com humildade que fui convidado para o
Banquete destas águas.
Porque sou de bugre.
Porque sou de brejo.

Acho que as águas iniciam os pássaros
Acho que as águas iniciam os homens. Nos iniciam.
E nos alimentam e nos dessedentam.

Louvo esta fonte de todos os seres, de todas as
Plantas, de todas as pedras.

Louvo as natências do homem do pantanal.
Todos somos devedores destas águas.
Somos todos começos de brejos e de rãs.

E a fala dos nossos vaqueiros tem consoante
Líquidas
E carrega de umidez as suas palavras.
Penso que os homens deste lugar
São a continuações destas águas.

Manoel Wenceslau Leite de Barros nasceu em Cuiabá (MT) em 19 de dezembro de 1916. Ele já foi comparado a Guimarães Rosa pelo seu gosto em inventar palavras. Diz que escreve “procurando o rumor das palavras mais do que o significado delas”. Autor de várias obras pelas quais recebeu prêmios importantes. Sua obra tematiza o Pantanal, universalizando-o, e a natureza é sua maior inspiração.

Resumo

Nesta aula, você estudou os aspectos naturais e humanos da região Centro-Oeste, caracterizando-a em termos espaciais e demográficos e compreendendo seu processo de ocupação e desenvolvimento econômico. Além disso, você compreendeu a importância e as repercussões da construção da capital nacional na região, tendo também discutido a inserção do agronegócio e as consequências que ele trouxe para o ambiente natural, principalmente para as áreas de cerrado e da Floresta Amazônica. Por fim, você conheceu e estudou os principais problemas que atingem o Pantanal, importante ecossistema local.

Autoavaliação

1

Explique o processo de ocupação da região Centro-Oeste a partir da segunda metade do século XX, tendo como parâmetro de discussão tanto as ações implementadas pelo Estado quanto aquelas empreendidas pelo setor empresarial.

2

Em sua opinião, as novas atividades que são criadas em decorrência da implantação de novas empresas melhoram a qualidade de vida da população local? Justifique sua resposta apontando os aspectos em que haja melhorias ou piora das condições de vida.

3

Pense nas duas unidades territoriais que formaram primeiramente a região Centro-Oeste: Mato Grosso e Goiás. Explique, então, as principais mudanças territoriais ocorridas nesses dois estados a partir da segunda metade do século XX.

4

Explique as principais consequências econômicas e políticas da construção de Brasília para o desenvolvimento da região em estudo.

Referências

- ATLAS National Geographic: Brasil. São Paulo: fevereiro, 2008. (Abril Coleções, v 2 – Brasil).
- BARROS, Manoel de. **Águas**. Campo Grande: Sanesul, 2001.
- BERNADES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- BEZERRA, L. M. C.; CLEPS JÚNIOR, J. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. **Caminhos da Geografia**: revista on line, p. 29-49. Disponível em: <http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 29 jul. 2009.
- GOBBI, W. A. O. Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais da década de 1970. **Caminhos de Geografia**: revista on line, Uberlândia, v. 11, p. 130-149, fev. 2004. Disponível em: <http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 29 jul. 2009.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Portal do cidadão**. Disponível em: <<http://www.gdf.df.gov.br/045/04501001.asp>>. Acesso em: 29 set. 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**: excertos da Revista Brasileira de Geografia. Ilustrações de Percy Lau. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia, 1963. Edição comemorativa da I Semana da Geografia.

Anotações

Anotações

Anotações

Sudeste

Aula

11



Apresentação

Bem-vindo, caro aluno, à Aula 11 da disciplina Geografia Regional do Brasil. Teremos, nesta aula, a região Sudeste como foco central de nossa discussão, encaminhando reflexões e atividades sobre sua realidade político-administrativa, natural, social, econômica e ambiental. Estudaremos ainda o processo histórico que motivou a dinâmica de uma região caracterizada por superlativos: é a Macrorregião mais populosa, povoada, urbanizada, industrializada, desenvolvida econômica e tecnologicamente, sediando empresas e instituições de pesquisa que a ajudam a ser definida como centro econômico e tecnológico do país. Daí, termos que compreender a sua importância no processo de produção do espaço nacional, a partir do seu poder de polarização e influência em todo o território do país, bem como suas relações com as demais Macrorregiões nacionais.

Objetivos

- 1** Caracterizar a região Sudeste em seus aspectos geohistóricos, culturais, ambientais, econômicos e sociais.
- 2** Identificar a diversidade e os contrastes dos aspectos humanos e físicos da região.
- 3** Contextualizar os aspectos geoeconômicos da região em nível nacional.



Apresentando a região Sudeste

Prosseguindo em nossas discussões sobre as Macrorregiões do país, refletiremos sobre a realidade da região Sudeste. Você com certeza já deve conhecer um pouco da realidade contemporânea dessa região, visto que suas cidades, seus problemas, suas feiras de inovações, seus congressos científicos, seus inúmeros contrastes entre a riqueza e a pobreza, a modernidade e o atraso, a opulência e a exclusão estão presentes diariamente nos principais noticiários nacionais. Além disso, o fato de ser a região mais urbanizada, industrializada e populosa do país a torna alvo de investigações e debates científicos em nossas escolas e universidades. Mas, antes de continuarmos nosso diálogo sobre essa região, indagamos: que temas ou imagens lhe vêm à cabeça quando falamos em região Sudeste? Para conversarmos sobre essa questão, observe o mapa a seguir e responda a atividade proposta.

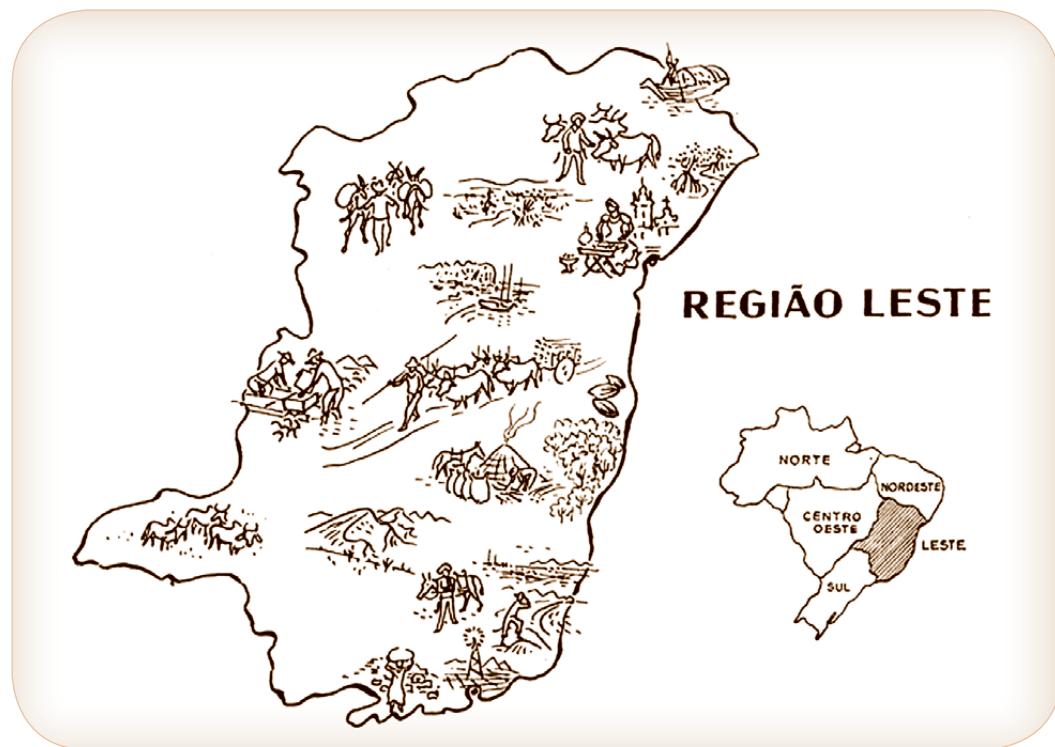


Figura 1 – Aspectos gerais da então região Leste, hoje Sudeste

Fonte: Percy Lau (apud IBGE, 1963, p. 189).



Atividade 1

1

Quais principais aspectos da região Sudeste são retratados na figura anterior?

2

Tais aspectos representam a realidade atual e pretérita da região? Por quê?

3

Que outros aspectos da realidade dessa região você destacaria?

4

Responda rapidamente, sem consultar livros ou outro material: a qual(is) região(ões) do país pertencem os estados de São Paulo e Paraná?

5

Observe o quadro a seguir. Ele apresenta um conjunto de palavras que podem representar ou não a realidade da região em estudo na nossa aula. Pois bem, leia todas as palavras e circule aquelas que representam aspectos da região Sudeste.



Você acertou se na questão de número 4 respondeu que São Paulo pertence à região sudeste e o Paraná à região sul. À primeira vista, essa pergunta parece boba, mas quem nunca ouviu: “Olha, ele veio lá da região Sul do país! Ele é de São Paulo!”, ou ainda: “Ele é nortista, veio lá da Paraíba!”. Infelizmente, tal confusão em relação às regiões e aos estados é um equívoco comum entre as pessoas. Lembra-se da Aula 2 desta disciplina, Delgado de Carvalho e o Estado? Nela, você conheceu a divisão regional do país elaborada por Delgado de Carvalho, e nessa regionalização o estado de São Paulo integrava a região Sul do país. Passadas tantas décadas do uso dessa regionalização, ainda há quem pense que São Paulo fica na região Sul do Brasil. Mas você, há várias aulas, certamente sabe que não.

Continuando com a nossa atividade, você respondeu certo a questão de número 5 se considerou que a **Mata Atlântica** é um tipo de vegetação presente na região Sudeste, sendo o **café** e a **cana-de-açúcar** importantes produtos agrícolas. Também se destacou os **mares de morro** como um tipo de relevo, o **Tietê** um importante rio, as **hidrelétricas** e os **tecnopolos** um sinal da capacidade tecnológica e industrial local, **Minas Gerais** um estado da região, e **Carlos Drummond de Andrade** um destacado escritor nascido e premiado na área e em todo o país.

Mas vamos parar por aqui com a correção desta atividade. Estude as páginas seguintes e compreenda a realidade desta importante região. Certamente, assim você encontrará outras respostas aos principais questionamentos sobre essa Macrorregião. Essas e outras questões acompanharão nossas discussões nessa aula, encaminhando temas e atividades propostas.

O CORTEJO

Mário de Andrade

Publicado em *Paulicéia Desvairada* (1922)

Monotonias das minhas retinas...

Serpentinhas de entes frementes a se desenrolar...

Todos os sempre das minhas visões! “Bom giorno, caro.”

Horríveis as cidades!

Vaidades e mais vaidades...

Nada de asas! Nada de poesia! Nada de alegria!

Oh! Os tumultuários das ausências!

Paulicéia - a grande boca de mil dentes;

e os jorros dentre a língua trissulca

de pus e de mais pus de distinção...

Giram homens fracos, baixos, magros...

Serpentinhas de entes frementes a se desenrolar...

Estes homens de São Paulo,

Todos iguais e desiguais,

Quando vivem dentro dos meus olhos tão ricos,

Parecem-me uns macacos, uns macacos.

O escritor Mário Raul de Morais Andrade nasceu em São Paulo, em 9 de outubro de 1893, e morreu na mesma cidade, em 25 de fevereiro de 1945. Considerado o “papa do Modernismo paulista”, participou ativamente da Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal, em São Paulo. Entre tantas obras, como romances, manifestos e poesias, publicou *Paulicéia Desvairada* e *Macunaíma*. Morreu em São Paulo/SP, em 25 de fevereiro de 1945.

Conhecendo e delimitando a região

Quantas são e quais são as unidades da federação que formam a região Sudeste? Quais suas principais características em termos de área e população? A fim de responder tais questões, ressaltamos que na atualidade a região Sudeste é composta por quatro estados: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Apresentamos as características desses estados no quadro a seguir:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CAPITAL	ÁREA (km^2)	Número de Municípios	População Estimada 2007
MINAS GERAIS (MG)	BELO HORIZONTE	586.528,293	853	19.273.506
ESPÍRITO SANTO (ES)	VITÓRIA	46.077,519	78	3.351.669
RIO DE JANEIRO (RJ)	RIO DE JANEIRO	43.696,054	92	15.420.375
SÃO PAULO (SP)	SÃO PAULO	248.209,426	645	39.827.570
TOTAL		922.511,292	1668	77.873.120

Quadro 1 – Informações gerais sobre a região Sudeste

Fonte: IBGE.

Leia com atenção o Quadro 1. O que lhe chama mais a atenção? Seria a extensa área do estado de Minas Gerais? O elevado número de habitantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais? Ou o fato de que o estado de Rio de Janeiro tem uma alta população absoluta, mesmo tendo uma pequena área territorial? A fim de clarear mais o significado desses dados, façamos um exercício comparativo entre essa região e a Nordeste, Norte e Centro-Oeste, estudadas em aulas anteriores.

Podemos notar que, em termos de divisão política, a região Sudeste possui quatro unidades políticas, como a região Centro-Oeste, em detrimento do maior número de unidades das regiões Norte e Nordeste. Comparando a área territorial das quatro regiões, percebemos que enquanto a região Nordeste abrange $1.554.257,00\ km^2$, a Norte abrange $3.853.328,229\ km^2$ e a Centro-Oeste, $1.606.371,505\ km^2$, a Sudeste apresenta $922.511,292\ km^2$, sendo, então, dentre as quatro, aquela de menor extensão territorial. Por outro lado, enquanto no Nordeste vivem 51.534.406 pessoas, no Norte vivem 14.623.316 e no Centro-Oeste, 13.222.854, na região Sudeste residem 77.873.120 indivíduos, demonstrando que mesmo não tendo uma área territorial significativa, essa região apresenta uma população absoluta mais alta que as três primeiras. Ou seja, a densidade demográfica da região Sudeste é extremamente alta se comparada com as demais regiões do país. Confira no gráfico da Figura 2 a seguir: em 2000, a região Norte era a menos densa, com $3,4\ hab/km^2$; a região Sudeste continuava sendo a mais densa, com $78,2\ hab/km^2$.

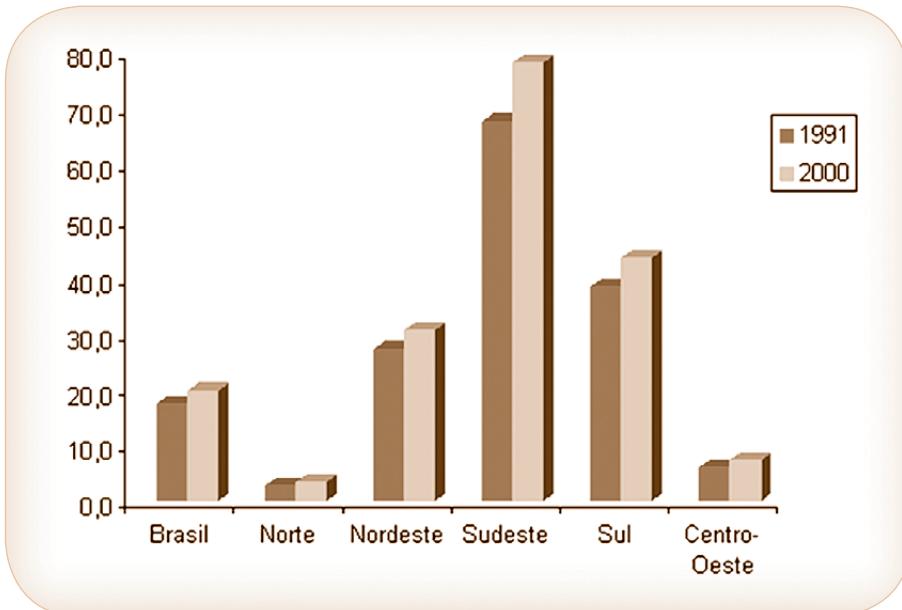


Figura 2 – Densidade demográfica – Brasil e Grandes Regiões – 1991-2000

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Resultados do Universo.

Pensemos, agora, a região Sudeste em termos espaciais. Para isso, observe a figura a seguir, que apresenta as unidades políticas que a compõem.



Figura 3 – Região Sudeste e suas unidades políticas

Fonte: <<http://www.mochileiro.tur.br/reg%20sudeste%20mapa.jpg>>. Acesso em: 29 out. 2009.

Observando a figura anterior, que delimita a região Sudeste, percebemos uma Macrorregião composta por apenas quatro estados. Todos esses estados são banhados pelo Oceano Atlântico? Qual (is) (desses) estado (s) não possui (em) saída para o mar? Mas, e as

capitais dos estados dessa região? São cidades litorâneas ou não? E será que essa região faz fronteira com outros países da América do Sul, como as regiões Norte e Centro-Oeste? Para descobrir as respostas desses questionamentos, faça a atividade a seguir.



Atividade 2

- 1** Inicialmente, localize, no mapa a seguir, a área litorânea do Brasil, indicando o Oceano Atlântico.
- 2** Depois, localize os estados que compõem a região Sudeste e pinte-os da seguinte forma: aqueles banhados pelo Oceano, de azul; aquele não banhado, de verde.
- 3** Localize também e escreva no próprio mapa os nomes das capitais dos estados da região em estudo. Todas são cidades litorâneas? Em caso negativo, quais são?
- 4** A seguir, observe as áreas limites dessa região. Notou que o Sudeste se delimita com outras regiões brasileiras? Pinte-as de cores diferentes e escreva o nome delas no próprio mapa. Não deixe também de destacar os estados dessas regiões que fazem limite com o Sudeste.



Após concluir a atividade, você deve ter percebido peculiaridades dessa região: ela não faz fronteira com nenhum país latino-americano, possui duas capitais litorâneas e duas interioranas, e apenas um de seus estados não tem saída para o mar. Mas, muitas outras peculiaridades marcam a realidade natural, social e econômica da região Sudeste, o que será alvo de nossa discussão nos itens a seguir.

Dinâmica econômica e populacional

Quando falamos em região Sudeste, nos referimos quase sempre à sua dinâmica econômica e populacional, que a caracteriza como a Macrorregião mais desenvolvida, industrializada e populosa do país. Quais razões explicam tal realidade? Quais fatores influenciaram na constituição dessa dinâmica? Ora, sabemos que essa região esteve historicamente marcada por importantes atividades econômicas, como a mineração em Minas Gerais entre o final do século XVII e parte do século XVIII e o café em São Paulo a partir do século XVIII, além do fato de que de 1763 até 1960 a cidade do Rio de Janeiro era a capital do país. Tais elementos, em conjunto com o incremento da atividade industrial a partir do século XX, marcaram o desenvolvimento da região, atraindo tanto investimentos produtivos e de infraestrutura quanto levas de migrantes para a área.

A mineração em Minas Gerais marcou a interiorização da ocupação do interior do país, pois a extração de ouro e pedras preciosas atraiu muitos migrantes para a região, como dito anteriormente, oriundos principalmente do Nordeste, que enfrentava, no final do século XVII, a decadência da atividade açucareira. Nesse processo, Salvador deixaria de ser a capital do país e Rio de Janeiro, mais próxima da área mineradora, seria a nova capital. Muitas cidades mineiras são testemunhas dessa dinâmica do país e da região Sudeste: Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João Del Rei e Cuité, entre outras.



Figura 4 – A cidade de Ouro Preto, MG

Fonte: <<http://www.travel-earth.com/brazil/ouro-preto-lajes.jpg>>. **Acesso em:** 29 out. 2009.

A origem da cidade de Ouro Preto data do final do século XVII, com a descoberta de ouro na região. Nasceu com o nome de Vila Rica de Albuquerque em 1711. Apenas três décadas depois, a cidade, denominada então apenas Vila Rica, contaria perto de 40 mil pessoas, a maior aglomeração de toda a América Latina na época. Vila Rica virou Imperial Cidade de Ouro Preto em 1823 e permaneceu como capital da Província de Minas Gerais até 1897, ano da inauguração de Belo Horizonte. Patrimônio da Humanidade, destaca-se pela sua arquitetura, sua cultura e suas festas.



Porto de Santos

O maior porto do Brasil.
Por ele passa 30% do comércio exterior do país.

Na segunda metade do século XVIII, a atividade mineradora entra em declínio e a área de mineração de Minas Gerais torna-se área de repulsão populacional. Por outro lado, a atividade cafeeira expande-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais, tornando-se importante produto exportado pelo país. Com o café, a região Sudeste recebeu expressivo número de migrantes vindos do Nordeste e também de imigrantes, principalmente italianos, espanhóis e alemães. Além disso, a região ganhou uma rede de ferrovias para escoar a produção até o **Porto de Santos**, no litoral paulista, e muitas cidades surgiram e se desenvolveram. Essa dinâmica contribuiu, ainda, para tornar a região – e principalmente a cidade de São Paulo – o centro financeiro e industrial do país.

Vejamos como isso ocorreu. A dinâmica que a atividade cafeeira conferiu à região Sudeste, e principalmente às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, dotou essas áreas de infraestrutura e capital, que as possibilitaram enorme capacidade de polarização e influência em nível nacional. Ora, quando, a partir da crise econômica de 1929, o café deixa de ser importante produto de exportação do país, grandes investimentos foram direcionados para a indústria, e a própria infraestrutura e mão de obra gerada pelo café foi aproveitada pela nova atividade econômica em expansão.

Não esqueçamos ainda que outros fatores contribuíram para o incremento do processo de industrialização na região: a extração de minérios em Minas Gerais e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce e da Petrobras. Destacou-se como área industrial a região do “ABC” paulista, ou seja, as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Hoje, essa importante região industrial abrange também as cidades de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, sendo agora denominada de ABCD paulista, e não mais ABC paulista. Historicamente, a área destacou-se por ser local de passagem e descanso das tropas coloniais; posteriormente, a construção da ferrovia Santos-Jundiaí marcaria a dinâmica econômica da região. Atente, a seguir, para as Figuras 5 e 6. A paisagem aí retratada mostra uma cidade com certo dinamismo urbano e econômico – expressos pela presença de estruturas de comércio e serviços, pela circulação de pessoas, mercadorias e transportes. Era o processo de consolidação de São Paulo como a maior cidade do país.



Figura 5 – Cidade de São Paulo - Viaduto do Chá - 1920

Fonte: Foto de Aurélio Becherini.



Figura 6 – Cidade de São Paulo – Rua João Brícola entre 1915 e 1920

Fonte: Foto de Aurélio Becherini.



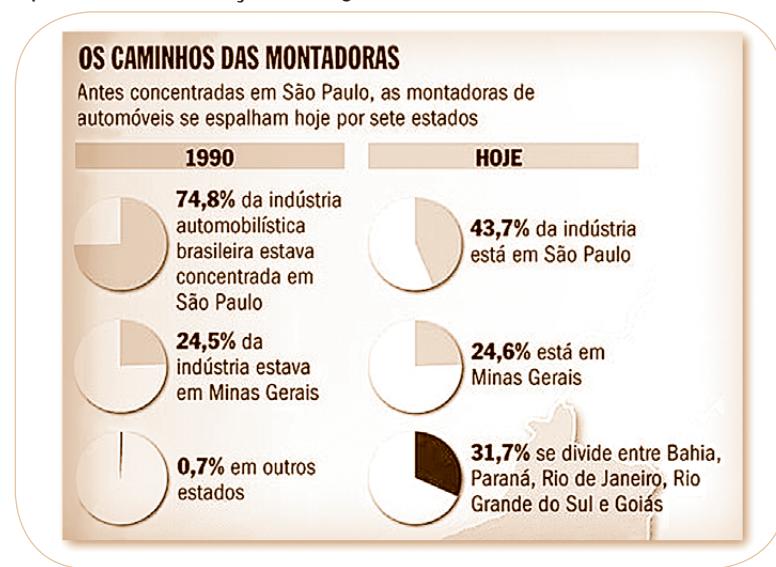
A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí foi inaugurada em 1867 e até 1946 foi chamada de *São Paulo Railway Company*. Ligava o município de Santos a Jundiaí, tendo como principal passagem a capital paulistana. Por mais de um século o trem de passageiros foi um dos principais meios de transportes entre a capital paulistana e a cidade de Santos.

Mas, que fatores levaram a essa imensa concentração da atividade industrial nos estados da região Sudeste? Foram vários, no entanto, destacamos os seguintes: em meio à expansão da lavoura cafeeira, as cidades existentes cresceram e muitas outras foram sendo criadas; a produção, que por muito tempo fora realizada pela mão de obra escrava, passou a ser implementada por trabalhadores livres (sobretudo os imigrantes italianos). Isso significava que podiam comprar produtos para o seu próprio consumo. Além disso, muitos desses trabalhadores livres vieram da Europa e estavam acostumados ao trabalho fabril, isto é, sabiam lidar com as máquinas industriais. Aliás, os imigrantes influenciaram fortemente a dinâmica econômica da cidade paulista. A maioria dos primeiros grandes industriais de São Paulo – como os Matarazzo e os Crespi - constituíram o grupo dos chamados “condes italianos”, cuja proeminência só foi ultrapassada com o correr dos anos.

A partir daí, foi-se constituindo um círculo: quanto mais aumentava o ritmo da produção agroexportadora e industrial, mais atrativa se tornava a economia nas grandes cidades do Sudeste, no que se referia a novos investimentos. A intervenção do estado também foi importante, concentrando a instalação das sedes das grandes empresas e dotando a região de uma densa malha de rodovias, como se todo o país convergisse para a região Sudeste.

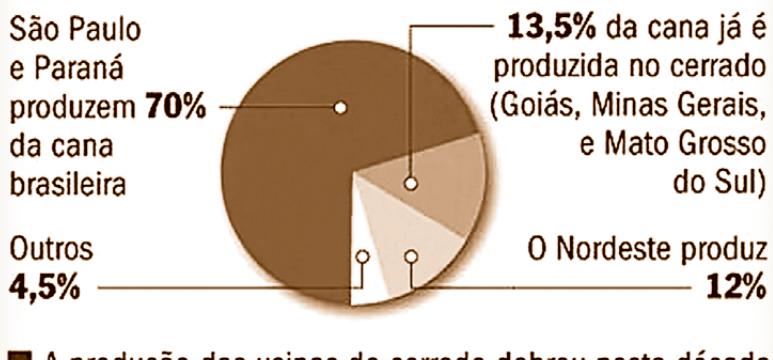
A centralização da região Sudeste também se dá no domínio na produção de tecnologia. Nesse aspecto, o estado de São Paulo concentra os tecnopólos – centros que reúnem, num mesmo lugar, diversas atividades de alta tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, empresas e universidades, centros de pesquisa etc. que facilitam os contatos pessoais entre esses meios e produzem efeitos de sinergia, de onde podem surgir inovações técnicas e novas ideias. Os tecnopólos concentram grande quantidade de mão de obra altamente qualificada e têm como objetivo a criação e melhoramento de produtos e técnicas. Esses produtos e técnicas serão, por sua vez, absorvidos pela indústria. Eles geralmente se organizam ao redor de universidades, que recebem subsídios do governo e de companhias privadas. Junto das universidades, surgem centros de pesquisas (sejam eles particulares ou governamentais), empresas e indústrias de ponta.

Mas, chamamos a sua atenção para o fenômeno da desconcentração, tanto intrarregional como interestadual, em São Paulo. Veja a seguir, como exemplo, o setor automobilístico e canavieiro expresso nas ilustrações a seguir:



Fonte: Revista Veja (2008, p. 99).

GEOGRAFIA DOS ENGENHOS



Fonte: Revista Veja (2008, p. 83).



Fonte: Revista Veja (2008, p. 82-83).

A região é centro econômico do país e, como vimos nas ilustrações anteriores, destaca-se pela dinâmica dos setores primário e terciário, pois a agricultura apresenta elevados níveis técnicos e de produtividade, com destaque para a produção de café, laranja, cana-de-açúcar e frutas. A mineração em Minas Gerais impulsiona sua economia. Nesse estado, localiza-se a serra do Espinhaço, estendendo-se desde as proximidades de Belo Horizonte até o vale do rio São Francisco, na porção central da Bahia. Nessa serra, encontramos as principais reservas minerais do Sudeste, destacando-se as de ferro e de manganês. É ali que se localiza o chamado Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, uma rica área mineral entre as cidades de Belo Horizonte, Santa Bárbara, Mariana e Congonhas.

No estado do Rio de Janeiro, destaca-se a extração de petróleo na bacia de Campos, levando o estado a ocupar a primeira posição na produção de petróleo do país. No setor terciário, as atividades financeiras, comerciais e de serviços traduzem a força econômica da região e de suas grandes metrópoles.

Entendeu a dinâmica histórica e econômica que caracteriza a região Sudeste? Vamos agora dar uma pausa e compreender essas questões respondendo a atividade a seguir. Logo após, continuaremos nossas discussões sobre a região.



Atividade 3

1

Elabore um resumo sobre o processo de ocupação e desenvolvimento da região Sudeste, enfocando as principais atividades econômicas que se destacaram nessa dinâmica.

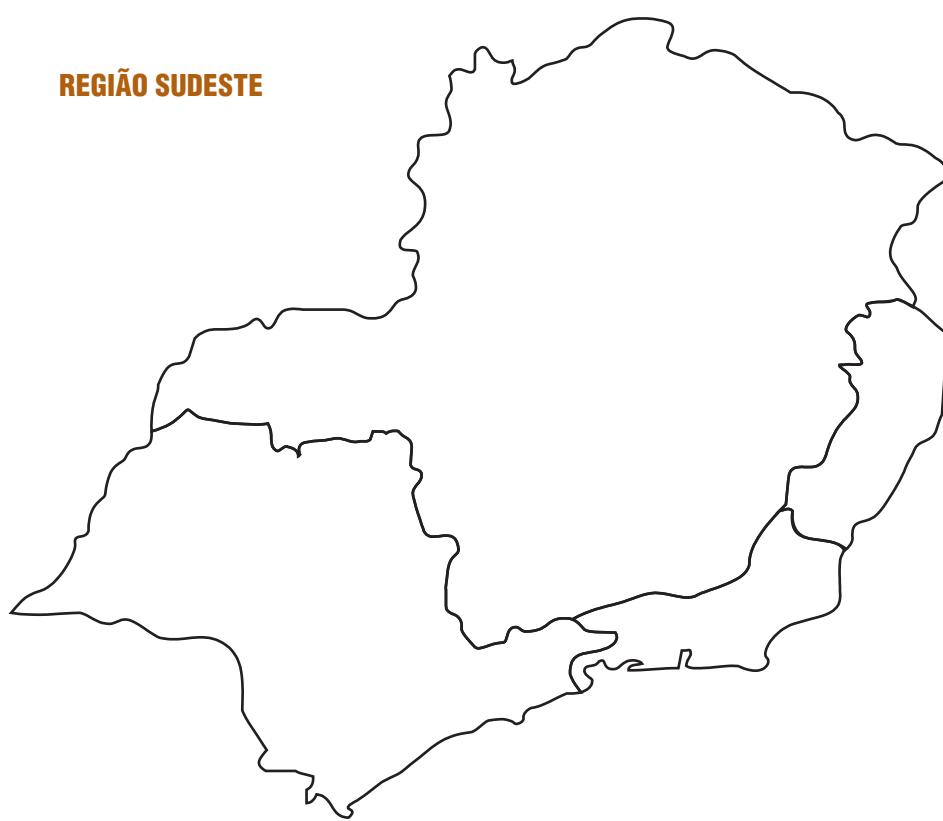
2

Explique a importância econômica das áreas denominadas de Quadrilátero Ferrífero, de tecnopolos e de ABCD paulista.

3

Localize, no mapa a seguir, as principais cidades e áreas da região Sudeste destacadas nessa parte da aula: os dois maiores centros urbanos da região, as cidades mineiras que se destacaram na época da mineração no século XVII, a atual área do Quadrilátero Ferrífero e as cidades que compõem o ABCD paulista.

REGIÃO SUDESTE



Fonte: <<http://www.santiagosiqueira.pro.br/mapas/brasil/sudeste.bmp>>. Acesso em: 29 out. 2009.

Uma das cinco unidades morfológicas que compõem o relevo de Minas Gerais, a Serra do Espinhaço, abriga as principais jazidas de ferro, manganês, bauxita e ouro do estado. Cadeia de montanhas com cerca de mil quilômetros de extensão e entre cinquenta e cem quilômetros de largura, a Serra do Espinhaço atravessa os estados de Minas Gerais e Bahia, na direção sul-norte, e serve de divisor entre os afluentes da margem direita do São Francisco e os rios que correm para o Atlântico. No território de Minas Gerais, a Serra do Espinhaço toma, entre outras, as denominações de Ouro Preto, Caraça, Itacambira, Grão-Mogol, Almas e Santo Antônio. Em seu prolongamento para o norte, já no território da Bahia, recebe o nome de Chapada Diamantina. Na Bahia ganha também denominações locais: Macaúbas, Sincorá, Orobó, Lençóis, Itiriba, Banca e Muribeca.

Períodos marcantes da História do Brasil tiveram como cenário os belos contornos da Serra do Espinhaço. O lugar serviu como via de acesso aos Bandeirantes que partiam de São Paulo em busca de ouro e pedras preciosas. Era através dos acidentados caminhos da serra que aqueles aventureiros buscavam acesso à Vila do Serro Frio (hoje município do Serro) até atingir o cobiçado Arraial do Tejucu, mais tarde batizado com o nome de Diamantina. Os depósitos de diamante da região da Serra do Espinhaço foram intensamente trabalhados no século XVIII. A descoberta de ouro no final do século XVII promoveu a fundação de pequenos núcleos populacionais na serra. A exploração mineral em Minas Gerais e sua cidade natal inspiraram o mineiro Carlos Drummond de Andrade a escrever o belo poema a seguir.

Confidência do Itabirano

Carlos Drummond de Andrade

Alguns anos vivi em Itabira.
Principalmente nasci em Itabira.
Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.
Noventa por cento de ferro nas calçadas.
Oitenta por cento de ferro nas almas.
E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.
A vontade de amar, que me paralisa o trabalho,
vem de Itabira, de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizontes.
E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,
é doce herança itabirana.
De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:
esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil,
este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;
este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;
este orgulho, esta cabeça baixa...
Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
Hoje sou funcionário público.
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói!

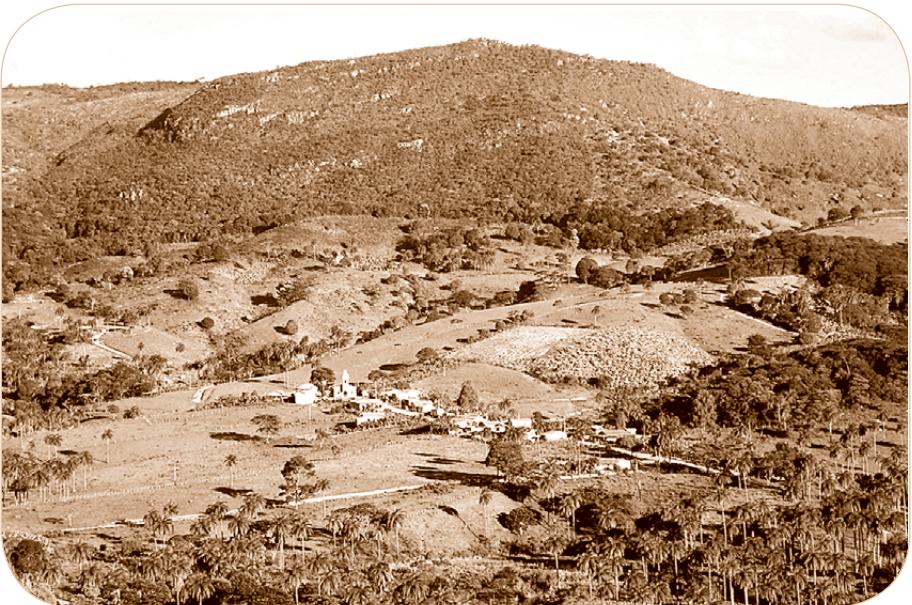


Figura 7 – Baú, vilarejo aos pés da Serra do Espinhaço

Fonte: <<http://static.panoramio.com/photos/original/7123077.jpg>>. Acesso em: 29 out. 2009.

As duas maiores cidades do país e da região, São Paulo e Rio de Janeiro, conseguiram tanto polarizar as principais decisões econômicas do país (exercendo, portanto, a gestão do território nacional) quanto, através de uma dinâmica econômica, atrair grandes contingentes populacionais a partir da segunda metade do século XX. Aliás, essas duas cidades firmam-se como metrópoles nacionais, formando a única megalópole existente no país. Corrêa (1996, p. 68-69) analisa esse papel das metrópoles na gestão do território e afirma que

Por concentrar a maior parte das sedes sociais das maiores corporações, a metrópole transforma-se, por excelência, em centro de gestão do território, ou seja, em centro de investimento e acumulação de capital, centro privilegiado do ciclo de reprodução do capital, onde se dá a gestão do processo de criação do valor e da criação, circulação e apropriação da mais-valia em amplo espaço geográfico. [...] Associadamente, na metrópole estão localizadas as principais instituições do Estado, assim como universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento, numerosas empresas de consultoria econômica, jurídica e técnica, empresas de marketing e poderosos conglomerados financeiros com suas próprias redes de agências e participação acionária em diversas empresas. Restaurantes e hotéis de luxo, centros de convenções, clubes e serviços sofisticados para os 'executivos do capital' também estão presentes na metrópole. Aeroportos com amplas ligações nacionais e internacionais garantem rápida e fácil acessibilidade.

Se é possível enquadramos no contexto assinalado as maiores cidades do Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, marcadamente apontamos a capital paulista como a nossa maior metrópole, espaço privilegiado da reprodução do capital e da gestão do território. Ora, é dessa forma que o Sudeste construiu suas relações com as demais regiões do país, produzindo não apenas a realidade econômica nacional, mas também a realidade social e cultural, influenciando

os fluxos migratórios, instigando as diferenças e os contrastes de desenvolvimento regional e fazendo parte das mazelas e dos sonhos do cidadão brasileiro. Discutiremos essas questões mais adiante, após respondermos a atividade a seguir.



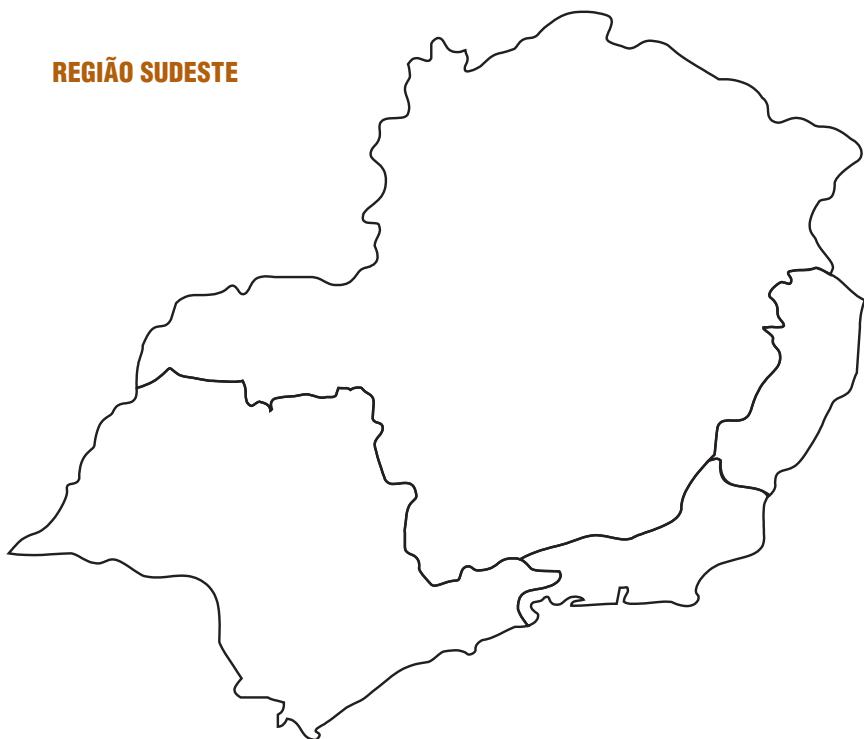
Atividade 4

1 Faça uma pesquisa sobre a dinâmica de circulação da região em estudo e, no mapa a seguir, localize:

- a)** primeiro, o Oceano Atlântico, os estados e suas capitais;
- b)** segundo, os principais portos da região, com destaque para o de Santos/SP;
- c)** terceiro, os principais aeroportos da região, com destaque para aqueles de São Paulo e Rio de Janeiro.

2 A dinâmica econômica da região em estudo se expressa pela sua capacidade industrial e pela crescente necessidade de energia elétrica. Tal fato, aliado às condições naturais da área, com predomínio de rios de planalto e clima chuvoso, incentivou a construção de grandes usinas hidrelétricas. Faça, então, uma pesquisa na internet e elenque as principais usinas hidrelétricas da região e sua localização.

REGIÃO SUDESTE



Fonte: <<http://www.santiagosiqueira.pro.br/mapas/brasil/sudeste.bmp>>. **Acesso em:** 29 out. 2009.

Realidade social e espacial

O avanço do processo de industrialização que atingiu principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em conjunto com problemas econômicos em outras regiões do país, incentivou um forte fluxo migratório para esses estados e suas capitais nas décadas de 60 e 70. Muitos nordestinos foram atraídos pelas indústrias dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, mais precisamente pela dinâmica vivenciada pelas capitais desses estados.

São Paulo e Rio de Janeiro tornaram-se cidades de migrantes, sendo a história, o sonho, a deceção desses indivíduos contada e recriada em nossas músicas e obras de arte, como na composição apresentada a seguir, do músico Belchior, que retrata das angústias do migrante nordestino ao chegar a cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo também destaca-se como a cidade com maior número de migrantes japoneses, italianos e portugueses do país, chegando a formar bairros com essas comunidades estrangeiras: bairro da Liberdade (japoneses), Bixiga e Braz (italianos) e Vila Olímpia (portugueses). Já no Rio de Janeiro temos a Feira de São Cristóvão, que surge da necessidade natural dos migrantes nordestinos se encontrarem consigo mesmos através da sua cultura (música, poesia, gastronomia, conterrâneos etc.).

Fotografia 3x4

Composição: Belchior

Eu me lembro muito bem do dia em que eu cheguei
Jovem que desce do norte pra cidade grande
Os pés cansados e feridos de andar léguas tirana...nana
E lágrima nos olhos de ler o Pessoal
e de ver o verde da cana..
Em cada esquina que eu passava
um guarda me parava, pedia os meus documentos e depois
sorria, examinando o trés-por-quatro da fotografia
e estranhando o nome do lugar de onde eu vinha.
Pois o que pesa no norte, pela lei da gravidade,
disso Newton já sabia! Cai no sul grande cidade
São Paulo violento, Corre o rio que me engana..
Copacabana, zona norte
e os cabarés da Lapa onde eu morei
Mesmo vivendo assim, não me esqueci de amar
que o homem é pra mulher e o coração pra gente dar,
mas a mulher, a mulher que eu amei
não pode me seguir não
esses casos de família e de dinheiro eu nunca entendi bem

Veloso, o sol não é tão bonito pra quem vem
do norte e vai viver na rua
A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia
e pela dor eu descobri o poder da alegria
e a certeza de que tenho coisas novas
coisas novas pra dizer
a minha história é... talvez
é talvez igual a tua, jovem que desceu do norte
que no sul viveu na rua
e que ficou desnorteado, como é comum no seu tempo
e que ficou desapontado, como é comum no seu tempo
e que ficou apaixonado e violento como, como você
Eu sou como você. Eu sou como você. Eu sou como você
que me ouve agora. Eu sou como você. Como você.

Essa dinâmica de produção do espaço marca até os dias atuais as formas espaciais dessas cidades, e como processo capitalista contraditório e excludente produz um espaço de diferenças econômicas e sociais, conforme evidenciam as imagens a seguir da cidade do Rio de Janeiro.

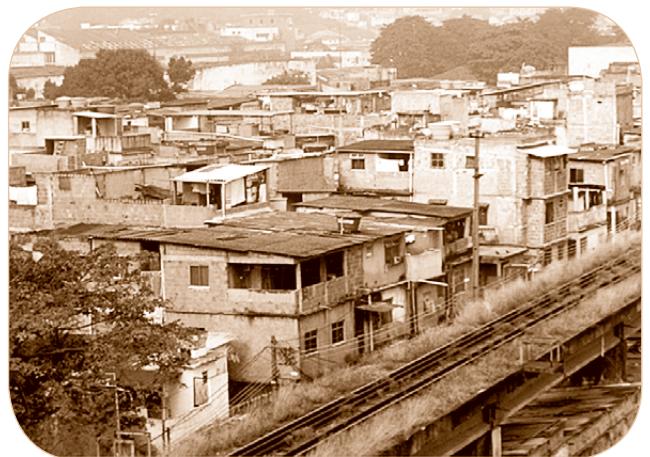
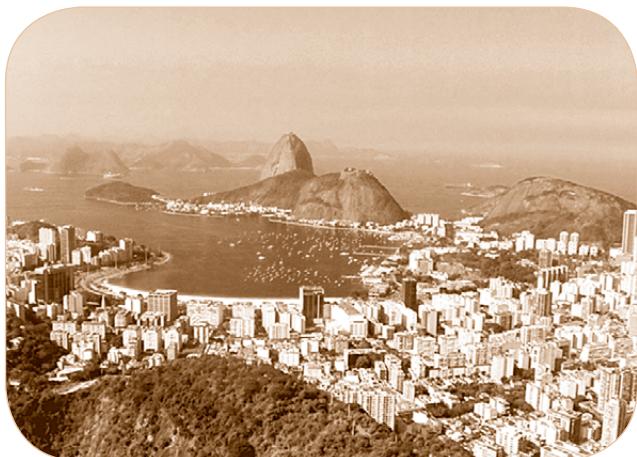


Figura 8 – Contrastes espaciais da cidade do Rio de Janeiro - a cidade maravilhosa também é a cidade excludente e desigual

As favelas aparecem como resultado desse processo contraditório e excludente de produção do espaço, marcando a geografia das cidades no mundo, no Brasil e na região Sudeste. Caracterizada como uma forma de ocupação irregular e ilegal do ponto de vista da legislação urbana, as favelas são marcadas pelas precárias condições de habitação e saneamento, de cidadãos que, não tendo onde morar, ocupam as áreas menos valorizadas, como as periferias dos grandes centros urbanos, e mais suscetíveis a problemas como deslizamentos e enchentes. Ao morador da favela, falta o usufruto dos direitos de ser cidadão: alimentação, educação, saúde, saneamento básico, além da infraestrutura ligada ao transporte e comunicação.

Segundo o documento O Estado das Cidades do Mundo 2006-2007, elaborado pelo programa Habitat, da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de moradores das favelas do Brasil deve chegar a 55 milhões até 2020, sendo que, apesar do número alto, a taxa de crescimento das favelas no país encontra-se estável em 0,34%. Apesar disso, ressalta o documento, persistem as péssimas condições de vida e o preconceito em relação ao favelado. Esse passa mais fome, tem menos educação, menos chance de conseguir emprego no setor formal e sofre mais com doenças que o restante da população das cidades (BBC Brasil, 2009, extraído da Internet). Na região Sudeste, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro são marcadas espacialmente pela presença das favelas, espaços que sinalizam as contradições do modelo de desenvolvimento econômico da região e do próprio país.

Você sabia que estudos do Instituto Pereira Passos (fev./2009) revelaram que a Rocinha, no Rio de Janeiro, não é mais a maior favela do Brasil? Agora, o posto é ocupado pela favela Fazenda Coqueiro, em Senador Camará, na Zona Oeste do estado. O lugar tem 1.095.094 m² contra os 865.032 m² da Rocinha. A Rocinha também perdeu a segunda posição. O lugar é da favela Nova Cidade, em Inhoaíba, Zona Oeste, que tem 933.162 m². A Fazenda Coqueiro surgiu em 1950, através de uma ocupação irregular. Segundo o Censo realizado em 2000, 16 mil moradores habitam a Fazenda Coqueiro.

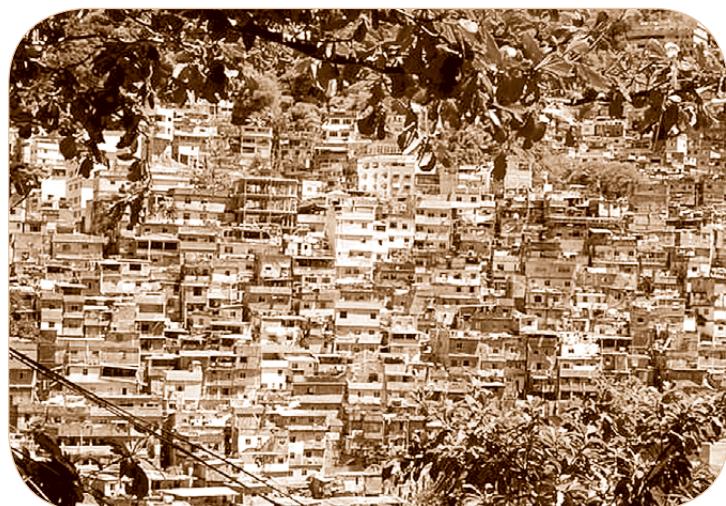


Figura 9 – Favela da Rocinha, Rio de Janeiro/RJ

Fonte: <<http://img2.travelblog.org/Photos/8143/33770/f/171232-Rocinha-Favela-0.jpg>>. **Acesso em:** 29 out. 2009.

E quanto aos aspectos qualitativos referentes à realidade econômica e social da região Sudeste? Observemos o quadro a seguir. Ele retrata dados relativos tanto à região Sudeste quanto às regiões anteriormente estudadas: Nordeste, Norte e Centro-Oeste, ajudando-nos a entender e comparar a realidade das referidas regiões.

Crescimento demográfico ¹	Mortalidade infantil ²	Analfabetismo ³	IDH	Participação no PIB
REGIÃO SUDESTE				
1,4%	18,3	6,5%	0,857	54,9%
REGIÃO NORDESTE				
1,2%	36,9	21,9%	0,608	14,1%
REGIÃO NORTE				
2,3%	25,8	11,5%	0,727	5,3%
REGIÃO CENTRO-OESTE				
2%	19,5	8,9%	0,848	7,5%

Nota: ¹ (2000-2007); ² por mil nascidos vivos (2006); ³ (2006).

Quadro 2 – Aspectos sociais e econômicos das regiões Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Fonte: IBGE.

Quais conclusões poderíamos formular após observar os dados do Quadro 2? Em termos de crescimento populacional, notamos que a região Sudeste apresenta um dos baixos índices, tendo um percentual maior apenas que a região Nordeste. Tal fato pode ser explicado pela crescente e contemporânea dinâmica verificada nas regiões Norte e Centro-Oeste, áreas de expansão econômica, conforme estudamos em nossas aulas anteriores. Em relação aos demais dados, notamos que a região em estudo nesta aula apresenta melhores índices que as demais, o que em termos de dados qualitativos exprime a possibilidade da área oferecer uma melhor qualidade de vida a sua população. Como sabemos que tais indicadores referem-se a médias estatísticas, esses são dados que não conseguem revelar o drama social de parcelas da população da região e de suas grandes cidades porque ocultam o intenso processo de concentração da renda.

Mas, o que salta aos olhos, com certeza, é a participação da região na constituição do PIB nacional, demonstrando o peso e a dinâmica da sua economia, o que, consequentemente, explica a capacidade de polarização dessa região em relação às demais do país, conforme já discutimos nesta aula. Agora que traçamos um perfil da realidade social e espacial da região Sudeste, façamos a atividade proposta a seguir.



Atividade 5

1

Faça uma pesquisa e elabore um resumo sobre os principais problemas sociais e espaciais das duas principais cidades da região Sudeste: São Paulo e Rio de Janeiro.

2

Na sua opinião, haveria como evitar o surgimento das favelas? Como? E ainda haveria como conter o seu crescimento? De que maneira?

3

Dirija-se ao seu polo de ensino e acesse, na internet, os seguintes endereços de universidades em Campinas (SP). Explore seus *links*, conheça seus cursos de graduação e pós-graduação e suas pesquisas. Assim, você entenderá a importância da pesquisa e da educação com ênfase majoritariamente na área tecnológica, numa região que possui tecnopólos próximos às universidades e centros de pesquisa.

a) <http://www.unicamp.br/unicamp/>

b) <http://www.puccamp.br/>

Resumo

Nesta aula, você conheceu sucintamente uma importante região para o país – a região Sudeste. Você entendeu que a sua importância se dá desde a sua formação socioeconômica até aos dias atuais. Além disso, você estudou que nela estão concentradas a maior quantidade de indústrias do Brasil, as sedes das grandes empresas financeiras, os centros de pesquisas e ensino das maiores universidades e os maiores contingentes populacionais urbanos. E, consequentemente, você compreendeu que nessa região assumem maior dimensão os graves problemas da sociedade brasileira: concentração de renda e graves problemas urbanos, como a falta de moradias expressa pelo grande número de favelas. Dessa forma, você notou que a grandiosidade da região e suas fragilidades foram os temas explorados nas análises desta aula.

Autoavaliação

1

Explique o processo de ocupação e desenvolvimento da região Sudeste a partir das seguintes atividades econômicas: a mineração no século XVII, o cafeicultura e o processo de industrialização.

2

Elenque os principais fatores que impulsionaram o processo de industrialização da região Sudeste.

3

O que são os tecnopolos? Onde eles se localizam?

4

Tendo como base os indicadores sociais mostrados no Quadro 2, explique o posicionamento dos dados da região Sudeste em relação às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Referências

ATLAS National Geographic: Brasil. São Paulo: fevereiro, 2008. (Abril Coleções, v 2 – Brasil).

BBC Brasil. ONU: Brasil terá 55 milhões vivendo em favelas até 2020. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=182>. Acesso em: 29 out. 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Metrópoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil:** questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil:** excertos da Revista Brasileira de Geografia. Ilustrações de Percy Lau. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963. Edição comemorativa da I Semana da Geografia.

REVISTA VEJA, ed. 2070, ano 41, n. 29, 23 jul. 2008.

Anotações

Anotações

Anotações

Sul

Aula

12



Apresentação

Bem-vindo, caro(a) aluno(a), à Aula 12 da disciplina Geografia Regional do Brasil. Chegamos ao final – este é nosso último encontro da disciplina. Nesta aula, refletiremos acerca dos diversos aspectos que caracterizam a região Sul do país. Estudaremos as principais origens de sua formação étnica, as suas características político-administrativas, naturais, econômicas, demográficas e sociais. Trata-se de uma região do país recheada de particularidades advindas do expressivo contingente de migrantes vindos principalmente de diversos países europeus, como Alemanha, Holanda e Itália; daí essa temática, dentre outras, ocupar um maior espaço nas nossas discussões a seguir. A região também se diferencia das demais estudadas pelas suas condições climáticas – baixas temperaturas e, nos últimos anos, a manifestação de tornados. Vamos ao nosso último encontro da disciplina através das trilhas da região Sul do Brasil.

Objetivos

- 1** Caracterizar a região Sul em seus aspectos demográficos, geo-históricos, culturais, ambientais, econômicos e sociais.
- 2** Identificar a diversidade e os contrastes dos aspectos humanos e físicos da região.
- 3** Contextualizar os aspectos geoeconômicos da região em nível nacional.



Apresentando a região Sul

Prosseguindo em nossas discussões sobre as Macrorregiões do país, refletiremos sobre a realidade da região Sul. Você com certeza já deve conhecer um pouco da realidade contemporânea dessa região, visto que suas cidades, seus problemas, suas festas, suas tradições, seu moderno parque industrial, sua desenvolvida atividade agropecuária, suas contradições entre a modernidade e a permanência de práticas tradicionais, seus indicadores sociais, sua fartura no campo e a pobreza urbana e rural expressa nas estatísticas dos órgãos oficiais são todos aspectos que podem ser explicados e compreendidos quando conhecemos sua formação étnica, econômica, política. Mas, antes de continuarmos nosso diálogo sobre essa região, indagamos: que temas ou imagens lhe vêm à cabeça quando falamos em região Sul? Para conversarmos sobre essa questão, atente para os desenhos feitos por Percy Lau, caracterizando a região e responda a atividade proposta.

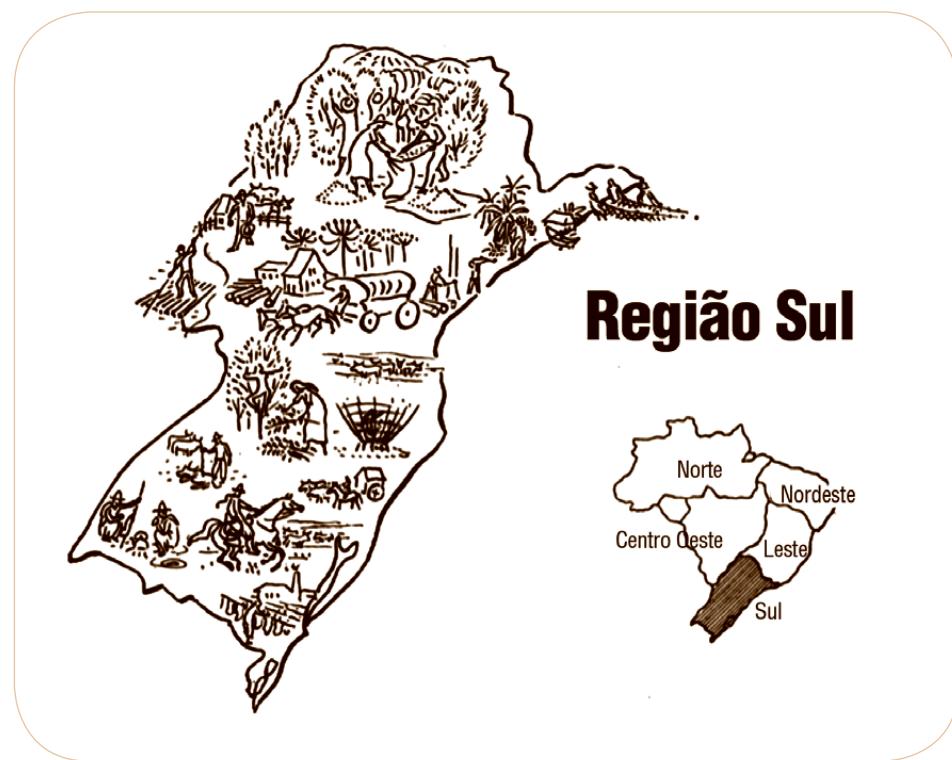


Figura 1 – Região Sul

Fonte: Desenho de Percy Lau (apud IBGE, 1963, p.299).



Figura 2 – Carroças coloniais do Sul

Fonte: Desenho de Percy Lau (apud IBGE, 1963, p.231).



Figura 3 – O gaúcho

Fonte: Desenho de Percy Lau (apud IBGE, 1963, p. 381).



Atividade 1

1

Quais principais aspectos da região Sul são retratados nas figuras anteriores?

2

Tais aspectos ainda estão presentes na região, ou seja, ainda fazem parte da realidade local? Por quê?

3

Quais aspectos da realidade atual da região Sul que não foram mostrados nas figuras você destacaria?

O mapa

Mário Quintana
Apontamentos de História Sobrenatural (1976)

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(É nem que fosse meu corpo!)
Sinto uma dor esquisita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...
Há tanta esquina esquisita
Tanta nuança de paredes
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)
Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada,
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso
Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar
Suave mistério amoroso
Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)
E talvez de meu repouso...



O escritor **Mário de Miranda Quintana** nasceu na cidade de Alegrete (RS), no dia 30 de julho de 1906. Mário Quintana foi um importante escritor, jornalista e poeta gaúcho. Trabalhou também como tradutor de importantes obras literárias. Com um tom irônico, escreveu diversos poemas sobre as coisas simples da vida, porém buscando sempre a perfeição técnica. Faleceu na capital gaúcha no dia 5 de maio de 1994, deixando uma herança de grande valor em obras literárias.

Conhecendo e delimitando a região

O Brasil, afinal, termina ou começa em seu extremo mais ao sul ou meridional? A resposta depende do ponto de vista. E do ponto de partida, claro. Se o começo da jornada for a primeira página desta aula, você desconfiará que sim, era mais ou menos aqui que o Brasil terminava... e além do mais, essa é a nossa última aula. Mas, se seguir em frente, ao sabor das páginas, descobrirá que talvez seja o começo, pois muita coisa iniciou nessa região. Vamos lá, iniciemos as investigações sobre a região Sul: Quantas são e quais são as unidades da federação que formam essa região? Quais suas principais características em termos de área e população? A fim de responder tais questões, ressaltamos que na atualidade a região Sul é composta por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apresentamos as características desses estados no quadro a seguir:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CAPITAL	ÁREA (km^2)	Número de Municípios	População Estimada 2007
PARANÁ (PR)	CURITIBA	199.314,850	399	10.284.503
SANTA CATARINA (SC)	FLORIANÓPOLIS	95.346,181	293	5.866.252
RIO GRANDE DO SUL (RS)	PORTO ALEGRE	281.748,538	496	10.582.840
TOTAL		576.409,569	1.188	26.733.595

Quadro 1 – Informações gerais sobre a região Sul

Fonte: IBGE.

Observe com atenção o Quadro 1. O que lhe chama mais a atenção? Seria a extensa área do estado do Rio Grande do Sul? O pequeno número de habitantes do estado de Santa Catarina? Ou o fato dos estados sulistas terem uma significativa fragmentação territorial, com expressivo número de municípios? Buscando um melhor entendimento do significado desses dados, façamos um exercício comparativo entre essa região e a Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, estudadas em aulas anteriores.

Podemos notar que, em termos de divisão política, a região Sul possui apenas três estados, sendo a Macrorregião de menor número de unidades políticas do país. Comparando a área territorial das cinco regiões, percebemos que enquanto a região Nordeste abrange 1.554.257,00 km^2 , a Norte 3.853.328,229 km^2 , a Centro-Oeste 1.606.371,505 km^2 e a Sudeste 922.511,292 km^2 , a Sul apresenta apenas 576.409,569 km^2 , sendo, então, dentre as cinco, a de menor extensão territorial.

Por outro lado, em termos de população absoluta, nossa região em estudo nesta aula ocupa o terceiro lugar frente às demais Macrorregiões, pois enquanto no Sudeste residem

77.873.120 indivíduos e no Nordeste vivem 51.534.406 pessoas, no Sul há um total de 26.733.595 habitantes. Assim, se considerarmos os 14.623.316 habitantes da região Norte e 13.222.854 do Centro-Oeste, a Macrorregião Sul ocupa o terceiro lugar em termos populacionais. Tal fato demonstra que mesmo não tendo uma área territorial significativa – é a menor Macrorregião do país – essa região apresenta uma população absoluta mais alta que duas regiões. Ou seja, a densidade demográfica da região Sul é elevada, o que pode ser verificado no gráfico da Figura 2, estudada anteriormente na Aula 11 (Sudeste) sobre a região Sudeste. Em nossas discussões e observando o gráfico citado, podemos perceber que, dentre as Macrorregiões do país, a região Norte era a menos densa, com 3,4 hab/km²; a região Sudeste a mais densa, com 78,2 hab/km², e a região Sul aparecia em segundo lugar, com 46,4 hab/km².

Pensemos, agora, a região Sul em termos espaciais. Para isso, observe a figura a seguir, que apresenta as unidades políticas que a compõem.

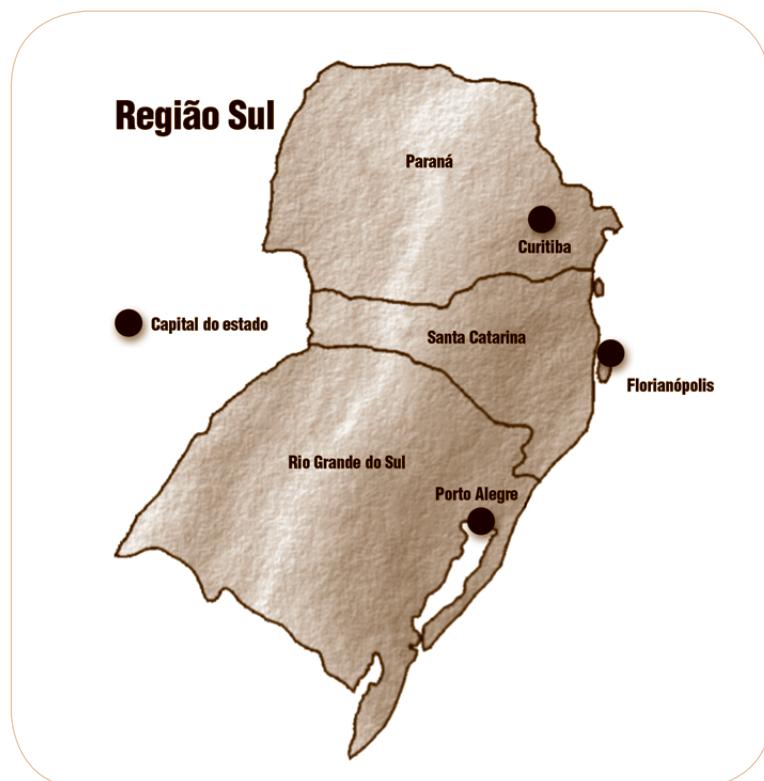


Figura 4 – Região Sul e suas unidades políticas

Fonte: <<http://www.mochileiro.tur.br/reg%20sul%20mapa.jpg>>. **Acesso em:** 18 dez. 2009.

Observando a figura anterior, que delimita a região Sul, percebemos uma Macrorregião composta por apenas três estados. Todos esses estados são banhados pelo Oceano Atlântico? Mas, e as capitais dos estados dessa região? São cidades litorâneas ou não? E será que essa região faz fronteira com outros países da América do Sul, como as regiões Norte e Centro-Oeste? Para descobrir as respostas desses questionamentos, faça a atividade a seguir.



Atividade 2

- 1** Localize no mapa a seguir da América do Sul a área litorânea do Brasil, indicando de azul o Oceano Atlântico.
- 2** Depois, localize e pinte os estados que compõem a região Sul.
- 3** Localize também e escreva no próprio mapa os nomes das capitais dos estados da região em estudo. Todas são cidades litorâneas? Em caso negativo, quais não são?
- 4** A seguir, observe as áreas limites dessa região. Notou que a região Sul se delimita com outras regiões brasileiras? E que também faz fronteira com outros países da América do Sul? Pois bem, escreva no próprio mapa os nomes das Macrorregiões do país que se limitam com a região em estudo e marque os países fronteiriços com essa região.



Fonte: <http://www.wamadiagnostica.com.br/assist/pf/images/mapa_brasil_americas_do_sul.gif>. Acesso em: 18 dez. 2009.

Após concluir a atividade, você deve ter percebido peculiaridades dessa região. Ela faz fronteira com três países latino-americanos: Paraguai, Argentina e Uruguai; possui duas capitais litorâneas, Florianópolis e Porto Alegre, e uma interiorana, Curitiba, e todos os seus estados têm saída para o mar. Tais fatos têm repercussão na constituição da realidade da região, visto que, por exemplo, a área de fronteira é uma importante área estratégica para o país, envolvendo o uso de recursos naturais por diferentes países. Além disso, o fato de todos os estados serem litorâneos, em comunhão com o processo histórico de desenvolvimento da área – questão que veremos mais adiante – torna a costa uma importante área de escoamento da produção econômica da região e do próprio país, com a construção de destacados portos, como atesta a figura a seguir.

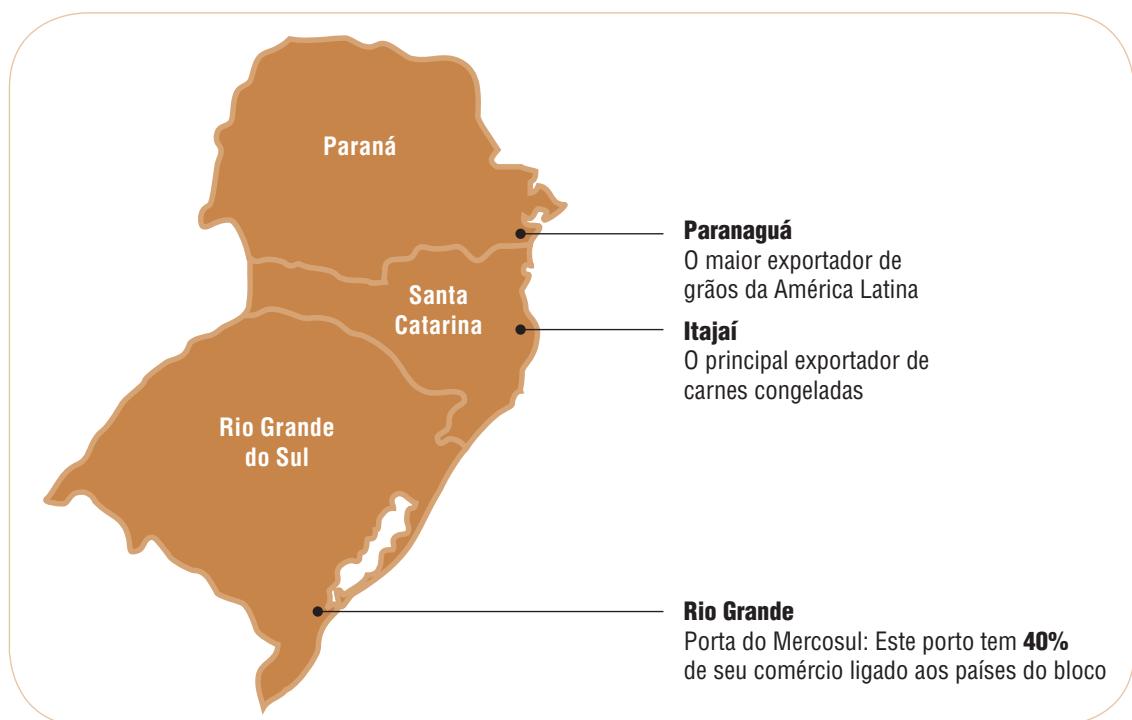


Figura 5 – Principais portos da região Sul

Fonte: Revista Veja (ed. 2070, ano 41, n. 29, p. 102, 23 jul. 2008).

A atividade portuária da região Sul é de grande importância para o país. A região é o canal, a porta de entrada de circulação e de comércio do Brasil com os demais países do bloco econômico do MERCOSUL.

Mas, muitas outras particularidades marcam a realidade natural, social e econômica da região Sul, sendo também alvo de nossa discussão. Vejamos bem, um interessante conjunto de particularidades diz respeito aos indicadores sociais e econômicos da região. Para essa investigação, observemos com atenção o quadro a seguir, que apresenta aspectos sociais e econômicos da realidade sulista e das demais Macrorregiões do país.

Crescimento demográfico ¹	Mortalidade infantil ²	Analfabetismo ³	IDH	Participação no PIB
REGIÃO SUL				
1,3%	16,7	5,7%	0,860	18,2%
REGIÃO SUDESTE				
1,4%	18,3	6,5%	0,857	54,9%
REGIÃO NORDESTE				
1,2%	36,9	21,9%	0,608	14,1%
REGIÃO NORTE				
2,3%	25,8	11,5%	0,727	5,3%
REGIÃO CENTRO-OESTE				
2%	19,5	8,9%	0,848	7,5%

Nota: ¹(2000-2007); ²por mil nascidos vivos (2006); ³(2006).

Quadro 2 – Aspectos sociais e econômicos das regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste

Fonte: IBGE.

Quais conclusões poderíamos formular após observar os dados do Quadro 2? A região Sul certamente destaca-se dentre as demais, pois ela ocupa uma posição de ponta em todos os indicadores expressos no Quadro. Ora, a região Sul é a que apresenta o menor crescimento demográfico do país e também a menor taxa de mortalidade e de analfabetismo. Se compararmos com a região Nordeste, a mortalidade infantil na região é o dobro da região Sul, e o analfabetismo na região Nordeste é três vezes maior que na região Sul. Quanto ao índice de desenvolvimento humano, a região Sul apresenta o melhor índice dentre as demais regiões; por último, em relação ao PIB, a região ocupa a segunda posição dentre cinco regiões.

Ou seja, analisando o conjunto, a região Sul realmente possui bons indicadores sociais e demográficos. Interessante, não? Cabe uma investigação, não acha? Fizemos ainda outras pesquisas e descobrimos diversos destaques positivos referentes às cidades da região Sul: vejamos, por exemplo, as **cidades que são número 1 no Brasil**.

A mais segura



Cidades que são número 1 no Brasil

Informações extraídas da Revista Veja, ed. 2070, ano 41, n. 29, p. 110-115, 23 jul. 2008.

Os índices de criminalidade de **Maringá**, no noroeste paranaense, são comparáveis aos de Amsterdã, a capital da Holanda. Sua taxa de homicídios é de 7,9 para cada 100.000 pessoas. No resto do país, alcança 35,5. A cidade venceu o crime ao criar um canal permanente de comunicação entre a polícia e a sociedade, que, hoje, paga diretamente algumas das despesas da corporação.

A maior produtora de energia eólica

A cidade gaúcha de **Osório** é assolada por ventos abundantes. Transformou o que seria um problema em solução. Seus 75 cata-ventos formam o maior parque eólico da América Latina, fornecendo energia a seus 40.000 habitantes e a mais 650.000 em Porto Alegre.

A maior fabricante mundial de etiquetas

Com uma produção local de 200 toneladas mensais, **Blumenau**, em Santa Catarina, é a líder mundial na produção de etiquetas. O volume produzido no município é suficiente para “etiquetar” meio bilhão de peças por mês. O segmento fatura cerca de 500 milhões de reais por ano.

A mais alfabetizada

Menos de 1% da população com mais de 15 anos de **São João do Oeste**, no oeste catarinense, é analfabeto. A taxa é semelhante à do Japão. A erradicação do analfabetismo deve-se ao empenho de padres de origem alemã, que construíram uma igreja e uma escola na cidade logo que a região foi povoada, nos anos 30.

Onde mais se lê

Os habitantes da gaúcha **Passo Fundo** leem, em média, 6,5 livros por ano – um índice próximo ao francês e mais de três vezes superior ao brasileiro. Para alardear o feito, a prefeitura inaugurou em março de 2008 um monumento de metal de 13 metros de altura chamado Árvore das Letras.

O melhor sistema de saúde

Santa Cruz do Sul é mais conhecida como a capital do fumo. No nordeste gaúcho, a cidade abriga o maior complexo beneficiador de fumo da América Latina. No entanto, gasta 30% do seu orçamento com saúde. A cobertura do sistema público alcança 90% da população, muito acima do padrão de 25% recomendado pela Organização Mundial de Saúde.

Notou a interessante realidade social e econômica da região Sul? Mas, quais fatos ou processos explicam a constituição dessa realidade? Precisamos atentar para esse questionamento. É o que faremos no item seguinte de nossa aula. Antes, porém, façamos a atividade proposta.



Atividade 3

1

Elabore uma lista com as Macrorregiões do país dispostas em ordem crescente: da maior para a menor em termos de área territorial, de população e de crescimento demográfico.

2

Em sua opinião, quais aspectos da realidade dos setores de Saúde e Educação justificam os bons indicadores sociais quanto à mortalidade infantil e à taxa de analfabetismo, por exemplo, da região Sul na atualidade?

3

Os indicadores sociais e demográficos da região Sul, em comparação com as demais regiões do país, são bons. A que você atribui tal diferença?

4

Dirija-se à sede do seu polo de ensino, acesse a internet e visite o endereço eletrônico a seguir. Nele, você conhecerá a distribuição espacial da população segundo cor ou raça, pretos e pardos, do país de acordo com o censo realizado pelo IBGE (2000): <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/mapas_murais/brasil_pretos_pardos.pdf>

De acordo com os indicadores sobre cor ou raça identificados e especializados no mapa do IBGE, a região Sul é a que apresenta a menor concentração de pretos e pardos, enquanto as regiões Norte e Nordeste possuem as maiores concentrações. A que você atribui tal situação?

Imigração: um marco regional nacional

A região Sul do Brasil, segundo o censo realizado pelo IBGE (2000), é a região com a menor quantidade de pretos e/ou pardos. Essa é uma informação importante quando investigamos a origem étnica da maioria da população dessa região. Certamente, a imigração europeia para a região poderá em muito explicar esse indicador racial-demográfico.

Os monarcas brasileiros trataram de atrair imigrantes para a região Sul do país, oferecendo-lhes lotes de terra para que se estabelecessem como pequenos proprietários agrícolas. Os primeiros a chegarem foram os alemães e, a partir de 1870, os italianos, duas etnias que se tornaram majoritárias nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os alemães chegaram logo após a Independência, dentro de um programa de colonização

idealizado pelo governo brasileiro, que visava o desenvolvimento da agricultura e a ocupação do território no Sul do País. A primeira colônia alemã foi fundada em 1824, com o nome de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, numa área de terras públicas do Vale do Rio dos Sinos. Em algumas situações, até 1927, a imigração foi, por vezes, subsidiada. O subsídio consistiu no fornecimento de passagens marítimas para o grupo familiar e o transporte para as fazendas, sendo uma forma de atrair imigrantes pobres para um país cujo clima e condições sanitárias não eram atraentes.

A região geográfica das colônias

A escarpa da serra gaúcha é conhecida como a região das colônias. O nome origina-se do processo de ocupação, baseado no assentamento de famílias de imigrantes alemães. A vinda desses imigrantes fazia parte de um projeto de colonização levado a cabo pelo império brasileiro. Waibel (1954, p.70) observa que "...na década de 1820 estabeleceram-se as primeiras colônias alemãs no sul do Brasil, todas em lugares onde os caminhos de tropa e de gado entravam na selva e dela saíam". O processo intensificou-se a partir de 1875, quando foram assentados em Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, colônias que haviam sido criadas entre 1870 e 1871, junto a afluentes do alto curso do rio Taquari (WAIBEL, 1954, p. 73). Parte dos descendentes de imigrantes, que migraram em busca de terras disponíveis em outras áreas, foram se instalar no território de Santa Catarina e sul do Paraná.

Também é importante destacar o relativo isolamento em que permaneceram, durante algum tempo, os primeiros imigrantes alemães que se estabeleceram na serra gaúcha. Como se tratava de uma área de difícil acesso, ainda não incorporada à dinâmica produtiva da região e com ocorrência de ataques indígenas, a falta de assistência do império brasileiro teve impactos prolongados sobre os imigrantes. Eles permaneceram falando e ensinando o alemão a seus filhos. Eram os imigrantes que construíam suas escolas e providenciavam professores. Poucas localidades recebiam assistência religiosa, e a presença do estado brasileiro só se fazia sentir nos períodos de conflitos armados, em que os alemães eram convocados a lutar (mesmo que não dispusessem de equipamentos e sequer falassem o português) e para a cobrança de impostos.



A urbanização, a industrialização e a demografia da região

Na região Sul, os imigrantes se vincularam à produção do trigo, do vinho e às atividades industriais; em São Paulo, impulsionaram o desenvolvimento industrial e o comércio (lembre-se: você estudou na Aula 3 – IBGE: Macrorregiões ou Grandes Regiões – que o estado de São Paulo integrava a região Sul nas décadas de 1920 a 1960). Nessas áreas, foi transformada também a paisagem cultural, valorizando a ética do trabalho, introduzindo novos padrões alimentares e modificando a Língua Portuguesa local, que ganhou palavras novas e um sotaque peculiar. Os imigrantes europeus influenciaram a formação étnica do povo brasileiro, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul do País.

Tratando especificamente da imigração alemã para a região Sul do Brasil, durante quase todo o período de duração do fluxo imigratório (entre 1824 e 1937), a imigração alemã caracterizou-se pela participação contínua no processo de colonização em frentes pioneiras – compartilhada por outros imigrantes europeus, sobretudo, italianos, resultando na formação de um **campesinato** de pequenos proprietários. Certamente, esse processo tem relação ainda hoje com a taxa de urbanização relativamente inferior em comparação com as demais regiões do país, pois a região Sul, apesar de contar com o terceiro maior contingente populacional do país – cerca de 27 milhões de habitantes – e uma economia vigorosa, também baseada na agropecuária, apresenta um índice mais baixo de urbanização. Como exemplo, veja o gráfico da Figura 6 referente ao estado do Paraná. Isso se explica devido ao modo como as atividades econômicas se desenvolveram na região. A pequena propriedade e o trabalho familiar foram as características essenciais do modelo de produção agrícola na região, o que ajudou a fixar as populações no campo.



Campesinato

Classe ou grupo social de base familiar formado por camponeses, pequenos proprietários de terras e trabalhadores.

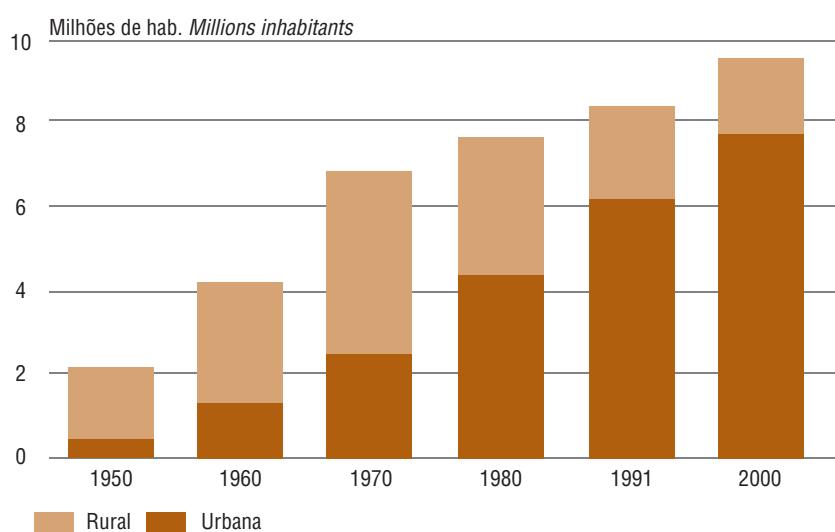


Figura 6 – Estado do Paraná – população total (1950/2000)

Fonte: IBGE

Nesse processo, os alemães e seus descendentes ajudaram a ocupar as terras públicas dos três estados do Sul através da fundação de inúmeras colônias, concentradas na região Noroeste de Santa Catarina, no planalto setentrional ou norte do Rio Grande do Sul até o rio Uruguai, no planalto paranaense e em alguns vales de rios, como o Sinos, Jacuí, Taquari e Caí, no Rio Grande do Sul, e Itajaí, em Santa Catarina. Entre as colônias mais conhecidas estão aquelas que passaram por um processo de desenvolvimento econômico com a industrialização, caso de Blumenau, Joinville e Brusque, em Santa Catarina, e São Leopoldo, Novo Hamburgo e Ijuí, no Rio Grande do Sul, para citar alguns exemplos. Já os italianos fundaram cidades como Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves.

Essas regiões apresentam identidade fortemente constituída, seja em função de um quadro natural contrastante, seja pela especificidade do processo de apropriação do território ou pela combinação de vários elementos históricos e naturais que viabilizaram uma ocupação econômica de longa duração; assim sendo, essa identidade imprimiu marcas profundas e duradouras na paisagem, definidas por Santos (1992) como rugosidades espaciais. Lembramos que devemos levar em conta que a identidade é um dos elementos centrais na construção da cidadania, e que o reconhecimento dessa identidade passa necessariamente pela visibilidade que dela se tem no conjunto da nacionalidade.



Fonte: <<http://www.terrabrasileira.net/folclore/regioes/sul/sul.html>>. Acesso em: 18 dez. 2009

Observou a figura? Ela destaca aspectos referentes à cultura da região Sul. Esses aspectos realçam elementos da economia, da religião e da cultura sulista, marcando os traços do imigrante europeu na realidade regional.

Quanto às culturas agrícolas, além de alguns produtos tradicionais, como feijão, milho e mandioca, os imigrantes cultivavam frutas para a produção de compotas e geleias, além de produzirem seu próprio vinho e carne de porco defumada. As habitações são outro elemento de destaque na paisagem da região das colônias. O desenvolvimento de indústrias frigoríficas, vinícolas, de alimentos defumados e embutidos, bem como da indústria de móveis e calçados, está associado aos costumes alimentares da população que lá se estabeleceu, à grande disponibilidade de matéria-prima em área próxima (couro do gado criado na Campanha) e também ao fato de que boa parte dos imigrantes era de artesãos.



Figura 7 – Loja de carne de porco

Autor: Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

O contexto assinalado explica o fato de que o maior número de suínos do país concentra-se na Região Sul do país, que detém 43% do total nacional, conforme dados de 2003, apresentados no gráfico a seguir (Figura 8). Minas Gerais destaca-se em quarto lugar, com uma participação relativa bem próxima à do Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente terceiro e segundo colocados no *ranking*. O principal estado produtor de suínos é Santa Catarina, com 19,9% do efetivo nacional. Uberlândia (Minas Gerais), Concórdia (Santa Catarina) e Toledo (Paraná) são os principais municípios em alojamento de suínos, mantendo as mesmas posições ocupadas em 2006.

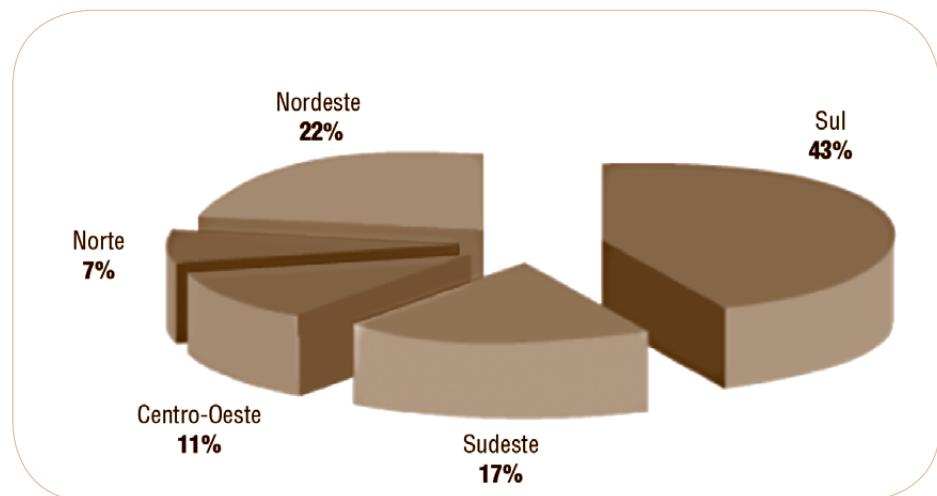


Figura 8 – Gráfico da distribuição do efetivo de suínos no país segundo as Grandes Regiões (2003)

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Agropecuária. Pesquisa da Pecuária Municipal (2003).

A região geográfica do Vale do Itajaí

A região conhecida como Vale do Itajaí é composta pelas Microrregiões de Itajaí, Blumenau, Rio do Sul e Ituporanga e se caracteriza por um povoamento em que teve papel preponderante a presença de imigrantes, em sua maioria alemães, mas também italianos e eslavos. Dois aspectos destacam-se no processo de formação dessa região: o quadro natural e a forma de assentamento dos imigrantes.

Os colonos foram assentados num padrão semelhante àquele das colônias da serra gaúcha, em pequenas propriedades que se estendiam ao longo de linhas e onde a produção agrícola visava a manutenção do grupo familiar, que dividia as tarefas domésticas, da lavoura e da criação de animais (SEYFERTH, 1974, p. 52). Não só porque havia artesãos entre os imigrantes, mas também pela inexistência de um mercado onde pudessem obter produtos necessários às atividades domésticas e da lavoura, muitos fabricavam seus próprios utensílios: velas, móveis, peças para montaria, carroças etc. (RAUD, 1999).

Esse fato desempenhou importante papel na posterior industrialização da região, que constitui uma marca na caracterização do Vale do Itajaí. A importância do quadro natural está ligada à conformação acidentada do terreno, com faixas estreitas de várzea – as encostas íngremes da Serra do Mar e da Serra Geral – e à presença de densa vegetação de Mata Atlântica. Os projetos de colonização, inicialmente promovidos pelo Império, visavam à criação de caminhos que permitissem o acesso ao planalto pelo litoral, já que todo o movimento de tropas que se deslocavam para o sul, em demanda do gado da Campanha Gaúcha, dispunha apenas de caminhos pelo interior (SEYFERTH, 1974, p.31-38). A opção de uma outra rota, pelo litoral, necessitava da existência de povoações que garantissem pouso para as tropas em deslocamento. A configuração acidentada do terreno, assim como a presença da mata

fechada, fizeram com que a área não fosse alvo do interesse dos luso-brasileiros. Isso permitiu e criou a necessidade do assentamento de imigrantes, mas também os manteve relativamente isolados do convívio com os demais habitantes.

Entende a importância da imigração no processo histórico de ocupação da região Sul e como tal processo repercutiu atualmente na realidade dessa Macrorregião do país? Antes de prosseguirmos em nossos estudos e conhecermos outros fatores relevantes na constituição histórica e atual dessa região, vamos dar uma pausa e realizar a atividade a seguir.



Atividade 4

1

Estudamos que a imigração é um processo marcante no processo de produção do espaço da região Sul do país. Sobre esse processo, responda.

- a)** De quais países europeus vieram as principais levas de imigrantes para o Sul do país? A partir de que período, principalmente?
- b)** Descreva o modelo de ocupação do espaço pelo imigrante europeu.
- c)** Quais principais cidades foram fundadas por alemães e italianos na região Sul?

2

Dirija-se ao seu polo de ensino. Acesse a internet e pesquise sobre as grandes empresas frigoríficas de embutidos que existem ou já existiram no país (como linguiças e congelados de carnes, como frango e porco), tais como Sadia, Perdigão, Torres, Aurora e Chapecó. Em qual cidade elas se originaram? Essas cidades estão ligadas a quais imigrantes europeus?

3

Quais microrregiões marcam o Vale do Itajaí e quais levas de imigrantes se instalaram nessa área?

4

Relacione as características naturais do Vale do Itajaí à forma de ocupação e povoamento da área.

O tropeirismo

A palavra “tropeiro” deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia. O termo tem sido usado para designar principalmente o transporte de gado da região do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais, posteriormente São Paulo e Rio de Janeiro. Os tropeiros eram condutores de tropas de gado ou mulas que atravessavam extensas áreas transportando gado e outras mercadorias. Os percursos podiam durar várias semanas e envolver desde o Sul e Sudeste do Brasil até o Uruguai, Paraguai e a Argentina.

Essa atividade existiu desde o século 17 até início do século 20. A partir do século 18, pequenos povoados começaram a surgir ao longo do trajeto das tropas, principalmente no Sul e Sudeste do Brasil, quando os tropeiros paravam para trocar mercadorias e onde o gado podia pastar. O comércio nos povoados desenvolvia-se para atender as tropas; ao mesmo tempo, os tropeiros levavam e traziam mercadorias para atender o povoado.



Figura 9 – Travessia de tropeiros em balsa no Rio Itajaí-Açu em Blumenau, 1927

Fonte: Atlas das representações literárias de regiões brasileiras – Brasil meridional, p. 61.

Durante 250 anos, os tropeiros foram responsáveis por toda a comercialização e transportes de produtos e informações no Brasil. Ao longo do tempo, os principais pousos se transformaram em povoações e vilas. O comércio de animais foi fator determinante para integrar efetivamente o Sul ao restante do Brasil, apesar das diferenças culturais entre as regiões da colônia; os interesses mercantis foram responsáveis por essa fusão e, indiretamente, pela prosperidade, tanto da grande propriedade estancieira dos estados do Sul como de pequenas propriedades familiares, em regiões onde predominaram populações de origem europeia e que abasteciam de alimentos as fazendas pecuaristas. O tropeirismo prestou, assim, importante contribuição ao desenvolvimento e à integração econômica e cultural entre os lugares e deixou sua herança no país ao desenvolver a economia e criar dezenas de cidades do interior do Brasil.

Você sabia que o dia 26 de abril é o Dia do Tropeiro no Estado de Santa Catarina?
É a data da morte, em 1733, do padre Cristóbal de Mendonza e Orelhana, primeiro tropeiro brasileiro vindo do pampa argentino, em 1732, com destino ao Rio Grande do Sul, chegando a Santa Catarina no ano seguinte.



Figura 10 – Cidade de Castro/PR

Fonte: <http://image53.webshots.com/53/1/38/29/417413829C0gCQU_fs.jpg>. **Acesso em:** 18 dez. 2009.

Pela cidade de Castro passa o rio Iapó, conhecido pelos índios como Igapó, ou rio que alaga. Essa característica de transbordar com facilidade obrigava os tropeiros a pernoitarem nas margens, transformando o local num pouso costumeiro das tropas que iam do Sul (Rio Grande do Sul) para São Paulo (Sorocaba) com suas tropas. A cidade possui duas colônias, Castrolanda (holandesa) e Terra Nova (alemã).



Atividade 5

1

O que foi o tropeirismo? O que significa essa palavra?

2

Em qual período ocorreu o trabalho dos tropeiros? Quais suas rotas principais?

3

Quais as principais contribuições ou repercussões do trabalho dos tropeiros no processo de ocupação e povoamento da região Sul do país?

Agora é a vez da migração

A todo o momento, pessoas deixam sua cidade de origem rumo a outras para ficar permanentemente ou só morar por um tempo (determinado ou não). São os migrantes que aqui, no Brasil, representam 40% da população, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/Pnad) de 2007. Embora os fluxos migratórios tenham sido mais intensos nas décadas de 1960 e 70 do século passado, a circulação ainda é grande: recentemente, 10 milhões de brasileiros (5,4% da população) se mudaram para outro lugar. A corrente sulista ou “gaúcha” – como é predominante reconhecida por pesquisadores – possui ramificações em quase todo o território nacional, principalmente acompanhando a expansão das áreas de produção agrícolas do Brasil, mas também para além de nossas fronteiras políticas, adentrando em países vizinhos como Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina (HAESBAERT, 1998; OLIVEIRA; BARCELOS, 1999). Nesses países, a presença de população sulista caracteriza-se também pela sua grande presença em atividades agrícolas.

Destacam-se, nessa corrente, mais do que em outros grupos de migrantes nacionais, fortes manifestações étnico-culturais que permanecem como identidade na trajetória do grupo e que são, deliberadamente, difundidas: a ideologia da positivação do trabalho, advinda da cultura europeia trazida pelos primeiros imigrantes; o pionerismo na ocupação dos cerrados para o desenvolvimento da agricultura moderna; os hábitos alimentares originários principalmente no Rio Grande do Sul, como o chimarrão e o churrasco; as instalações dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) nas áreas onde se fixa o grupo.

Tais manifestações são reveladoras das preocupações em preservar e difundir as identidades territoriais do Sul brasileiro, especialmente no que diz respeito a “reterritorialização” das tradições gaúchas (HAESBAERT, 1997). Na atualidade, ocorre migração do sulista para o sul do Piauí, oeste da Bahia e a área sul do estado do Maranhão. Os grupos populacionais que se deslocam para essas áreas são predominantemente gaúchos e paranaenses, mas todos localmente são chamados de “os gaúchos”, pois são descendentes de europeus com vínculos muito fortes ligados à atividade agrícola, principalmente à produção de grãos.



Fonte do chimarrão: <http://www.weno.com.br/blog/archives/chimarrao_web.JPG>

Fonte do gaúcho: <<http://blogdofavre.ig.com.br/2008/06/a-voz-rouca-das-ruas/5822/>>. Acesso em: 18 dez. 2009.



Atividade 6

1

Na atualidade, o sulista está migrando. De quais estados migram mais sulistas? Quais os principais destinos desses migrantes?

2

Que principais aspectos da identidade regional desses grupos os acompanham em sua migração?

Recursos naturais e geração de energia elétrica



Figura 11 – Araucárias (a) e região da Campanha Gaúcha (b), duas formações típicas do Sul do Brasil

Fonte: (a) <http://novo.almanaquebrasil.com.br/wp-content/uploads/2008/10/em-se-plantando-arauacarias_abril081.jpg>; (b) Foto de Leonid Streliaev.

Como você percebeu pela Figura 11, na região Sul, o Brasil perde suas características de tropicalidade e apresenta uma paisagem diferenciada, como a Mata de Araucárias e a Campanha Gaúcha. Tais coberturas vegetais estão atreladas às características climáticas da região. Isso porque as condições naturais são marcadas, dentre outros fatores, pelas médias latitudes da área, provocando a incidência do clima subtropical, com estações do ano bem mais definidas que as demais regiões do país, verões quentes, invernos mais frios e chuvas constantes durante todo o ano. Tal fator climático, a latitude, aliado às altas altitudes presentes na área, bem como à influência da massa polar atlântica durante o inverno, provoca quedas acentuadas da temperatura em determinados municípios, com possibilidade de geada e neve, como em São Joaquim, no estado de Santa Catarina, que fica a 1.360 m de altitude. Observe, na Figura 12, o relevo e as principais serras da região.

“O Brasil é um país tropical”. Quem nunca ouviu essa expressão? O que justifica a tropicalidade do nosso país? O fato de ser cortado pela linha do Equador ao Norte – nos estados de Roraima e Amapá – e pelo Trópico de Capricórnio ao Sul – nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Quais as repercussões de tal evidência? Nosso país possui climas quentes e úmidos em grande parte do nosso território. A exceção fica para os estados da região Sul que, devido às suas médias latitudes, possuem clima subtropical com transição para o clima temperado.



Figura 12 – Relevo da região Sul

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/7/Brazil_Sul_physical_map.gif>. Acesso em: 18 dez. 2009.

Somado a essas características do relevo, temos o elevado índice pluviométrico anual e densas bacias hidrográficas na região. Você já ouviu falar, por exemplo, na bacia hidrográfica Platina? Ela é formada pela junção de três rios: o Paraná, o Paraguai e o Uruguai, que drenam terras do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai; quando os três rios se juntam, formam o rio da Prata, desaguando próximo a Buenos Aires, na Argentina. Desses, apenas o Paraguai não atravessa a região Sul, conforme nos mostra o mapa a seguir.



Figura 13 – Bacias hidrográficas do Brasil, com destaque para a Bacia Platina

Fonte: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-agua/imagens/bacia-hidrografia.jpg>>. **Acesso em:** 18 dez. 2009.

A hidrografia da região Sul caracteriza-se, dentre outros fatores, por possuir rios de planalto, com grandes desniveis e quedas d'água acentuadas em seu percurso. Tal fato possibilita a geração de energia hidrelétrica na região, principalmente no rio Paraná e em seu afluente, o rio Iguaçu. Se você pensou na cidade ou parque denominado Foz do Iguaçu, muito bem, é realmente sobre área que estamos nos referindo. E se você também se recordou da Usina Hidrelétrica de Itaipu, muito bem, é a ela que queremos nos reportar.

O rio Iguaçu é um importante afluente do rio Paraná, e o local onde eles se juntam ficou conhecido como Foz do Iguaçu, sendo essa uma denominação também do município e do parque ecológico local. Pois bem, essa área também ficou conhecida como Tríplice Fronteira por delimitar terras do Brasil, Paraguai e Argentina. Na figura a seguir, observe essa área da região Sul. Localize, então, a enorme represa da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, e a área de Foz do Iguaçu, que mostra o encontro dos rios Iguaçu e Paraná.

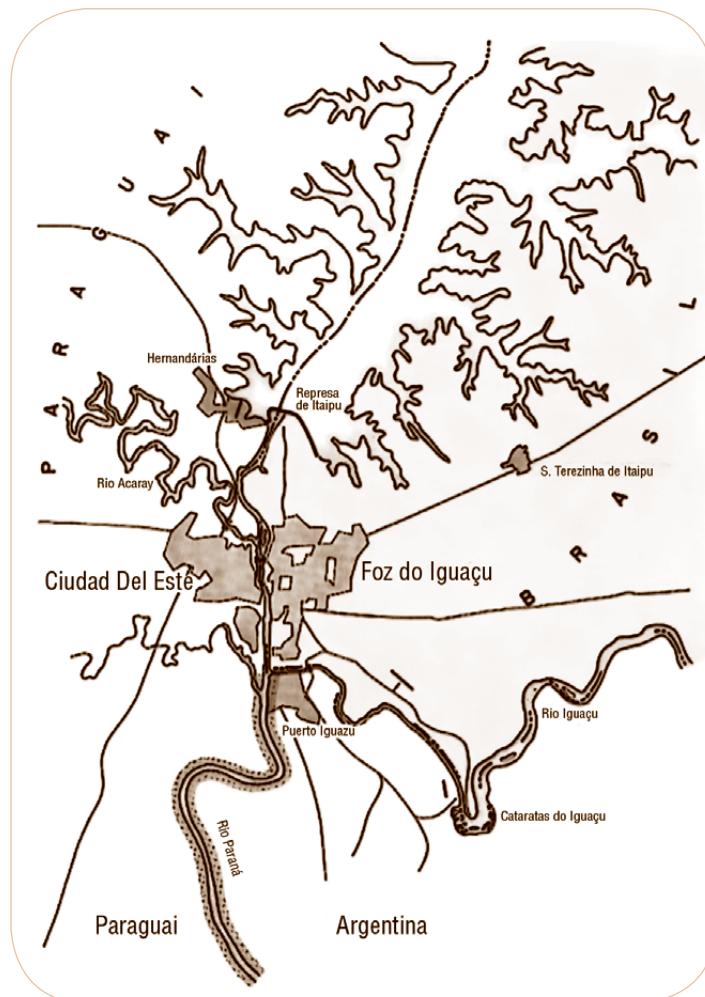


Figura 14 – Rio Paraná e Rio Iguaçu

Fonte: <<http://www.info.lncc.br/amap1.jpg>>. **Acesso em:** 18 dez. 2009.

Os grandes desniveis dos rios dessa área são responsáveis pelo espetáculo das quedas d'água conhecidas como Cataratas do Iguaçu. Mas, antes da construção da usina de Itaipu, também outras quedas eram famosas na região: as Sete Quedas, por exemplo, no rio Paraná, que foram cobertas pelas águas da represa de Itaipu. Observe na figura a seguir as famosas quedas d'água das Cataratas do Iguaçu.



Figura 15 – As Cataratas do Iguaçu

Fonte: <<http://veja.abril.com.br/galeria-de-imagens/maravilhas-naturais/galeria.shtml>>. **Acesso em:** 18 dez. 2009.

As Cataratas do Iguaçu são um conjunto majestoso de cerca de 275 cachoeiras, 2.780 metros de extensão e até 80 metros de altura. Localizam-se entre o Parque Nacional do Iguaçu, no estado do Paraná, no Brasil, e no Parque Nacional Iguazú, Misiones, na Argentina.

A maior usina hidrelétrica do país, Itaipu, é considerada Binacional, controlada por Brasil e Paraguai. Foi inaugurada em 5 de novembro de 1982, quando, com o reservatório já formado, os presidentes do Brasil e do Paraguai – João Figueiredo e Alfredo Stroessner, respectivamente – acionaram o mecanismo que levantou automaticamente as 14 comportas do vertedouro, liberando a água represada do Rio Paraná e, assim, inaugurando oficialmente a maior hidrelétrica do mundo. Sua construção representou os interesses de um país em amplo processo de urbanização e industrialização, em que havia uma demanda crescente por energia elétrica. Dê uma olhada na imagem a seguir que apresenta a Usina Hidrelétrica de Itaipu.



Figura 16 – Usina Hidrelétrica de Itaipu

Fonte: <http://galileu.fundanet.br/bcc_bsi/bcc/fotos/foto69.html?page=local>. **Acesso em:** 18 dez. 2009.

A presença da Usina Hidrelétrica de Itaipu representa, para a região Sul e para o próprio país, não somente um quadro interessante das grandes riquezas naturais nacionais, mas também a evidência de inúmeras perturbações ecológicas no espaço. Veja bem, para a construção da usina foi criado um grande lago artificial que inundou uma vasta área, com prejuízos ambientais de grandes proporções. O país perdeu as Sete Quedas e também áreas verdes agrícolas e ecológicas, com modificações na vida e no cotidiano de comunidades da área. Não esqueça que tais consequências acometem não somente à área de Itaipu, mas a todas as outras usinas construídas no país e no mundo; a diferença está na intensidade dessas consequências.

Que tal darmos uma pausa e refletirmos sobre essas questões? Para isso, faça a atividade proposta.



Atividade 7

1

A partir dos estudos realizados, elenque as principais características naturais da região Sul.

2

Qual área da região Sul ficou conhecida como “Tríplice Fronteira”? Em sua opinião, quais as principais repercussões ambientais, geopolíticas e econômicas desse fato?

3

Itaipu é a nossa maior usina hidrelétrica. Sobre ela, responda as questões a seguir.

a) Em qual rio foi construída?

b) Quais condições naturais favoreceram a construção da usina nessa área?

c) Quais as principais consequências ambientais e sociais da construção da usina hidrelétrica?

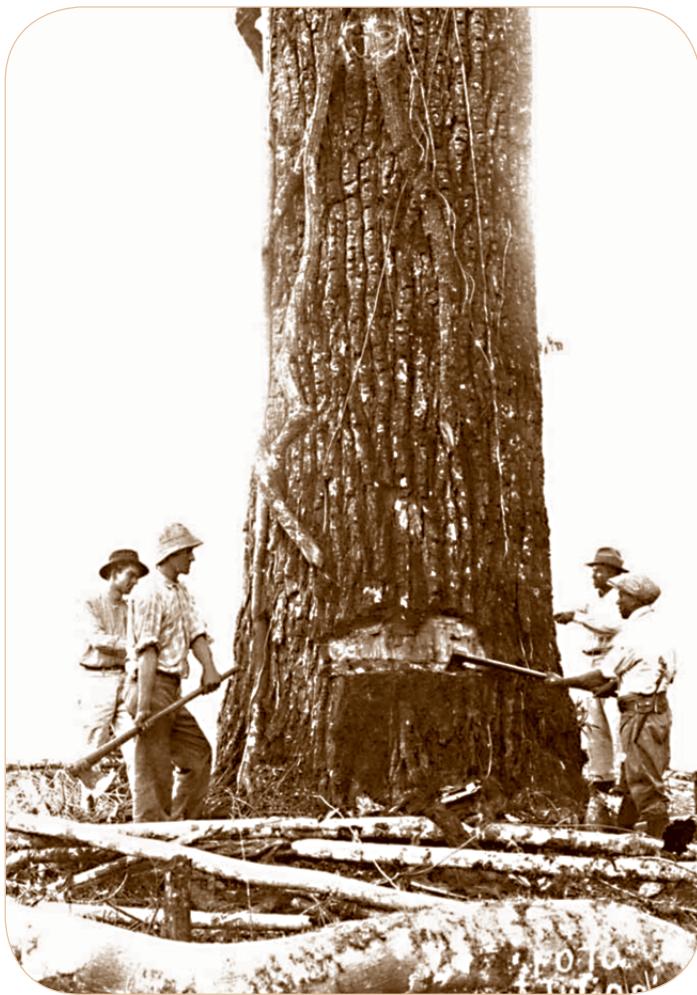


Figura 17 – Derrubada de uma peroba no sítio da família Vendrane, 1934. Neste local atualmente se encontra o Jardim São Remo, Londrina (PR)

Foto: José Juliani.

A arenização

Lembra quando estudamos a região Nordeste? Nesta aula, vimos o processo de desertificação que atinge a região. Já na região Sul o fenômeno é outro, a arenização. O Rio Grande do Sul é um estado que teve sua história econômica e social fundamentada, principalmente, no desenvolvimento do setor agrícola, o qual, a partir da década de 60, viu-se envolvido num processo de modernização. A exploração desregrada e destituída de qualquer compromisso com a manutenção da sustentabilidade dos recursos naturais existentes, levada a cabo através da derrubada e queima de grandes extensões de cobertura vegetal nativa, bem como do cultivo em solos sem aptidão agrícola, imprimiu ao frágil ecossistema regional uma intensificação dos processos erosivos.

A situação de extrema vulnerabilidade do solo em alguns locais da fronteira sudoeste do Estado provocou com o passar do tempo a transformação de expressivas porções de terra em areia, à semelhança de um verdadeiro deserto. Esse fenômeno é verificado principalmente nos municípios de Alegrete, Cacequi, Itaqui, Manoel Viana, Quaraí e São Francisco de Assis. A arenização ganha dimensões maiores a cada ano e, caso não se encontre uma solução definitiva para o problema, os prejuízos gerados ao meio ambiente podem vir a se intensificar, com reflexos não só sobre a economia dos municípios afetados, mas na região como um todo, em função da provável diminuição de potencial produtivo a que os mesmos estão sujeitos.



Atividade 8

1

Descreva o processo de arenização e cite as principais áreas atingidas.

2

Quais as principais causas do processo de arenização?

Quantas questões abordamos sobre essa Macrorregião do país! Muitas outras também poderiam ser estudadas... Por isso, agora que estamos concluindo nossa aula, indagamos: quais outras características dessa região você gostaria de investigar? Certamente, outros temas que, nesta aula, pela sua pequena dimensão, não fomos capazes de discutir. Mas, procure aprofundar seus conhecimentos. Como sugestões, elencamos a seguir alguns temas para pesquisa:

- as unidades de conservação presentes na região Sul;
- a ocorrência de anticíclopes da região Sul;
- a SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento do Sul.

Assim como nas demais aulas sobre as Macrorregiões nacionais estudadas, muitas poderão ser ainda as leituras geográficas que você poderá fazer sobre a região Sul. Nosso intuito nesta aula e em todas as demais foi tanto discutir o processo de regionalização do país quanto aguçar sua curiosidade e seu senso crítico sobre a realidade regional do país. Dessa forma, esperamos que muitas sejam ainda as trilhas geográficas que você irá percorrer pelo país; nossa disciplina, com certeza, foi apenas uma delas. Até as próximas veredas...

O médico alemão Avé-Lallemant, que visitou o Rio Grande do Sul em 1858, participou de uma roda de chimarrão – aberta, naturalmente, pelo anfitrião. O alemão registrou que havia um mulato, ele, um soldado, um mameluco e um português. Era “um comunismo moral, uma fraternização verdadeiramente nobre, espiritualizada!”, escreveu Lallemant. “Todos os homens se tornam irmãos, todos tomam o mate em comum.” E dizer que a Igreja tentou abolir o mate, acusado de afrodisíaco e erva do diabo. Ainda bem que não conseguiu. O chimarrão, companheiro também na solidão, prepara-se com folhas e galinhos da erva-mate secos e triturados ou socados. A água fica à beira da fervura, ao chiar, para não queimar a erva. O mateador toma ao acordar e depois do almoço, ao entardecer. Como um guarani urbano, não vive sem matear – verbo que Avé-Lallemant criou e o dicionarista adotou.

Fonte: Adaptado de <<http://www.almanaquebrasil.com.br/plantando-da/erva-da-boa/>>. Acesso em: 18 dez. 2009.

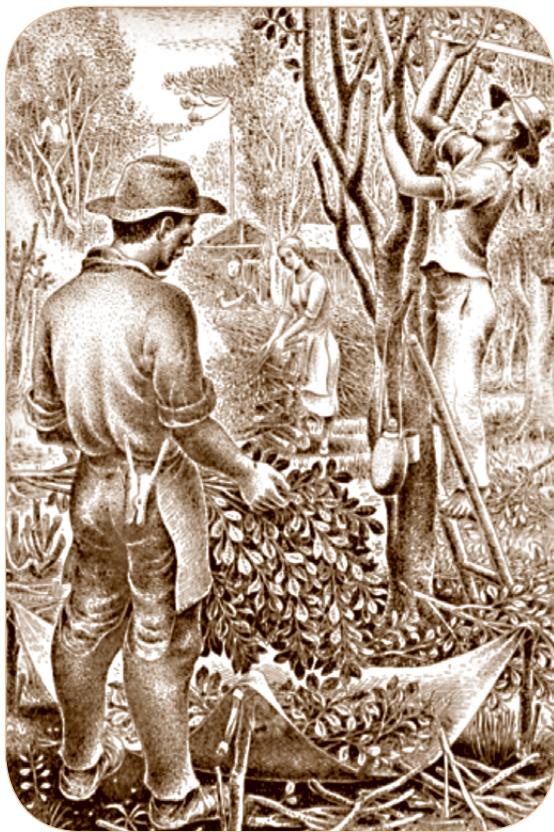


Figura 18 – O ervateiro

Fonte: Desenho de Percy Lau (apud IBGE, 1963, p. 357).

Resumo

Nesta aula, você estudou aspectos históricos, geográficos, econômicos e naturais pertinentes à região Sul do país. Você localizou espacialmente a região e notou as repercussões geopolíticas e econômicas das áreas litorâneas e de fronteiras da região. Entendeu aspectos da realidade econômica e social dos estados sulistas. Compreendeu a importância da imigração no processo histórico e atual de produção do espaço da região. Conheceu o Vale do Itajaí e os tropeiros. Compreendeu a importância da Usina de Itaipu e das Cataratas do Iguaçu. Finalmente, entendeu o problema da arenização que ocorre no Rio Grande do Sul.

Autoavaliação



Nas aulas anteriores desta disciplina, através dos desenhos de Percy Lau você pôde conhecer um Brasil de cinquenta anos atrás – o modo de vida das pessoas, seus aspectos e certamente outras nuances captadas pelo seu olhar atento à riqueza de detalhes da realidade desenhada talentosamente pelo artista, todas referentes às paisagens das 5 regiões estudadas. A partir das suas observações e conhecendo hoje a realidade dessas regiões, comparando as imagens do passado com as do presente, responda: você definiria que houve nessas regiões desenvolvimento e/ou crescimento? Por quê? Responda essa questão elaborando um texto sobre cada uma das cinco regiões estudadas. Para isso, destaque os principais aspectos sociais, econômicos, demográficos e ambientais das regiões, bem como aspectos da realidade atual.

Referências

- ATLAS National Geographic: Brasil. São Paulo: fevereiro, 2008. (Abril Coleções, v 2 – Brasil).
- CASCUDO. Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Global, 2000.
- LORENZI, Harri; MATOS. Francisco José de Abreu **Plantas medicinais no Brasil**. São Paulo: Plantarum, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.
- _____ Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos de Mercosul. In: STROHAECKER, T. M. et al (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, Seção Porto Alegre, 1998. p.59-68.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil**: excertos da Revista Brasileira de Geografia. Ilustrações de Percy Lau. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963. Edição comemorativa da I Semana da Geografia.
- _____. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**: Brasil meridional. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v 1.
- OLIVEIRA, N.; BARCELOS, T. M. Fronteiras no Mundo Globalizado: o Fim dos Limites? **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, FEE, v. 27, n. 2, set.1999.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A.. O Rio Grande do Sul descobre os seus “Desertos”. **Revista Ciência e Ambiente**, Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, n. 11, p. 33-55, jul./dez. 1995.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. In: ASPECTOS da geografia Riograndense. Rio de janeiro: IBGE, 1954. p. 63-118.

Anotações

Anotações

Anotações

Anotações

Esta edição foi produzida em **mês de 2012** no Rio Grande do Norte, pela Secretaria de Educação a Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (SEDIS/UFRN). Utilizando-se Helvetica Lt Std Condensed para corpo do texto e Helvetica Lt Std Condensed Black títulos e subtítulos sobre papel offset 90 g/m².

Impresso na nome da gráfica

Foram impressos **1.000** exemplares desta edição.

SEDIS Secretaria de Educação a Distância – UFRN | Campus Universitário
Praça Cívica | Natal/RN | CEP 59.078-970 | sedis@sedis.ufrn.br | www.sedis.ufrn.br



Ministério da
Educação

